

RELATÓRIO GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO 2016

Tribunal Superior do Trabalho
Coordenadoria de Estatística e Pesquisa

RELATÓRIO GERAL

DA JUSTIÇA DO TRABALHO 2016

Brasília, DF
2017

Secretaria-Geral da Presidência do TST

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST

Setor de Administração Federal Sul, Quadra 8, Lote I, Bloca A, Sala 241

CEP 70.070-943

Telefone 3043-3675

www.tst.jus.br/estatistica

cestp@tst.jus.br

Elaboração

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST

Projeto Gráfico e Editoração

Seção de Pesquisa e Divulgação de Dados Estatísticos da JT

Revisão e Supervisão Editorial

Secretaria-Geral da Presidência do TST

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST



2017 Coordenação de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho

Coordenador Júlio César Moreira Marino

Substituta do Coordenador Taise de Castro Xavier da Silveira Gouvêa

Supervisor da Seção de Pesquisa e Divulgação de Dados Estatísticos da JT Elmiro Andrei Tarrago Jaques

Supervisor da Seção de Acompanhamento Estatístico do TST Auricélio Rosendo Timbó

Supervisor da Seção de Acompanhamento Estatístico dos TRTs Sandro Magnos Karkow

Supervisor da Seção de Acompanhamento Estatístico das VTs Diêgo Carneiro Lopes

Servidores Hilvio Maciel Carvalho
Antonio Carlos Andrade Cubells
André Silva de Queiroz
João Paulo de Lima Silva
Janaína Bortoluzzi Cardoso

Estagiários Brenda de Moraes Sousa Rocha
Irenaldo Ferreira Lima Júnior
Jailson Rodrigues da Silva
Lucas dos Santos Dias
Mateus Nascimento Lima

A apresentação

O Tribunal Superior do Trabalho apresenta o Relatório Geral da Justiça do Trabalho com dados estatísticos alusivos aos processos que tramitaram nos três graus de jurisdição no ano de 2016 provenientes de informações existentes no Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias - e-Gestão e no Sistema de Apoio à Decisão do TST.

A importância do Relatório Geral, publicado por esta Corte desde 1946, reside no compromisso com a ampla publicidade das informações acerca da atividade judicante, abrindo espaço à participação da sociedade no permanente esforço dos magistrados e servidores que integram a Justiça do Trabalho na busca de novos caminhos para alcançar a celeridade ansiada por aqueles que a ela recorrem.

Sintetizam-se, abaixo, os principais destaques do Relatório Geral.

A Força de Trabalho do Judiciário Trabalhista contava com 47.545 magistrados e servidores, quantitativo 0,4% inferior ao do ano anterior. A sua produtividade, entretanto, ficou 4,3% superior à alcançada em 2015.

Os quantitativos de magistrados e de servidores a cada 100.000 habitantes do País apresentaram decréscimos consecutivos desde 2012 e finalizaram o ano com os valores de 1,9 magistrado e de 21 servidores respectivamente.

A despesa da Justiça do Trabalho para cada habitante foi de R\$ 85,16, 5,2% inferior à de 2015. Em contrapartida, a Justiça do Trabalho arrecadou para a União o montante de R\$ 3.276.651.454,37 em IR, INSS, Custas, Emolumentos e multas aplicadas pelo Órgão de Fiscalização, valor correspondente a 18,7% da sua despesa orçamentária e 9,2% superior ao arrecadado em 2015.

Foram pagos aos reclamantes R\$ 24.358.563.331,43, 30,5% a mais que em 2015. Os valores pagos decorrentes de acordos judiciais representaram 37,1% do total e aumentaram 18,0%; os decorrentes da execução da sentença representaram 52,8% e aumentaram 33,0%.

A demanda processual, em comparação com o ano anterior, aumentou 5,9%, somando ao final de 2016, 3.700.642 Casos Novos. A cada 100.000 habitantes do País, 1.796 pessoas ingressaram com pelo menos uma ação ou recurso na Justiça do Trabalho.

Nas três Instâncias, a Indústria e os Serviços Diversos lideraram o ranking de atividades econômicas com maiores quantitativos de Casos Novos. Além dessas atividades, compuseram o ranking, no TST, a Administração Pública e, nos Tribunais Regionais e Varas do Trabalho, o Comércio.

Os assuntos mais recorrentes na Justiça do Trabalho foram: Aviso Prévio, Multa do Artigo N.º 477 da CLT, Multa do Artigo N.º 467 da CLT e Multa de 40% do FGTS.

O total a julgar por magistrado apresentou aumentos consecutivos desde 2010 e alcançou o quantitativo de 1.803 processos, 5,4% a mais que em 2015.

Foram julgados 4.061.588 processos, 95,0% do total recebido. No TST, esse percentual alcançou 111,0%; nos TRTs, 86,8% e nas VTs, 96,4%.

A informação do cômputo médio do tempo entre o ajuizamento de uma ação e o seu encerramento demonstra que, no TST, esse prazo foi de 1 ano, 6 meses e 12 dias; nos Tribunais Regionais do Trabalho, de 8 meses e 3 dias e, nas Varas do Trabalho, de 6 meses e 15 dias na Fase de Conhecimento e de 2 anos, 8 meses e 6 dias na Fase de Execução.

O percentual de conciliações atingiu o índice mais baixo desde 2006: 38,8%. As Regiões Judiciárias que alcançaram os maiores percentuais foram 9ª e 12ª Regiões, com 48%; 19ª Região, com 46%; 2ª e 23ª Regiões, com 44%.

As execuções iniciadas somadas às execuções pendentes de anos anteriores - pendentes de execução e em arquivo provisório - totalizaram 2.981.156 processos. Desse total, foram encerradas 661.850, 22,2%. As Regiões Judiciárias que alcançaram os maiores percentuais de execuções encerradas em relação ao total a executar foram: 11ª Região, com 44%; 2ª Região, com 37%; 15ª Região, com 33%; 17ª Região, com 32%, e 6ª Região, com 31%.

No TST, 24,1% das decisões monocráticas foram agravadas. Houve interposição de Embargos de Declaração em 13,5% das decisões proferidas e de Embargos em 5,7% dos acórdãos publicados. Nos TRTs, a Recorribilidade Interna foi da ordem de 19,7%; nas Varas do Trabalho, houve interposição de Embargos de Declaração em 26,0% das sentenças proferidas.

No TST, a Recorribilidade para o STF foi da ordem de 7,4% dos processos julgados; nos TRTs, a recorribilidade para a instância superior foi de 38,0% dos acórdãos publicados e das decisões monocráticas; nas VTs, a Recorribilidade para os TRTs, na Fase de Conhecimento, foi da ordem de 60,0% das sentenças proferidas e, na Fase de Execução, foi de 84,9% das decisões em Embargos à Execução.

MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
PRESIDENTE

MINISTRO EMMANOEL PEREIRA
VICE-PRESIDENTE

MINISTRO RENATO DE LACERDA PAIVA
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

MINISTRO JOÃO ORESTE DALAZEN

MINISTRO ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN

MINISTRO JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

MINISTRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

MINISTRO LELIO BENTES CORRÊA

MINISTRO ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

MINISTRO LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO

MINISTRO ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA

MINISTRA MARIA DE ASSIS CALSING

MINISTRA DORA MARIA DA COSTA

MINISTRO FERNANDO EIZO ONO

MINISTRO GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

MINISTRO MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO

MINISTRO WALMIR OLIVEIRA DA COSTA

MINISTRO MAURICIO GODINHO DELGADO

MINISTRA KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

MINISTRO AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

MINISTRO JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

MINISTRA DELAÍDE ALVES MIRANDA ARANTES

MINISTRO HUGO CARLOS SCHEUERMANN

MINISTRO ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE

MINISTRO CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO

MINISTRO DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

MINISTRA MARIA HELENA MALLMANN

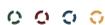




ANNE FLORIANE DA ESCÓSSIA LIMA
SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA



GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA



MATHEUS GONÇALVES FERREIRA
SECRETÁRIO-GERAL JUDICIÁRIA



Relatório Analítico

2016

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

13

1.1. ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS	13
1.2. RECURSOS HUMANOS	14
1.3. MAGISTRADOS POR 100.000 HABITANTES	24
1.4. SERVIDORES POR 100.000 HABITANTES	26
1.5. SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE POR MAGISTRADO	28
1.6. SERVIDORES EM ATIVIDADE NA ÁREA JUDICIÁRIA POR MAGISTRADO	30

DESPESAS, ARRECAÇÃO E PAGAMENTOS

33

2.1. DESPESA POR HABITANTE	33
2.2. DESPESA POR CASO NOVO	35
2.3. ORÇAMENTO E DESPESAS	37
2.4. ARRECAÇÃO DE CUSTAS, EMOLUMENTOS E TRIBUTOS	37
2.5. VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES	40

LITIGIOSIDADE

41

3.1. CASOS NOVOS	41
Casos Novos por 100.00 Habitantes	43
Casos Novos por Magistrado	47
Casos Novos por Servidor	51
Casos Novos por Atividade Econômica	58
Assuntos Mais Recorrentes entre Casos Novos	60
3.2. TOTAL A JULGAR	62
Total a Julgar por Magistrado	63
Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária	67
3.3. PRODUTIVIDADE	71
Julgados em Relação ao Total a Julgar	72
Julgados em Relação aos Recebidos	75
Conciliação nas Varas do Trabalho	78
3.4. REFORMA DE DECISÃO	80
Tribunais Regionais do Trabalho	80
Varas do Trabalho	84
3.5. EXECUÇÃO	86
Total a Executar	87
Total a Executar por Magistrado	88
Total a Executar por Servidor da Área Judiciária	89
Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar	90
Execuções Encerradas em Relação às Iniciadas	91
3.6. RESÍDUO	92
Resíduo por Magistrado	93
3.7. PRAZOS	97
3.8. RECORRIBILIDADE	98
Recorribilidade para a Própria Instância	98
Recorribilidade para a Instância Superior	99
3.9. PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	100
Precatórios	100
Requisições de Pequeno Valor	102

GLOSSÁRIO

103

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EM 31/12/2016

I.1. Órgãos Judiciários

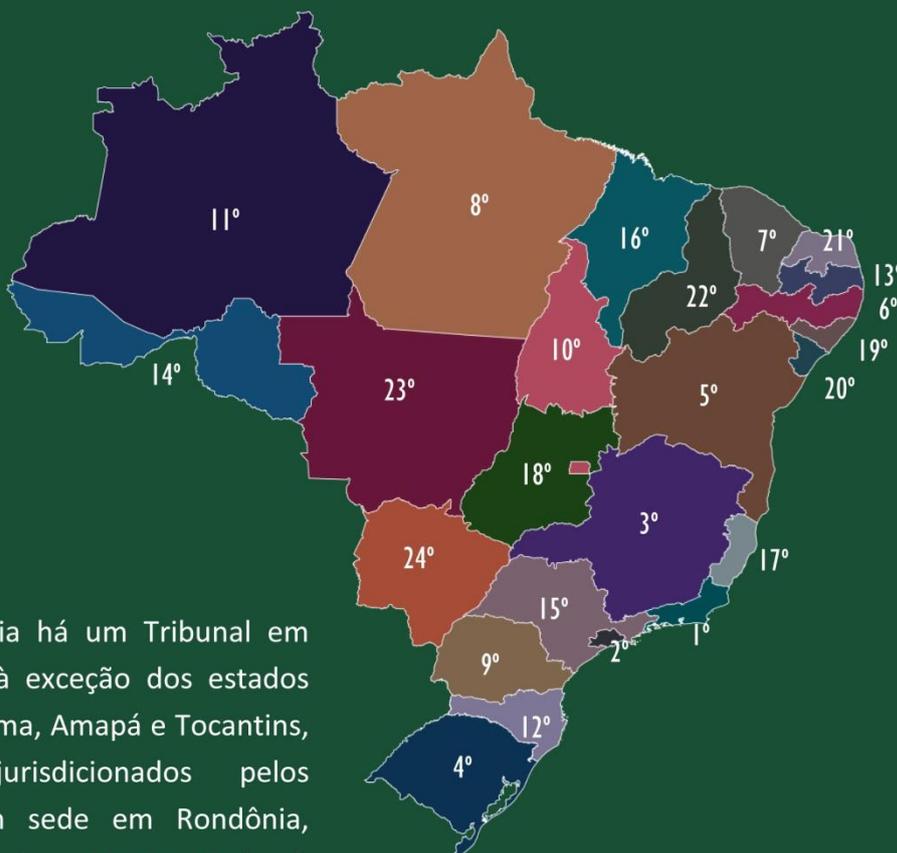
A Justiça do Trabalho é constituída pelo Tribunal Superior do Trabalho, por 24 Tribunais Regionais do Trabalho e por 1.587 Varas do Trabalho. São 3.955 cargos de magistrado e 43.210 de servidor.

1.572

Varas do Trabalho instaladas

No TST estão em atividade 26 Ministros e 2 Desembargadores convocados para substituir Ministro integrante do Conselho Nacional de Justiça e Ministro em licença para tratamento de saúde e 2.258 servidores.

Figura 1. Regiões Judiciárias da Justiça do Trabalho. 2016.



Na 2ª Instância há um Tribunal em cada estado, à exceção dos estados do Acre, Roraima, Amapá e Tocantins, que são jurisdicionados pelos Tribunais com sede em Rondônia, Amazonas, Pará e Distrito Federal, respectivamente. No estado de São Paulo existem dois Tribunais: um com sede na cidade de São Paulo e outro em Campinas. Estão em atividade, na 2ª Instância, 553 Desembargadores e 17.939 servidores.

Na 1ª Instância estão instaladas 1.572 Varas do Trabalho em 623 municípios, com jurisdição em todos os 5.570 municípios do País. Estão em atividade, na 1ª Instância, 3.108 juízes e 23.646 servidores.

I.2. Recursos Humanos

Figura I.2. Ministros do TST. 2016.

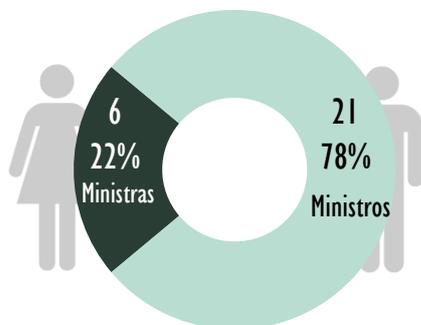


Figura I.3. Desembargadores dos TRTs. 2016.

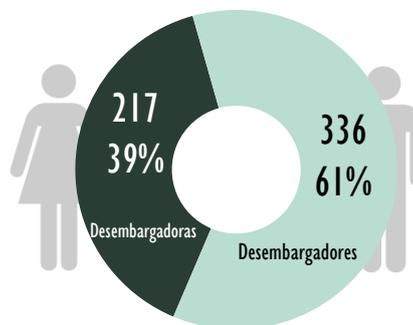


Tabela I.1. Cargos de Desembargadores dos Tribunais Regionais do Trabalho. 2016.

TRT	Previstos em Lei	Providos				Vagos			
		Desembargadores	%	Desembargadoras	%	Total	%		
1ª - RJ	54	35	64,8%	17	31,5%	52	96,3%	2	3,7%
2ª - SP	94	42	44,7%	51	54,3%	93	98,9%	1	1,1%
3ª - MG	49	30	61,2%	15	30,6%	45	91,8%	4	8,2%
4ª - RS	48	24	50,0%	22	45,8%	46	95,8%	2	4,2%
5ª - BA	29	14	48,3%	15	51,7%	29	100,0%	-	-
6ª - PE	19	10	52,6%	9	47,4%	19	100,0%	-	-
7ª - CE	14	9	64,3%	5	35,7%	14	100,0%	-	-
8ª - PA e AP	23	11	47,8%	11	47,8%	22	95,7%	1	4,3%
9ª - PR	31	19	61,3%	11	35,5%	30	96,8%	1	3,2%
10ª - DF e TO	17	11	64,7%	6	35,3%	17	100,0%	-	-
11ª - AM e RR	14	5	35,7%	8	57,1%	13	92,9%	1	7,1%
12ª - SC	18	10	55,6%	7	38,9%	17	94,4%	1	5,6%
13ª - PB	10	9	90,0%	1	10,0%	10	100,0%	-	-
14ª - RO e AC	8	5	62,5%	3	37,5%	8	100,0%	-	-
15ª - Campinas/SP	55	39	70,9%	16	29,1%	55	100,0%	-	-
16ª - MA	8	5	62,5%	3	37,5%	8	100,0%	-	-
17ª - ES	12	9	75,0%	3	25,0%	12	100,0%	-	-
18ª - GO	14	11	78,6%	2	14,3%	13	92,9%	1	7,1%
19ª - AL	8	5	62,5%	3	37,5%	8	100,0%	-	-
20ª - SE	8	6	75,0%	2	25,0%	8	100,0%	-	-
21ª - RN	10	7	70,0%	3	30,0%	10	100,0%	-	-
22ª - PI	8	6	75,0%	2	25,0%	8	100,0%	-	-
23ª - MT	8	6	75,0%	2	25,0%	8	100,0%	-	-
24ª - MS	8	8	100,0%	-	-	8	100,0%	-	-
Total	567	336	59,3%	217	38,3%	553	97,5%	14	2,5%

Notas: 1) % Percentual calculado sobre o total de cargos previstos em lei.

2) Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 1.4. Juízes do Trabalho. 2016.

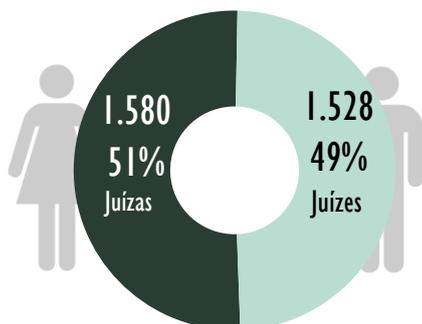


Figura 1.5. Cargos de Magistrados Providos e Vagos. 2016.

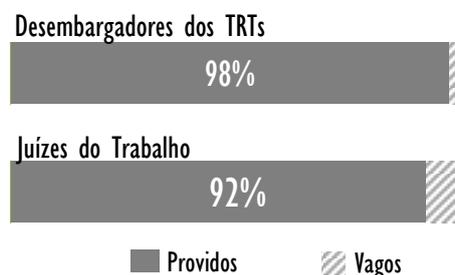


Tabela 1.2. Cargos de Juízes do Trabalho. 2016.

TRT	Previstos em Lei	Providos				Vagos			
		Juízes	%	Juízas	%	Total	%	Total	%
1ª - RJ	292	121	41,4%	162	55,5%	283	96,9%	9	3,1%
2ª - SP	603	171	28,4%	253	42,0%	424	70,3%	179	29,7%
3ª - MG	295	150	50,8%	117	39,7%	267	90,5%	28	9,5%
4ª - RS	247	124	50,2%	122	49,4%	246	99,6%	1	0,4%
5ª - BA	185	72	38,9%	112	60,5%	184	99,5%	1	0,5%
6ª - PE	140	62	44,3%	77	55,0%	139	99,3%	1	0,7%
7ª - CE	69	36	52,2%	33	47,8%	69	100,0%	-	-
8ª - PA e AP	101	46	45,5%	50	49,5%	96	95,0%	5	5,0%
9ª - PR	183	93	50,8%	90	49,2%	183	100,0%	-	-
10ª - DF e TO	88	47	53,4%	41	46,6%	88	100,0%	-	-
11ª - AM e RR	64	29	45,3%	21	32,8%	50	78,1%	14	21,9%
12ª - SC	116	68	58,6%	46	39,7%	114	98,3%	2	1,7%
13ª - PB	60	37	61,7%	23	38,3%	60	100,0%	-	-
14ª - RO e AC	63	31	49,2%	27	42,9%	58	92,1%	5	7,9%
15ª - Campinas/SP	371	191	51,5%	176	47,4%	367	98,9%	4	1,1%
16ª - MA	50	28	56,0%	22	44,0%	50	100,0%	-	-
17ª - ES	56	30	53,6%	26	46,4%	56	100,0%	-	-
18ª - GO	96	46	47,9%	49	51,0%	95	99,0%	1	-
19ª - AL	44	28	63,6%	16	36,4%	44	100,0%	-	-
20ª - SE	29	13	44,8%	16	55,2%	29	100,0%	-	-
21ª - RN	46	23	50,0%	23	50,0%	46	100,0%	-	-
22ª - PI	29	14	48,3%	15	51,7%	29	100,0%	-	-
23ª - MT	78	35	44,9%	42	53,8%	77	98,7%	1	1,3%
24ª - MS	56	33	58,9%	21	37,5%	54	96,4%	2	3,6%
Total	3.361	1.528	45,5%	1.580	47,0%	3.108	92,5%	253	7,5%

Notas: 1) % Percentual calculado sobre o total de cargos previstos em lei.
 2) Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Tabela I.3. Quadro de Juízes das Varas do Trabalho. 2016.

Região Judiciária	Juízes Titulares			Juízes Substitutos			Total		
	Providos	Vagos	Subtotal	Providos	Vagos	Subtotal	Providos	Vagos	Total
1ª - RJ	144	2	146	139	7	146	283	9	292
2ª - SP	194	37	231	230	142	372	424	179	603
3ª - MG	157	1	158	110	27	137	267	28	295
4ª - RS	131	1	132	115	-	115	246	1	247
5ª - BA	88	-	88	96	1	97	184	1	185
6ª - PE	69	1	70	70	-	70	139	1	140
7ª - CE	37	-	37	32	-	32	69	-	69
8ª - PA e AP	56	-	56	40	5	45	96	5	101
9ª - PR	97	-	97	86	-	86	183	-	183
10ª - DF e TO	35	-	35	53	-	53	88	-	88
11ª - AM e RR	31	1	32	19	13	32	50	14	64
12ª - SC	58	2	60	56	-	56	114	2	116
13ª - PB	27	-	27	33	-	33	60	-	60
14ª - RO e AC	32	-	32	26	5	31	58	5	63
15ª - Campinas/SP	151	2	153	216	2	218	367	4	371
16ª - MA	23	-	23	27	-	27	50	-	50
17ª - ES	24	-	24	32	-	32	56	-	56
18ª - GO	48	-	48	47	1	48	95	1	96
19ª - AL	22	-	22	22	-	22	44	-	44
20ª - SE	15	-	15	14	-	14	29	-	29
21ª - RN	23	-	23	23	-	23	46	-	46
22ª - PI	14	-	14	15	-	15	29	-	29
23ª - MT	38	-	38	39	1	40	77	1	78
24ª - MS	25	1	26	29	1	30	54	2	56
Total	1.539	48	1.587	1.569	205	1.774	3.108	253	3.361

Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura I.6. Quadro de Juízes das Varas do Trabalho. Cargos Existentes e Provimento. 2016.

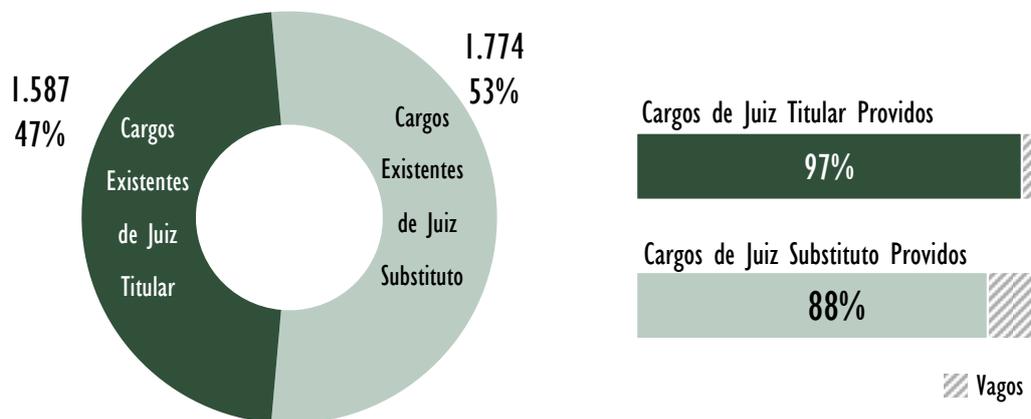


Tabela I.4. Cargos do Quadro Permanente da Justiça do Trabalho. 2016.

TST / Região Judiciária	Analista Judiciário			Técnico Judiciário			Auxiliar Judiciário			Total		
	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total
TST	742	15	757	1.325	40	1.365	-	2	2	2.067	57	2.124
1ª - RJ	1.408	27	1.435	2.627	31	2.658	-	-	-	4.035	58	4.093
2ª - SP	2.639	49	2.688	3.095	77	3.172	-	40	40	5.734	166	5.900
3ª - MG	1.569	40	1.609	2.071	59	2.130	-	-	-	3.640	99	3.739
4ª - RS	1.276	108	1.384	1.991	124	2.115	17	24	41	3.284	256	3.540
5ª - BA	853	28	881	1.345	38	1.383	9	10	19	2.207	76	2.283
6ª - PE	535	43	578	1.101	70	1.171	5	-	5	1.641	113	1.754
7ª - CE	347	7	354	558	4	562	2	4	6	907	15	922
8ª - AP e PA	493	10	503	835	11	846	2	8	10	1.330	29	1.359
9ª - PR	965	17	982	1.449	23	1.472	13	13	26	2.427	53	2.480
10ª - DF e TO	466	12	478	614	17	631	4	1	5	1.084	30	1.114
11ª - AM e RR	297	31	328	656	54	710	7	3	10	960	88	1.048
12ª - SC	598	12	610	999	21	1.020	2	1	3	1.599	34	1.633
13ª - PB	262	9	271	764	48	812	2	33	35	1.028	90	1.118
14ª - AC e RO	220	-	220	552	4	556	2	2	4	774	6	780
15ª - SP/Campinas	1.198	14	1.212	2.113	23	2.136	5	1	6	3.316	38	3.354
16ª - MA	222	4	226	323	6	329	-	-	-	545	10	555
17ª - ES	311	2	313	398	-	398	-	-	-	709	2	711
18ª - GO	708	7	715	603	21	624	3	2	5	1.314	30	1.344
19ª - AL	194	1	195	331	2	333	2	1	3	527	4	531
20ª - SE	139	3	142	267	7	274	-	-	-	406	10	416
21ª - RN	282	3	285	387	1	388	1	-	1	670	4	674
22ª - PI	122	2	124	218	-	218	1	-	1	341	2	343
23ª - MT	370	12	382	431	14	445	8	2	10	809	28	837
24ª - MS	202	1	203	353	-	353	2	-	2	557	1	558
Total	16.418	457	16.875	25.406	695	26.101	87	147	234	41.911	1.299	43.210

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura I.7. Cargos do Quadro Permanente da Justiça do Trabalho. 2016.

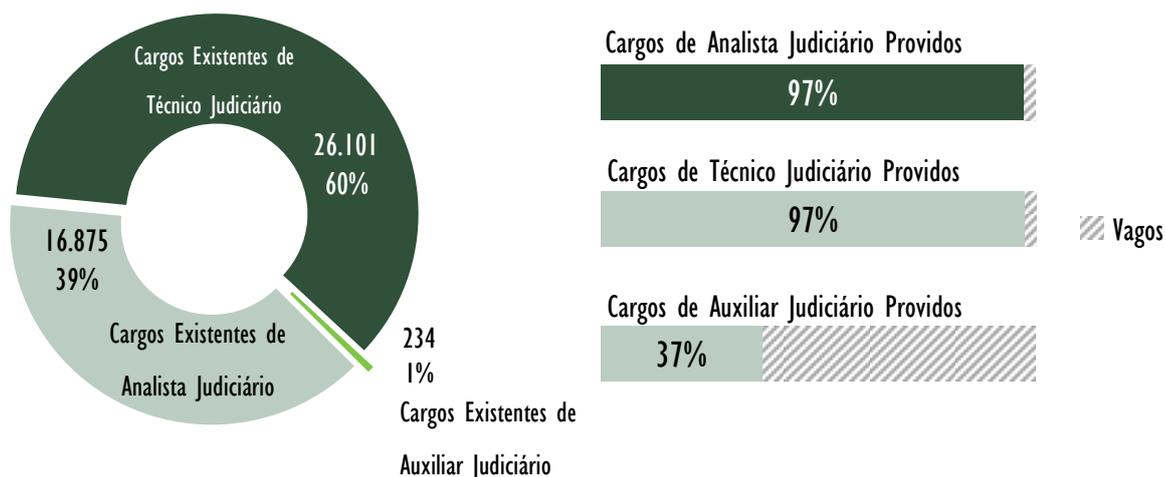


Tabela 1.5. Servidores em Atividade nos Tribunais Regionais do Trabalho. 2016.

TRT	Quadro Permanente	%	Requisitados	%	Exclusivamente Cargos em Comissão	%	Removidos	%	Total
1ª - RJ	1.791	91,8%	41	2,1%	32	1,6%	86	4,4%	1.950
2ª - SP	1.973	95,5%	10	0,5%	12	0,6%	70	3,4%	2.065
3ª - MG	1.297	94,7%	17	1,2%	17	1,2%	39	2,8%	1.370
4ª - RS	1.223	97,9%	-	-	2	0,2%	24	1,9%	1.249
5ª - BA	838	92,9%	13	1,4%	10	1,1%	41	4,5%	902
6ª - PE	785	88,6%	62	7,0%	4	0,5%	35	4,0%	886
7ª - CE	443	85,5%	29	5,6%	4	0,8%	42	8,1%	518
8ª - PA e AP	561	95,9%	5	0,9%	10	1,7%	9	1,5%	585
9ª - PR	1.016	95,0%	3	0,3%	3	0,3%	48	4,5%	1.070
10ª - DF e TO	491	88,3%	43	7,7%	3	0,5%	19	3,4%	556
11ª - AM e RR	582	97,2%	9	1,5%	5	0,8%	3	-	599
12ª - SC	708	94,1%	2	0,3%	2	0,3%	40	5,3%	752
13ª - PB	590	94,4%	27	4,3%	8	1,3%	-	-	625
14ª - RO e AC	329	96,8%	3	0,9%	2	0,6%	6	1,8%	340
15ª - Campinas/SP	1.232	92,8%	18	1,4%	12	0,9%	65	4,9%	1.327
16ª - MA	262	88,2%	17	5,7%	7	2,4%	11	3,7%	297
17ª - ES	349	87,5%	10	2,5%	2	0,5%	38	9,5%	399
18ª - GO	527	86,4%	56	9,2%	1	0,2%	26	4,3%	610
19ª - AL	236	81,4%	19	6,6%	2	0,7%	33	11,4%	290
20ª - SE	245	88,1%	9	3,2%	-	-	24	8,6%	278
21ª - RN	337	86,0%	22	5,6%	5	1,3%	28	7,1%	392
22ª - PI	206	82,1%	20	8,0%	5	2,0%	20	8,0%	251
23ª - MT	309	96,0%	8	2,5%	-	-	5	1,6%	322
24ª - MS	276	90,2%	15	4,9%	-	-	15	4,9%	306
Total	16.606	92,6%	458	2,6%	148	-	727	4,1%	17.939

Notas: 1) % Percentual sobre o total de servidores em atividade em cada TRT
 2) Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

Figura 1.8. Servidores em Atividade no TST. 2016.

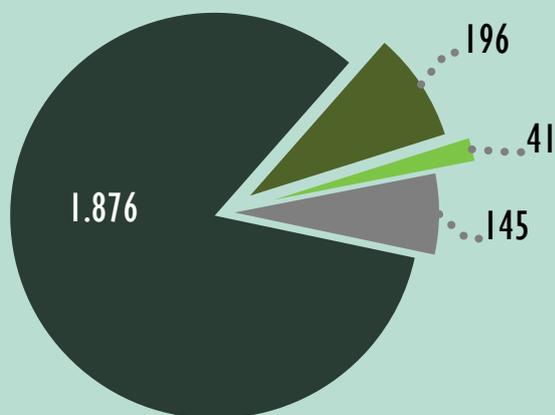


Figura 1.9. Servidores em Atividade nos TRTs. 2016.

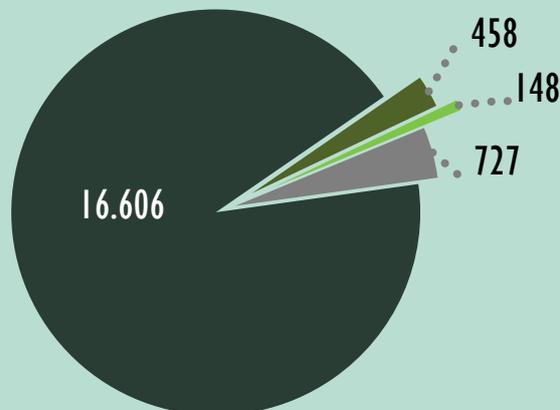


Tabela 1.6. Servidores em Atividade nas Varas do Trabalho. 2016.

Região Judiciária	Quadro Permanente		Requisitados		Exclusivamente Cargos em Comissão		Removidos		Total
		%		%		%		%	
1ª - RJ	2.064	95,7%	5	0,2%	-	-	88	4,1%	2.157
2ª - SP	3.291	96,3%	6	0,2%	-	-	119	3,5%	3.416
3ª - MG	2.195	88,0%	150	6,0%	4	0,2%	146	5,9%	2.495
4ª - RS	2.061	96,7%	2	0,1%	-	-	68	3,2%	2.131
5ª - BA	1.246	85,8%	111	7,6%	1	0,1%	95	6,5%	1.453
6ª - PE	826	82,3%	112	11,2%	-	-	66	6,6%	1.004
7ª - CE	420	81,9%	49	9,6%	1	0,2%	43	8,4%	513
8ª - PA e AP	727	98,9%	3	0,4%	-	-	5	0,7%	735
9ª - PR	1.254	93,2%	2	0,1%	-	-	90	6,7%	1.346
10ª - DF e TO	489	80,6%	88	14,5%	-	-	30	4,9%	607
11ª - AM e RR	337	86,9%	43	11,1%	2	0,5%	6	-	388
12ª - SC	816	94,4%	2	0,2%	-	-	46	5,3%	864
13ª - PB	384	97,5%	10	2,5%	-	-	-	-	394
14ª - RO e AC	411	94,7%	20	4,6%	-	-	3	0,7%	434
15ª - Campinas/SP	1.905	79,5%	333	13,9%	-	-	159	6,6%	2.397
16ª - MA	242	87,4%	20	7,2%	2	0,7%	13	4,7%	277
17ª - ES	308	83,5%	41	11,1%	-	-	20	5,4%	369
18ª - GO	710	85,2%	71	8,5%	-	-	52	6,2%	833
19ª - AL	235	70,6%	44	13,2%	-	-	54	16,2%	333
20ª - SE	131	79,4%	6	3,6%	-	-	28	17,0%	165
21ª - RN	272	82,4%	20	6,1%	8	2,4%	30	9,1%	330
22ª - PI	121	69,9%	36	20,8%	-	-	16	9,2%	173
23ª - MT	456	89,4%	38	7,5%	-	-	16	3,1%	510
24ª - MS	244	75,8%	57	17,7%	2	0,6%	19	5,9%	322
Total	21.145	89,4%	1.269	5,4%	20	0,1%	1.212	5,1%	23.646

Notas: 1) % Percentual sobre o total de servidores em atividade na Região Judiciária.
2) Incluídos os servidores em atividade nos Foros Trabalhistas, Postos Avançados e Varas Itinerantes.
3) Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 1.10. Servidores em Atividade nas Varas do Trabalho. 2016.

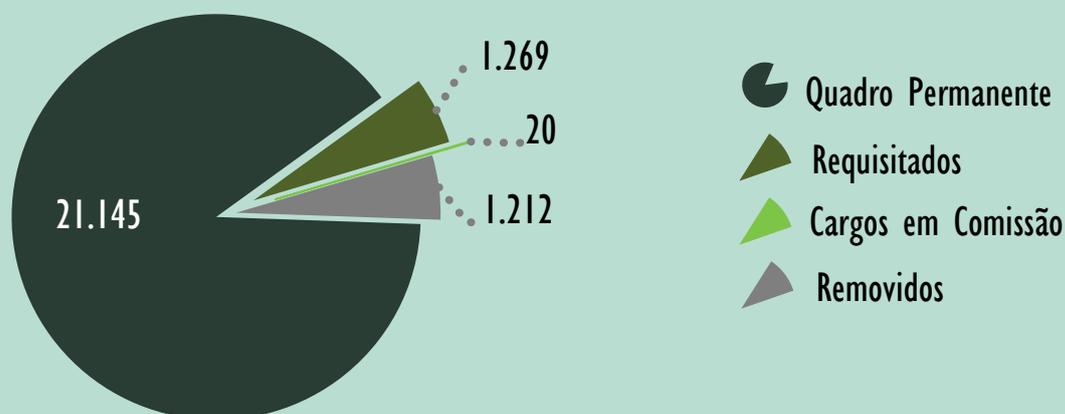


Tabela 1.7. Servidores em Atividade na Área Judiciária e Administrativa. 2016.

TST / Região Judiciária	Área Judiciária				Área Administrativa		Total
	1ª Instância	2ª/3ª Instância	Subtotal	%	2ª/3ª Instância	%	
TST		1.440	1.440	63,8%	818	36,2%	2.258
1ª - RJ	2.157	923	3.080	75,0%	1.027	25,0%	4.107
2ª - SP	3.416	973	4.389	80,1%	1.092	19,9%	5.481
3ª - MG	2.495	622	3.117	80,6%	748	19,4%	3.865
4ª - RS	2.131	664	2.795	82,7%	585	17,3%	3.380
5ª - BA	1.453	441	1.894	80,4%	461	19,6%	2.355
6ª - PE	1.004	333	1.337	70,7%	553	29,3%	1.890
7ª - CE	513	229	742	72,0%	289	28,0%	1.031
8ª - PA e AP	735	200	935	70,8%	385	29,2%	1.320
9ª - PR	1.346	566	1.912	79,1%	504	20,9%	2.416
10ª - DF e TO	607	242	849	73,0%	314	27,0%	1.163
11ª - AM e RR	388	273	661	67,0%	326	33,0%	987
12ª - SC	864	341	1.205	74,6%	411	25,4%	1.616
13ª - PB	394	263	657	64,5%	362	35,5%	1.019
14ª - RO e AC	434	141	575	74,3%	199	25,7%	774
15ª - Campinas/SP	2.397	710	3.107	83,4%	617	16,6%	3.724
16ª - MA	277	116	393	68,5%	181	31,5%	574
17ª - ES	369	204	573	74,6%	195	25,4%	768
18ª - GO	833	245	1.078	74,7%	365	25,3%	1.443
19ª - AL	333	100	433	69,5%	190	30,5%	623
20ª - SE	165	138	303	68,4%	140	31,6%	443
21ª - RN	330	165	495	68,6%	227	31,4%	722
22ª - PI	173	129	302	71,2%	122	28,8%	424
23ª - MT	510	114	624	75,0%	208	25,0%	832
24ª - MS	322	147	469	74,7%	159	25,3%	628
Total	23.646	9.719	33.365	76,1%	10.478	23,9%	43.843

Nota: Percentual calculado sobre o total de cargos.

Figura 1.11. Servidores da Justiça do Trabalho na Área Judiciária e Administrativa. 2016.

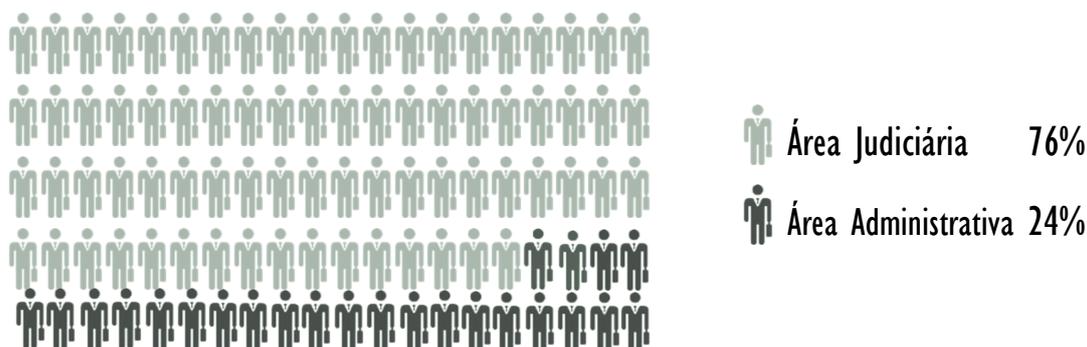


Tabela 1.8. Força de Trabalho nas Regiões Judiciárias. 2015-2016.

TST / Região Judiciária	Magistrados			Servidores			Total		
	2015	2016	%	2015	2016	%	2015	2016	%
TST	27	27	-	2.301	2.258	-1,9%	2.328	2.285	-1,8%
1ª - RJ	328	337	2,7%	4.100	4.107	0,2%	4.428	4.444	0,4%
2ª - SP	510	518	1,6%	5.563	5.481	-1,5%	6.073	5.999	-1,2%
3ª - MG	324	316	-2,5%	3.773	3.865	2,4%	4.097	4.181	2,1%
4ª - RS	285	294	3,2%	3.432	3.380	-1,5%	3.717	3.674	-1,2%
5ª - BA	212	213	0,5%	2.385	2.355	-1,3%	2.597	2.568	-1,1%
6ª - PE	158	158	-	1.879	1.890	0,6%	2.037	2.048	0,5%
7ª - CE	82	83	1,2%	1.021	1.031	1,0%	1.103	1.114	1,0%
8ª - PA e AP	111	119	7,2%	1.308	1.320	0,9%	1.419	1.439	1,4%
9ª - PR	210	214	1,9%	2.430	2.416	-0,6%	2.640	2.630	-0,4%
10ª - DF e TO	103	105	1,9%	1.178	1.163	-1,3%	1.281	1.268	-1,0%
11ª - AM e RR	65	64	-1,5%	1.098	987	-10,1%	1.163	1.051	-9,6%
12ª - SC	132	132	-	1.634	1.616	-1,1%	1.766	1.748	-1,0%
13ª - PB	70	70	-	1.044	1.019	-2,4%	1.114	1.089	-2,2%
14ª - RO e AC	69	66	-4,3%	746	774	3,8%	815	840	3,1%
15ª - Campinas/SP	413	422	2,2%	3.764	3.724	-1,1%	4.177	4.146	-0,7%
16ª - MA	54	58	7,4%	570	574	0,7%	624	632	1,3%
17ª - ES	67	68	1,5%	768	768	-	835	836	0,1%
18ª - GO	110	109	-0,9%	1.455	1.443	-0,8%	1.565	1.552	-0,8%
19ª - AL	51	52	2,0%	614	623	1,5%	665	675	1,5%
20ª - SE	37	37	-	447	443	-0,9%	484	480	-0,8%
21ª - RN	54	56	3,7%	714	722	1,1%	768	778	1,3%
22ª - PI	37	37	-	413	424	2,7%	450	461	2,4%
23ª - MT	79	85	7,6%	813	832	2,3%	892	917	2,8%
24ª - MS	63	62	-1,6%	633	628	-0,8%	696	690	-0,9%
Total	3.651	3.702	1,4%	44.083	43.843	-0,5%	47.734	47.545	-0,4%

Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 1.12. Força de Trabalho da JT. 2015-2016.

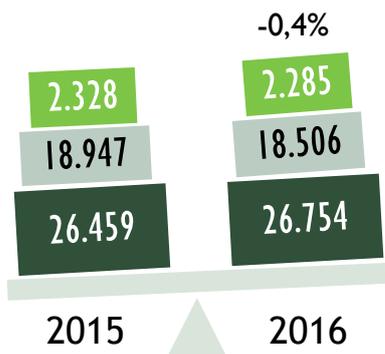


Figura 1.13. Produtividade da JT. 2015-2016.

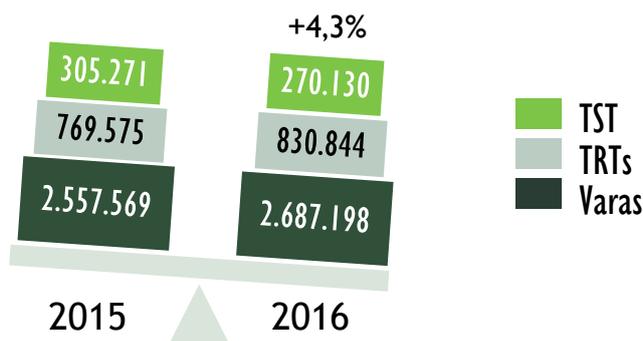
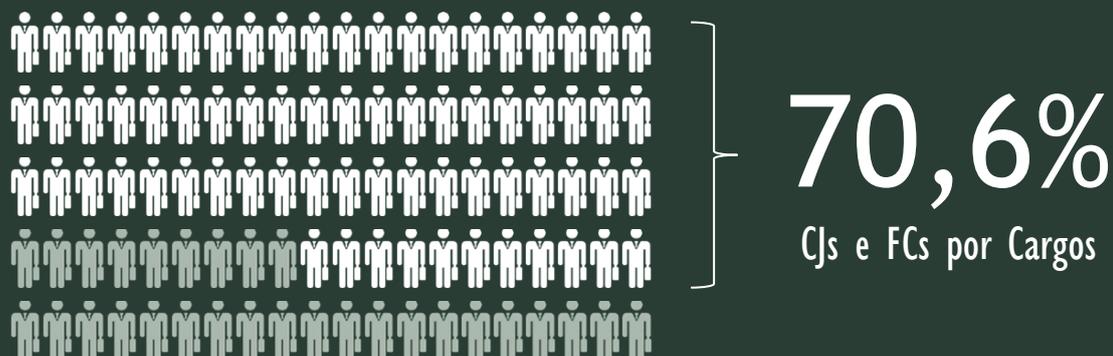


Tabela 1.9. Quadro de Funções Comissionadas Existentes na Justiça do Trabalho. 2016.

TST / Região Judiciária	Funções Comissionadas						Subtotal	
	FC 1	FC 2	FC 3	FC 4	FC 5	FC 6	Qtd	%
TST	26	271	478	470	500	139	1.884	87,4%
1ª - RJ	-	286	367	600	1.174	6	2.433	83,2%
2ª - SP	115	865	503	241	914	-	2.638	78,9%
3ª - MG	183	343	503	462	864	324	2.679	89,3%
4ª - RS	44	318	194	449	663	-	1.668	83,9%
5ª - BA	-	357	193	537	484	-	1.571	90,8%
6ª - PE	7	237	139	314	418	19	1.134	87,4%
7ª - CE	12	59	141	137	194	2	545	86,4%
8ª - AP e PA	4	114	34	216	313	19	700	85,1%
9ª - PR	11	190	130	436	669	12	1.448	82,4%
10ª - DF e TO	105	68	161	166	167	91	758	88,4%
11ª - AM e RR	9	63	96	137	290	27	622	89,6%
12ª - SC	31	93	82	476	180	4	866	78,4%
13ª - PB	5	52	126	189	226	57	655	89,4%
14ª - AC e RO	-	23	15	145	310	10	503	87,9%
15ª - SP/Campinas	262	765	181	655	655	-	2.518	87,9%
16ª - MA	30	32	50	82	102	4	300	85,5%
17ª - ES	3	34	63	108	256	13	477	89,0%
18ª - GO	-	111	96	222	251	25	705	86,7%
19ª - AL	-	96	74	144	70	-	384	87,5%
20ª - SE	9	30	61	56	93	-	249	85,6%
21ª - RN	1	30	26	132	129	-	318	84,8%
22ª - PI	58	54	31	96	15	-	254	86,7%
23ª - MT	8	59	36	101	215	-	419	83,3%
24ª - MS	20	34	87	74	142	12	369	87,9%
Total	943	4.584	3.867	6.645	9.294	764	26.097	85,6%

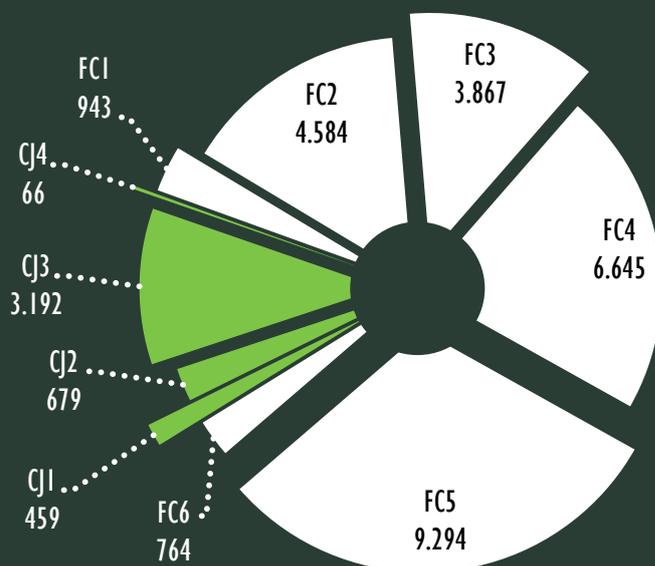
Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 1.14. Proporção entre Cargos e Funções Comissionadas e Cargos Efetivos. Justiça do Trabalho. 2016.



Cargos em Comissão						Total	
CJ 1	CJ 2	CJ 3	CJ 4	Subtotal		Qtd	%
				Qtd	%		
43	39	185	4	271	12,6%	2.155	7,1%
152	45	291	3	491	16,8%	2.924	9,6%
	149	553	3	705	21,1%	3.343	11,0%
	4	314	3	321	10,7%	3.000	9,8%
23	81	212	3	319	16,1%	1.987	6,5%
	20	137	3	160	9,2%	1.731	5,7%
24	11	126	2	163	12,6%	1.297	4,3%
23	1	60	2	86	13,6%	631	2,1%
12	18	91	2	123	14,9%	823	2,7%
63	56	187	4	310	17,6%	1.758	5,8%
3	13	80	3	99	11,6%	857	2,8%
2	9	58	3	72	10,4%	694	2,3%
97	45	93	3	238	21,6%	1.104	3,6%
	11	64	3	78	10,6%	733	2,4%
7	11	49	2	69	12,1%	572	1,9%
	59	283	3	345	12,1%	2.863	9,4%
	13	36	2	51	14,5%	351	1,2%
	10	47	2	59	11,0%	536	1,8%
6	13	86	3	108	13,3%	813	2,7%
	11	42	2	55	12,5%	439	1,4%
	10	30	2	42	14,4%	291	1,0%
	15	40	2	57	15,2%	375	1,2%
	9	27	3	39	13,3%	293	1,0%
4	18	60	2	84	16,7%	503	1,6%
	8	41	2	51	12,1%	420	1,4%
459	679	3.192	66	4.396	14,4%	30.493	100,0%

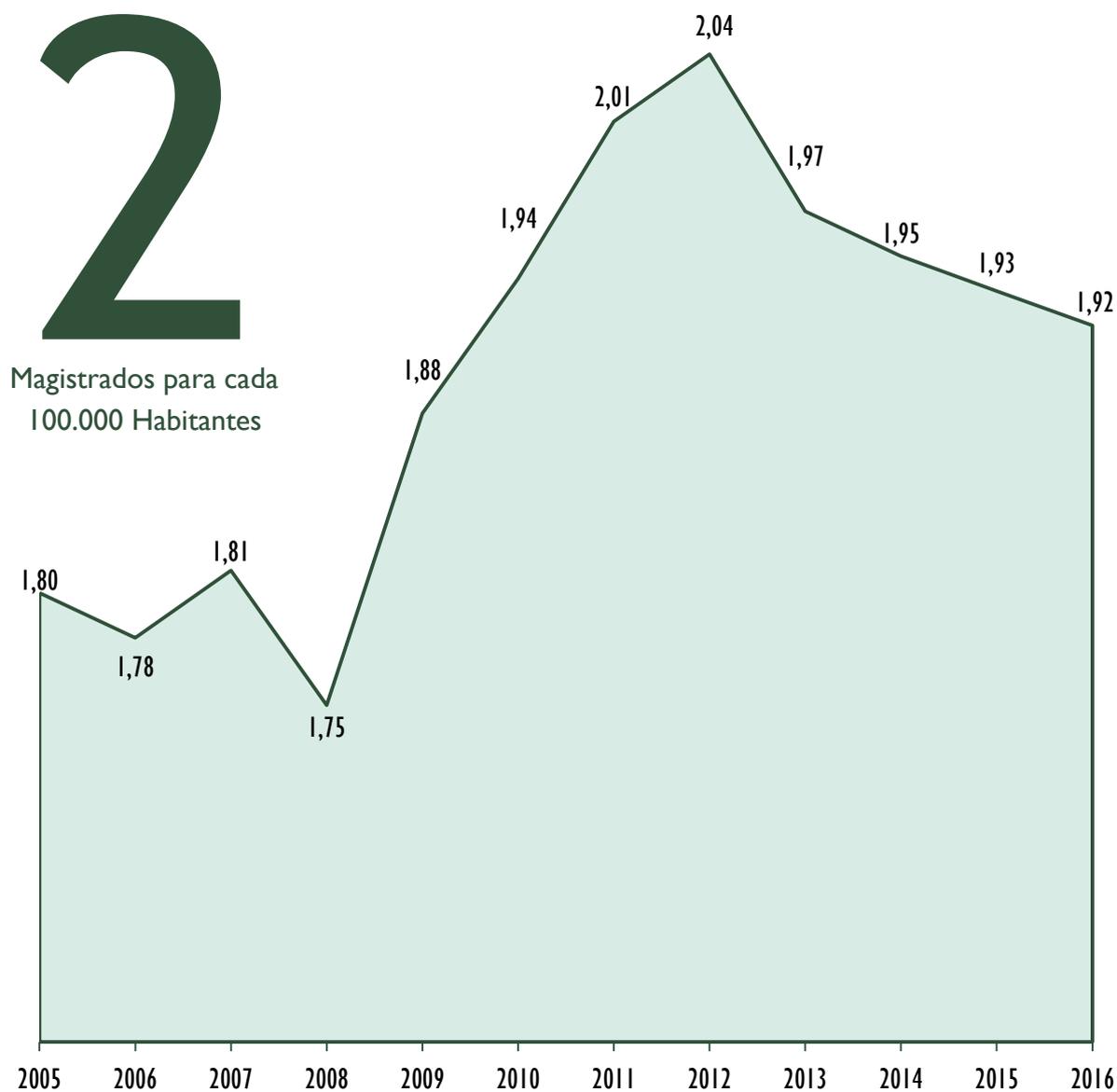
Figura 1.15. Cargos e Funções Comissionadas na Justiça do Trabalho, 2016.



I.3. Magistrados por 100.000 Habitantes

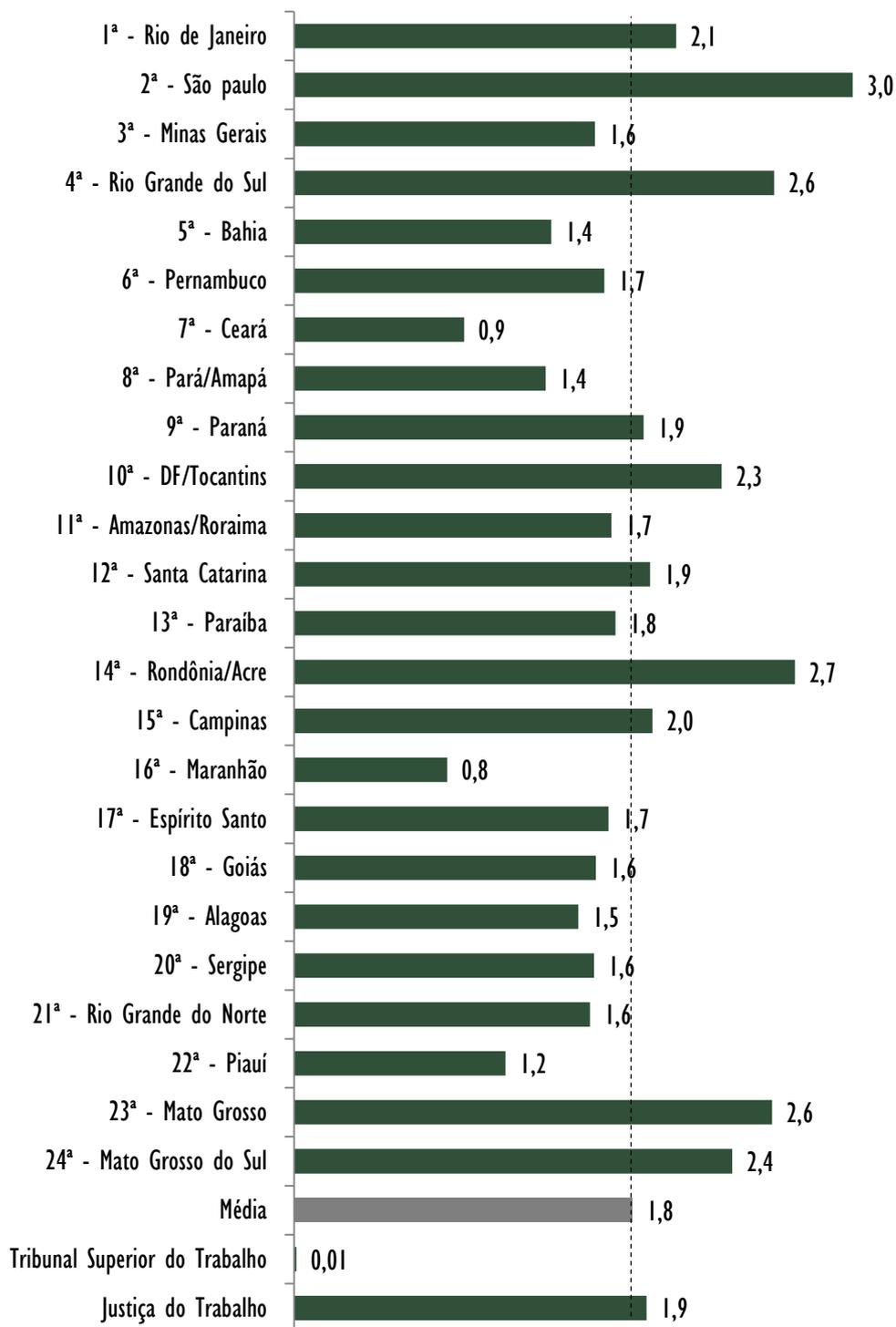
Considerando o total de cargos existentes na Justiça do Trabalho, há 1,9 magistrados para cada 100.000 habitantes, 0,8% a menos que em 2015.

Figura I.16. Magistrados a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2005-2016.



A média entre as Regiões Judiciárias foi de 1,8 magistrados a cada 100.000 habitantes. Dentre os 24 TRTs, 10 apresentaram o indicador acima dessa média: 1ª, 2ª, 4ª, 9ª, 10ª, 12ª, 14ª, 15ª, 23ª e 24ª Regiões. A 2ª Região apresentou o maior quantitativo, 3,0, e a 16ª Região, o menor, 0,8.

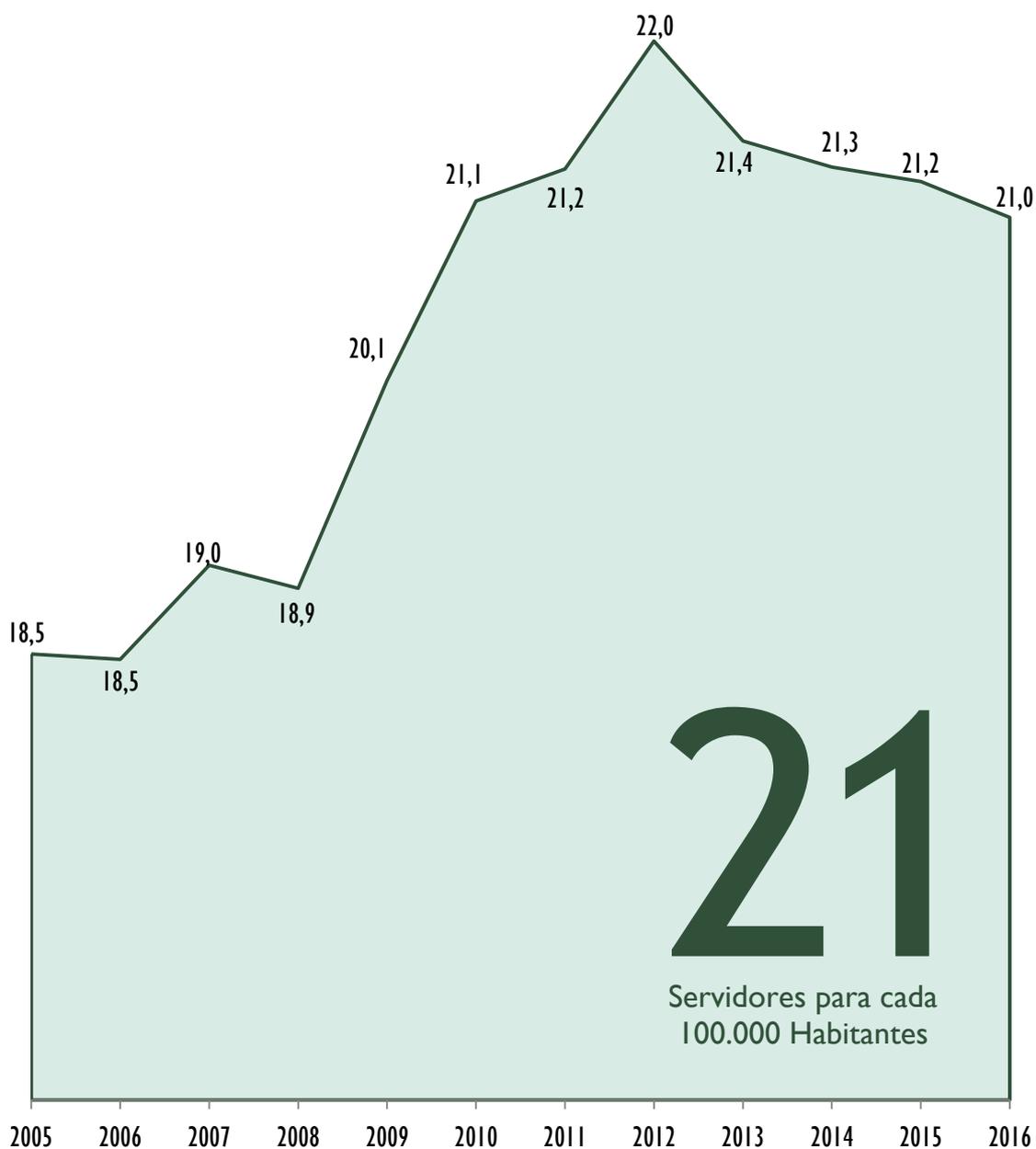
Figura I.17. Magistrados a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2016.



I.4. Servidores por 100.000 habitantes

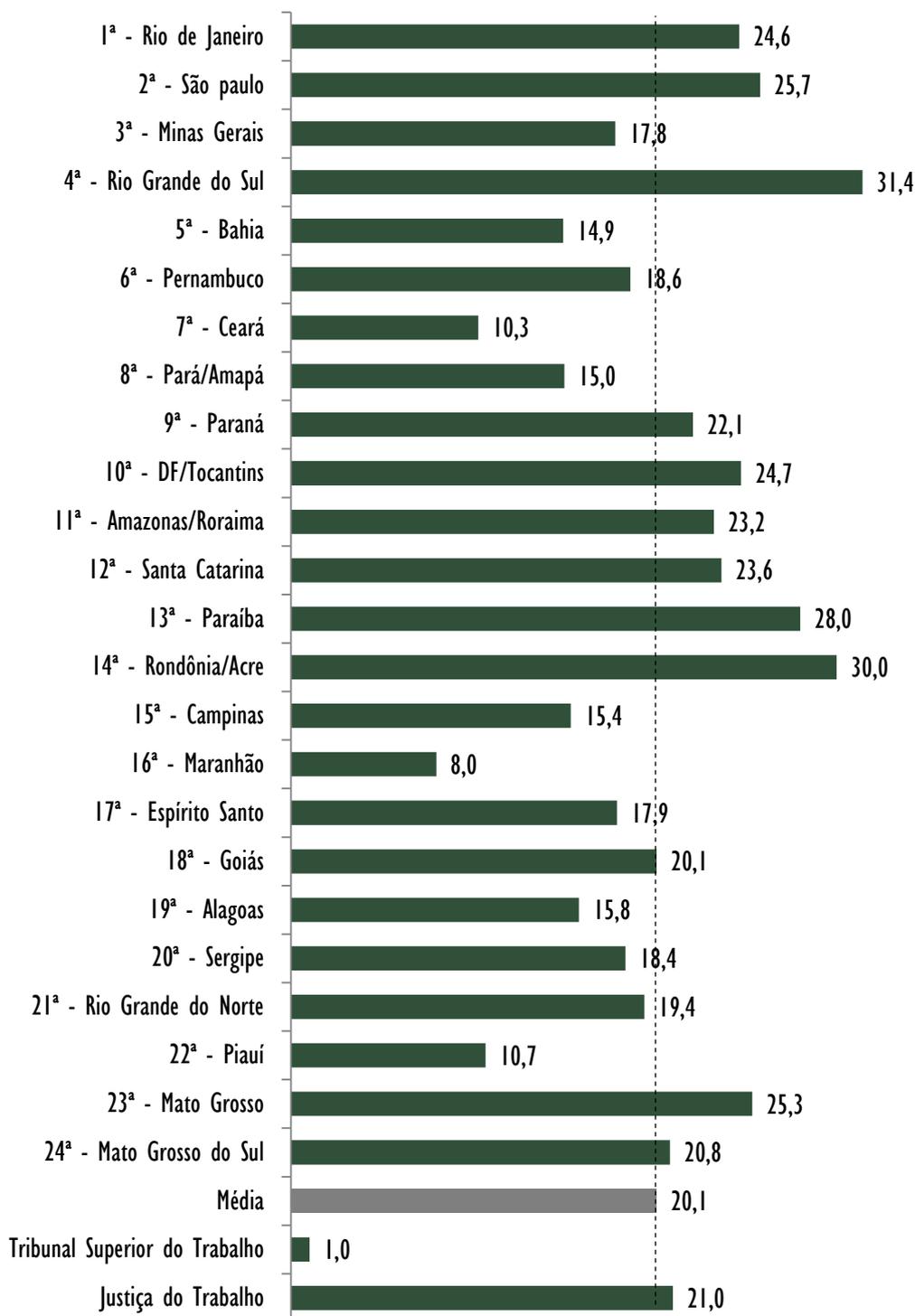
Considerando o total de cargos existentes na Justiça do Trabalho, há 21 servidores para cada 100.000 habitantes, praticamente o mesmo quantitativo que em 2015.

Figura I.18. Servidores a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2005-2016.



A média entre as Regiões Judiciárias foi de 20,1 servidores a cada 100.000 habitantes. Dentre os 24 TRTs, 11 apresentaram o indicador acima dessa média: 1ª, 2ª, 4ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 23ª e 24ª Regiões. A 4ª Região apresentou o maior quantitativo, 31,4, e a 16ª Região, o menor, 8,0.

Figura 1.19. Servidores a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2016.

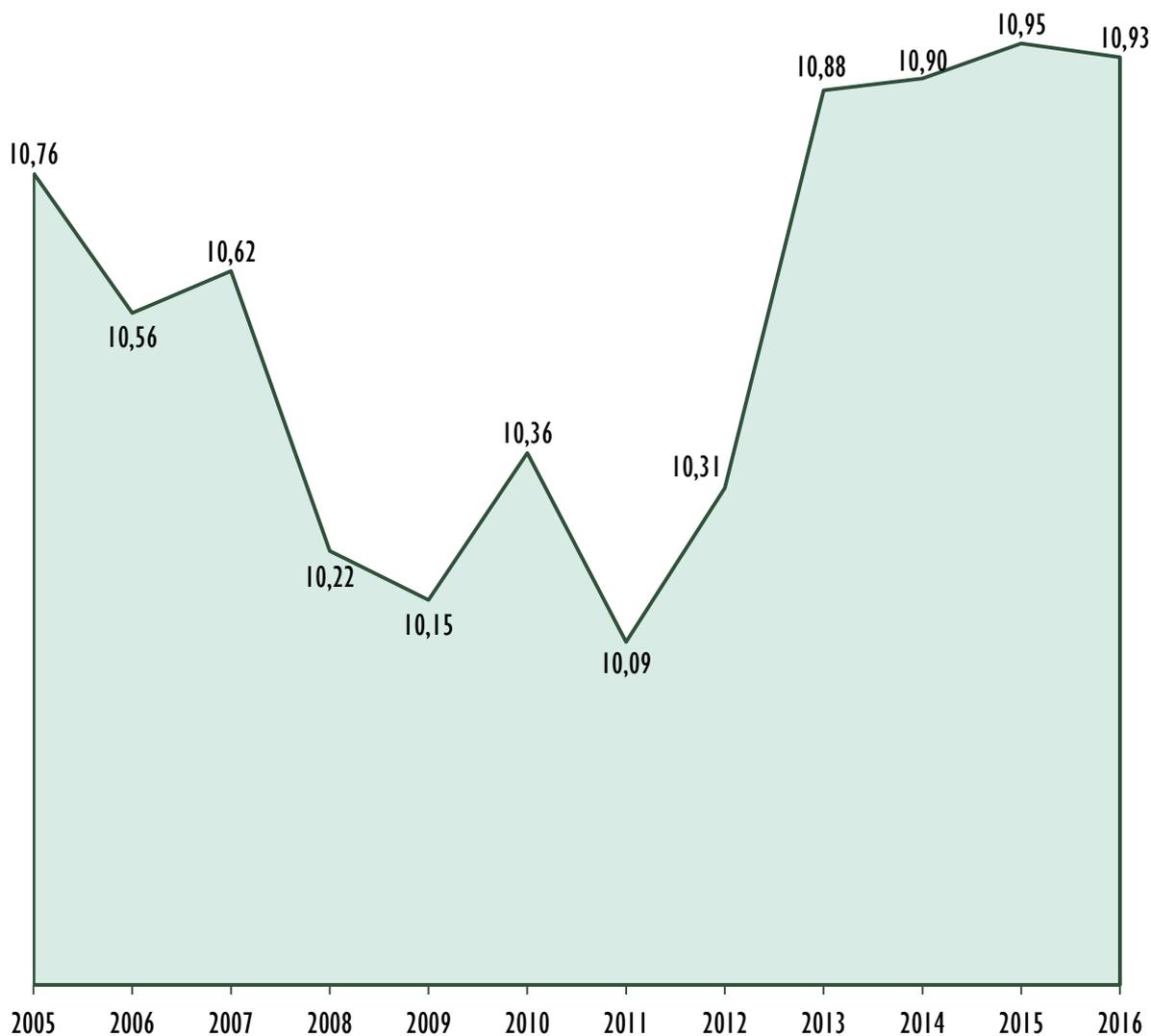


I.5. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado

Considerando o total de cargos existentes na Justiça do Trabalho, há 10,9 servidores do Quadro Permanente para cada magistrado, praticamente o mesmo quantitativo que em 2015.

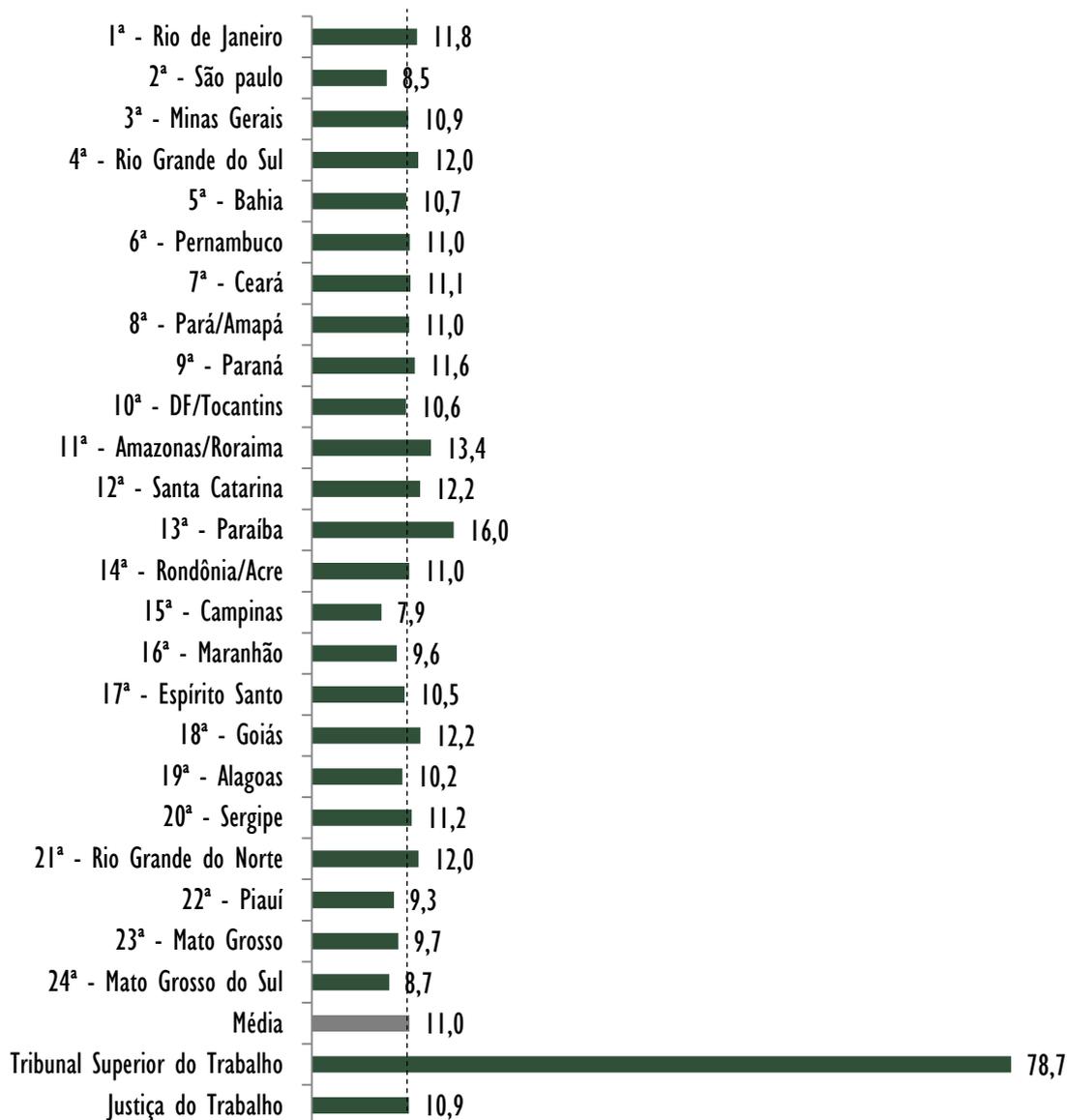


Figura I.20. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2005-2016.



Houve uma redução de apenas 0,2% em relação a 2015, no quantitativo de Servidores do Quadro Permanente para cada magistrado nas Regiões Judiciárias. Dentre as Regiões Judiciárias, a com maior quantitativo de Servidores do Quadro Permanente por Magistrado foi a 13ª Região, com 16,0. Outras 10 Regiões apresentaram índices superiores à média nacional: 1ª, 4ª, 7ª, 9ª, 11ª, 12ª, 13ª, 18ª, 20ª e 21ª Regiões.

Figura 1.21. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2016.



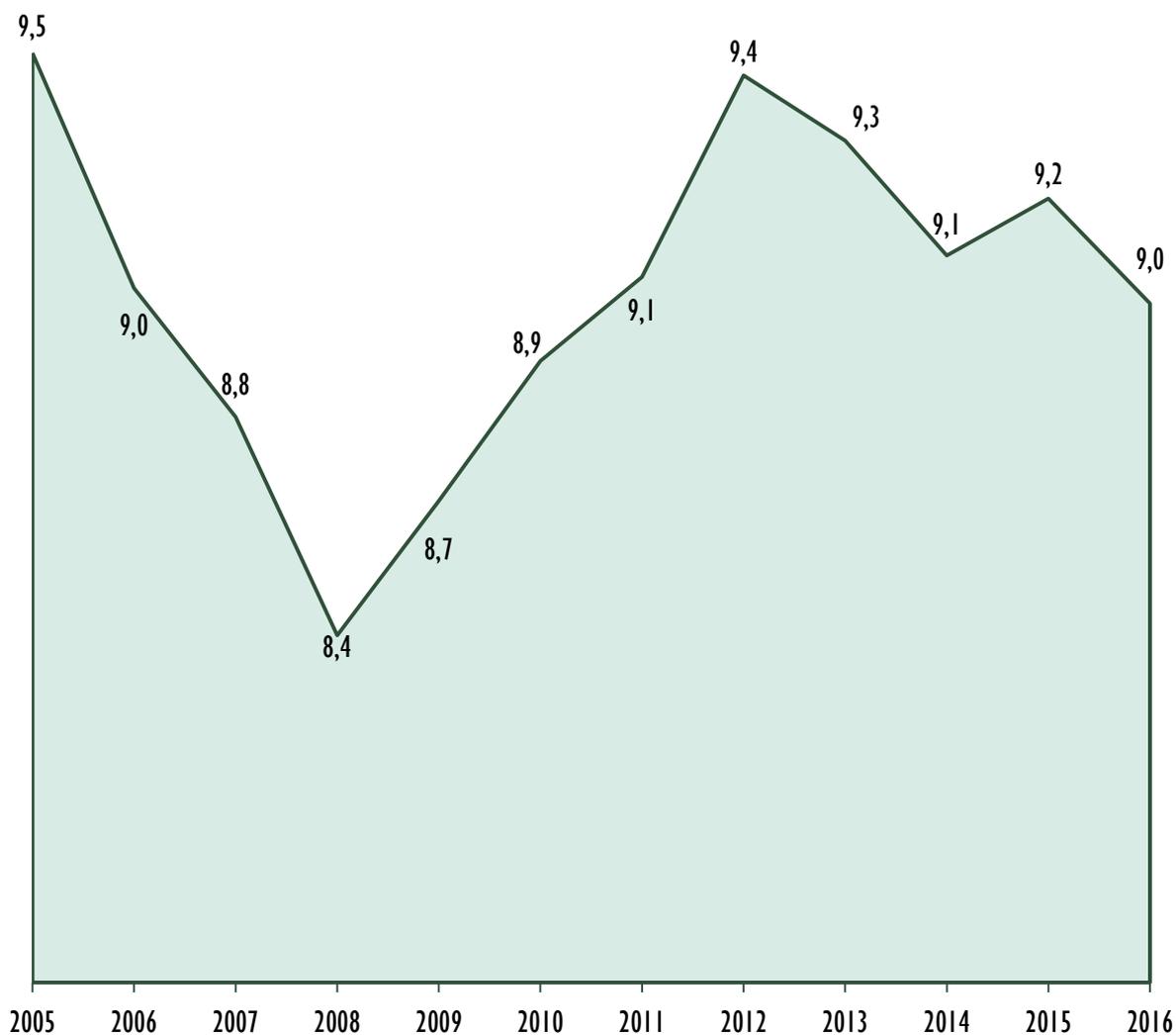
Dentre as Regiões Judiciárias, os dois TRTs de São Paulo possuem os menores quantitativos.

I.6. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado

Considerando o total de servidores em atividade na Área Judiciária, há 9,0 servidores para cada magistrado da Justiça do Trabalho, 2,1% a menos que em 2015.

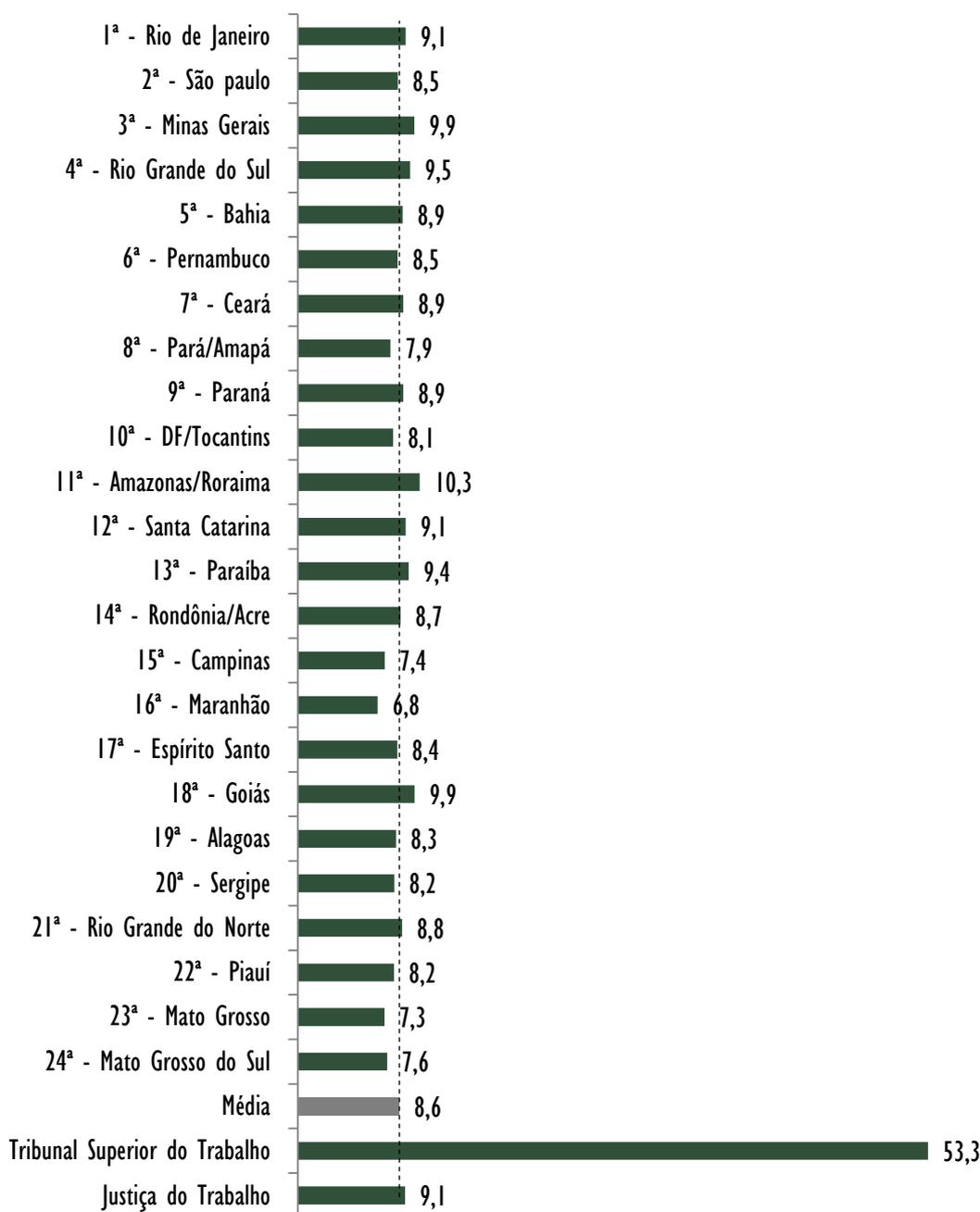


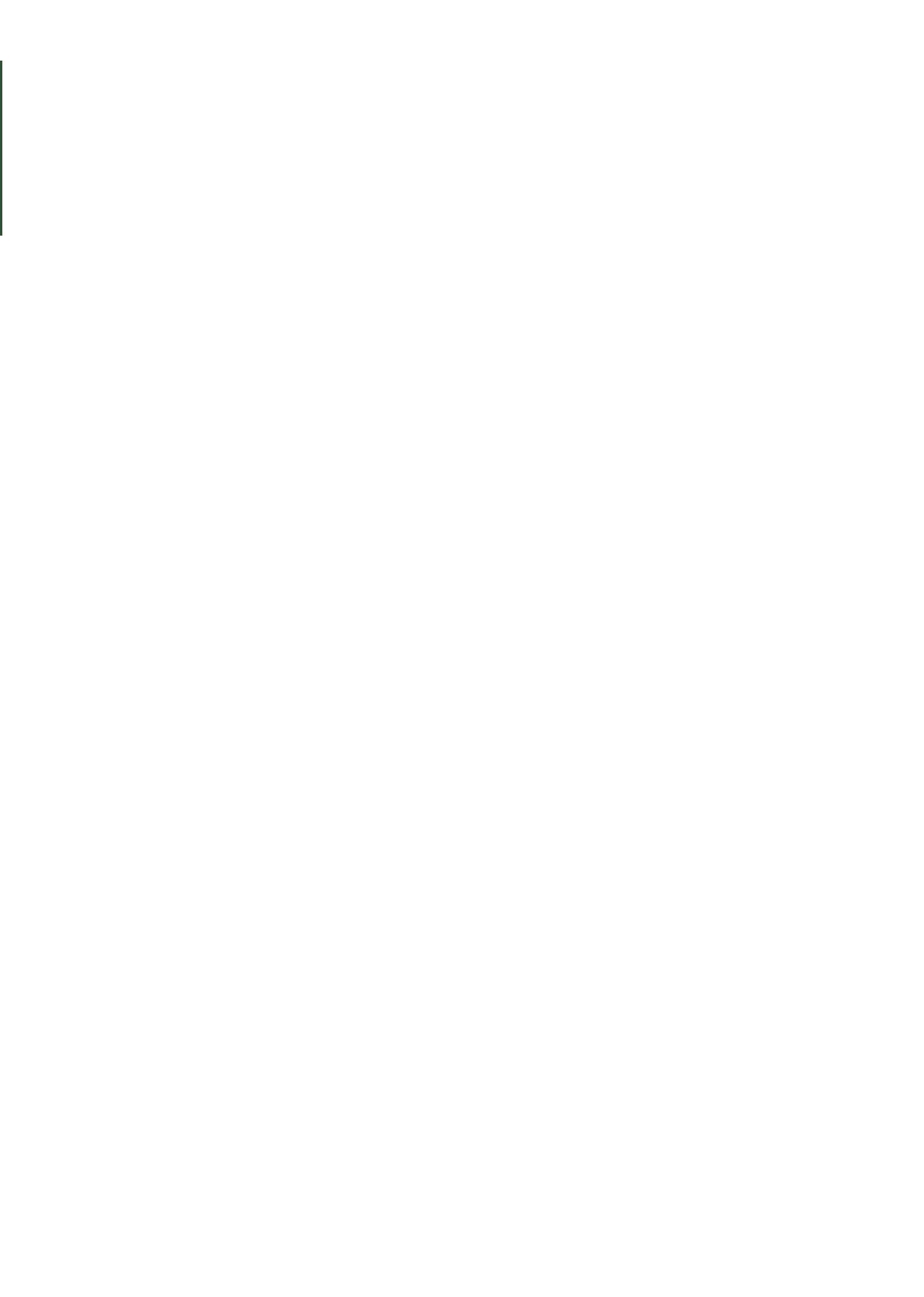
Figura I.22. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2005-2016.



Houve uma redução de 2,0% em relação a 2015, no quantitativo de Servidores em atividade na Área Judiciária para cada magistrado nas Regiões Judiciárias. Dentre as Regiões Judiciárias, as com maiores quantitativos de Servidores na Área Judiciária por Magistrado foram a 11ª, 18ª, 3ª e 4ª Regiões, com 10,32, 9,89, 9,86 e 9,51 respectivamente. Outras 8 Regiões apresentaram índices superiores à média nacional: 1ª, 5ª, 7ª, 9ª, 12ª, 13ª, 14ª e 21ª Regiões.

Figura 1.23. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2016.





DESPESA, ARRECADAÇÃO E PAGAMENTOS

2

2.1. Despesa por Habitante

A despesa da Justiça do Trabalho, para cada habitante do País, foi de R\$ 85,16. Com a atualização do valor da despesa de 2015 pelo IPCA, verificou-se decréscimo de 5,2% em relação ao ano anterior.

Figura 2.1. Despesa da Justiça do Trabalho por Habitante (em Reais). 2005-2016.

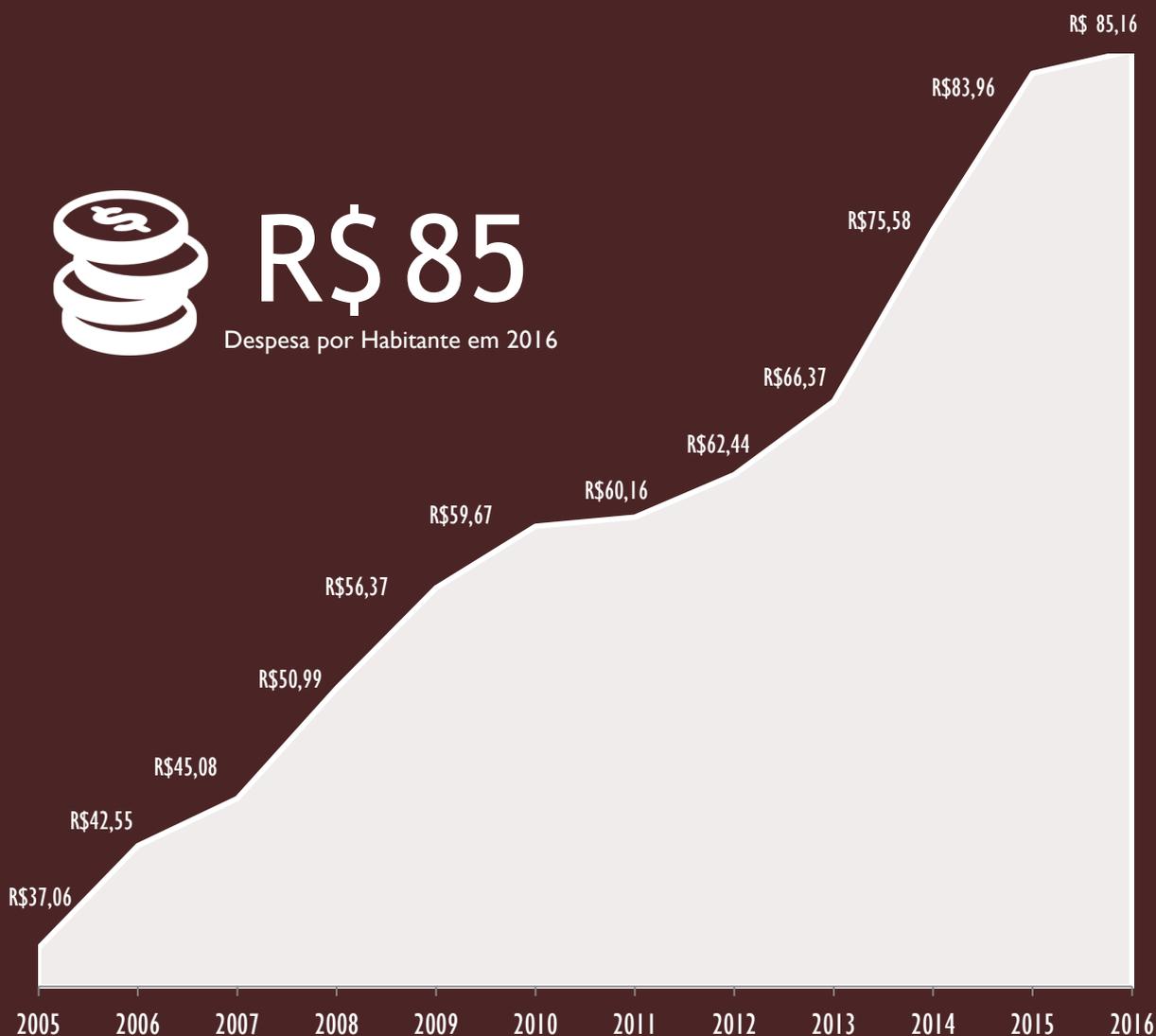
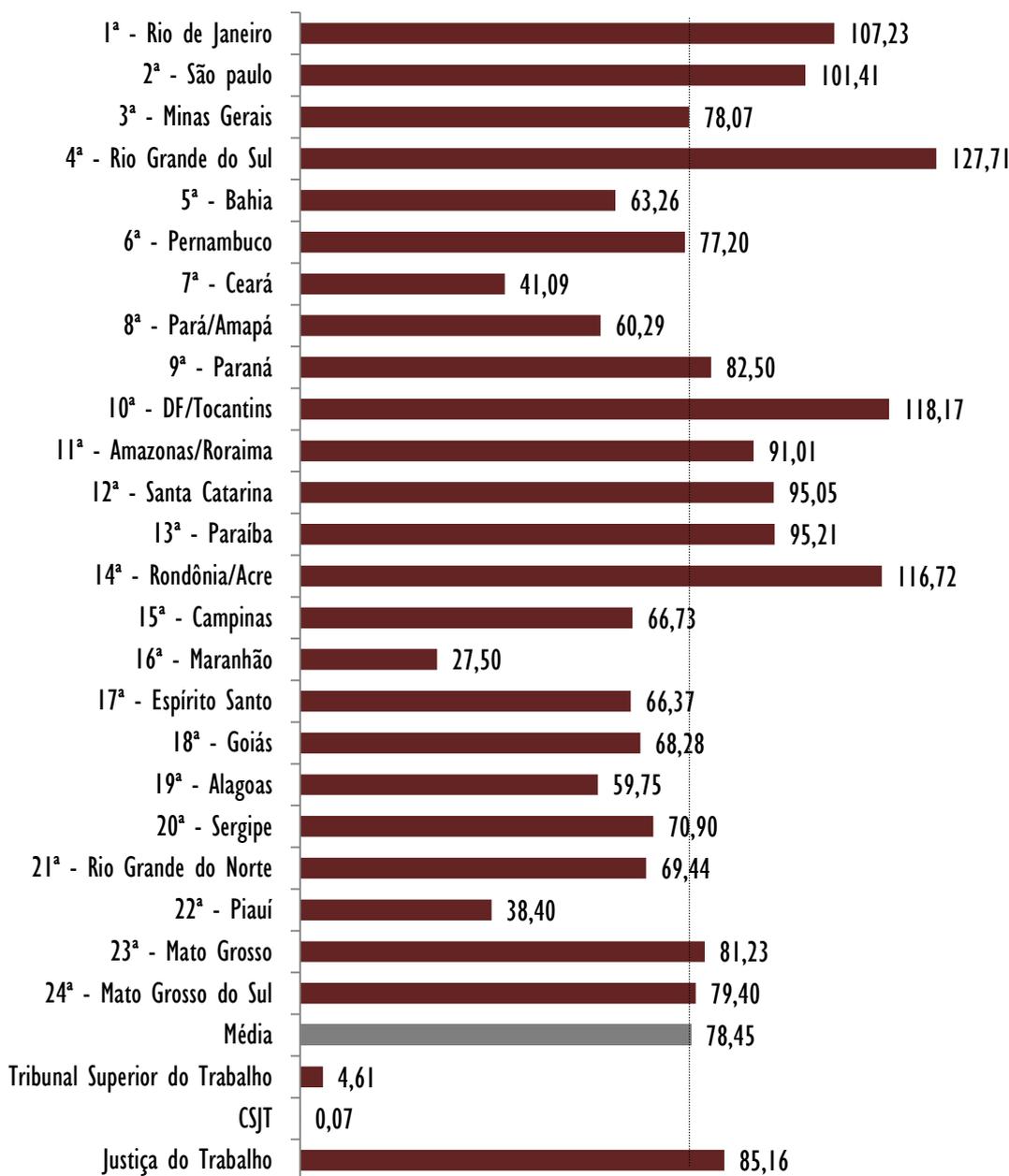




Figura 2.2. Despesa da Justiça do Trabalho por Habitante (em Reais). 2016.



Onze Regiões apresentaram despesa por habitante superior à média nacional: 1ª, 2ª, 4ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 23ª e 24ª Regiões.

2.2. Despesa por Caso Novo

A despesa da Justiça do Trabalho, em relação a cada Caso Novo, foi de R\$ 4.742,13, 9,7% a menos que em 2015. Ressalta-se que o cálculo dessa variação percentual considerou a despesa em 2015 atualizada pelo IPCA.

Figura 2.3. Despesa da Justiça do Trabalho por Caso Novo (em Reais). 2011-2016.

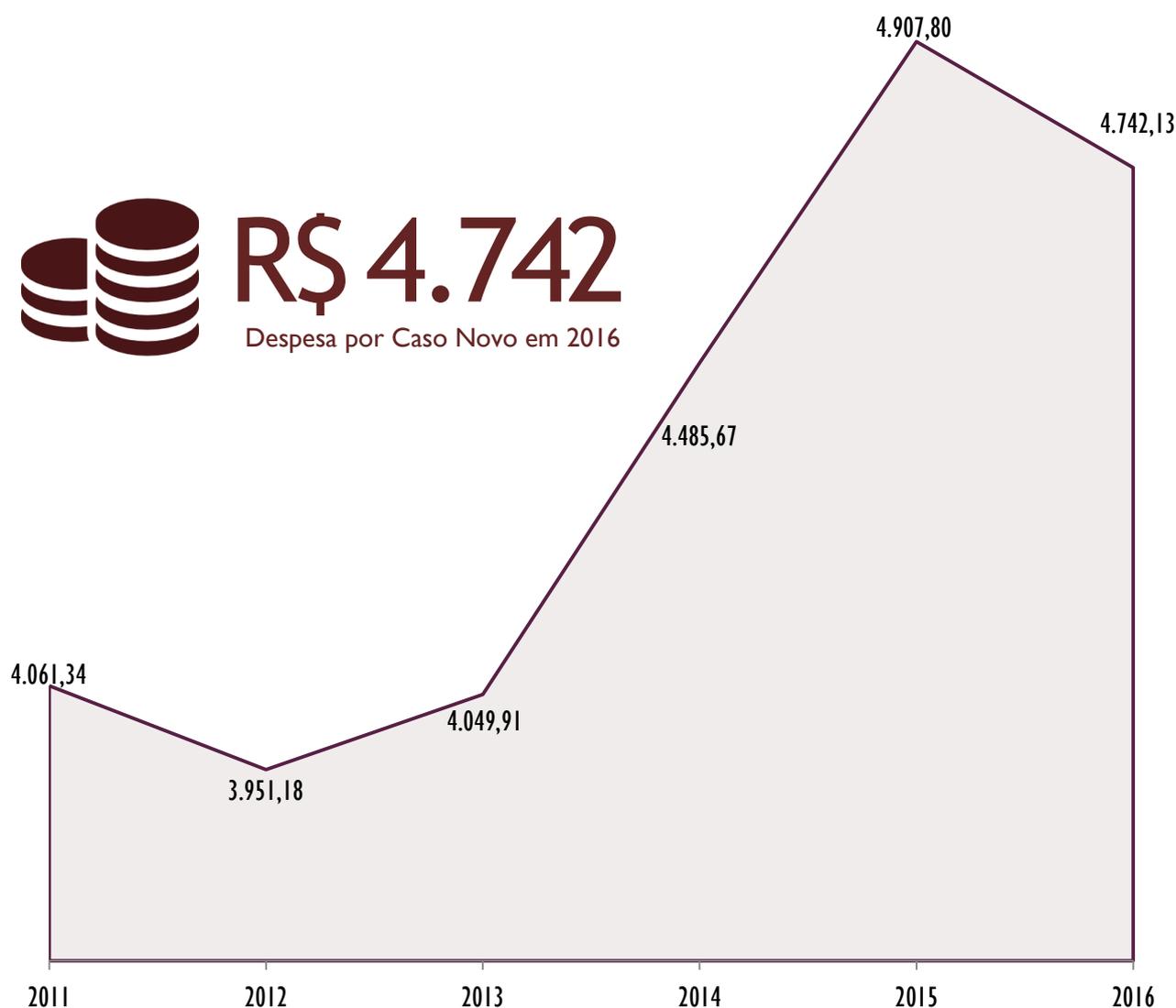
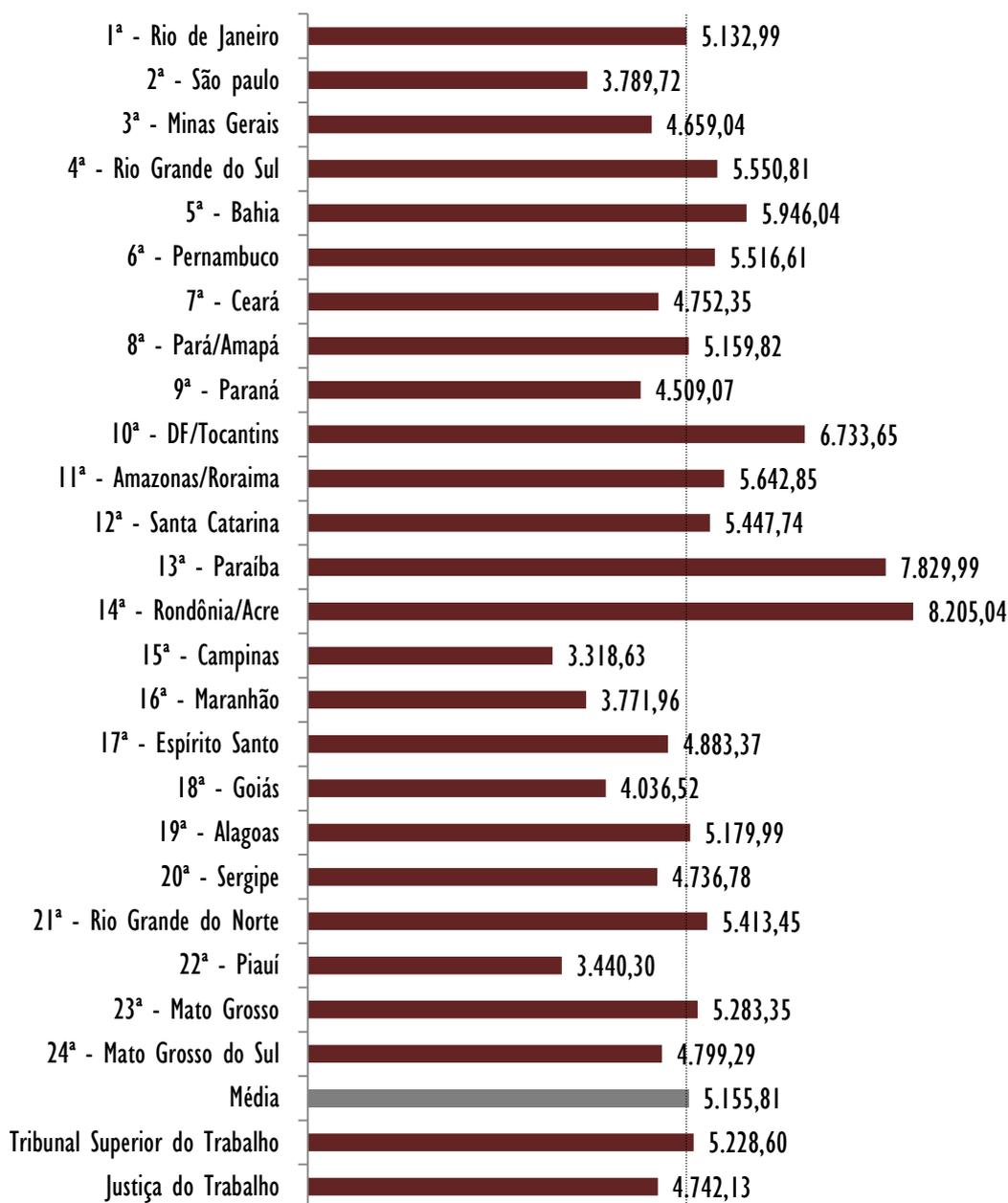




Figura 2.4. Despesa da Justiça do Trabalho por Caso Novo (em Reais). 2016.



Doze Regiões apresentaram despesa por Caso Novo superior à média nacional: 4ª, 5ª, 6ª, 8ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 19ª, 21ª e 23ª Regiões.

2.3. Orçamento e Despesas

Tabela 2.1. Orçamento e Despesas da Justiça do Trabalho (em Reais). 2016.

Região Judiciária	Orçamento	Saldo Final	Valores Contingenciados	Despesas
TST	957.059.364,00	7.366.132,43	-	949.508.865,04
CSJT	14.175.393,00	128.588,86	-	14.046.804,14
1ª - RJ	1.814.847.434,00	31.036.773,03	-	1.783.810.660,97
2ª - SP	2.330.465.714,00	879.006,75	-	2.329.586.643,25
3ª - MG	1.650.959.559,00	10.295.367,96	-	1.640.663.911,04
4ª - RS	1.448.893.220,00	6.756.327,74	-	1.442.136.892,26
5ª - BA	1.151.011.995,00	53.879.666,52	-	967.622.418,52
6ª - PE	732.011.879,00	4.135.032,74	-	726.916.847,06
7ª - CE	373.863.778,00	5.291.268,63	-	368.572.509,37
8ª - PA e AP	548.286.538,00	1.065.365,01	-	545.924.364,59
9ª - PR	961.630.445,00	24.789.100,40	-	927.809.736,60
10ª - DF e TO	536.007.109,00	1.799.831,09	-	534.207.276,91
11ª - AM e RR	428.232.988,00	16.099.145,19	-	410.980.285,81
12ª - SC	662.291.021,00	4.831.893,93	-	656.818.080,07
13ª - PB	381.509.425,00	705.765,19	-	380.803.659,81
14ª - RO e AC	306.854.242,00	2.315.453,41	-	304.538.788,59
15ª - Campinas/SP	1.458.905.208,00	179.203,72	-	1.458.726.004,28
16ª - MA	193.411.920,00	2.173.405,84	-	191.238.514,16
17ª - ES	266.131.054,00	2.380.301,62	-	263.750.752,38
18ª - GO	459.907.406,00	2.747.036,19	-	457.160.369,81
19ª - AL	202.033.492,00	1.303.334,53	-	200.730.157,47
20ª - SE	163.493.629,00	2.615.028,33	-	160.643.241,67
21ª - RN	244.349.897,00	1.917.944,25	-	241.309.995,75
22ª - PI	124.913.732,00	1.465.894,10	-	123.433.517,51
23ª - MT	270.951.206,00	2.304.925,75	-	268.504.982,25
24ª - MS	215.123.613,00	2.126.619,18	-	212.968.639,82
Total	17.897.321.261,00	190.588.412,39	-	17.562.413.919,13

Notas: 1. Para efeitos dos dados coletados no SIAFI entenda-se orçamento como Dotação Atualizada, saldo final como crédito disponível e despesa como despesas empenhadas.

2. Foram desconsideradas dos valores acima as ações relativas a precatórios e requisições de pequeno valor.

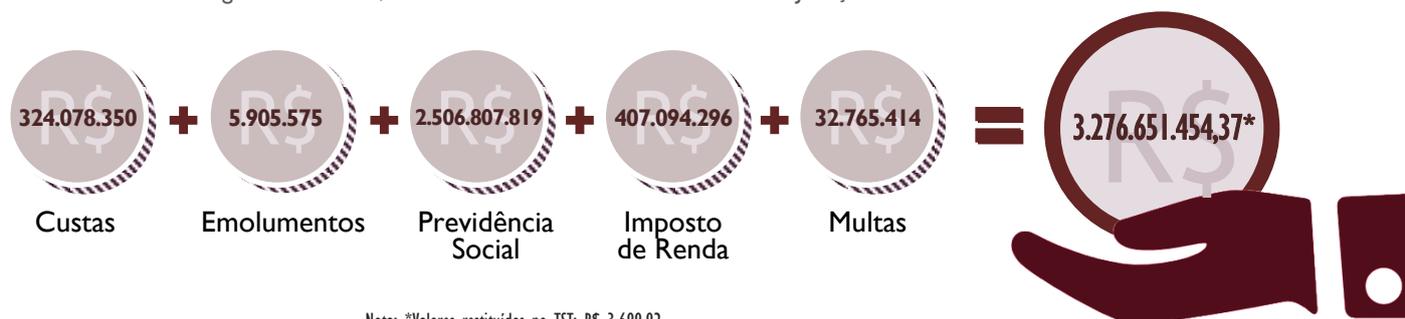
3. Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

2.4. Arrecadação de Custas, Emolumentos e Tributos

A arrecadação da Justiça do Trabalho decorrente de suas decisões aumentou 9,2% em relação a 2015, totalizando R\$ 3.276.651.454,37. Ressalta-se que o cálculo dessa variação percentual considerou o valor arrecadado em 2015 atualizado pelo IPCA.

Figura 2.5. Custas, Emolumentos e Tributos arrecadados na Justiça do Trabalho. 2016.



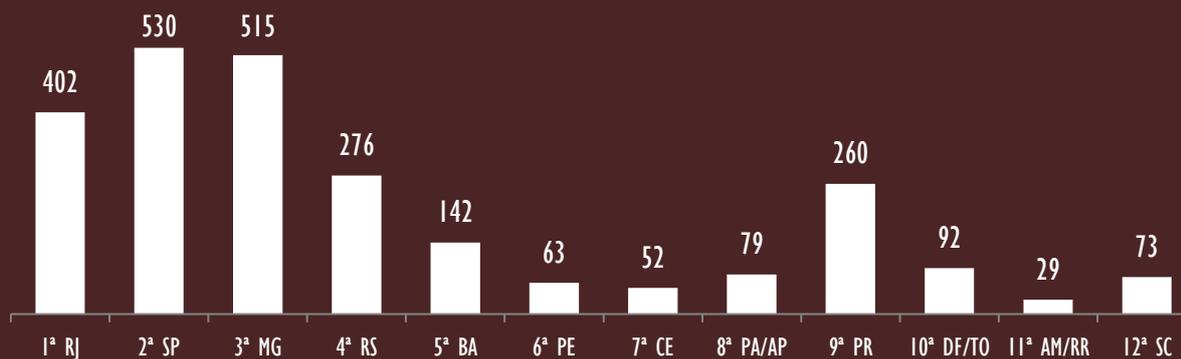
Nota: *Valores restituídos no TST: R\$ 3.699,92.

Tabela 2.2. Arrecadação na Justiça do Trabalho por Região Judiciária (em Reais). 2016.

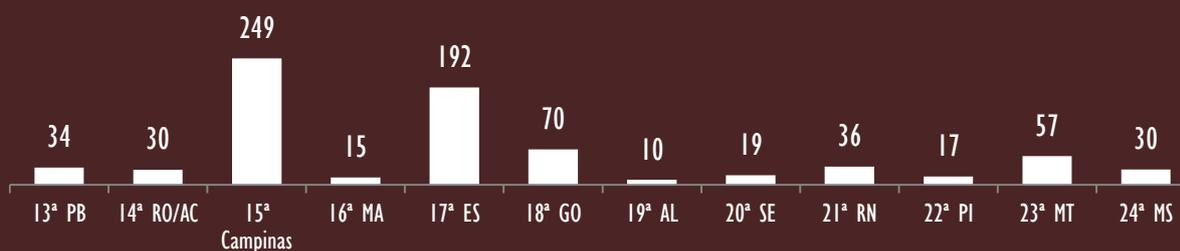
Região Judiciária	Custas Arrecadadas	Emolumentos Arrecadados	Previdência Social
TST	2.897.046,87	51.720,37	
1ª - RJ	18.642.999,35	1.246.297,27	328.237.396,95
2ª - SP	58.974.450,92	252.820,61	392.289.898,00
3ª - MG	37.583.360,08	785.671,83	395.740.226,34
4ª - RS	30.786.540,76	92.545,13	195.514.900,80
5ª - BA	26.934.903,33	146.778,62	97.274.835,51
6ª - PE	6.649.451,33	41.454,30	53.944.809,74
7ª - CE	3.648.710,13	17.764,78	34.353.043,49
8ª - PA e AP	11.399.409,66	32.166,07	58.983.268,88
9ª - PR	43.736.034,91	54.798,69	173.487.411,30
10ª - DF e TO	11.627.396,24	836.841,54	66.326.223,54
11ª - AM e RR	2.799.548,07	58.367,40	21.655.365,13
12ª - SC	8.166.995,05	11.520,69	59.977.746,12
13ª - PB	3.166.399,21	196.099,37	28.722.145,47
14ª - RO e AC	2.940.269,36	192.550,64	21.342.545,92
15ª - Campinas/SP	18.184.677,62	691.690,96	207.987.280,10
16ª - MA	1.282.469,61	2.095,93	11.203.479,35
17ª - ES	6.565.929,90	10.259,02	164.159.771,90
18ª - GO	13.602.026,68	505.853,97	51.447.965,94
19ª - AL	1.529.114,87	596.108,91	7.376.643,99
20ª - SE	2.175.215,81	6.989,87	13.827.169,76
21ª - RN	2.500.204,00	6.647,59	32.336.889,85
22ª - PI	996.022,23	4.737,84	15.335.719,82
23ª - MT	4.654.103,11	51.619,19	50.276.028,68
24ª - MS	2.635.071,02	12.174,35	25.007.052,47
Total	324.078.350,12	5.905.574,94	2.506.807.819,05

Notas: 1) % calculado sobre o total no País;
 2) * Valores restituídos no TST: R\$ 3.699,92.
 3) Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.6. Arrecadação da Justiça do Trabalho por Região Judiciária (em Milhões de Reais). 2016



Imposto de Renda	Multas Aplicadas pelo Órgão de Fiscalização	Total	
		Valor	%
		2.948.767,24 ^(*)	0,1%
51.307.921,84	2.732.257,13	402.166.872,54	12,3%
78.655.005,72	-	530.172.175,25	16,2%
79.307.993,06	2.059.329,21	515.476.580,52	15,7%
49.517.349,20	105.561,82	276.016.897,71	8,4%
17.462.695,10	363.108,08	142.182.320,64	4,3%
1.921.110,53	19.181,36	62.576.007,26	1,9%
1.997.639,56	12.329.869,62	52.347.027,58	1,6%
5.628.166,30	3.068.013,45	79.111.024,36	2,4%
37.487.830,12	4.863.861,01	259.629.936,03	7,9%
12.788.957,33	137.018,15	91.716.436,80	2,8%
2.834.084,89	1.175.966,52	28.523.332,01	0,9%
4.252.154,82	1.085.999,26	73.494.415,94	2,2%
1.927.956,78	2.144,58	34.014.745,41	1,0%
5.191.881,48	394.412,56	30.061.659,96	0,9%
21.739.916,19	713.785,04	249.317.349,91	7,6%
949.895,03	1.382.202,97	14.820.142,89	0,5%
21.107.392,14	455.784,74	192.299.137,70	5,9%
4.416.319,32	342.816,18	70.314.982,09	2,1%
771.536,31	2.211,01	10.275.615,09	0,3%
2.979.485,72	59.972,94	19.048.834,10	0,6%
1.129.065,13	219,66	35.973.026,23	1,1%
575.428,81	27.784,59	16.939.693,29	0,5%
1.736.404,88	174.296,17	56.892.452,03	1,7%
1.408.105,79	1.269.618,16	30.332.021,79	0,9%
407.094.296,05	32.765.414,21	3.276.651.454,37	100,0%



2.5. Valores Pagos aos Reclamantes

Foram pagos aos reclamantes, R\$ 24.358.563.331,43. Os valores pagos decorrentes de acordos judiciais representaram 37,1% do total e aumentaram 18,0% em relação a 2015.

Os valores pagos decorrentes da execução da sentença representaram 52,8% e aumentaram 33,0%.

Ressalta-se que, para o cálculo da variação percentual, foi considerada a atualização monetária pelo IPCA dos valores pagos em 2015.

Figura 2.7. Valores Pagos aos Reclamantes. 2015-2016.

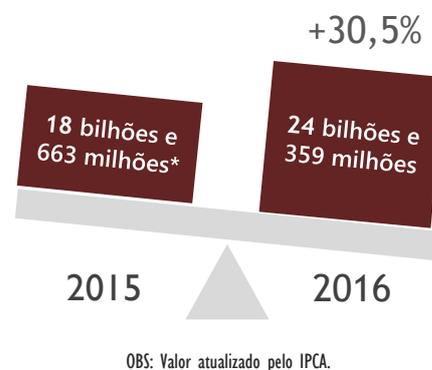
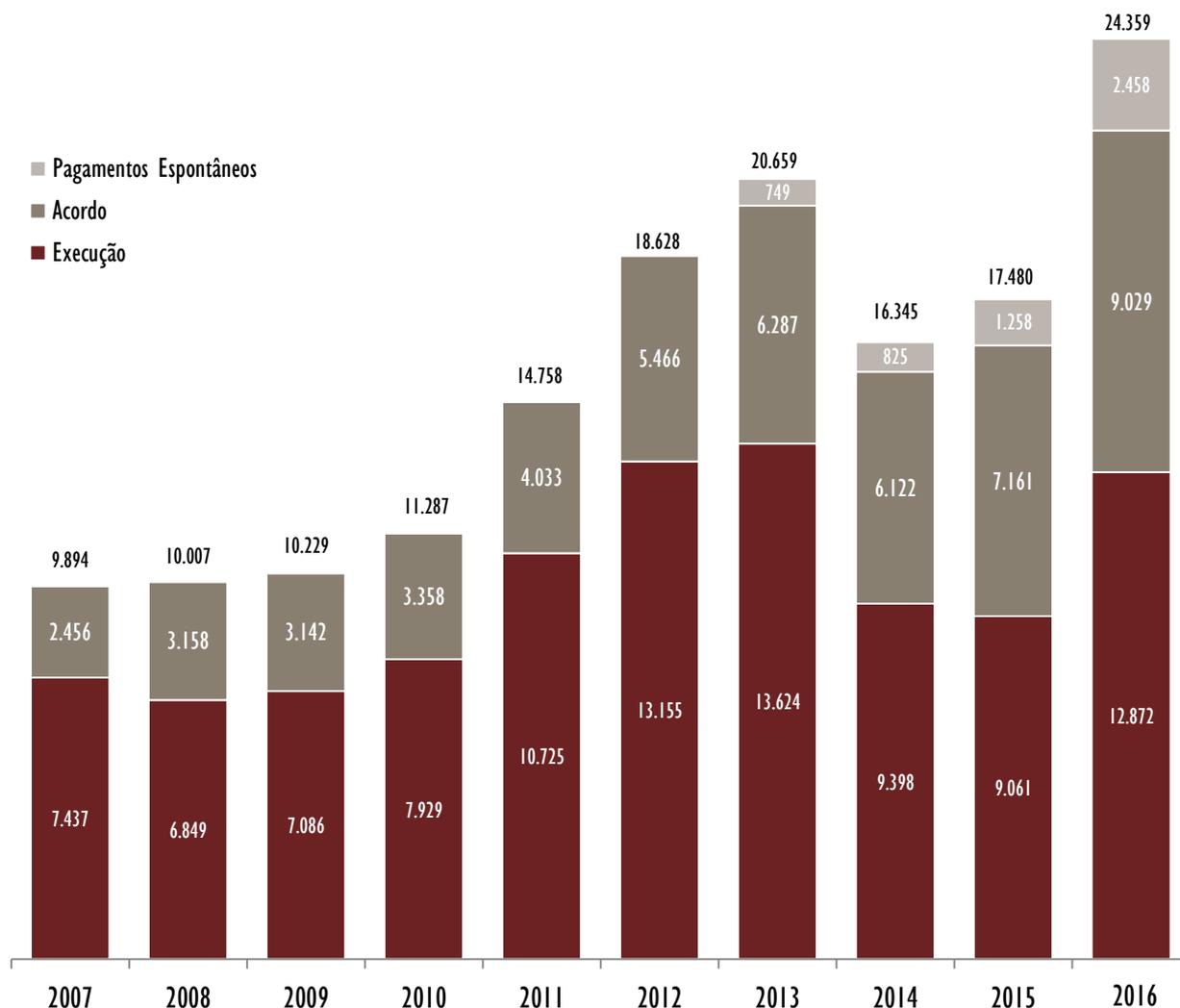


Figura 2.8. Valores Pagos aos Reclamantes (em Milhões de Reais). 2007-2016.



LITIGIOSIDADE

3

3.1. Casos Novos

No TST, foram recebidos 181.634 casos novos, 12,8% a menos que em 2015.

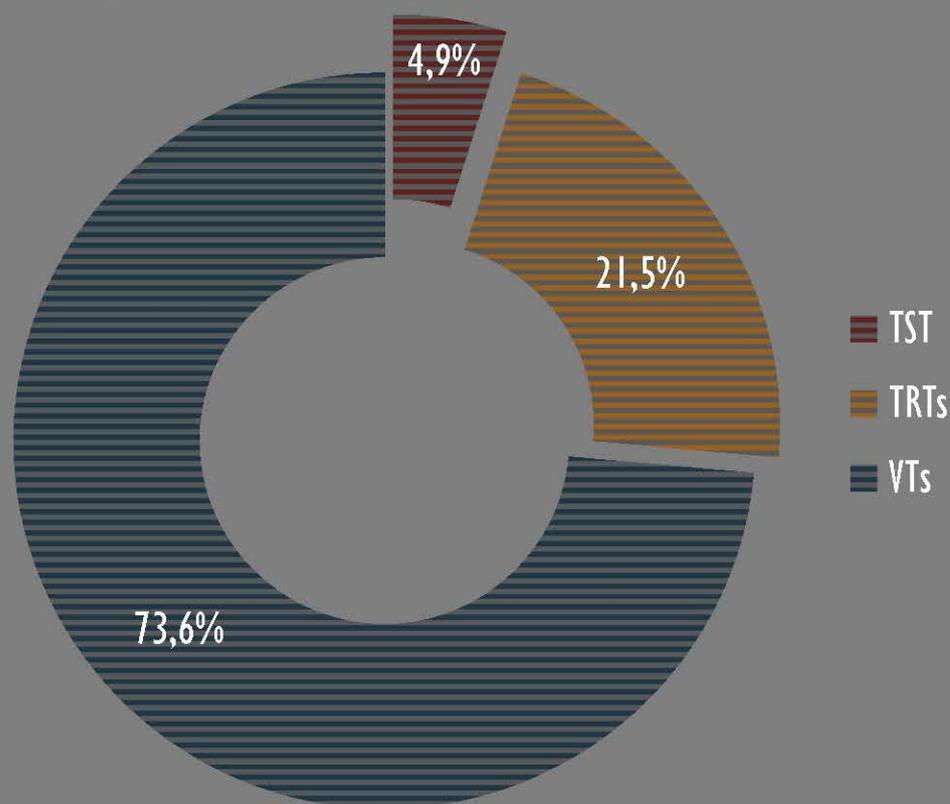
Nos TRTs, foram recebidos 795.934 casos novos, 19,2% a mais que em 2015.

Nas Varas, foram recebidos 2.723.074 casos novos, 4,1% a mais que em 2015. Os 3 estados com maior quantitativo de casos novos ajuizados foram São Paulo, com 29,3%, Rio de Janeiro, com 10,1%, e Minas Gerais, com 9,9%, todos estados da Região Sudeste, que, sozinha, ajuizou 50,7% dos casos novos no País. Os casos novos recebidos como rito sumaríssimo totalizaram 678.731 processos, 24,9% do total de ações ajuizadas; desde 2001, apenas a 7ª Região apresentou percentual superior a 50,0%. É importante destacar que todos os Estados da Região Sul apresentaram percentuais abaixo de 13,0% desde a instituição desse rito.

3.700.642

Casos Novos
recebidos na Justiça
do Trabalho
em 2016

Figura 3.1. Casos Novos na Justiça do Trabalho. 2016.



A tabela a seguir apresenta a distribuição das Varas segundo o quantitativo de casos novos recebidos.

Tabela 3.1. Distribuição das Varas de Acordo com o Intervalo em que se Enquadra o seu Quantitativo de Casos Novos. 2016.

Casos Novos	Varas do Trabalho	
	Quantidade	%
até 500	26	1,7%
de 501 a 1.000	127	8,1%
1.001 a 1.500	291	18,5%
1.501 a 2.000	596	37,9%
2.001 a 2.500	376	23,9%
2.501 a 3.000	114	7,3%
acima de 3.000	42	2,7%
Total	1.572	100,0%

Figura 3.2. Varas do Trabalho que receberam mais de 1.500 Casos Novos. 2016.



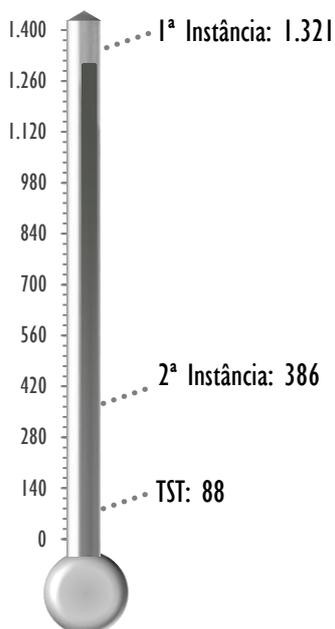
3.1.1. Casos Novos por 100.000 Habitantes

A cada 100.000 habitantes do país, 88 ingressaram com ação ou recurso no Tribunal Superior do Trabalho, 386 nos Tribunais Regionais do Trabalho e 1.321 nas Varas do Trabalho. Houve um aumento de 5,1% em relação a 2015 no quantitativo de casos novos na Justiça do Trabalho a cada 100.000 habitantes.

Figura 3.3. Casos Novos por 100.000 Habitantes na Justiça do Trabalho. 2016.

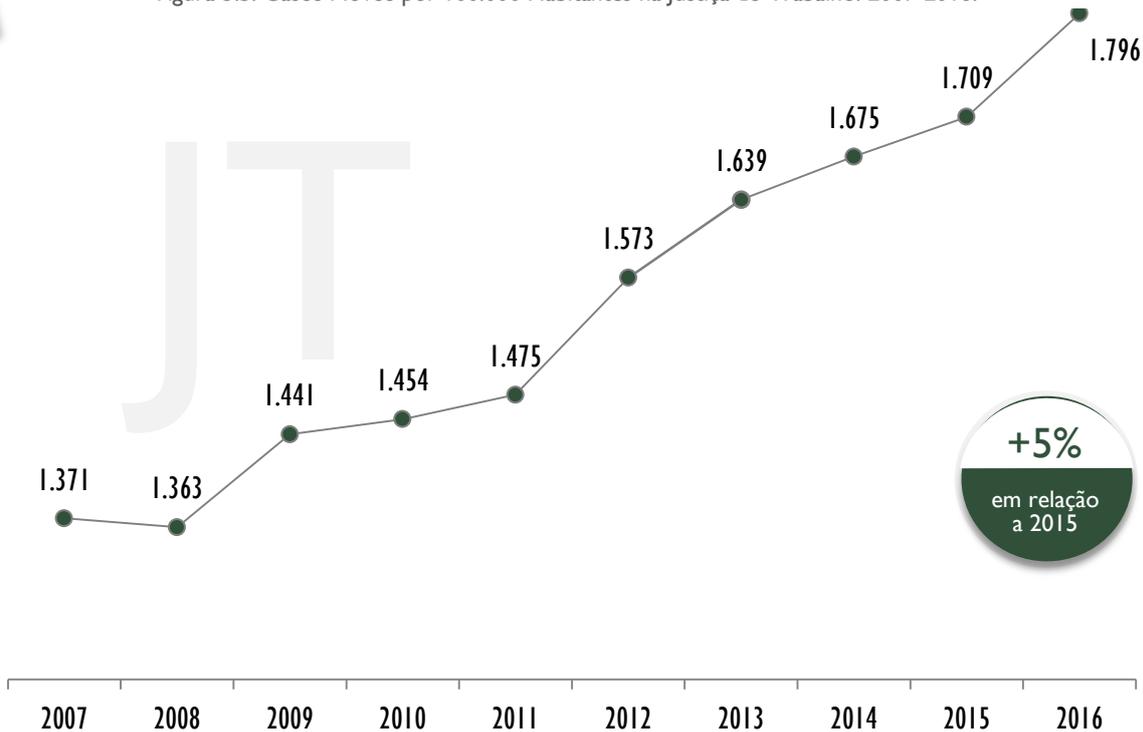


Figura 3.4. Casos Novos por 100.000 Habitantes nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.



Séries Históricas

Figura 3.5. Casos Novos por 100.000 Habitantes na Justiça do Trabalho. 2007-2016.



Litigiosidade

Figura 3.6. Casos Novos por 100.000 Habitantes no TST. 2007-2016.

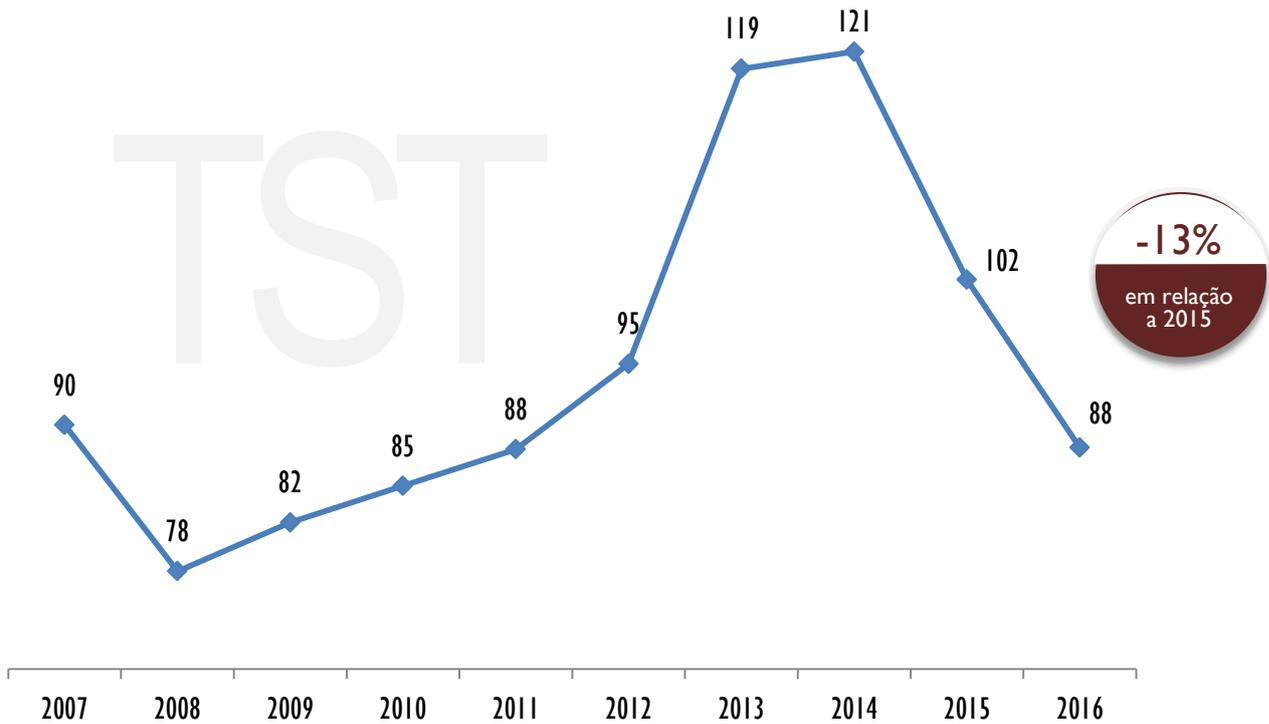


Figura 3.7. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 2ª Instância. 2007-2016.

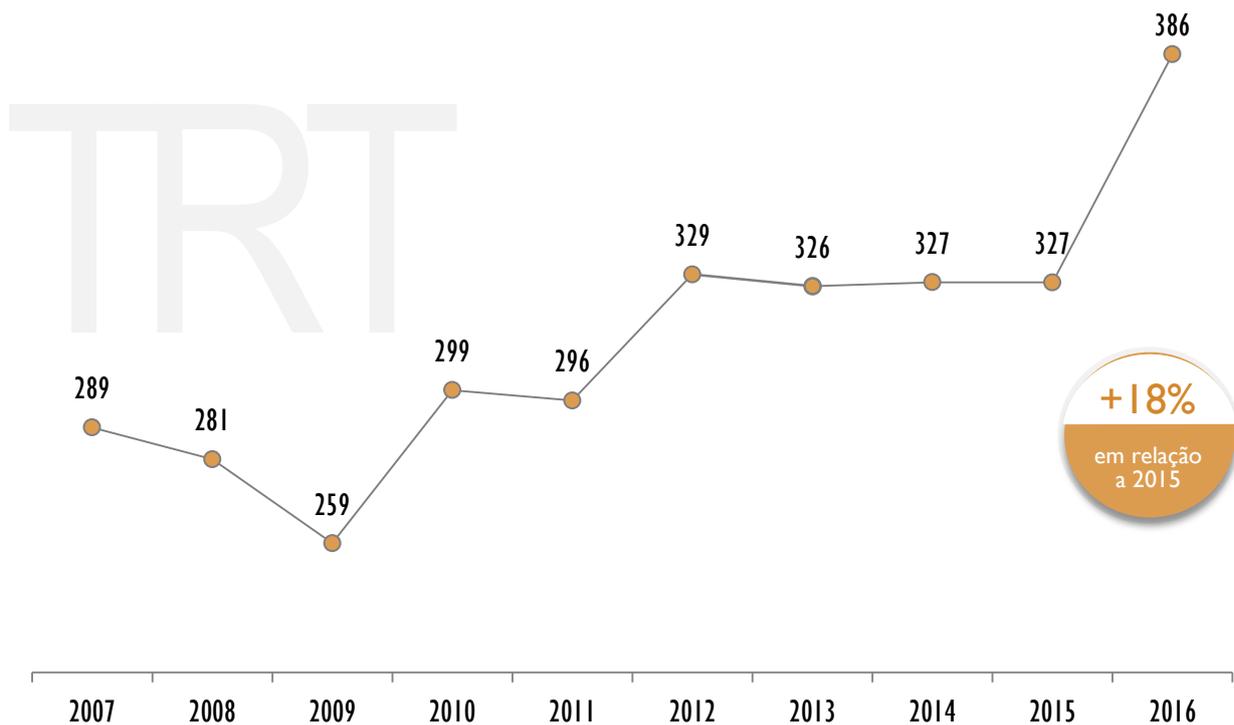
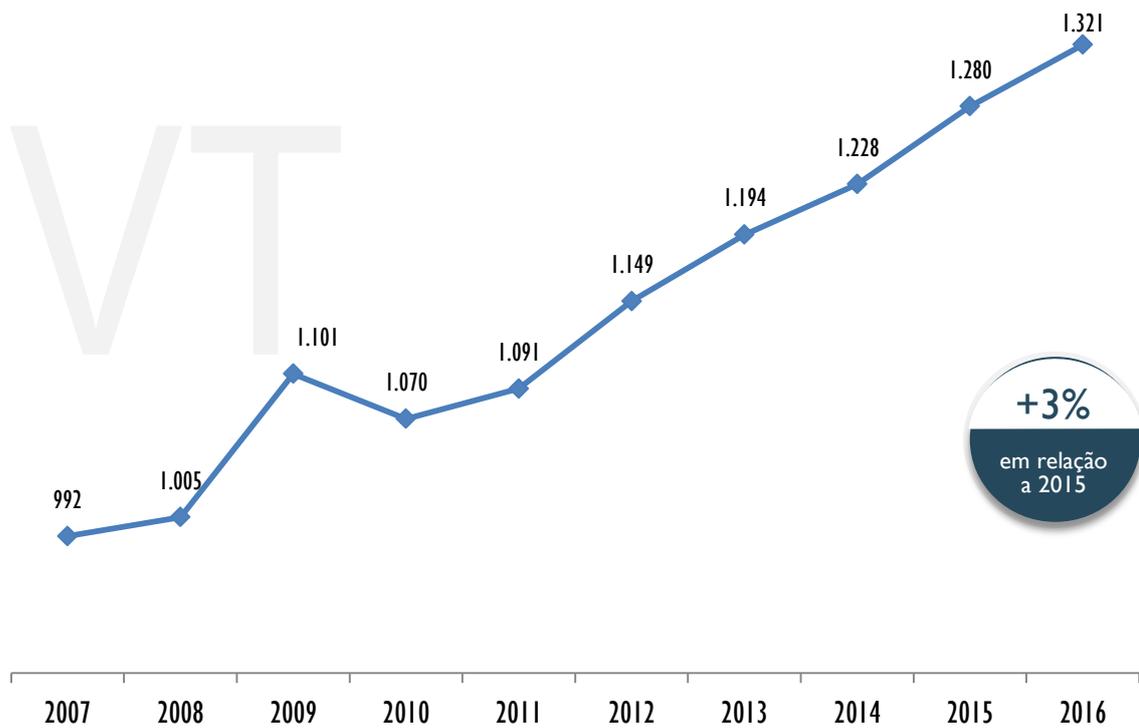


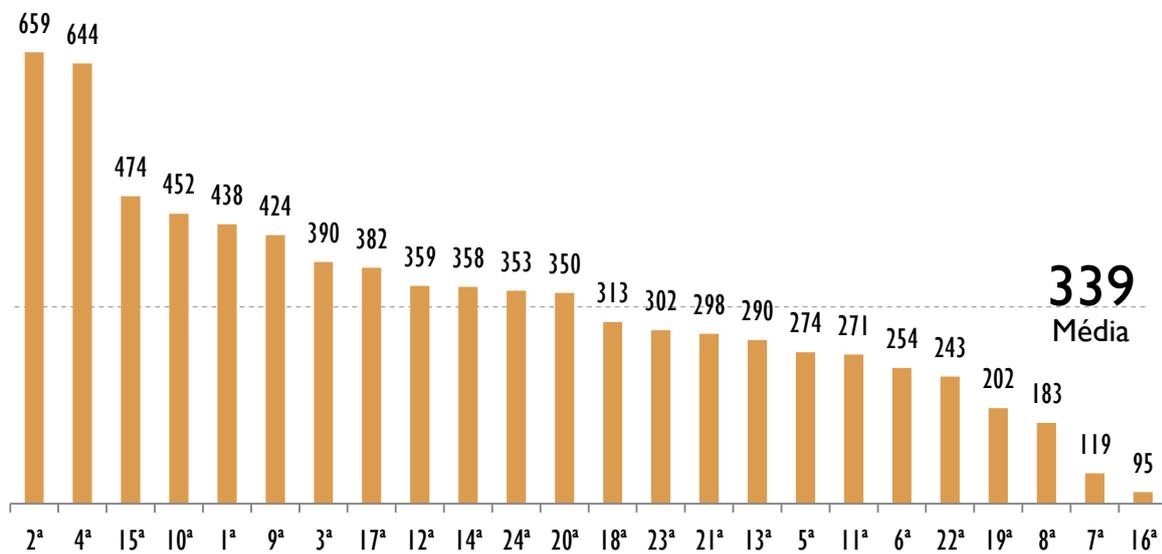
Figura 3.8. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 1ª Instância. 2007-2016.



Litigiosidade

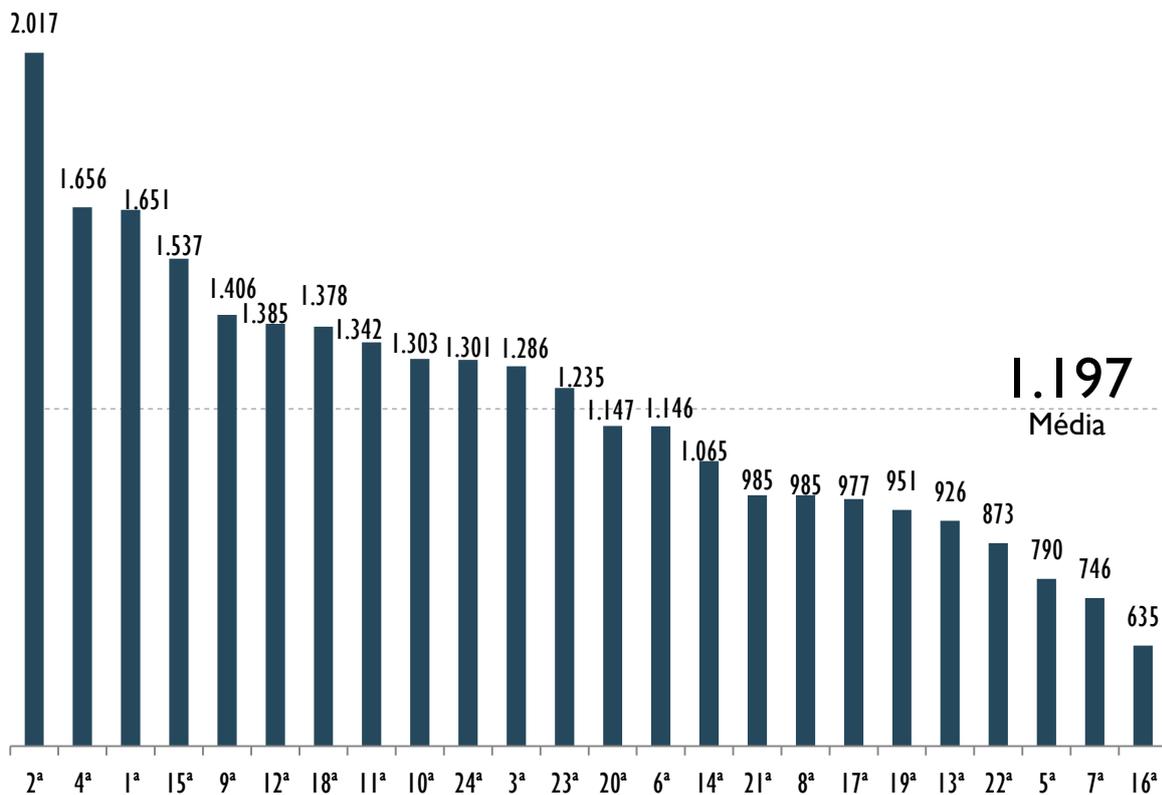


Figura 3.9. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 2ª Instância. 2016.



Litigiosidade

Figura 3.10. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 1ª Instância. 2016.



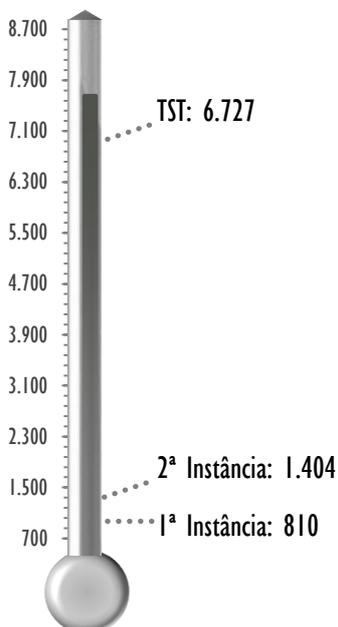
3.1.2. Casos Novos por Magistrado

Considerando o total de cargos existentes na Justiça do Trabalho, o quantitativo de Casos Novos por Magistrado foi de 936 processos, 6,0% superior ao de 2015. No Tribunal Superior do Trabalho esse quantitativo foi de 6.727 processos por Ministro; na 2ª Instância, foi de 1.404 processos e, na 1ª Instância, de 810.

Figura 3.11. Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2016.

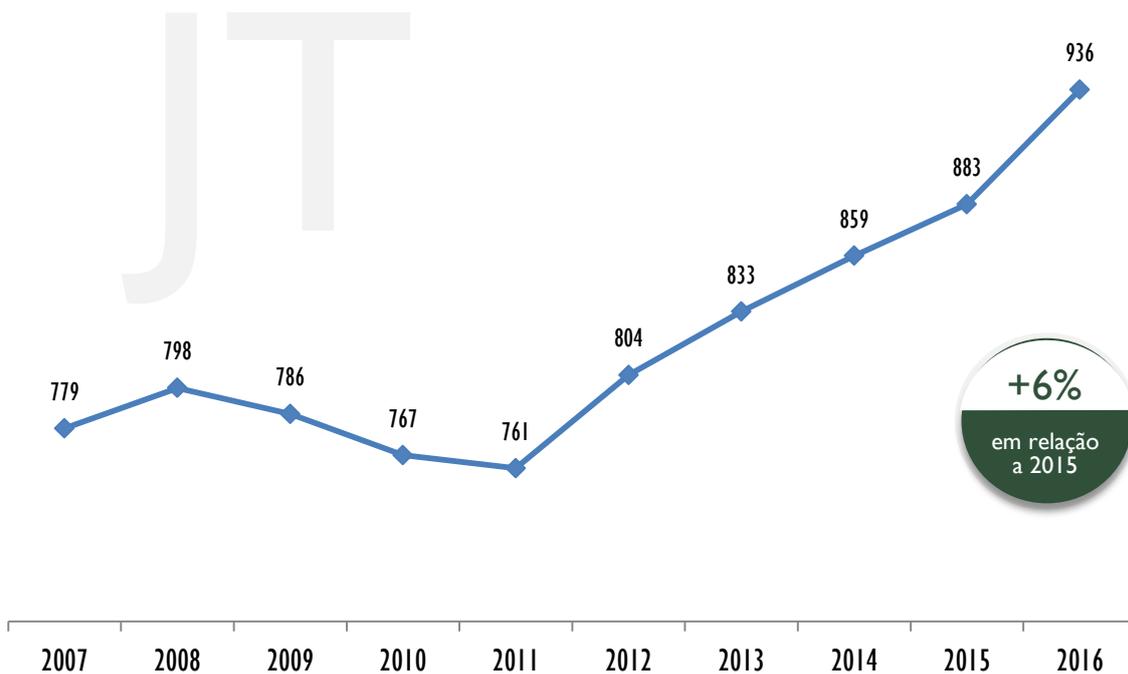


Figura 3.12. Casos Novos por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.



Séries Históricas

Figura 3.13. Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2007-2016.



Litigiosidade

Figura 3.14. Casos Novos por Magistrado no TST. 2007-2016.

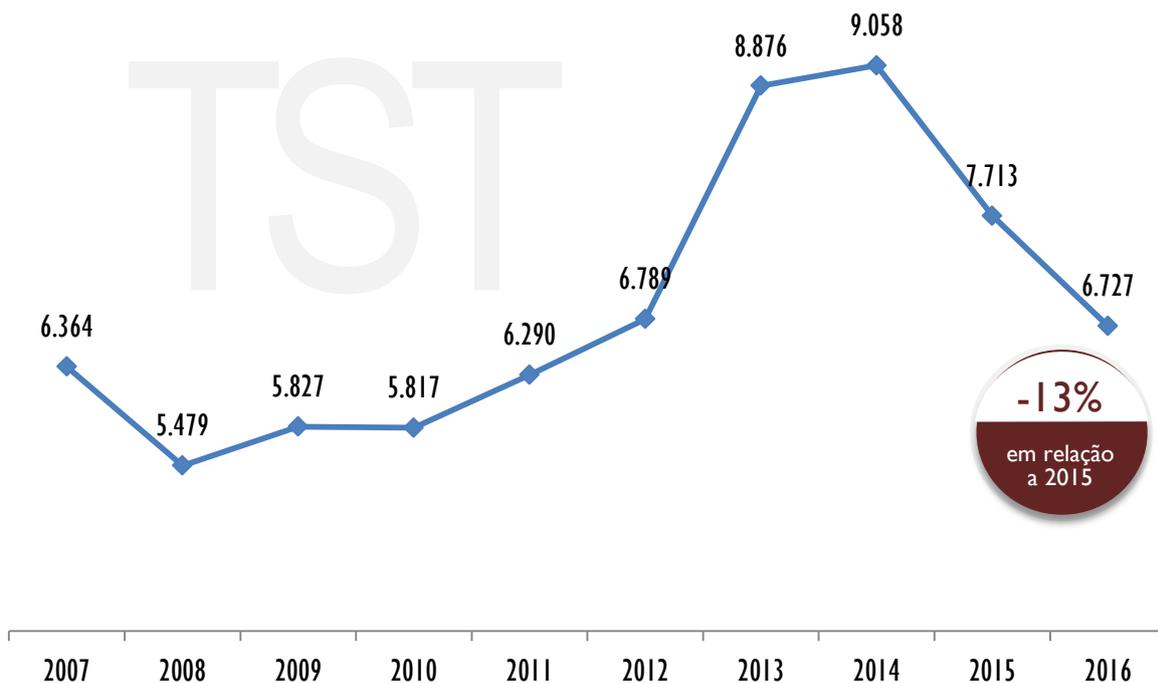
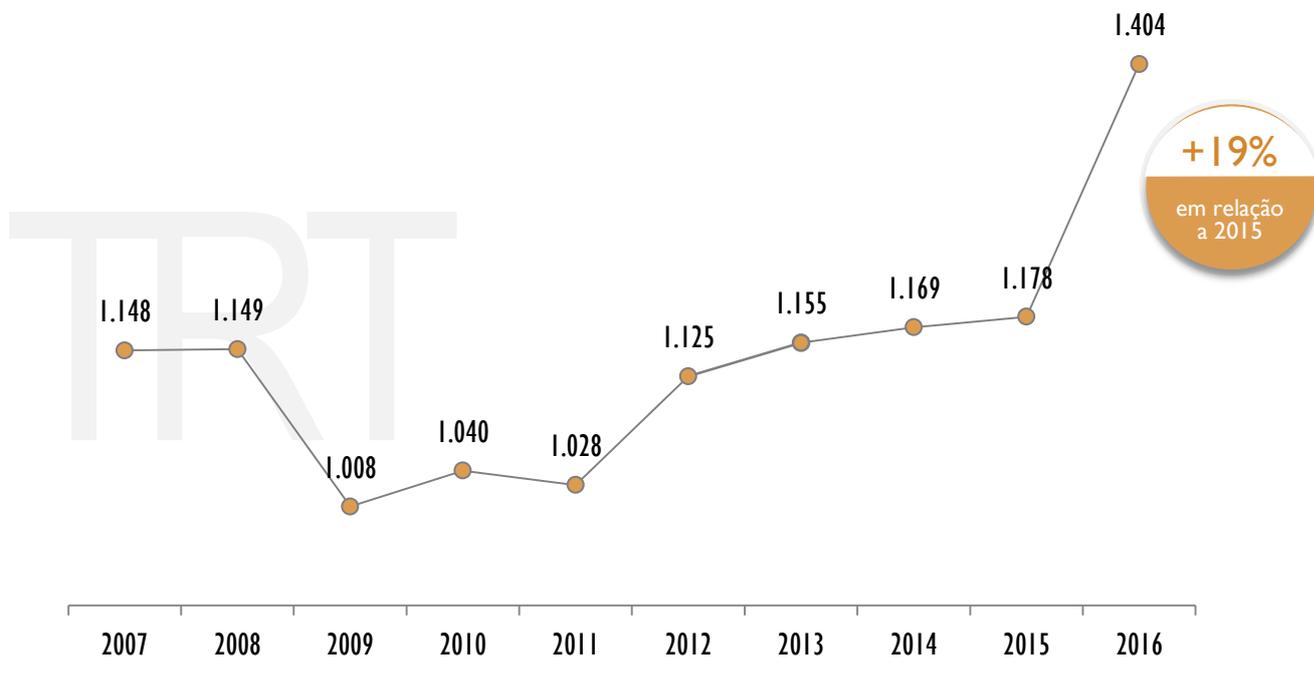


Figura 3.15. Casos Novos por Magistrado na 2ª Instância. 2007-2016.



Litigiosidade

Figura 3.16. Casos Novos por Magistrado na 1ª Instância. 2007-2016.

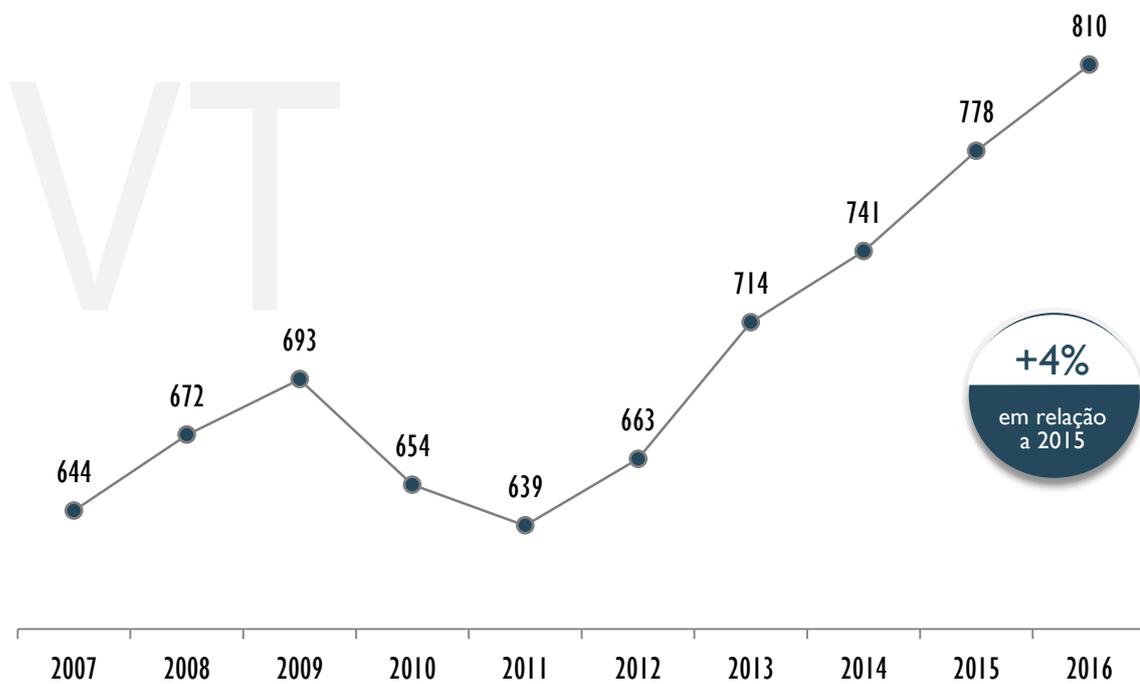
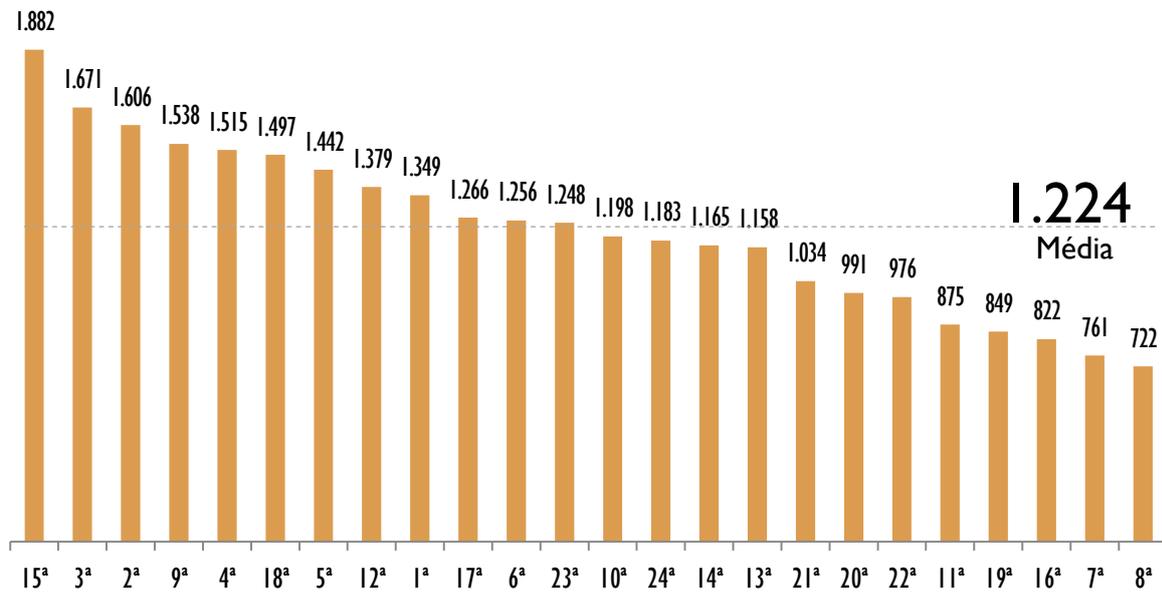


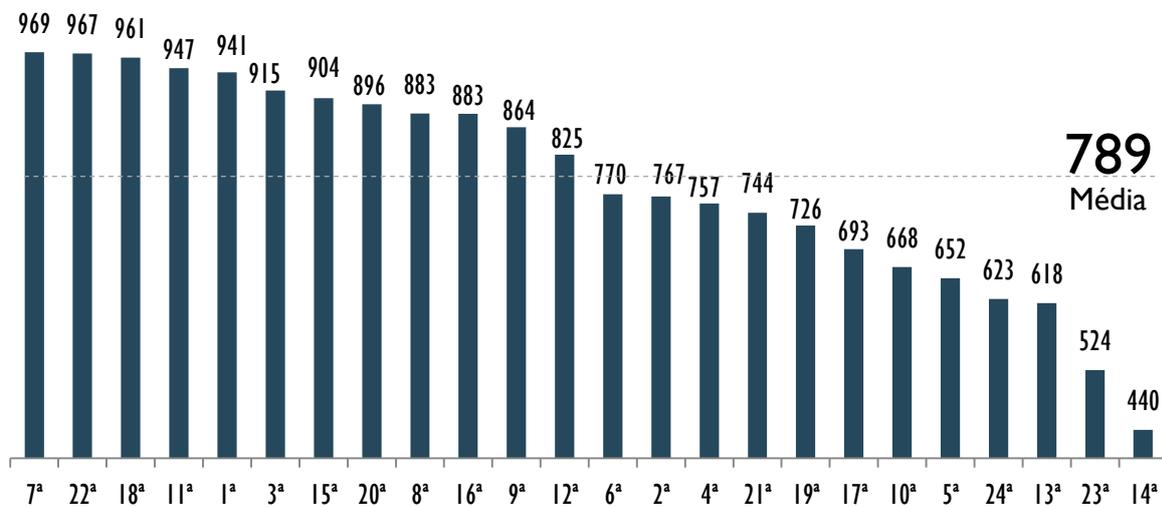


Figura 3.17. Casos Novos por Magistrado na 2ª Instância. 2016.



Litigiosidade

Figura 3.18. Casos Novos por Magistrado na 1ª Instância. 2016.



3.1.3. Casos Novos por Servidor

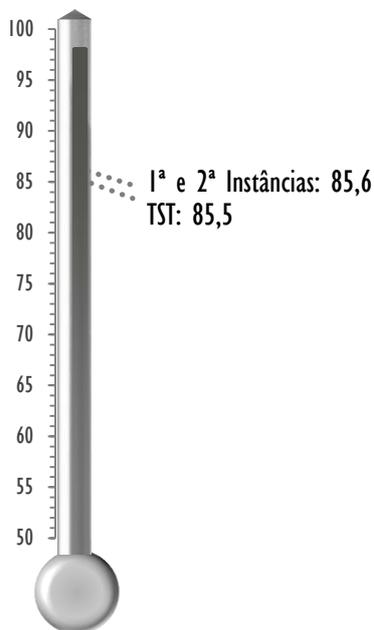
a) Casos Novos por Cargos Existentes

Cada servidor da Justiça do Trabalho recebeu, em média, 86 processos durante o ano de 2016, praticamente o mesmo quantitativo de 2015. No TST esse quantitativo foi de 85,5 processos por servidor e na 1ª e 2ª Instâncias, de 85,6 processos.

Figura 3.19. Casos Novos por Servidor na Justiça do Trabalho. 2016.

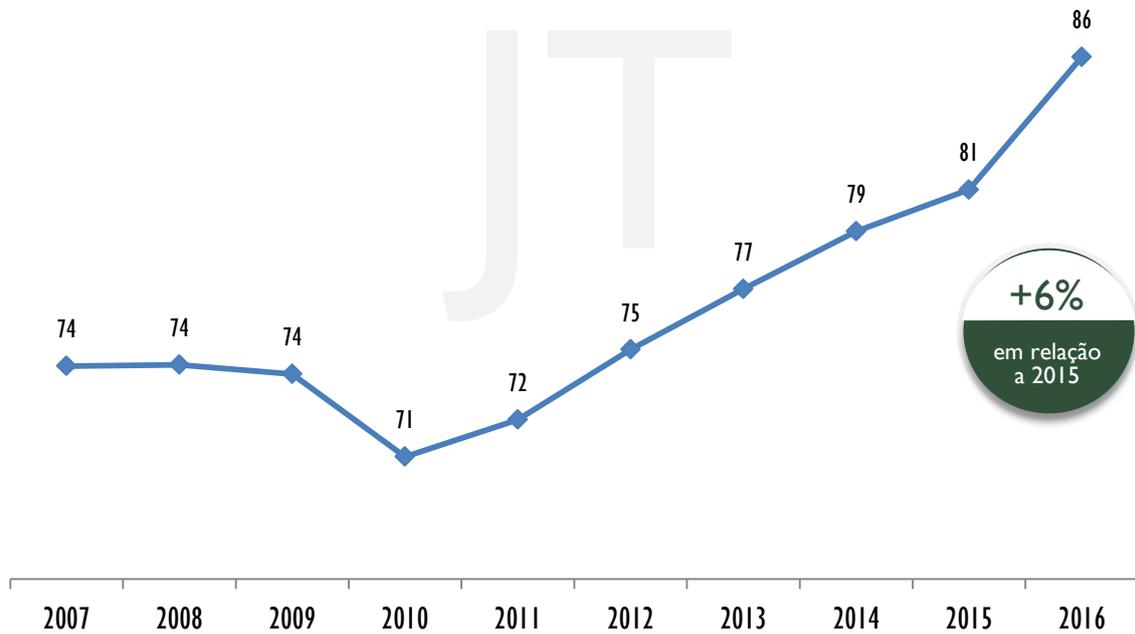


Figura 3.20. Casos Novos por Servidor nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.



Séries Históricas

Figura 3.21. Casos Novos por Servidor na Justiça do Trabalho. 2007-2016.



Litigiosidade

Figura 3.22. Casos Novos por Servidor no TST. 2007-2016.

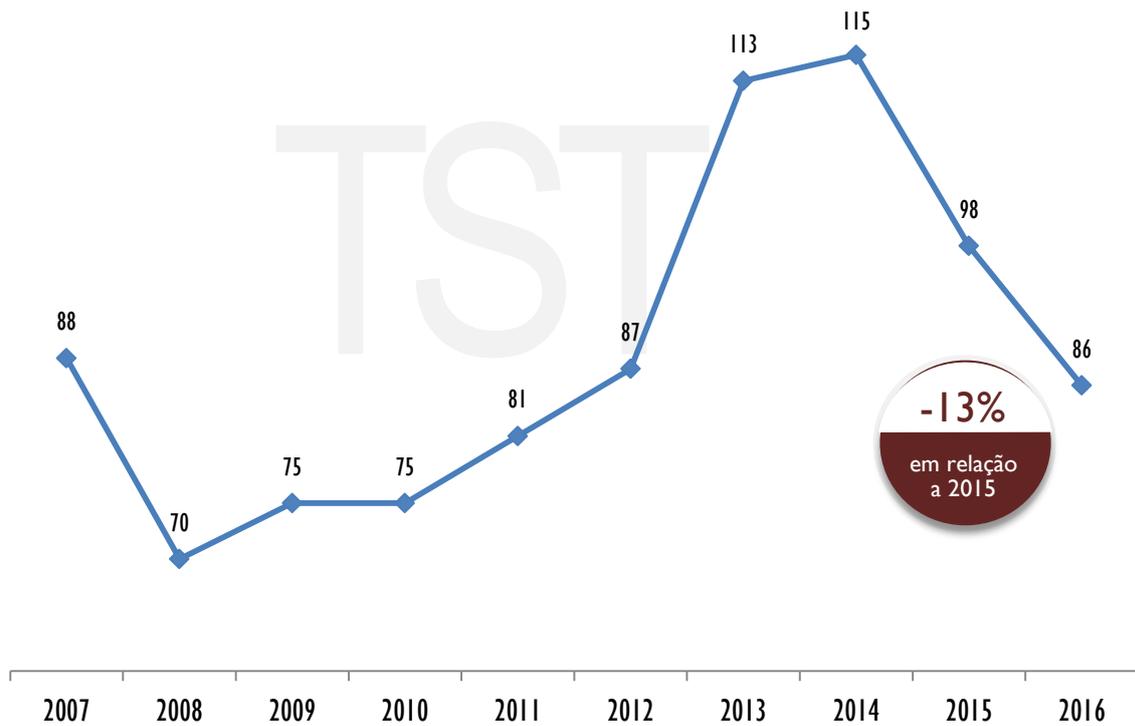
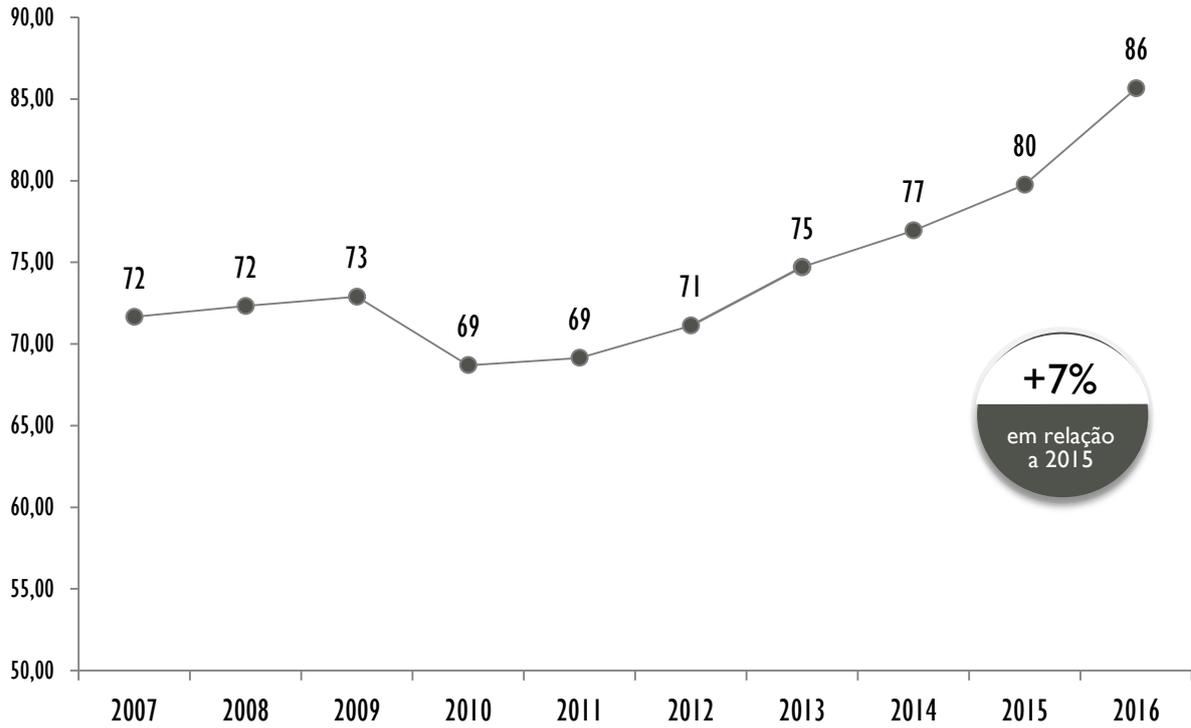


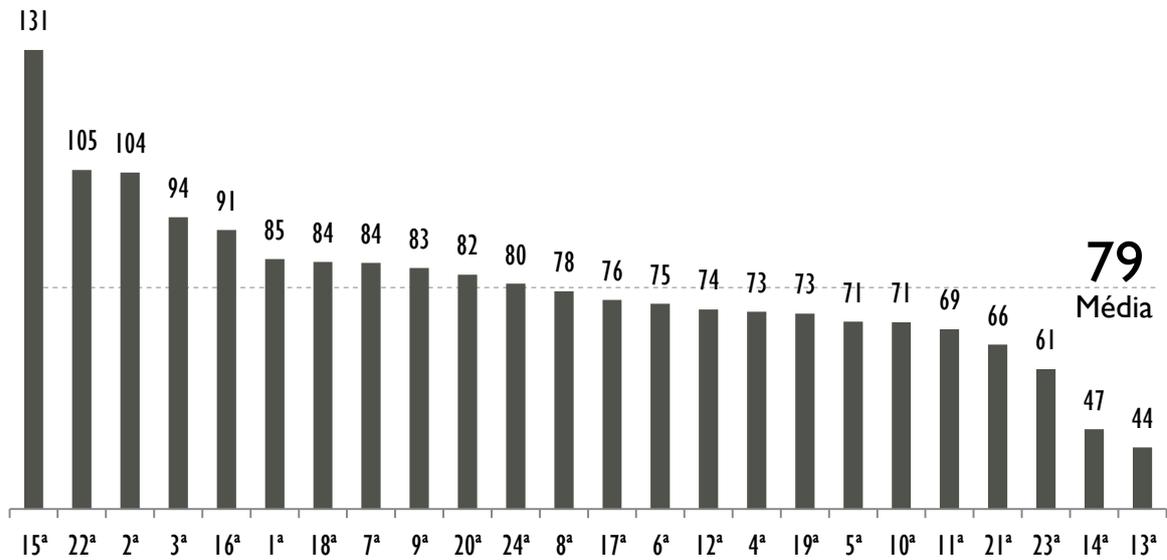
Figura 3.23. Casos Novos por Servidor na 1ª e 2ª Instâncias. 2007-2016.



Litigiosidade

2016

Figura 3.24. Casos Novos por Servidor na 1ª e 2ª Instâncias. 2016.



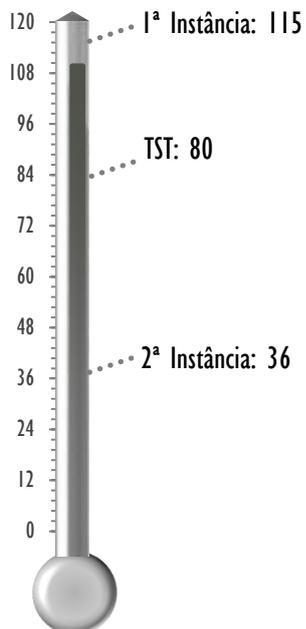
b) Casos Novos por Servidor em Atividade

Cada servidor da Justiça do Trabalho, considerando os servidores do Quadro Permanente, os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão e os requisitados, recebeu em média 84 processos durante o ano de 2016. No TST, esse quantitativo foi de 80 processos por servidor em atividade; nos TRTs, foi de 36 e nas Varas do Trabalho, de 115 processos.

Figura 3.25. Casos Novos por Servidor em Atividade na Justiça do Trabalho. 2016.

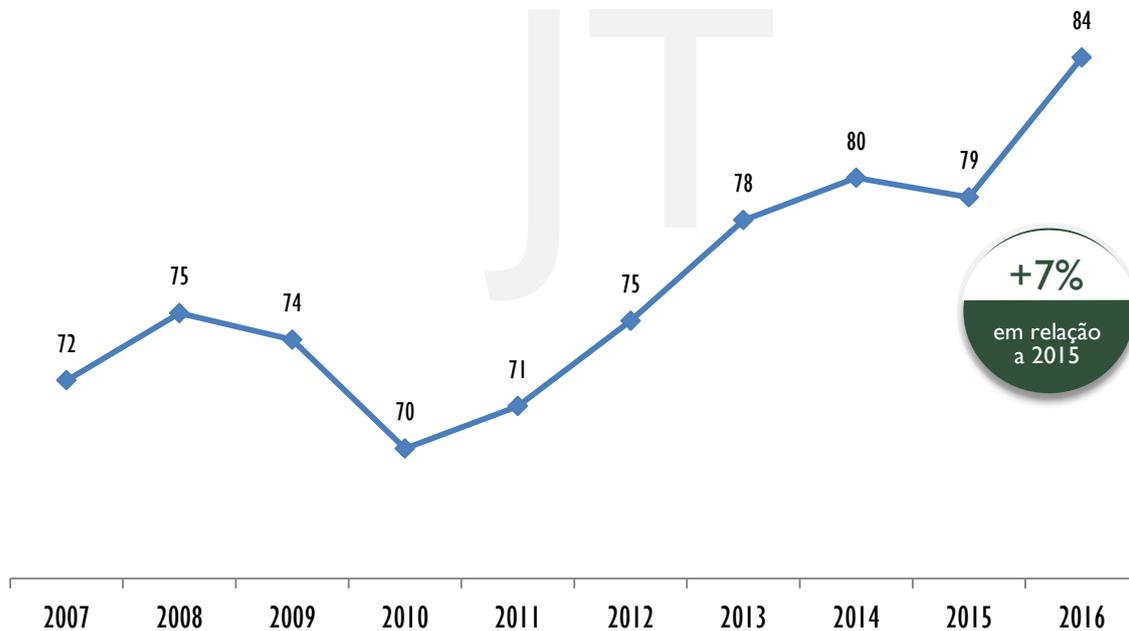


Figura 3.26. Casos Novos por Servidor em Atividade nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.



Séries Históricas

Figura 3.27. Casos Novos por Servidor em Atividade na Justiça do Trabalho. 2007-2016.



Litigiosidade

Figura 3.28. Casos Novos por Servidor em Atividade no TST. 2007-2016.

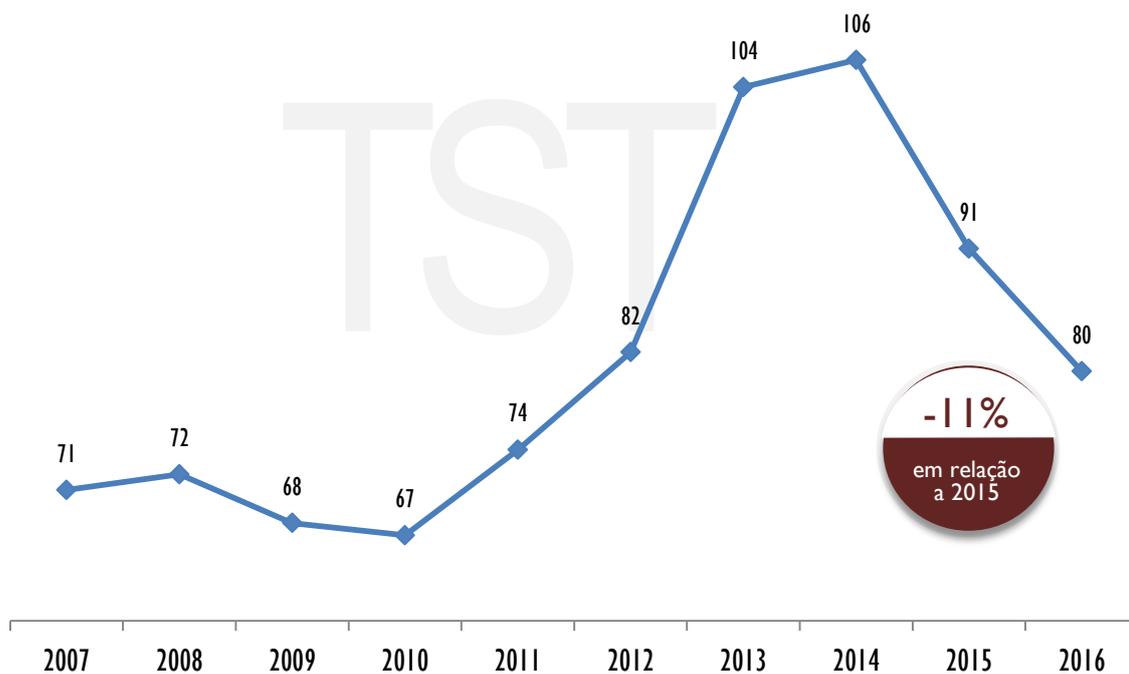


Figura 3.29. Casos Novos por Servidor em Atividade na 2ª Instância. 2007-2016.

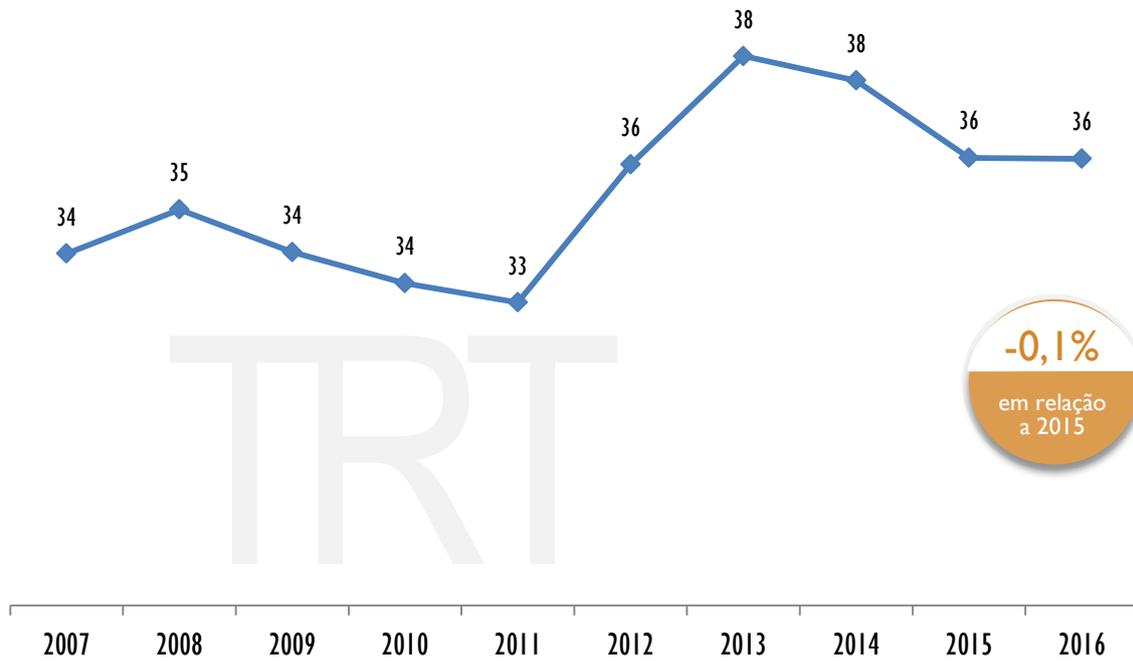


Figura 3.30. Casos Novos por Servidor em Atividade na 1ª Instância. 2007-2016.

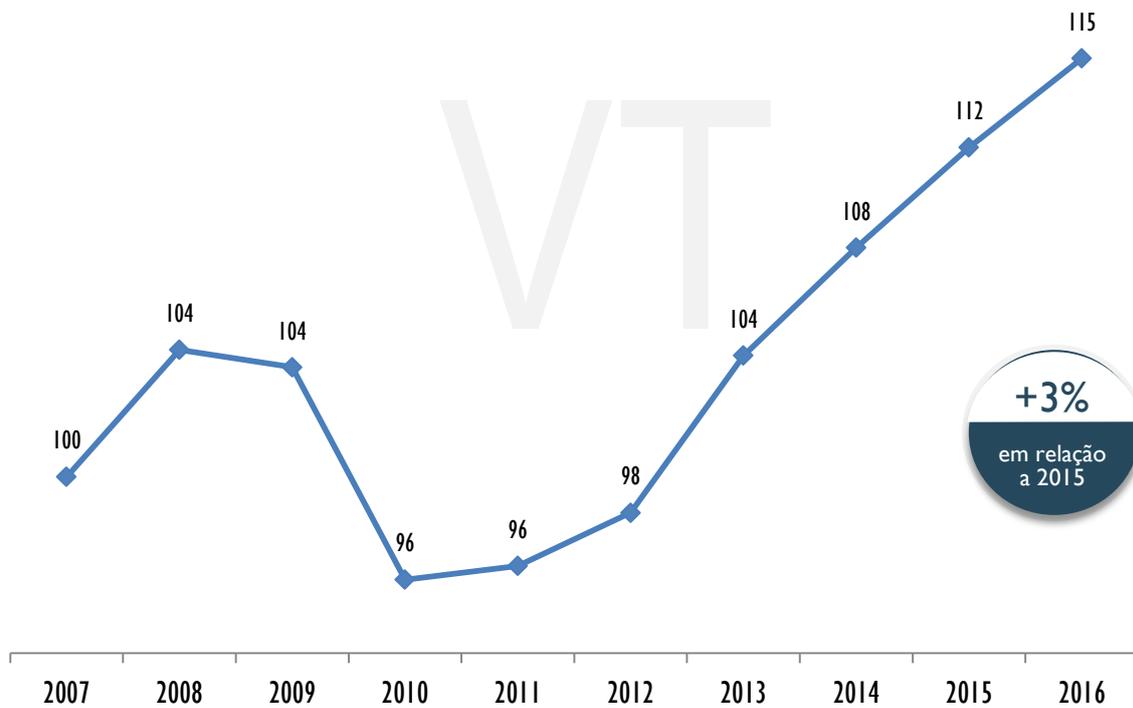
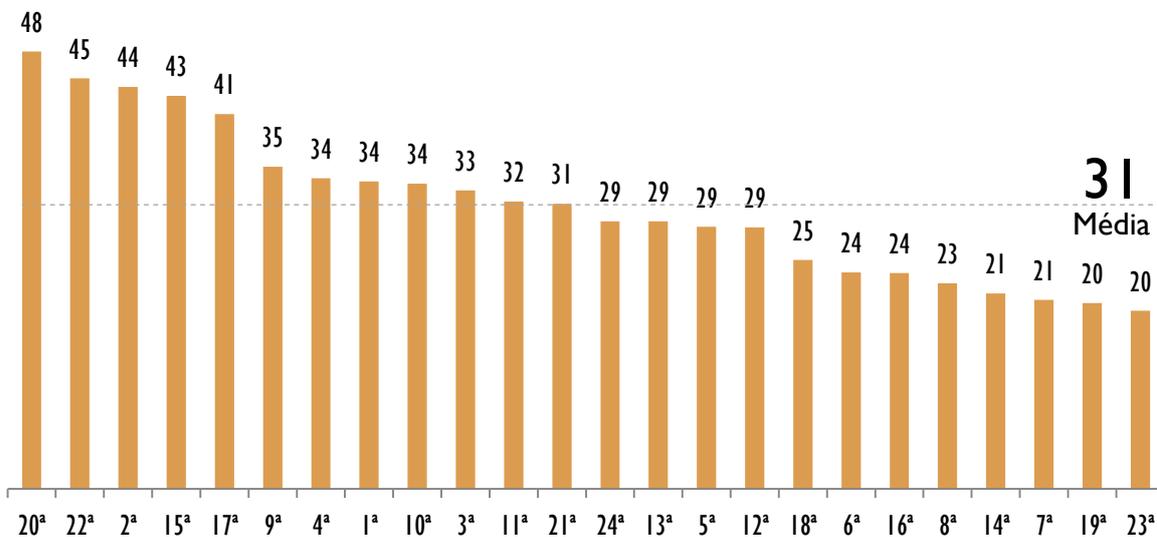


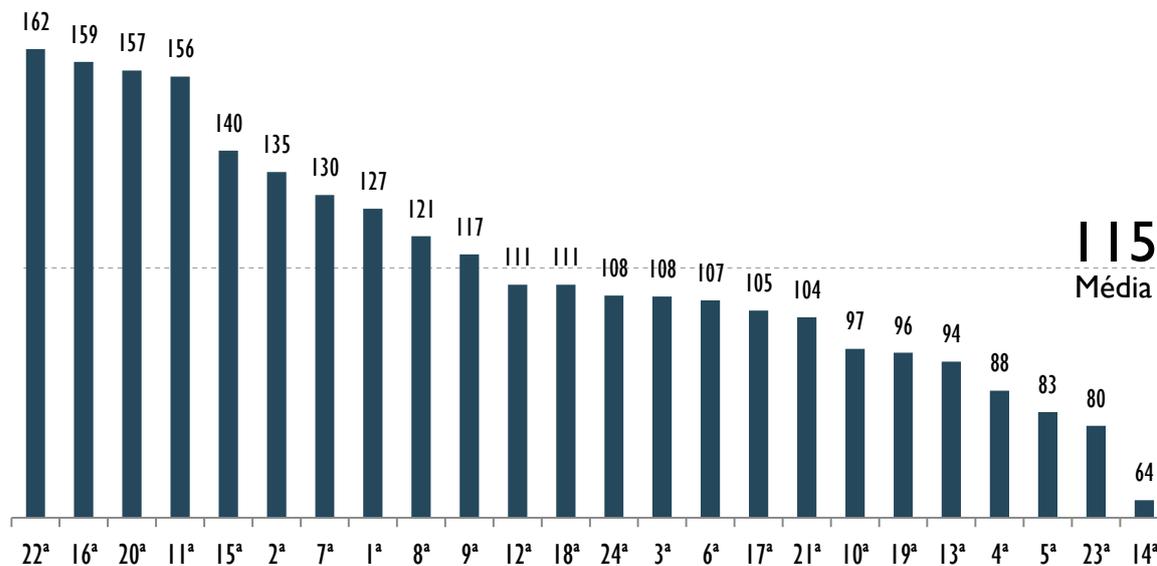


Figura 3.31. Casos Novos por Servidor em Atividade na 2ª Instância. 2016.



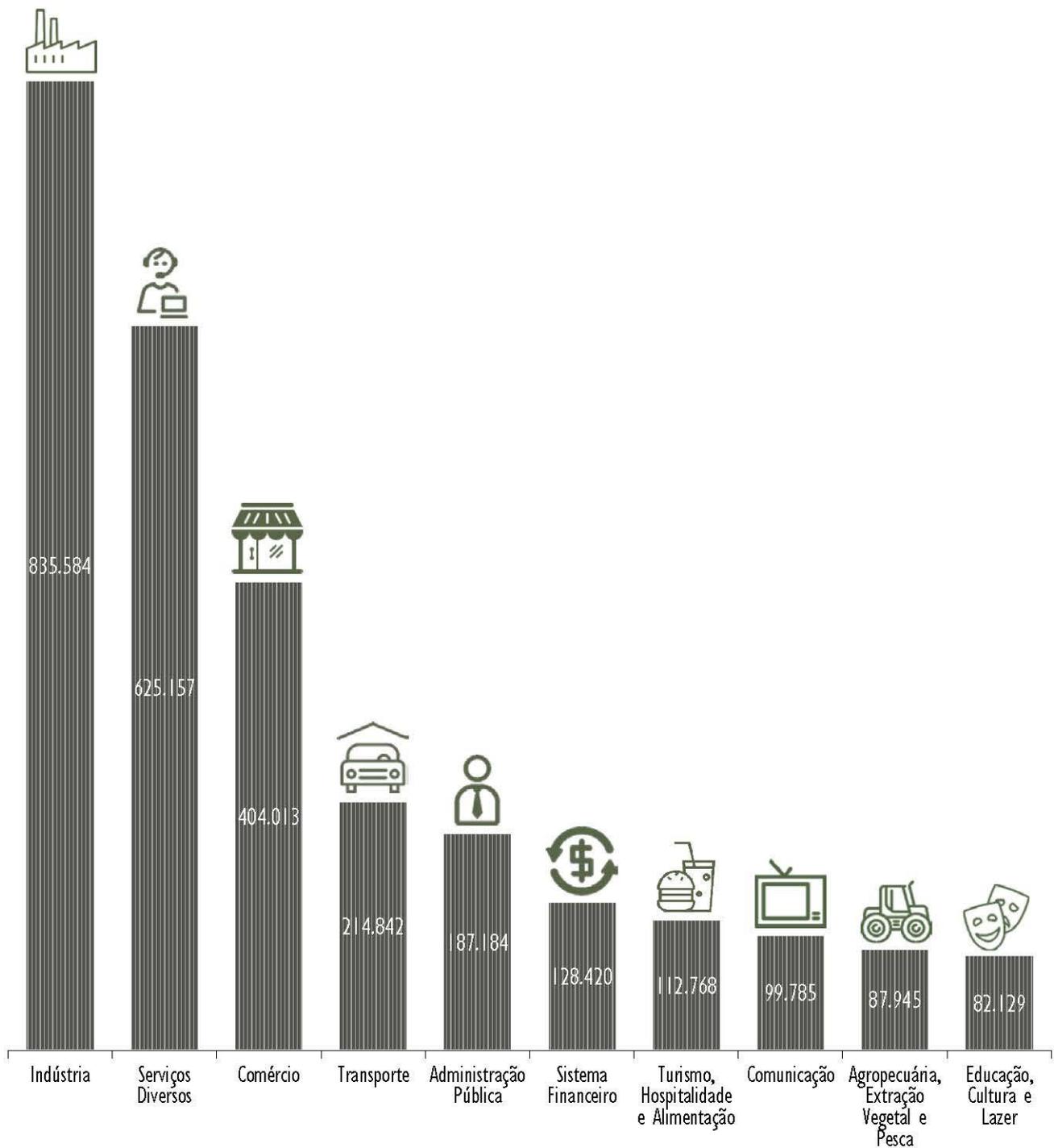
Litigiosidade

Figura 3.32. Casos Novos por Servidor em Atividade na 1ª Instância. 2016.



3.1.4. Casos Novos por Atividade Econômica

Figura 3.33. Ranking das 10 Atividades Econômicas mais Recorrentes na Justiça do Trabalho, 2016.



Nas 3 Instâncias, a Indústria e os Serviços Diversos lideraram o ranking de atividades econômicas com maiores quantitativos de Casos Novos.

No TST, as atividades econômicas com maiores quantitativos de Casos Novos foram a Indústria com 25,5%, a Administração Pública com 15,9%, os Serviços Diversos com 9,4% e o Comércio com 8,8%.

Figura 3.34-A. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes no TST. 2016.



Figura 3.34-B. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes na 2ª Instância. 2016.



Nos TRTs, as atividades econômicas com maiores quantitativos de processos distribuídos foram a Indústria, com 20,9%, Serviços Diversos, com 11,6%, e o Comércio, com 9,4%. A individualização por TRT demonstra que a Indústria possui mais ações na 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 23ª e 24ª Regiões; os Serviços Diversos na 1ª Região, a Administração Pública na 16ª e 22ª Regiões e o Comércio na 10ª Região.

Nas Varas, as atividades econômicas com maiores quantitativos de processos foram a Indústria, com 23,3%, os Serviços Diversos, com 15,5%, e o Comércio, com 11,7%. A individualização por Região Judiciária demonstra que a Indústria possui mais ações na 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª Regiões, os Serviços Diversos na 1ª, 2ª, 8ª, 10ª e 11ª Regiões e a Administração Pública na 16ª Região.

Figura 3.34-C. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes na 1ª Instância. 2016.



3.1.5. Assuntos Mais Recorrentes entre os Casos Novos

Os assuntos mais recorrentes na Justiça do Trabalho são: Aviso Prévio, com 1.046.041 processos, Multa do Artigo n.º 477 da CLT, com 972.641 processos, e Multa do Artigo n.º 467 da CLT, com 846.297 processos.

Figura 3.35. Ranking dos 20 Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho. 2016.



Os assuntos mais recorrentes no Tribunal Superior do Trabalho são: Horas Extras, com 23.079 processos, Negativa de Prestação Jurisdicional, com 19.087 processos, e Intervalo Intra jornada, com 15.497 processos.

Figura 3.36. Os 5 Assuntos mais Recorrentes no TST. 2016.



Os assuntos mais recorrentes na 2ª Instância são: Horas Extras, com 141.084 processos, Multa do Artigo N.º 477 da CLT, com 129.346 processos, e Aviso Prévio, com 127.140 processos.

Figura 3.37. Os 5 Assuntos mais Recorrentes na 2ª Instância. 2016.



Os assuntos mais recorrentes na 1ª Instância são: Aviso Prévio, com 918.256 processos, Multa do Artigo N.º 477 da CLT, com 835.791 processos, e Multa de 40% do FGTS, com 743.757 processos.

Figura 3.38. Os 5 Assuntos mais Recorrentes na 1ª Instância. 2016.



Litigiosidade

3.2. Total a Julgar

No TST, os processos recebidos mais os pendentes de anos anteriores totalizaram 480.950 processos para solução. Nos TRTs, os processos recebidos mais os pendentes de anos anteriores totalizaram 1.217.760 processos para solução.

Nas Varas, as ações ajuizadas somadas aos pendentes de anos anteriores e aos Embargos de Declaração interpostos, totalizaram 4.853.511 processos na Fase de Conhecimento para solução.

Figura 3.39. Total a Julgar nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.



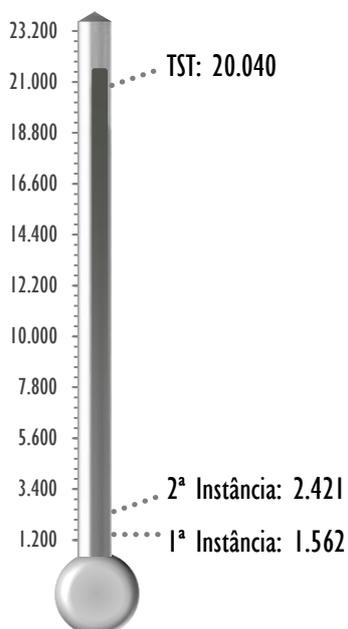
3.2.1. Total a Julgar por Magistrado

O total a julgar por magistrado, na Justiça do Trabalho (excluídos os ocupantes de cargos de Direção), foi de 1.803 processos durante o ano de 2016. No TST, o total a julgar foi de 20.040 processos para cada Ministro, nos TRTs, foi de 2.421 para cada Desembargador e, nas Varas, foi de 1.562 para cada juiz.

Figura 3.40. Total a Julgar por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2016.

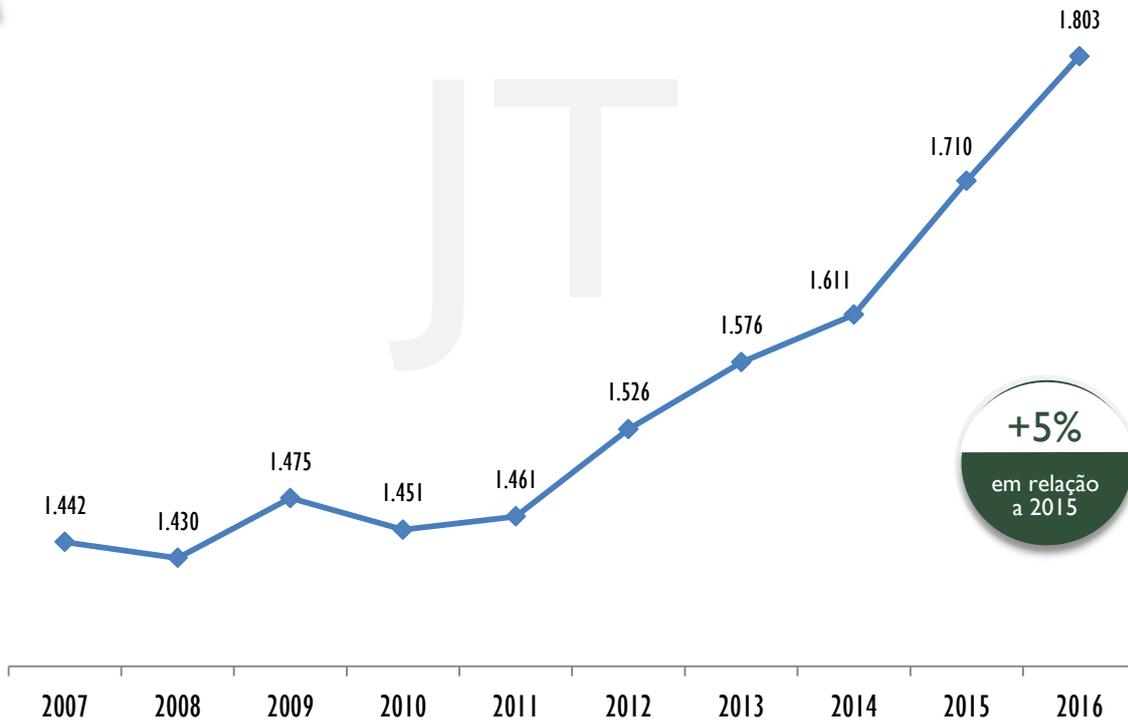


Figura 3.41. Total a Julgar por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.



Séries Históricas

Figura 3.42. Total a Julgar por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2007-2016.



Litigiosidade

Figura 3.43. Total a Julgar por Magistrado no TST. 2007-2016.

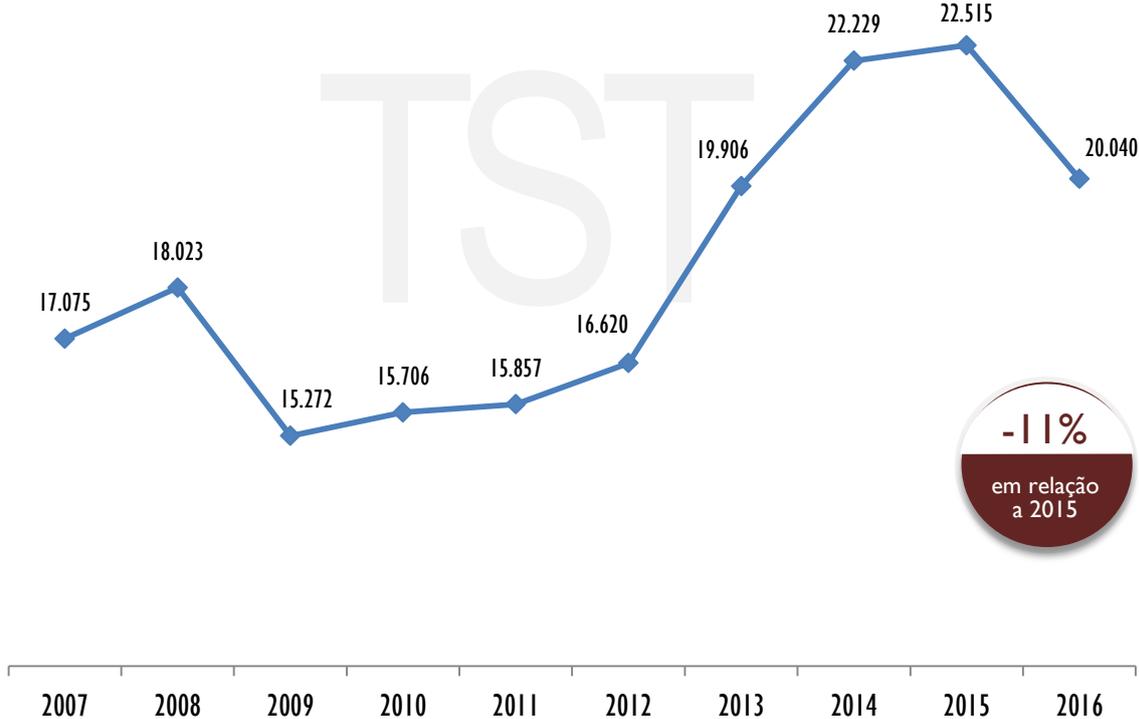


Figura 3.44. Total a Julgar por Magistrado na 2ª Instância. 2007-2016.

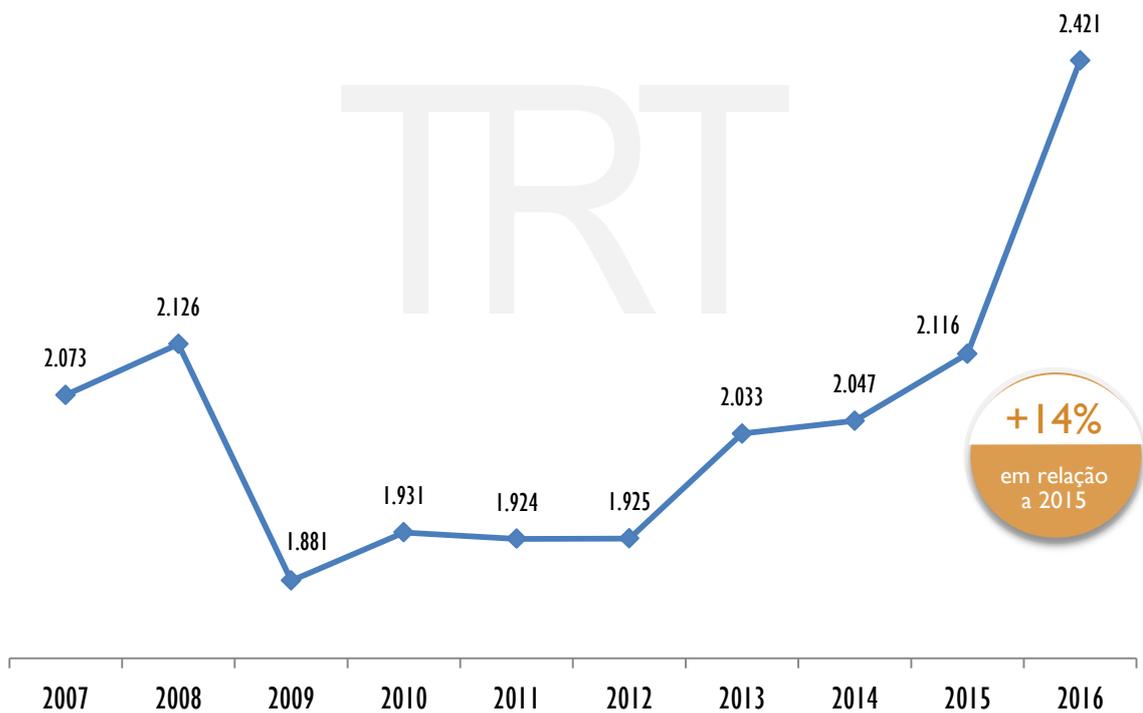


Figura 3.45. Total a Julgar por Magistrado na 1ª Instância. 2007-2016.

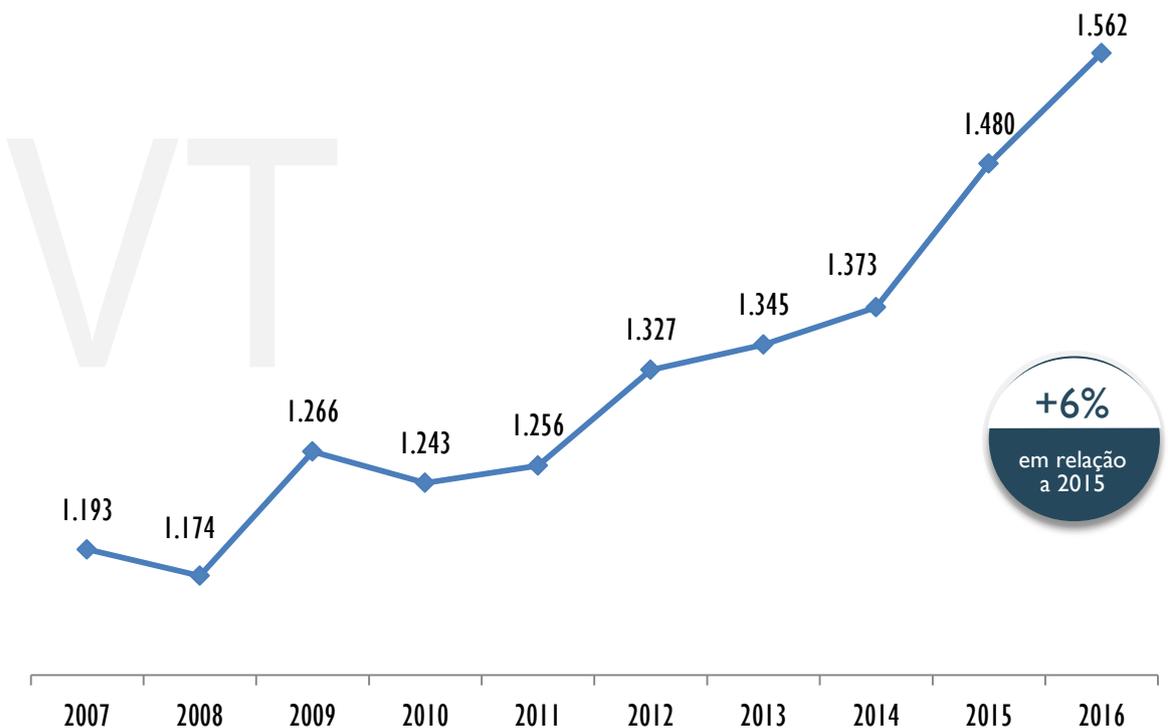
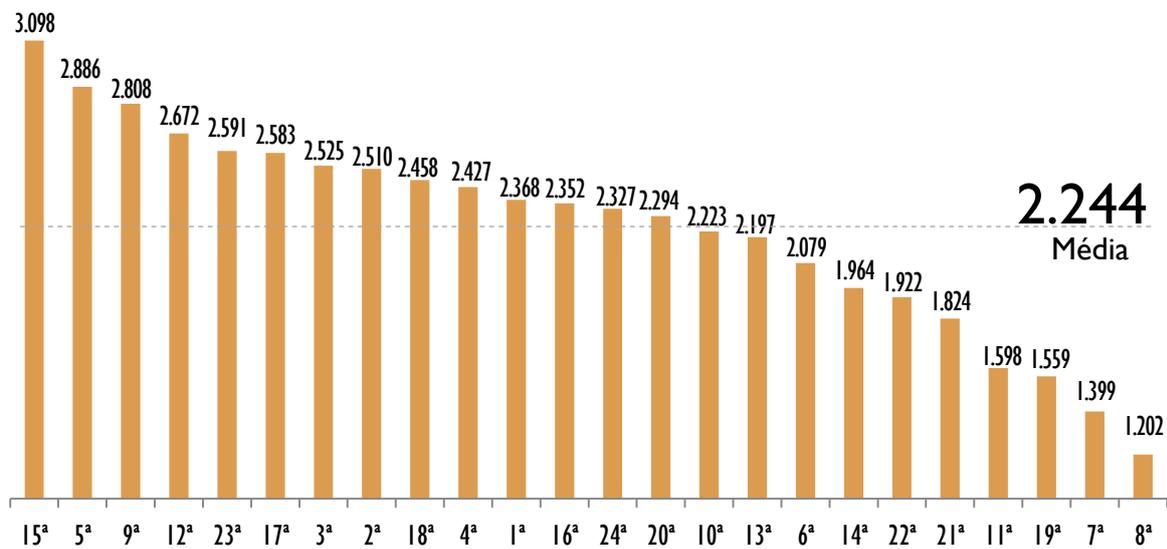


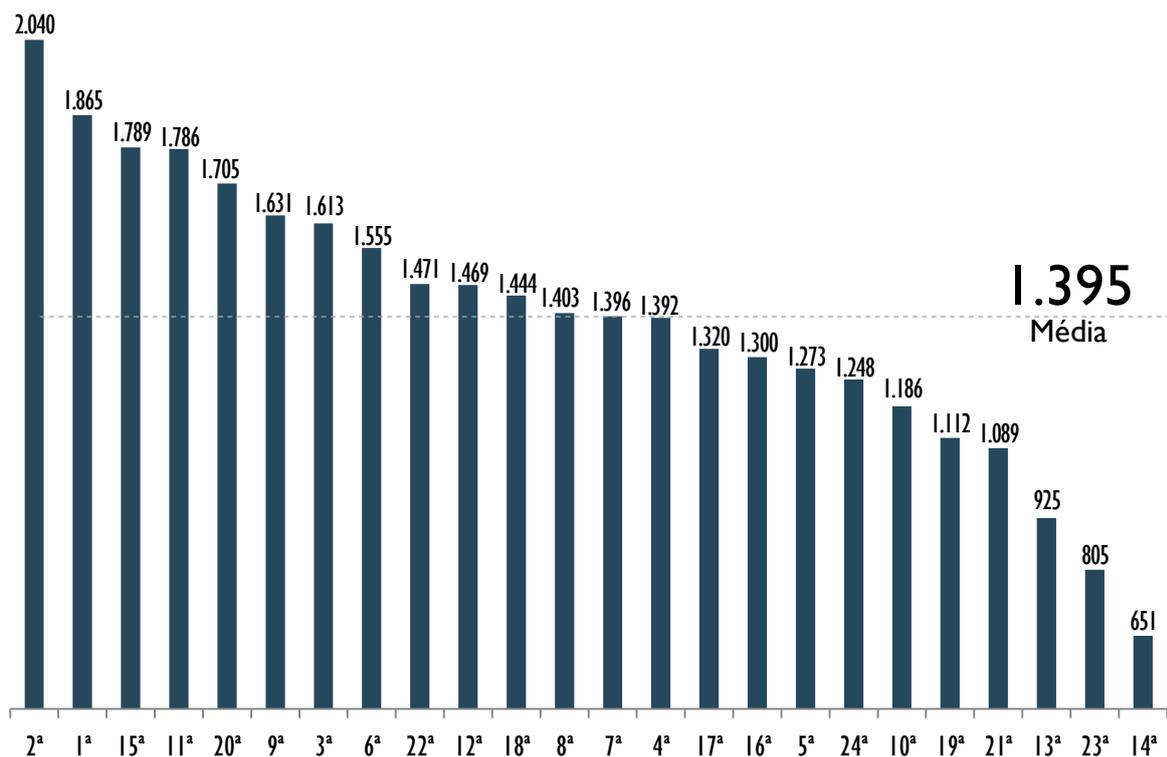


Figura 3.46. Total a Julgar por Magistrado na 2ª Instância. 2016.



Litigiosidade

Figura 3.47. Total a Julgar por Magistrado na 1ª Instância. 2016.



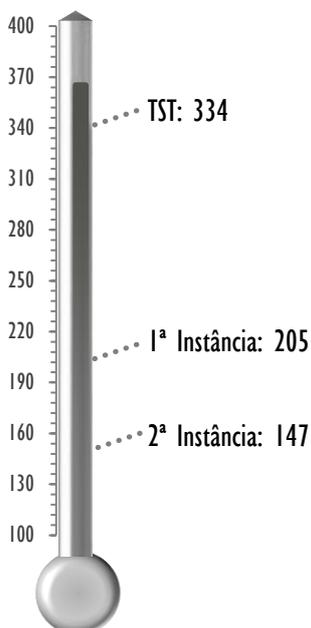
3.2.2. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária

O Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária, na Justiça do Trabalho, foi de 196 processos durante o ano de 2016. No TST, o Total a Julgar foi de 334 processos para cada servidor, nos TRTs, foi de 147, nas Varas, de 205 para cada servidor.

Figura 3.48. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho. 2016.

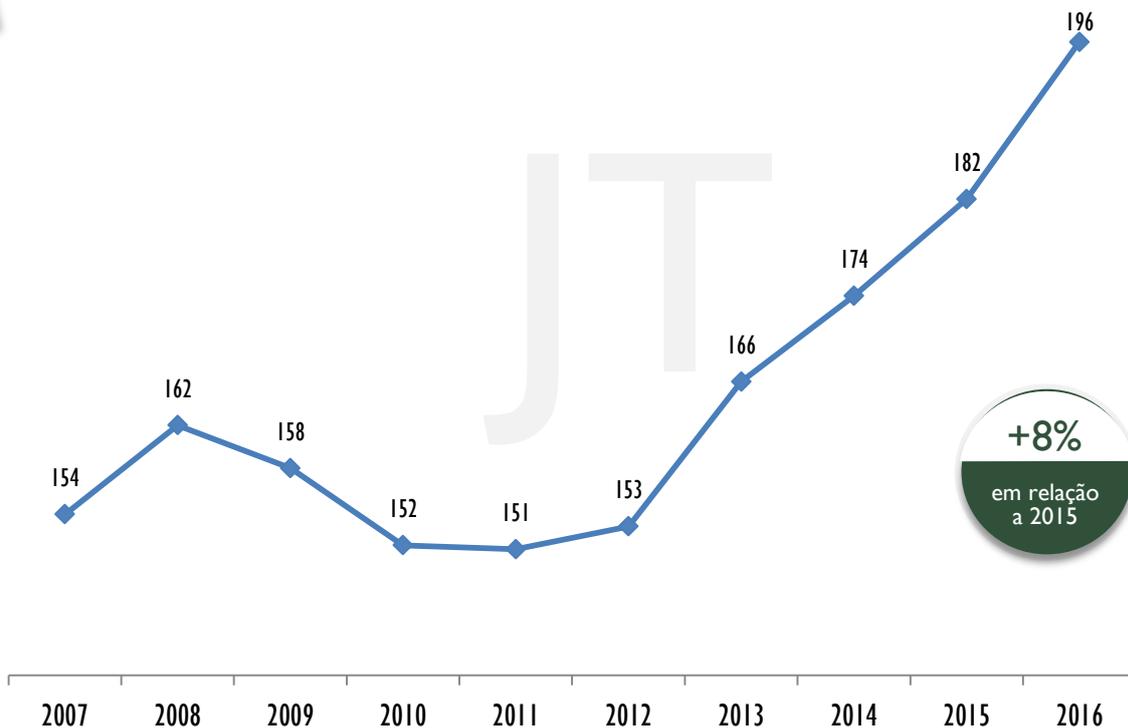


Figura 3.49. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.



Séries Históricas

Figura 3.50. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho. 2007-2016.



Litigiosidade

Figura 3.51. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária no TST. 2007-2016.

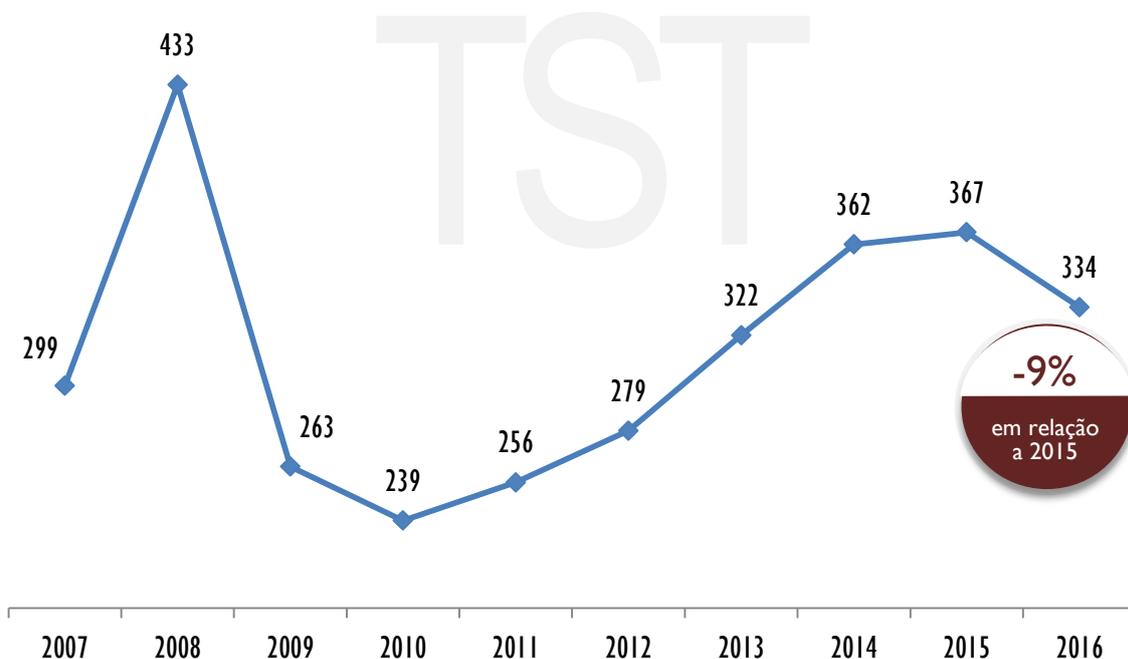
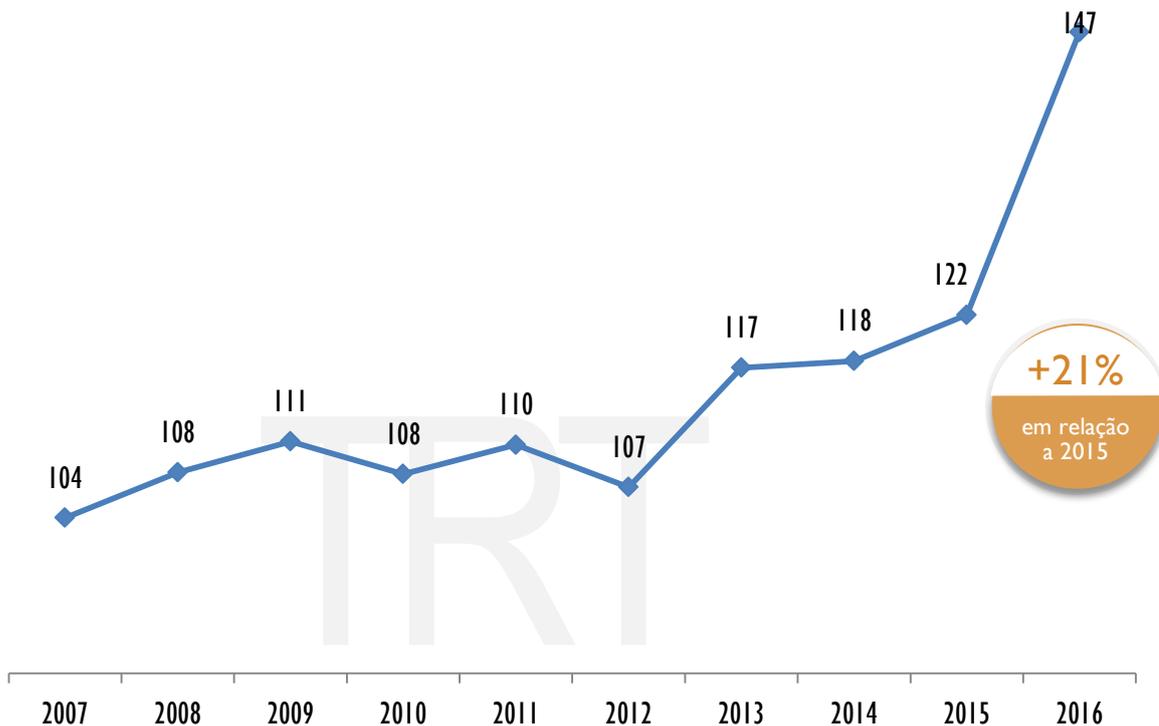


Figura 3.52. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 2ª Instância. 2007-2016.



Litigiosidade

Figura 3.53. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2007-2016.

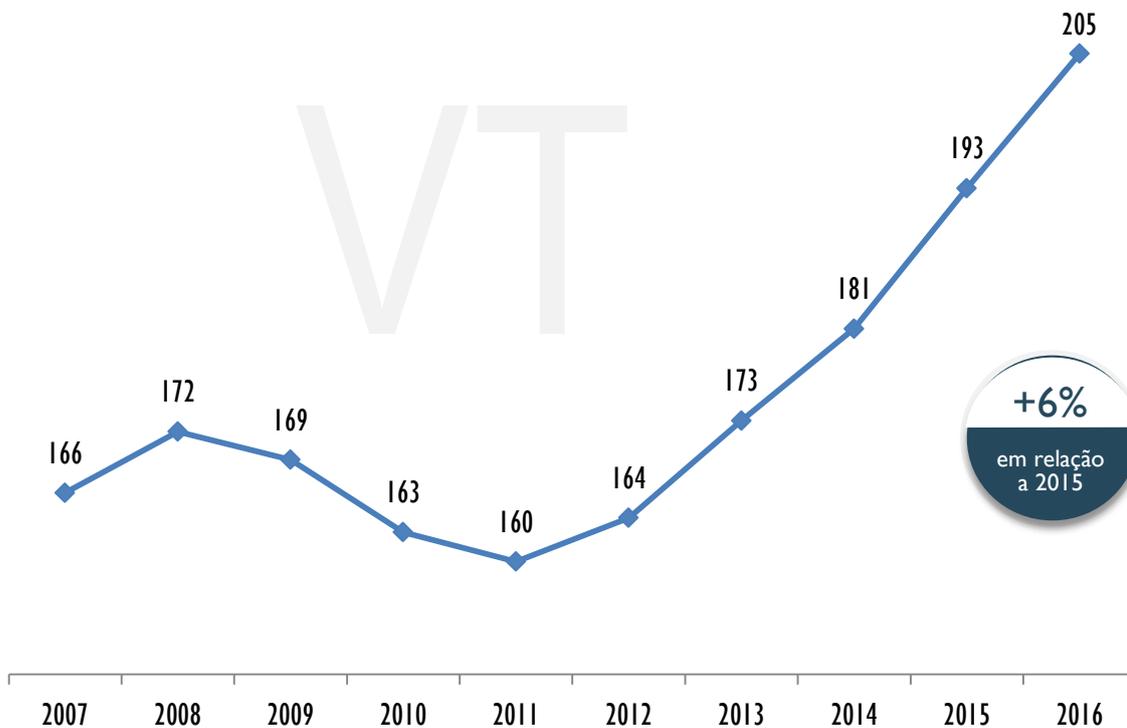
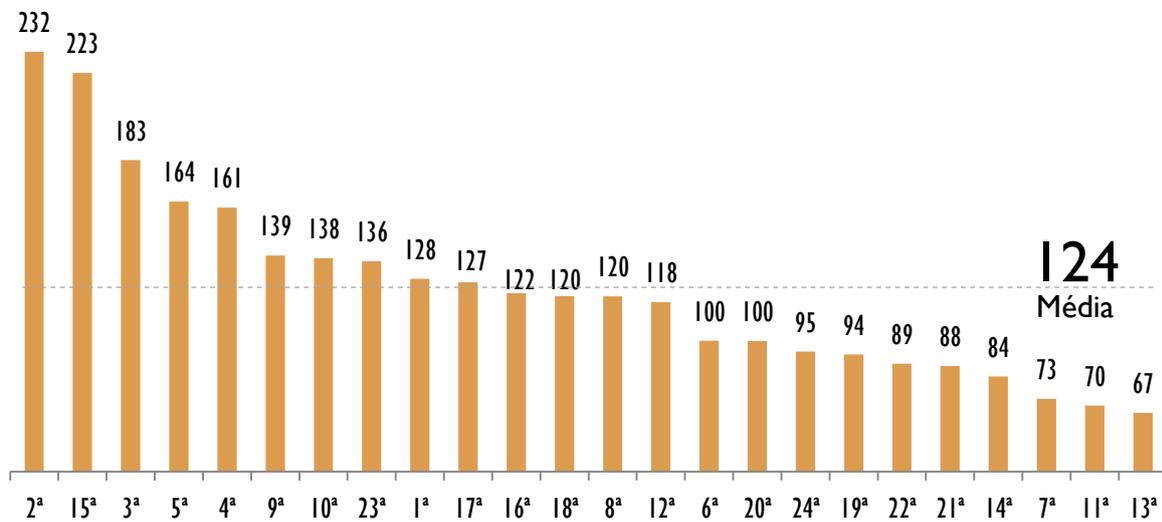


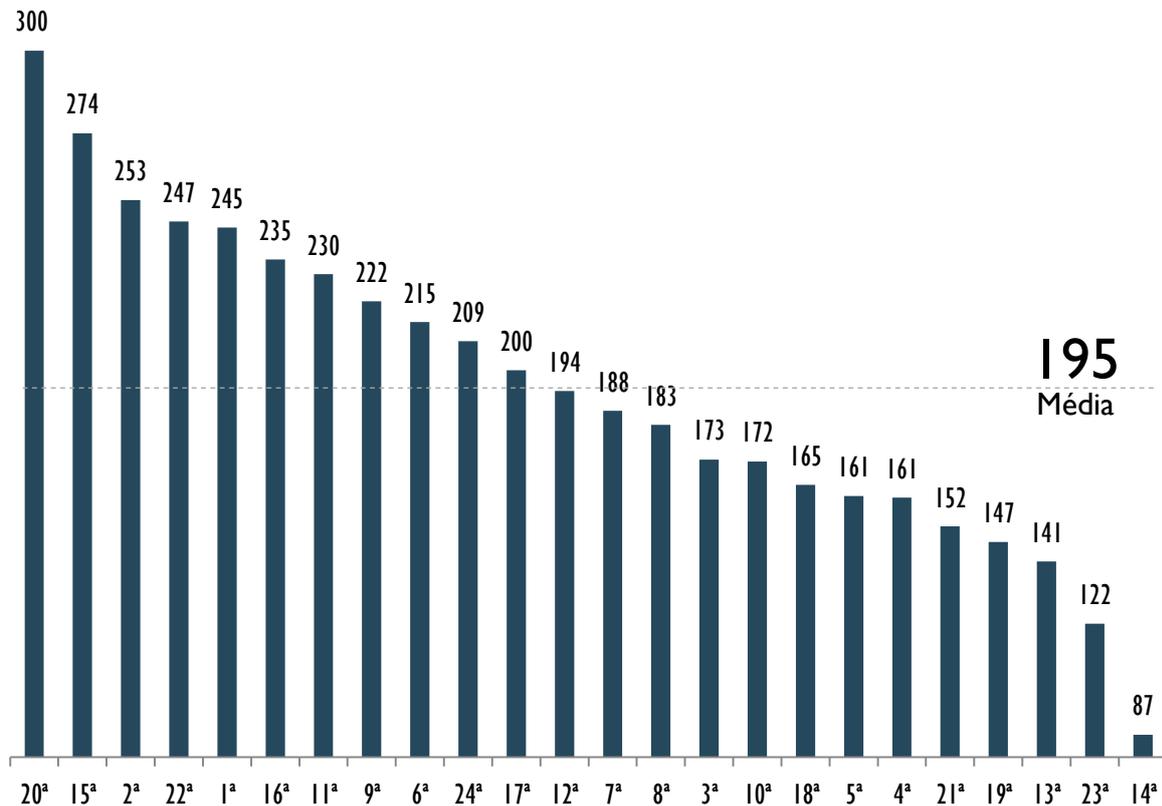


Figura 3.54. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 2ª Instância. 2016.



Litigiosidade

Figura 3.55. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2016.



3.3. Produtividade

No TST, foram julgados 270.130 processos, 11,5% a menos que em 2015 e 56,2% do total a julgar. Desse total, 20.745 foram despachos e decisões monocráticas proferidos pela Presidência da Corte em processos de AIRR. Cada um dos demais Ministros julgou, em média, 10.388 processos e, por mês, 1.039. Do total de julgados, 171.708, 63,6%, foram Agravos de Instrumento em Recurso de Revista e 43.368, 16,1%, foram Recursos de Revista. Durante o ano, o Tribunal julgou 1 Dissídio Coletivo.

Os Órgãos Judicantes do TST realizaram 412 sessões de julgamento no ano; em média, 41 sessões por mês. A média de processos julgados por sessão foi de 461 processos.

Nos TRTs, foram julgados 830.844 processos, 68,2% do total a julgar. A produtividade aumentou 8,0% em relação a 2015. Cada Desembargador julgou, em média, no ano, 1.652 processos e, por mês, 138. Foram julgados 851 Dissídios Coletivos.

Nas Varas, tiveram solução, na Fase de Conhecimento, 2.687.198 processos, 5,1% a mais do que no ano de 2015. Desse quantitativo, 677.308, 25,2%, foram processos do rito sumaríssimo. Os processos solucionados juntamente com os 273.416 EDs julgados representaram 61,0% do total a julgar. Cada Juiz solucionou, em média, na Fase de Conhecimento, por ano, 823 processos e, por mês, 69.

Figura 3.56. Produtividade na Justiça do Trabalho. 2016.



Figura 3.57. Média de Julgados por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.



3.3.1. Julgados em Relação ao Total a Julgar

Figura 3.58. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar no TST. 2016.

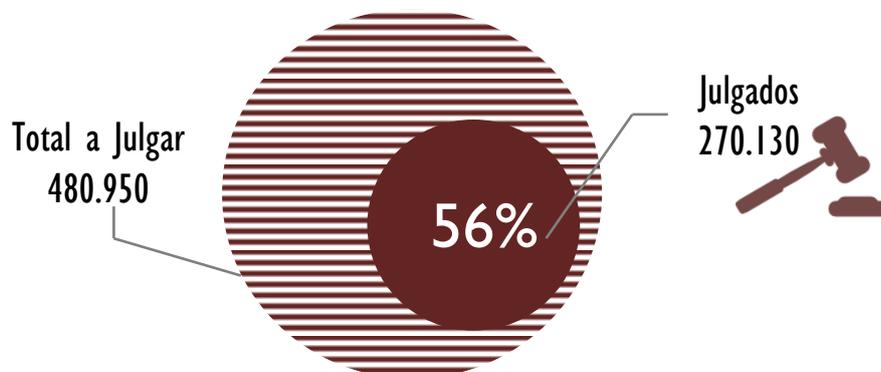


Figura 3.59. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2016.

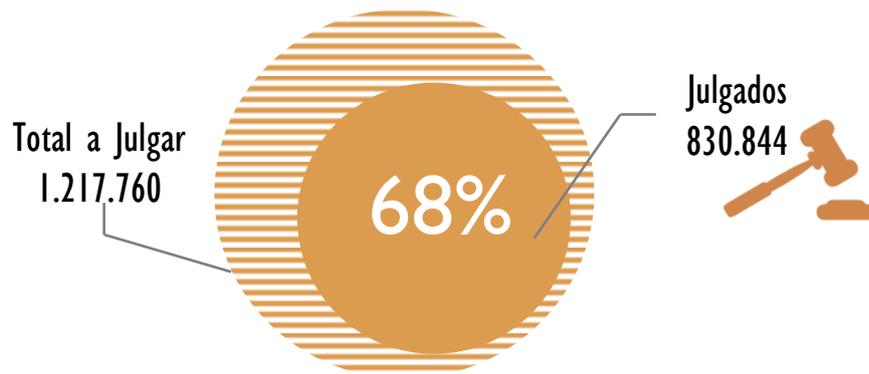


Figura 3.60. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância. 2016.

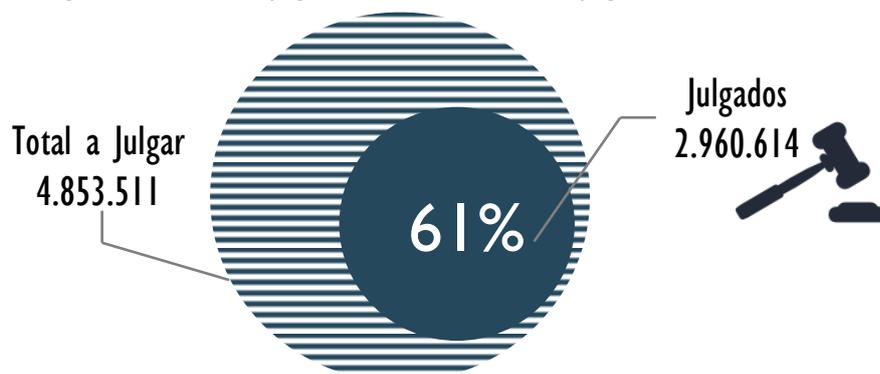


Tabela 3.2. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2016.

TRT	Julgados	Total a Julgar	$\frac{\text{Julgados}}{\text{Total a Julgar}}$ (%)
1ª - RJ	75.457	118.409	63,7%
2ª - SP	138.550	225.922	61,3%
3ª - MG	92.656	113.637	81,5%
4ª - RS	75.025	106.797	70,3%
5ª - BA	39.787	72.151	55,1%
6ª - PE	27.149	33.266	81,6%
7ª - CE	11.932	16.786	71,1%
8ª - PA e AP	19.409	24.038	80,7%
9ª - PR	51.943	78.616	66,1%
10ª - DF e TO	22.182	33.345	66,5%
11ª - AM e RR	11.057	19.170	57,7%
12ª - SC	30.408	40.076	75,9%
13ª - PB	9.324	17.577	53,0%
14ª - RO e AC	10.174	11.786	86,3%
15ª - Campinas/SP	106.081	157.996	67,1%
16ª - MA	8.057	14.114	57,1%
17ª - ES	20.305	25.827	78,6%
18ª - GO	23.642	29.501	80,1%
19ª - AL	6.768	9.355	72,3%
20ª - SE	8.913	13.762	64,8%
21ª - RN	9.591	14.589	65,7%
22ª - PI	9.966	11.530	86,4%
23ª - MT	10.919	15.547	70,2%
24ª - MS	11.549	13.963	82,7%
Total	830.844	1.217.760	68,2%

Litigiosidade

Figura 3.61. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2016.

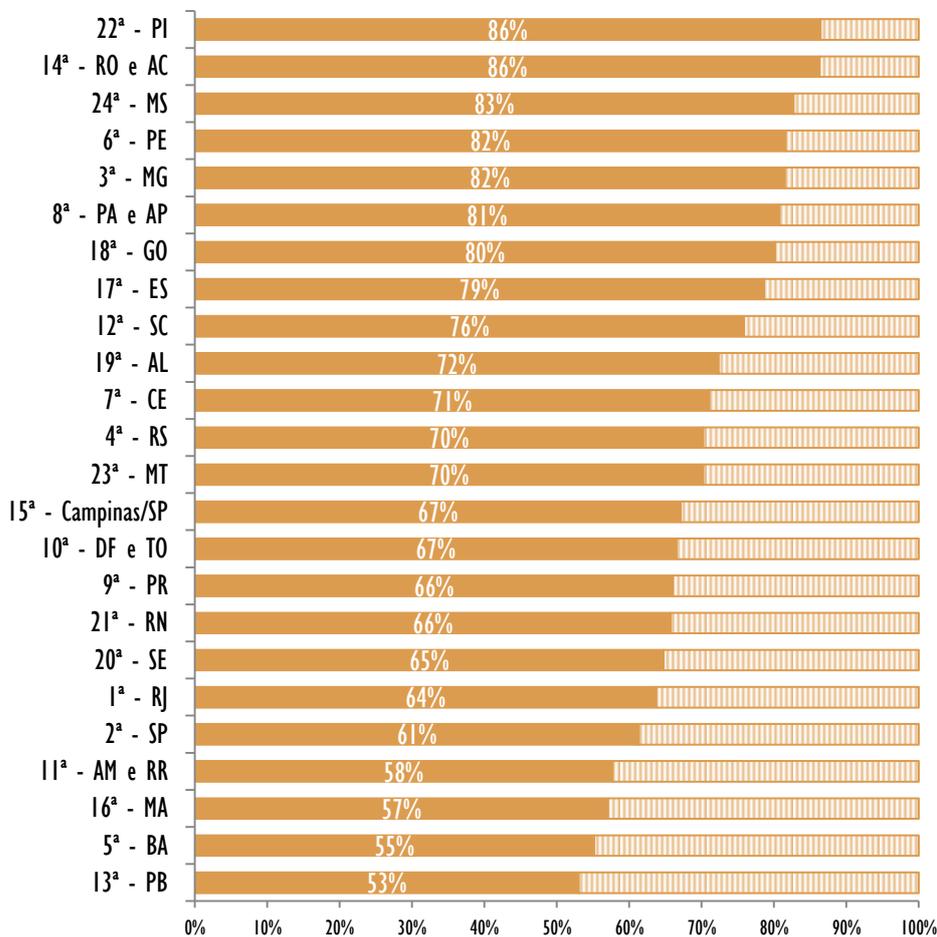
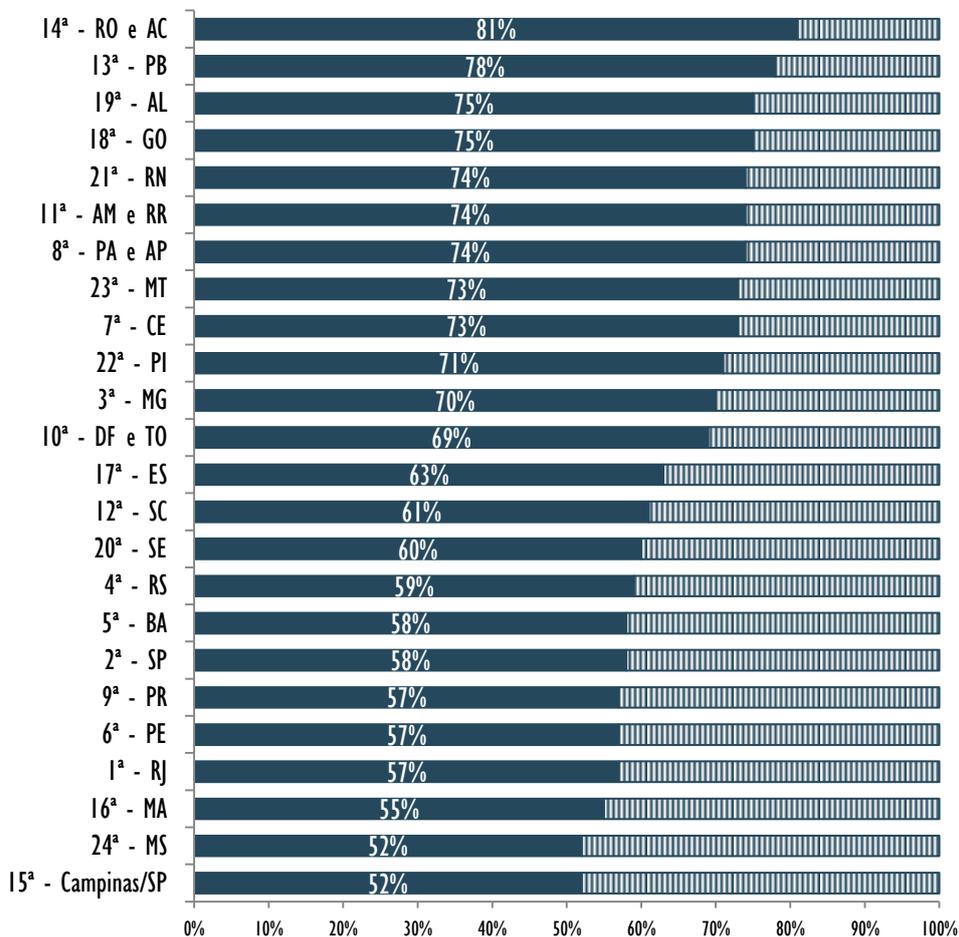


Tabela 3.3. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2016.

Região Judiciária	Julgados (incluídos EDs)	Total a Julgar	$\frac{\text{Julgados}}{\text{Total a Julgar}}$ (%)
1ª - RJ	301.015	527.704	57,0%
2ª - SP	505.972	865.069	58,5%
3ª - MG	301.861	430.564	70,1%
4ª - RS	200.517	342.469	58,6%
5ª - BA	134.759	234.303	57,5%
6ª - PE	122.844	216.179	56,8%
7ª - CE	69.885	96.310	72,6%
8ª - PA e AP	100.365	134.728	74,5%
9ª - PR	171.030	298.493	57,3%
10ª - DF e TO	71.609	104.360	68,6%
11ª - AM e RR	66.084	89.296	74,0%
12ª - SC	101.652	167.462	60,7%
13ª - PB	43.400	55.514	78,2%
14ª - RO e AC	30.540	37.756	80,9%
15ª - Campinas/SP	339.592	656.701	51,7%
16ª - MA	35.990	65.018	55,4%
17ª - ES	46.776	73.913	63,3%
18ª - GO	102.300	137.168	74,6%
19ª - AL	36.929	48.939	75,5%
20ª - SE	29.816	49.449	60,3%
21ª - RN	37.296	50.077	74,5%
22ª - PI	30.110	42.664	70,6%
23ª - MT	45.102	61.979	72,8%
24ª - MS	35.170	67.396	52,2%
Total	2.960.614	4.853.511	61,0%

Figura 3.62. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2016.



3.3.2. Julgados em Relação aos Recebidos

Figura 3.63. Processos Julgados em Relação aos Recebidos na Justiça do Trabalho. 2016.

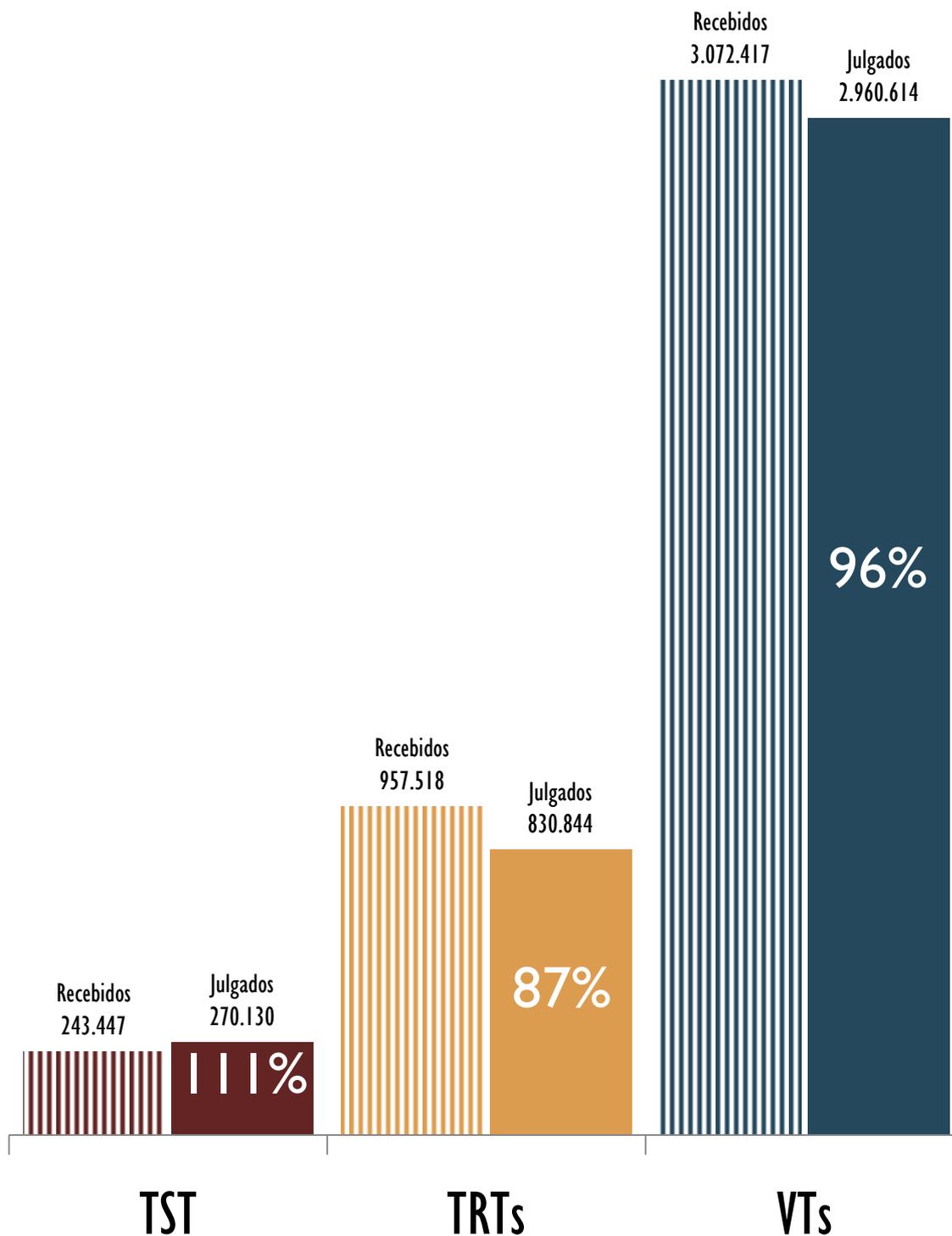


Tabela 3.4. Julgados em Relação aos Recebidos na 2ª Instância. 2016.

TRT	Julgados	Recebidos	$\frac{\text{Julgados}}{\text{Recebidos}}$ (%)
1ª - RJ	75.457	89.672	84,1%
2ª - SP	138.550	176.587	78,5%
3ª - MG	92.656	99.719	92,9%
4ª - RS	75.025	87.383	85,9%
5ª - BA	39.787	51.919	76,6%
6ª - PE	27.149	28.367	95,7%
7ª - CE	11.932	12.663	94,2%
8ª - PA e AP	19.409	19.842	97,8%
9ª - PR	51.943	59.020	88,0%
10ª - DF e TO	22.182	25.382	87,4%
11ª - AM e RR	11.057	14.076	78,6%
12ª - SC	30.408	31.101	97,8%
13ª - PB	9.324	13.493	69,1%
14ª - RO e AC	10.174	10.405	97,8%
15ª - Campinas/SP	106.081	122.728	86,4%
16ª - MA	8.057	7.621	105,7%
17ª - ES	20.305	20.827	97,5%
18ª - GO	23.642	24.114	98,0%
19ª - AL	6.768	7.847	86,2%
20ª - SE	8.913	10.139	87,9%
21ª - RN	9.591	11.954	80,2%
22ª - PI	9.966	9.487	105,0%
23ª - MT	10.919	11.959	91,3%
24ª - MS	11.549	11.213	103,0%
Total	830.844	957.518	86,8%

Figura 3.64. Processos Julgados em Relação aos Recebidos na 2ª Instância. 2016.

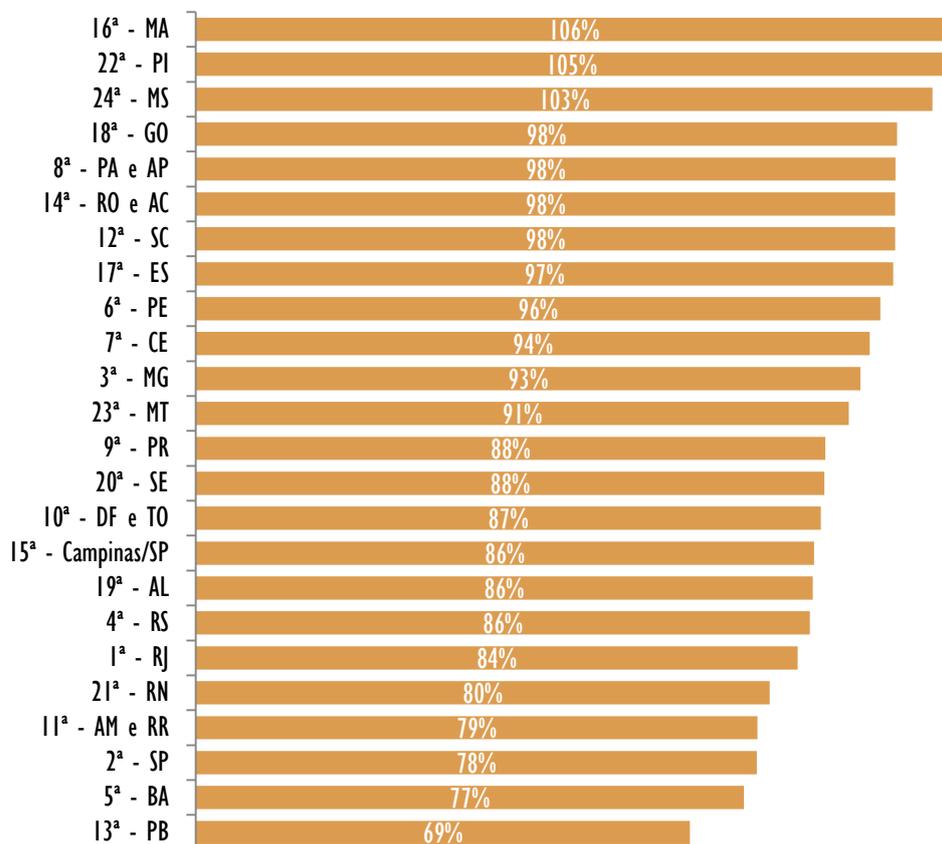
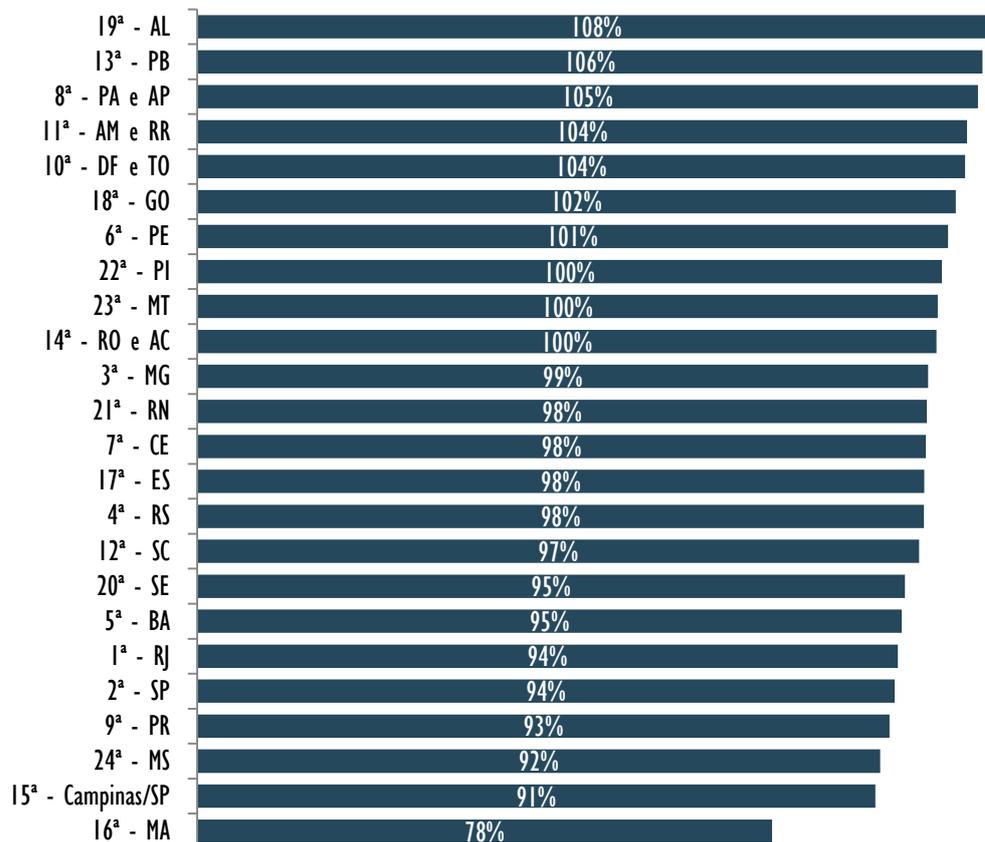


Tabela 3.5. Julgados em Relação aos Recebidos na 1ª Instância. 2016.

Região Judiciária	Julgados (incluídos EDs)	Recebidos (incluídos EDs)	$\frac{\text{Julgados}}{\text{Recebidos}}$ (%)
1ª - RJ	301.015	318.746	94,4%
2ª - SP	505.972	538.173	94,0%
3ª - MG	301.861	306.319	98,5%
4ª - RS	200.517	204.648	98,0%
5ª - BA	134.759	141.875	95,0%
6ª - PE	122.844	121.377	101,2%
7ª - CE	69.885	71.154	98,2%
8ª - PA e AP	100.365	95.342	105,3%
9ª - PR	171.030	183.243	93,3%
10ª - DF e TO	71.609	69.164	103,5%
11ª - AM e RR	66.084	63.679	103,8%
12ª - SC	101.652	104.458	97,3%
13ª - PB	43.400	40.998	105,9%
14ª - RO e AC	30.540	30.650	99,6%
15ª - Campinas/SP	339.592	371.519	91,4%
16ª - MA	35.990	46.437	77,5%
17ª - ES	46.776	47.720	98,0%
18ª - GO	102.300	100.049	102,2%
19ª - AL	36.929	34.312	107,6%
20ª - SE	29.816	31.256	95,4%
21ª - RN	37.296	37.922	98,3%
22ª - PI	30.110	29.994	100,4%
23ª - MT	45.102	45.184	99,8%
24ª - MS	35.170	38.198	92,1%
Total	2.960.614	3.072.417	96,4%

Figura 3.65. Julgados em Relação aos Recebidos na 1ª Instância. 2016.



3.3.3. Conciliação nas Varas do Trabalho

O percentual de conciliações no País foi de 38,8%, o nível mais baixo desde 2007. Destaca-se, no entanto, que 229 varas (14,6 % do total de instaladas) apresentaram índice de conciliação maior ou igual a 50,0%. Dentre essas, 49 varas apresentaram índice entre 60,0% e 70,0% e 6, índice superior a 70,0%. O percentual de conciliações, no rito sumaríssimo, foi de 46,0%; no rito ordinário, foi de 36,4%.

Figura 3.66. Percentual de Conciliação. 2016.



Figura 3.67. Percentual de Conciliações na 1ª Instância. 2007-2016.

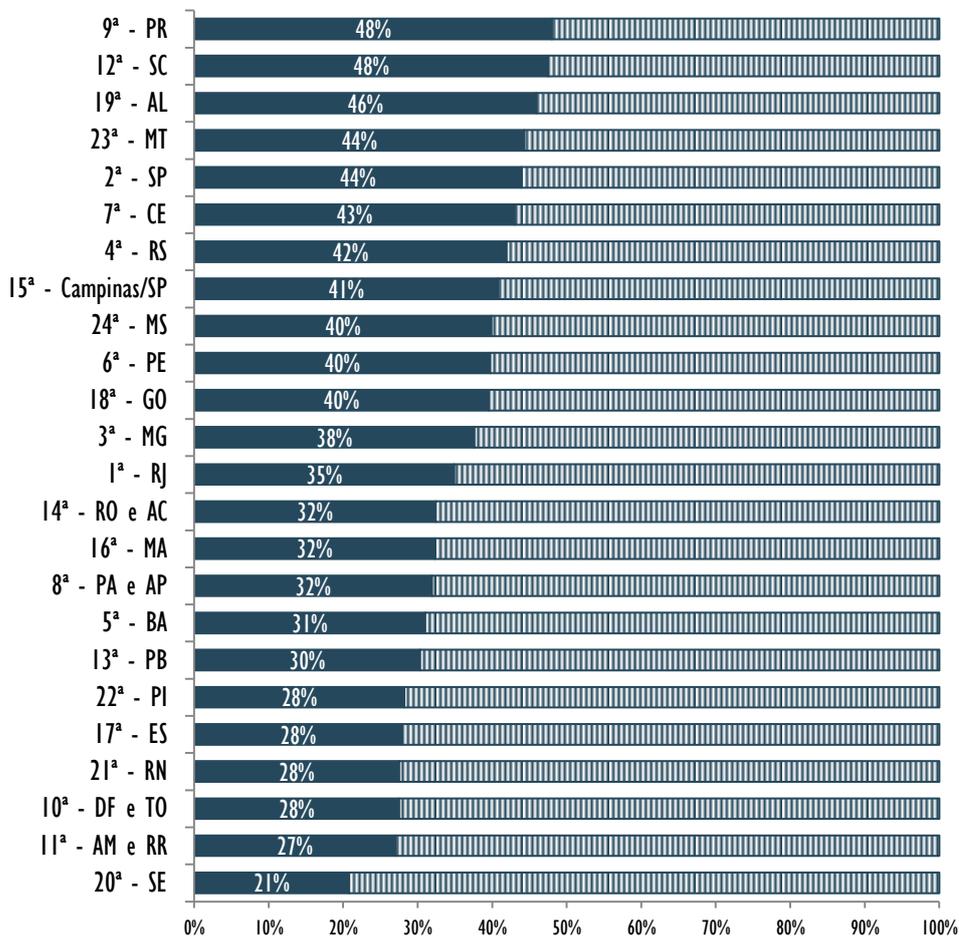


Tabela 3.6. Percentual de Conciliações por Região Judiciária na 1ª Instância. 2016.

Região Judiciária	Conciliações	Julgados Total	Conciliações / Julgados Total (%)
1ª - RJ	92.396	264.392	34,9%
2ª - SP	201.975	459.958	43,9%
3ª - MG	102.493	272.330	37,6%
4ª - RS	77.202	184.043	41,9%
5ª - BA	36.307	116.935	31,0%
6ª - PE	44.398	111.822	39,7%
7ª - CE	28.606	66.588	43,0%
8ª - PA e AP	30.449	95.386	31,9%
9ª - PR	72.339	150.681	48,0%
10ª - DF e TO	17.197	62.568	27,5%
11ª - AM e RR	17.125	63.438	27,0%
12ª - SC	44.489	93.713	47,5%
13ª - PB	12.052	39.752	30,3%
14ª - RO e AC	9.055	27.938	32,4%
15ª - Campinas/SP	126.805	311.076	40,8%
16ª - MA	11.100	34.398	32,3%
17ª - ES	10.933	39.209	27,9%
18ª - GO	37.799	95.732	39,5%
19ª - AL	15.916	34.696	45,9%
20ª - SE	5.392	25.897	20,8%
21ª - RN	9.347	34.014	27,5%
22ª - PI	8.015	28.397	28,2%
23ª - MT	18.547	41.843	44,3%
24ª - MS	12.938	32.392	39,9%
País	1.042.875	2.687.198	38,8%

Litigiosidade

Figura 3.68. Percentual de Conciliações por Região Judiciária na 1ª Instância. 2016.



3.4 Reforma da Decisão

3.4.1. Tribunais Regionais do Trabalho

a) Recursos de Revista

A Taxa de Reforma da Decisão dos TRT diminuiu em relação a 2015, ficando em 66,9%. Destaca-se que essa foi a segunda redução seguida, após 5 anos consecutivos de crescimento da Taxa.

Figura 3.69. Reforma de Recursos de Revista. 2016.

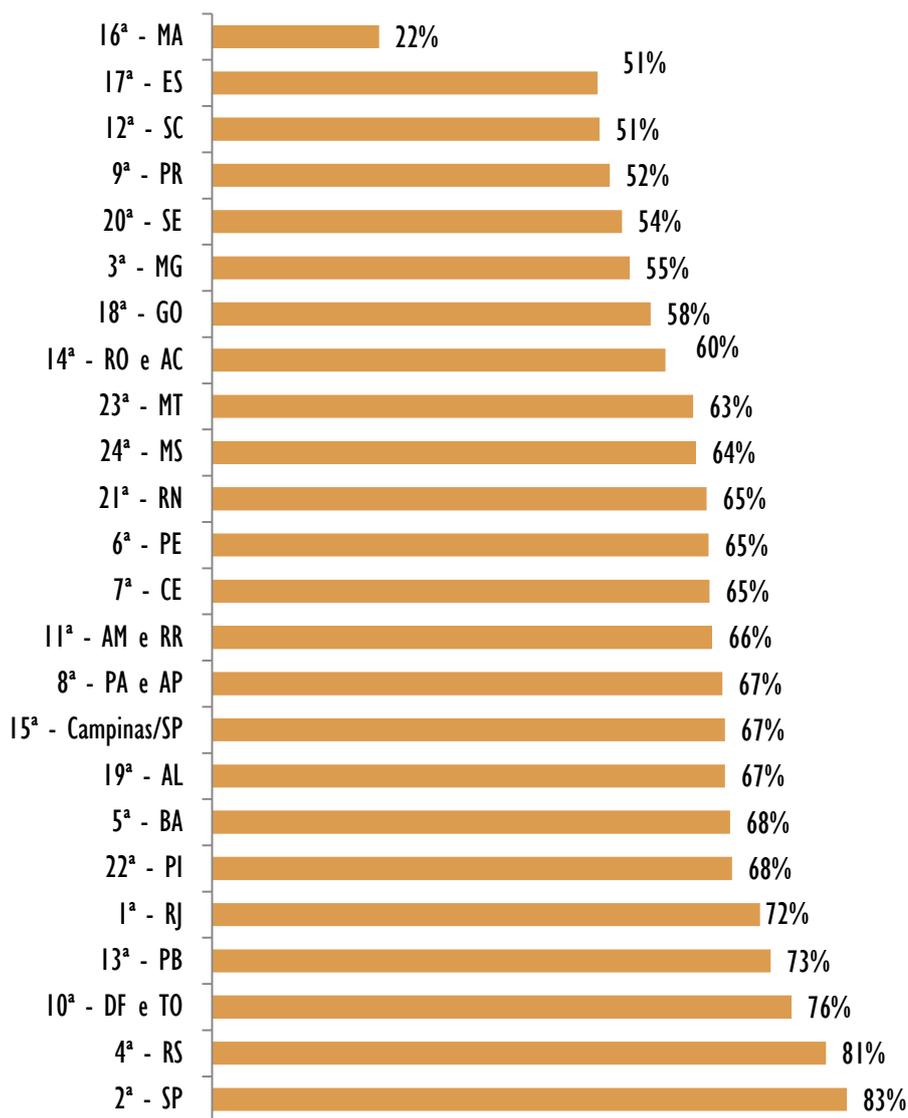


Tabela 3.7. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos de Revista. 2014-2016.

Região Judiciária de Origem	Ano de 2014			Ano de 2015			Ano de 2016		
	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)
1ª	2.313	3.011	76,8%	2.597	3.300	78,7%	1.644	2.285	71,9%
2ª	5.078	6.177	82,2%	4.906	5.840	84,0%	3.470	4.163	83,4%
3ª	3.003	5.128	58,6%	3.245	5.209	62,3%	2.112	3.853	54,8%
4ª	5.954	7.430	80,1%	5.995	8.646	69,3%	7.880	9.777	80,6%
5ª	1.691	2.559	66,1%	1.589	2.352	67,6%	1.288	1.894	68,0%
6ª	694	1.341	51,8%	700	1.331	52,6%	603	925	65,2%
7ª	1.113	1.347	82,6%	890	1.410	63,1%	533	816	65,3%
8ª	800	982	81,5%	779	1.111	70,1%	538	803	67,0%
9ª	2.458	4.562	53,9%	2.767	5.113	54,1%	2.067	3.959	52,2%
10ª	685	943	72,6%	576	804	71,6%	515	677	76,1%
11ª	295	561	52,6%	333	515	64,7%	304	463	65,7%
12ª	1.745	2.647	65,9%	1.901	3.123	60,9%	1.714	3.369	50,9%
13ª	772	1.024	75,4%	528	839	62,9%	330	450	73,3%
14ª	175	230	76,1%	301	472	63,8%	200	336	59,5%
15ª	3.626	5.285	68,6%	4.220	5.979	70,6%	3.046	4.524	67,3%
16ª	196	374	52,4%	161	478	33,7%	87	397	21,9%
17ª	1.310	2.324	56,4%	1.093	1.898	57,6%	932	1.842	50,6%
18ª	349	529	66,0%	337	577	58,4%	315	547	57,6%
19ª	147	192	76,6%	242	336	72,0%	169	251	67,3%
20ª	212	298	71,1%	225	351	64,1%	212	394	53,8%
21ª	702	997	70,4%	528	766	68,9%	450	693	64,9%
22ª	707	892	79,3%	499	666	74,9%	256	375	68,3%
23ª	192	273	70,3%	194	317	61,2%	168	266	63,2%
24ª	236	355	66,5%	322	457	70,5%	195	307	63,5%
Total	34.453	49.461	69,7%	34.928	51.890	67,3%	29.028	43.366	66,9%

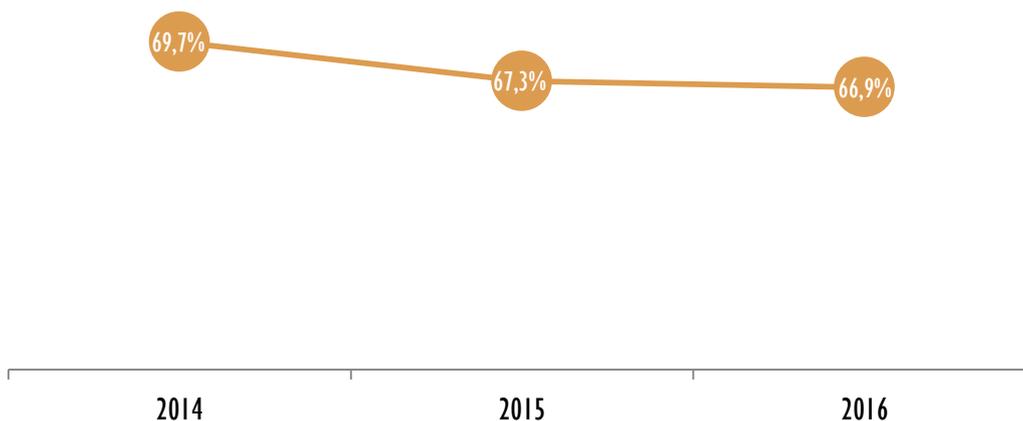
Nota: Não incluídos os processos julgados por despacho.

Figura 3.70. Taxa de Reforma da Decisão 2ª Instância. Recursos de Revista. 2016.



Litigiosidade

Figura 3.71. Taxa de Reforma da Decisão 2ª Instância. Recursos de Revista. 2014-2016.



b) Recursos Ordinários

A Taxa de Reforma da Decisão dos TRTs permaneceu a mesma de 2015, 17,4%.

Figura 3.72. Taxa de Reforma de Recursos Ordinários. 2016.



Tabela 3.8. Taxa de Reforma da Decisão 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2014-2016.

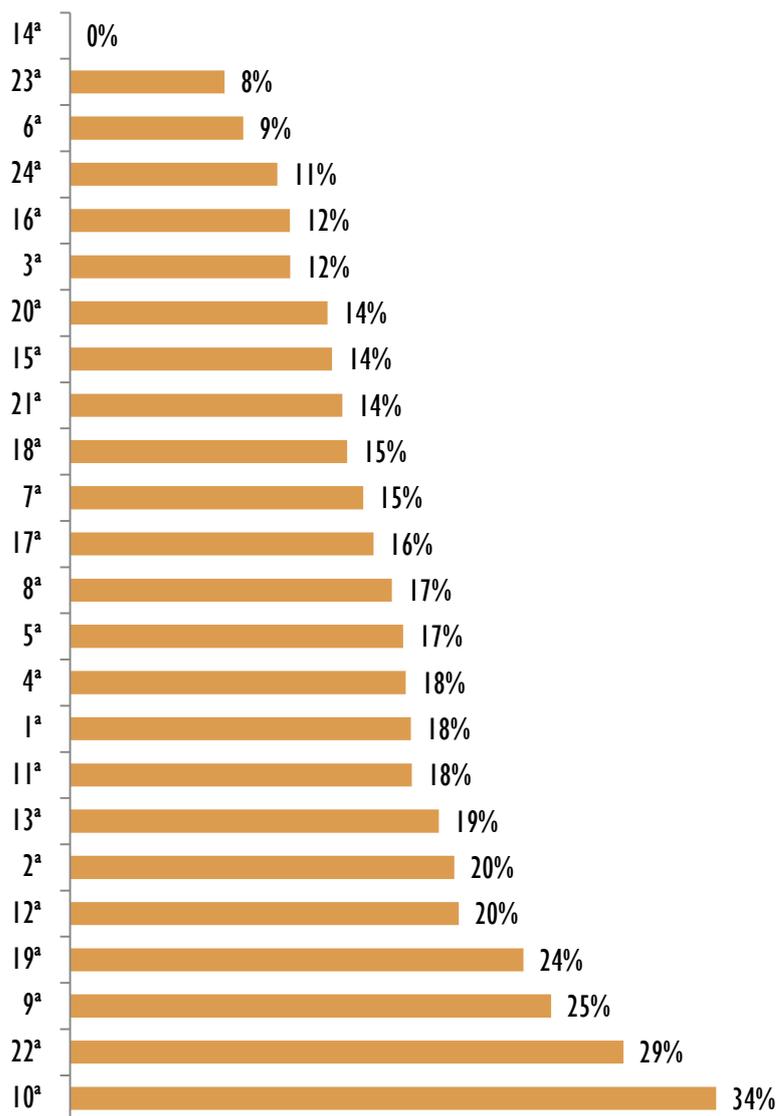
Região Judiciária de Origem	Ano de 2014			Ano de 2015			Ano de 2016		
	Provido/ Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/ Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/ Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)
1ª	13	130	10,0%	30	170	17,6%	22	123	17,9%
2ª	89	443	20,1%	79	419	18,9%	68	337	20,2%
3ª	12	113	10,6%	22	205	10,7%	20	173	11,6%
4ª	53	189	28,0%	84	266	31,6%	46	261	17,6%
5ª	27	136	19,9%	33	159	20,8%	25	143	17,5%
6ª	6	59	10,2%	9	107	8,4%	7	77	9,1%
7ª	5	66	7,6%	2	37	5,4%	6	39	15,4%
8ª	14	49	28,6%	24	83	28,9%	12	71	16,9%
9ª	13	138	9,4%	20	130	15,4%	25	99	25,3%
10ª	7	40	17,5%	7	61	11,5%	19	56	33,9%
11ª	-	17	-	3	24	12,5%	7	39	17,9%
12ª	10	73	13,7%	16	68	23,5%	20	98	20,4%
13ª	6	37	16,2%	5	30	16,7%	6	31	19,4%
14ª	5	17	29,4%	3	34	8,8%	-	14	-
15ª	17	224	7,6%	31	329	9,4%	37	269	13,8%
16ª	3	51	5,9%	6	19	31,6%	3	26	11,5%
17ª	29	153	19,0%	20	107	18,7%	18	113	15,9%
18ª	2	27	7,4%	8	36	22,2%	8	55	14,5%
19ª	1	15	6,7%	7	23	30,4%	5	21	23,8%
20ª	2	11	18,2%	3	22	13,6%	5	37	13,5%
21ª	3	18	16,7%	8	41	19,5%	19	133	14,3%
22ª	6	35	17,1%	15	86	17,4%	34	117	29,1%
23ª	3	15	20,0%	2	53	3,8%	3	37	8,1%
24ª	1	32	3,1%	5	28	17,9%	5	46	10,9%
Total	327	2.088	15,7%	442	2.537	17,4%	420	2.415	17,4%

Notas: 1) Não inclui os processos julgados por despacho.

2) Sinal convencional utilizado:

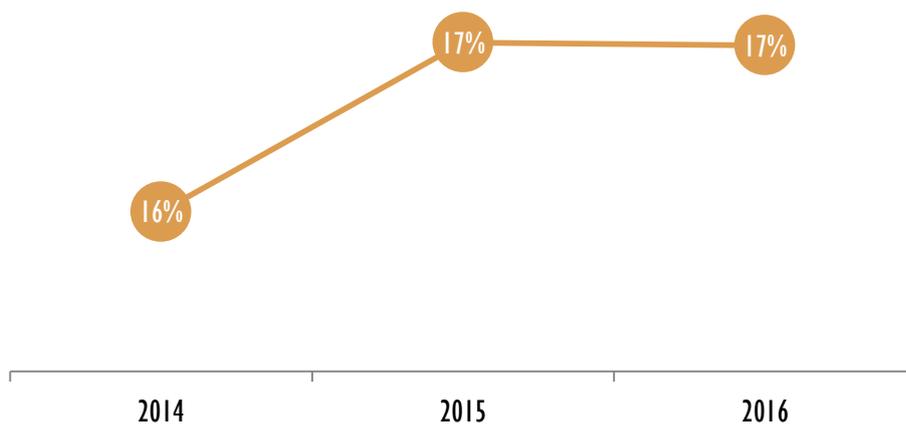
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.73. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2016.



Litigiosidade

Figura 3.74. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2014-2016.



3.4.2. Varas do Trabalho

a) Recursos Ordinários

A Taxa de Reforma da Decisão das Varas do Trabalho, em Recursos Ordinários, se manteve praticamente inalterada em 2016 em comparação aos anos de 2014 e 2015. As Regiões que apresentaram as maiores taxas, em 2016, foram a 4ª Região, com 50,9%, a 17ª Região, com 49,9%, a 24ª Região, com 48,6%, a 9ª Região, com 45,7%, e a 13ª Região, com 45,2%.

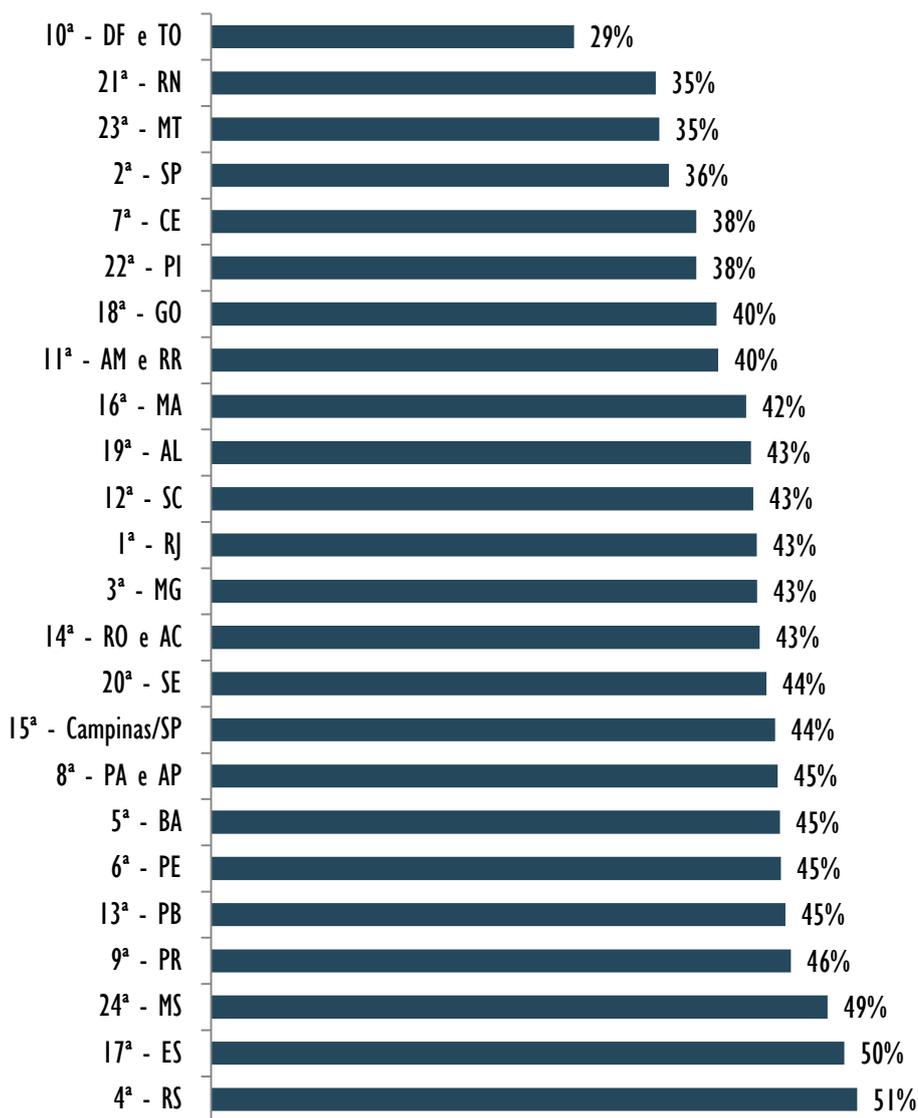
Figura 3.75. Taxa de Reforma de Recursos Ordinários das Varas. 2016.



Tabela 3.9. Taxa de Reforma da Decisão. Recursos Ordinários. 1ª Instância. 2014-2016.

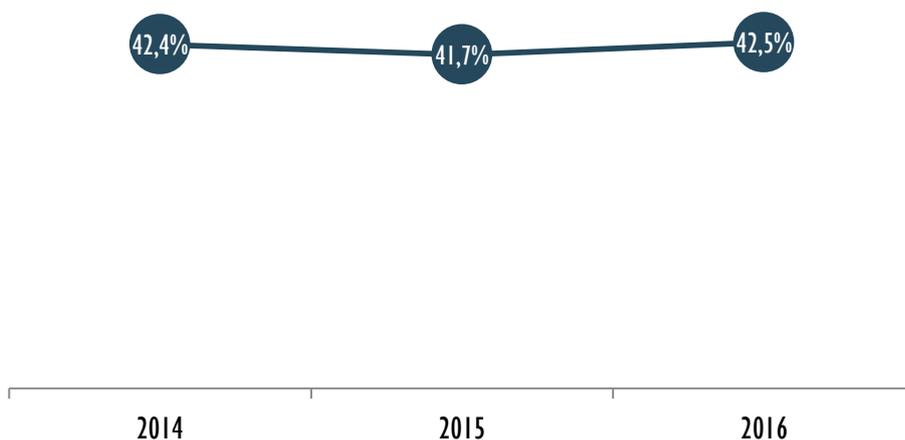
Região Judiciária de Origem	Ano de 2014			Ano de 2015			Ano de 2016		
	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)	Provido/Provido em Parte	Total de Decisões	Taxa de Reforma Decisão (%)
1ª	25.078	58.278	43,0%	25.458	61.191	41,6%	24.450	56.875	43,0%
2ª	40.339	111.501	36,2%	44.338	125.725	35,3%	46.019	127.611	36,1%
3ª	28.645	69.646	41,1%	29.039	67.532	43,0%	29.407	68.364	43,0%
4ª	34.361	71.439	48,1%	33.053	68.498	48,3%	36.855	72.422	50,9%
5ª	17.834	36.994	48,2%	10.986	24.209	45,4%	13.512	30.161	44,8%
6ª	7.679	16.291	47,1%	8.503	18.214	46,7%	9.987	22.252	44,9%
7ª	3.536	8.530	41,5%	2.941	7.459	39,4%	2.634	6.891	38,2%
8ª	3.941	8.767	45,0%	5.380	11.695	46,0%	6.478	14.513	44,6%
9ª	23.817	53.759	44,3%	22.132	48.794	45,4%	24.425	53.485	45,7%
10ª	4.076	15.630	26,1%	4.027	14.569	27,6%	5.856	20.490	28,6%
11ª	2.491	6.031	41,3%	3.254	8.952	36,3%	3.260	8.160	40,0%
12ª	11.091	23.843	46,5%	10.617	24.801	42,8%	12.597	29.491	42,7%
13ª	4.283	9.368	45,7%	3.314	7.515	44,1%	2.943	6.506	45,2%
14ª	2.110	5.258	40,1%	2.805	6.191	45,3%	4.423	10.232	43,2%
15ª	36.298	84.645	42,9%	35.883	84.243	42,6%	37.764	84.997	44,4%
16ª	4.041	9.303	43,4%	3.030	7.959	38,1%	2.749	6.522	42,1%
17ª	6.190	11.187	55,3%	6.094	11.747	51,9%	7.139	14.310	49,9%
18ª	7.910	19.716	40,1%	6.883	17.374	39,6%	7.626	19.149	39,8%
19ª	2.342	5.513	42,5%	2.952	6.216	47,5%	2.629	6.183	42,5%
20ª	2.611	5.094	51,3%	3.000	6.051	49,6%	2.740	6.264	43,7%
21ª	2.879	8.265	34,8%	3.086	8.241	37,4%	2.519	7.191	35,0%
22ª	3.443	7.310	47,1%	2.612	6.553	39,9%	2.548	6.666	38,2%
23ª	3.204	9.790	32,7%	3.150	9.704	32,5%	3.421	9.687	35,3%
24ª	3.422	8.646	39,6%	3.041	7.450	40,8%	4.530	9.328	48,6%
Total	281.621	664.804	42,4%	275.578	660.883	41,7%	296.511	697.750	42,5%

Figura 3.76. Taxa de Reforma da Decisão. Recursos Ordinários. 1ª Instância. 2016.



Litigiosidade

Figura 3.77. Taxa de Reforma da Decisão. Recursos Ordinários. 1ª Instância. 2014-2016.



3.5. Execução

Em 2016, foram iniciadas e encerradas nas Varas do Trabalho, respectivamente, 724.491 e 661.850 execuções.

Tabela 3.10. Movimentação Processual. Processos de Execução. 1ª Instância. 2016.

Região Judiciária	Resíduo em 2015	Execuções Iniciadas	Total a Executar em 2016	Execuções Encerradas	Resíduo em 2016
1ª - RJ	287.272	71.277	358.549	46.703	301.794
2ª - SP	274.866	62.756	337.622	125.315	468.775
3ª - MG	204.119	57.166	261.285	46.728	206.394
4ª - RS	223.346	63.001	286.347	43.997	233.490
5ª - BA	168.891	45.455	214.346	41.562	165.359
6ª - PE	45.026	36.163	81.189	24.797	66.653
7ª - CE	77.746	24.952	102.698	23.192	78.379
8ª - PA e AP	42.850	23.055	65.905	16.980	49.267
9ª - PR	198.578	52.015	250.593	36.139	204.180
10ª - DF e TO	63.520	20.540	84.060	14.223	75.717
11ª - AM e RR	17.538	15.162	32.700	14.454	22.051
12ª - SC	61.629	28.752	90.381	22.654	67.756
13ª - PB	18.967	10.427	29.394	8.142	21.502
14ª - RO e AC	20.515	8.578	29.093	7.060	22.399
15ª - Campinas/SP	208.915	90.951	299.866	100.033	178.990
16ª - MA	49.635	11.699	61.334	9.644	50.715
17ª - ES	25.263	15.180	40.443	12.971	29.516
18ª - GO	47.797	24.369	72.166	19.266	52.761
19ª - AL	54.474	11.907	66.381	5.386	55.563
20ª - SE	25.386	7.375	32.761	6.516	26.943
21ª - RN	50.042	12.309	62.351	13.522	43.943
22ª - PI	27.455	9.666	37.121	8.177	28.365
23ª - MT	37.710	11.671	49.381	8.124	40.556
24ª - MS	25.125	10.065	35.190	6.265	27.669
País	2.256.665	724.491	2.981.156	661.850	2.518.737

Nota: No Resíduo, estão incluídos os Processos em arquivo provisório.

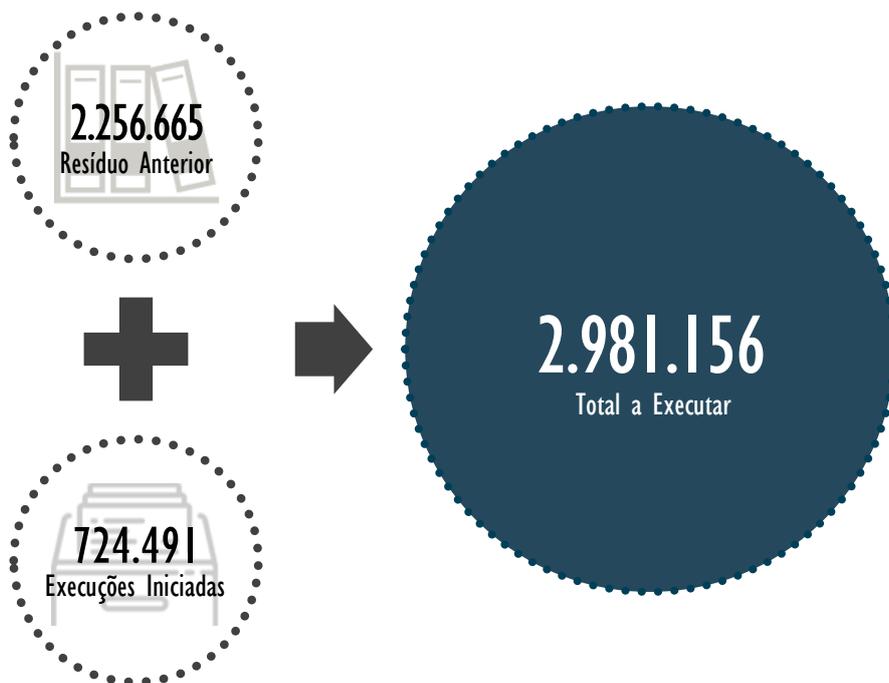
Figura 3.78. Processos de Execução. Movimentação Processual. 1ª Instância. 2016.



3.5.1. Total a Executar

As execuções iniciadas somadas às execuções pendentes de anos anteriores – pendentes de execução e em arquivo provisório – totalizaram 2.981.156 processos.

Figura 3.79. Total a Executar na 1ª Instância, 2016.

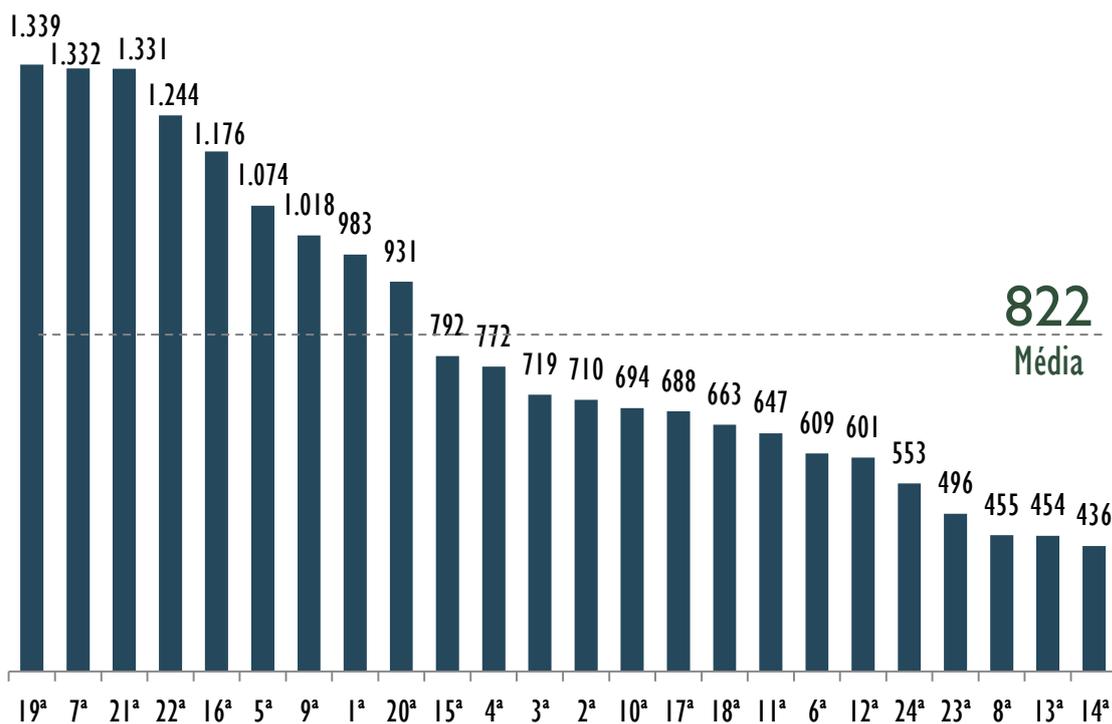


3.5.2. Total a Executar por Magistrado

O total a executar por magistrado, na Justiça do Trabalho, foi de 799 processos; quantitativo 5,4% inferior ao do ano anterior.



Figura 3.81. Total a Executar por Magistrado na 1ª Instância. 2016.



3.5.3. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária

O total a executar por servidor da Área Judiciária, na Justiça do Trabalho, foi de 105,0 processos; quantitativo 4,8% inferior ao do ano anterior.

Figura 3.82. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária. 1ª Instância. 2007-2016.

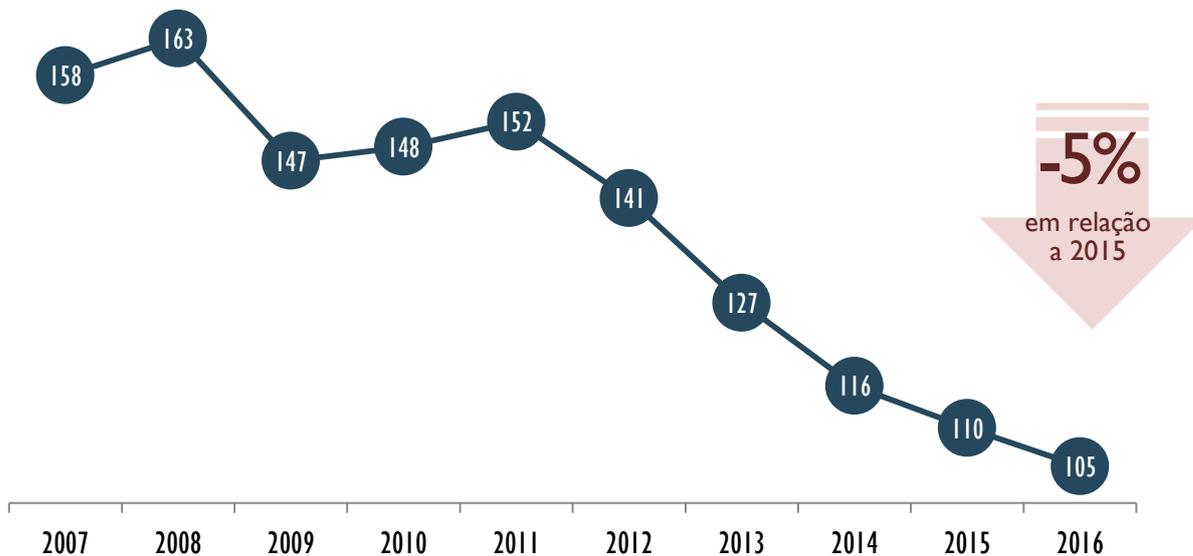
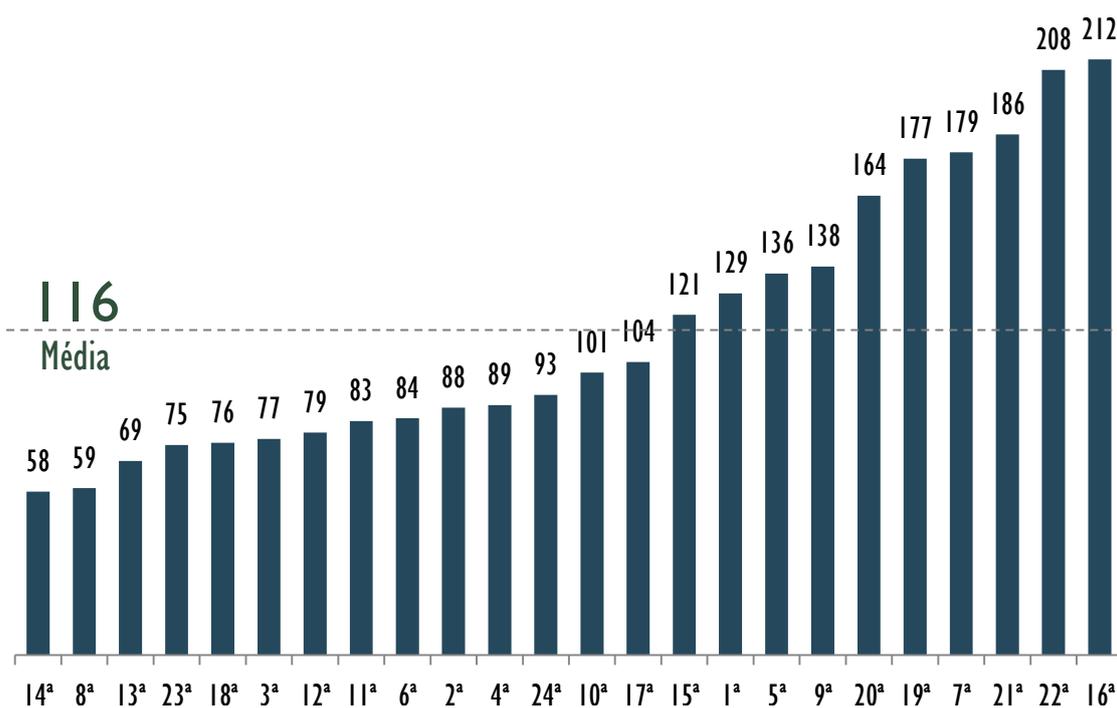


Figura 3.83. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2016.

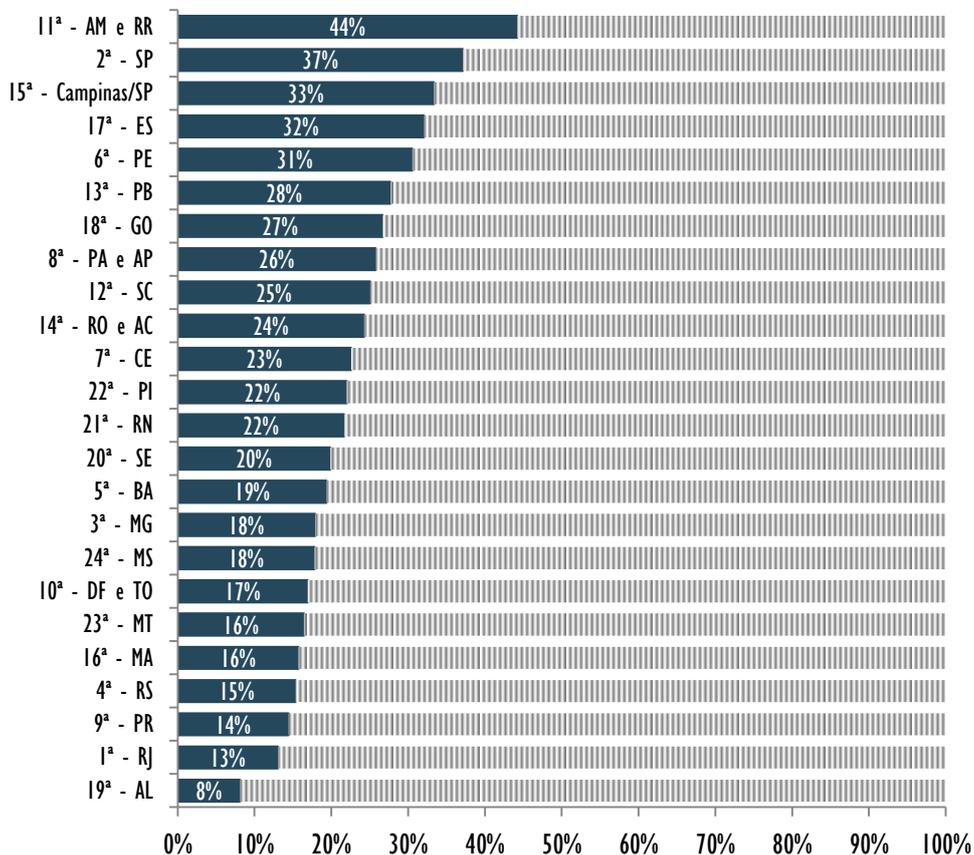


3.5.4. Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar

Tabela 3.11. Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar na 1ª Instância. 2016.

Região Judiciária	Execuções Encerradas	Total a Executar	Encerradas em relação ao total a Executar (%)
1ª - RJ	46.703	358.549	13,0%
2ª - SP	125.315	337.622	37,1%
3ª - MG	46.728	261.285	17,9%
4ª - RS	43.997	286.347	15,4%
5ª - BA	41.562	214.346	19,4%
6ª - PE	24.797	81.189	30,5%
7ª - CE	23.192	102.698	22,6%
8ª - PA e AP	16.980	65.905	25,8%
9ª - PR	36.139	250.593	14,4%
10ª - DF e TO	14.223	84.060	16,9%
11ª - AM e RR	14.454	32.700	44,2%
12ª - SC	22.654	90.381	25,1%
13ª - PB	8.142	29.394	27,7%
14ª - RO e AC	7.060	29.093	24,3%
15ª - Campinas/SP	100.033	299.866	33,4%
16ª - MA	9.644	61.334	15,7%
17ª - ES	12.971	40.443	32,1%
18ª - GO	19.266	72.166	26,7%
19ª - AL	5.386	66.381	8,1%
20ª - SE	6.516	32.761	19,9%
21ª - RN	13.522	62.351	21,7%
22ª - PI	8.177	37.121	22,0%
23ª - MT	8.124	49.381	16,5%
24ª - MS	6.265	35.190	17,8%
Total	661.850	2.981.156	22,2%

Figura 3.84. Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar na 1ª Instância. 2016.

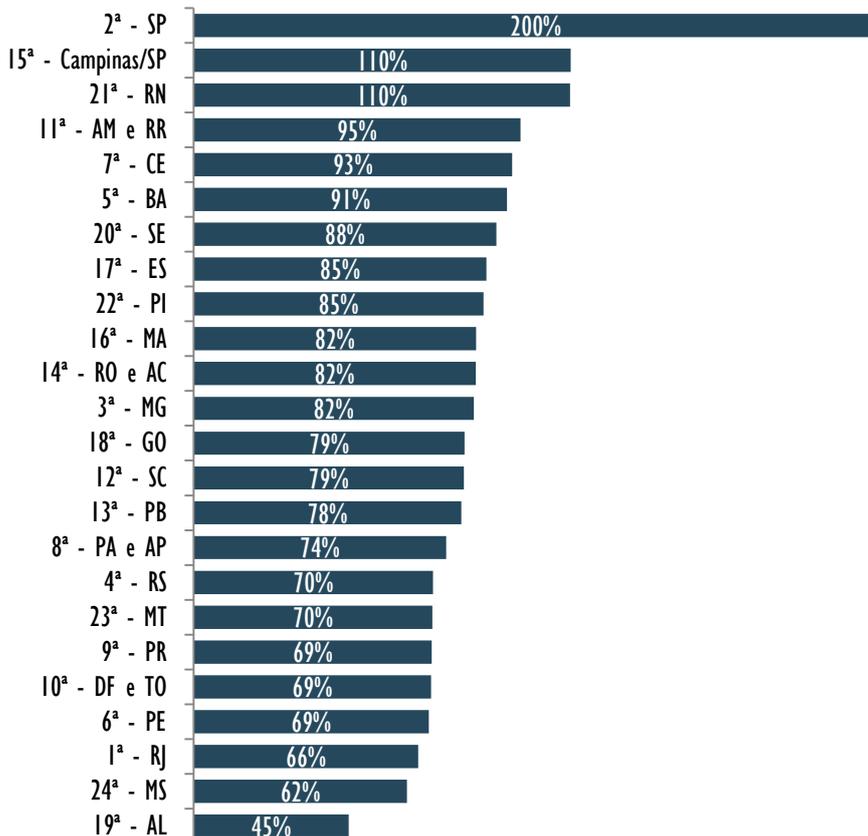


3.5.5. Execuções Encerradas em Relação às Iniciadas

Tabela 3.12. Execuções Encerradas em relação às Iniciadas na 1ª Instância. 2016.

Região Judiciária	Execuções Encerradas	Execuções Iniciadas	Encerradas em relação a Iniciadas (%)
1ª - RJ	46.703	71.277	65,5%
2ª - SP	125.315	62.756	199,7%
3ª - MG	46.728	57.166	81,7%
4ª - RS	43.997	63.001	69,8%
5ª - BA	41.562	45.455	91,4%
6ª - PE	24.797	36.163	68,6%
7ª - CE	23.192	24.952	92,9%
8ª - PA e AP	16.980	23.055	73,6%
9ª - PR	36.139	52.015	69,5%
10ª - DF e TO	14.223	20.540	69,2%
11ª - AM e RR	14.454	15.162	95,3%
12ª - SC	22.654	28.752	78,8%
13ª - PB	8.142	10.427	78,1%
14ª - RO e AC	7.060	8.578	82,3%
15ª - Campinas/SP	100.033	90.951	110,0%
16ª - MA	9.644	11.699	82,4%
17ª - ES	12.971	15.180	85,4%
18ª - GO	19.266	24.369	79,1%
19ª - AL	5.386	11.907	45,2%
20ª - SE	6.516	7.375	88,4%
21ª - RN	13.522	12.309	109,9%
22ª - PI	8.177	9.666	84,6%
23ª - MT	8.124	11.671	69,6%
24ª - MS	6.265	10.065	62,2%
Total	661.850	724.491	91,4%

Figura 3.85. Execuções Encerradas em relação às Iniciadas na 1ª Instância. 2016.



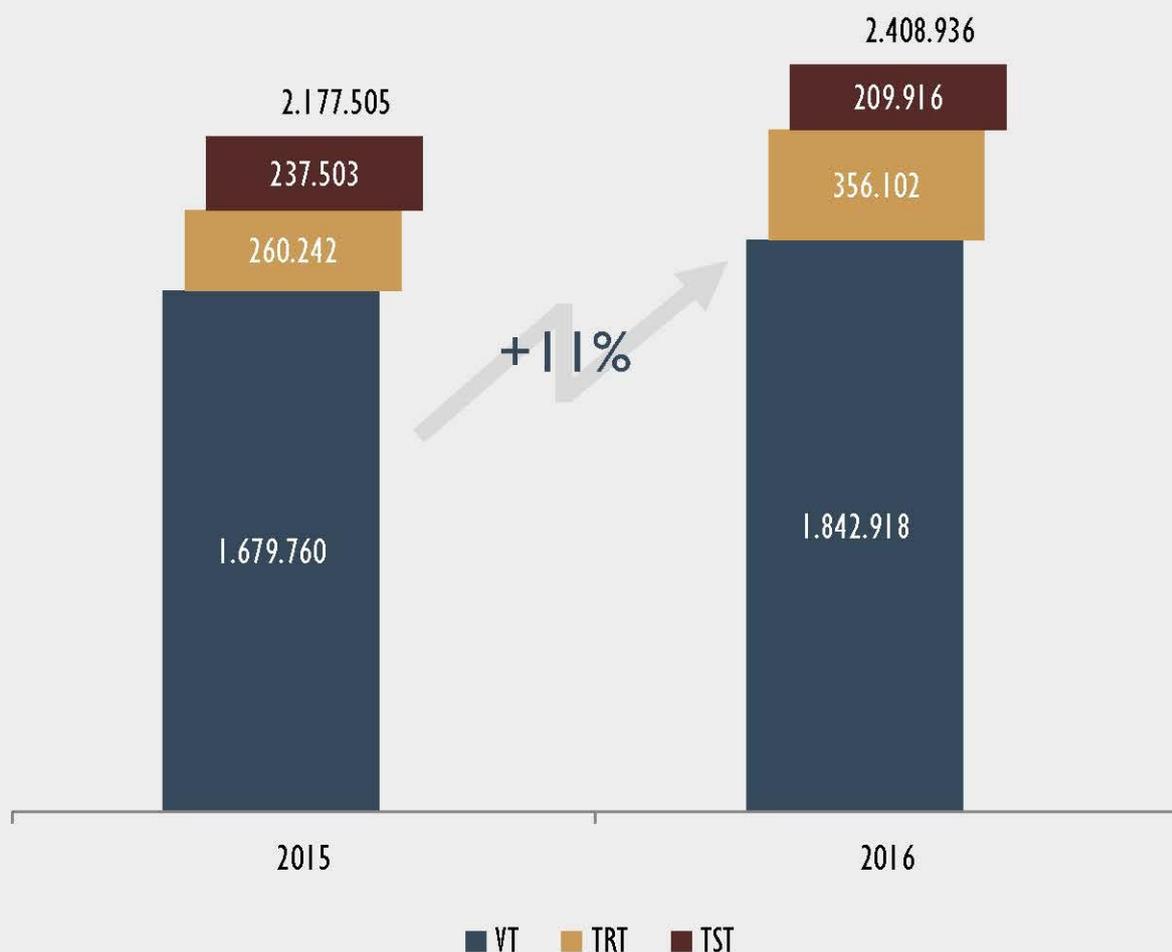
3.6. Resíduo

No TST, o resíduo de processos foi de 209.916, 11,6% a menos que em 2015. Desse total, 18.452 não estavam distribuídos e 191.464 estavam em tramitação nos Órgãos Judicantes; dentre estes últimos, 96.854 (50,6%) eram AIRR e 53.940 (28,2%) eram RR.

Nos TRTs, o resíduo fechou o ano com um saldo de 356.102 processos, tendo aumentado 36,8% em relação a 2015.

Nas Varas, o resíduo de processos, na Fase de Conhecimento, fechou o ano em 1.842.918, tendo aumentado 9,7% em relação a 2015. Os processos pendentes de execução fecharam o ano em 1.723.351, quantitativo 4,4% superior ao do ano anterior. Além dos processos pendentes de execução, ficaram em arquivo provisório, 795.386 processos, 31,4% a mais que em 2015.

Figura 3.86. Resíduo na Justiça do Trabalho. 2015-2016.



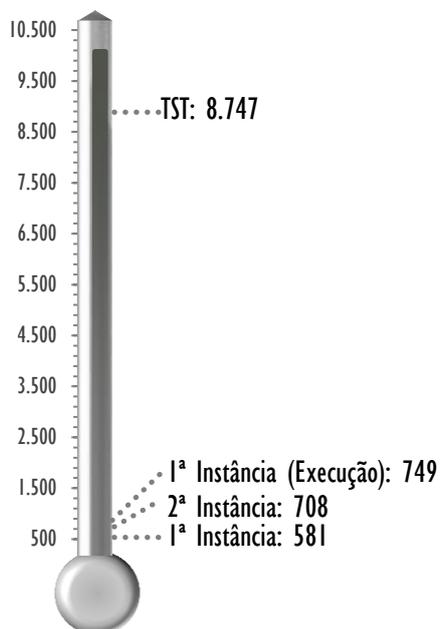
3.6.1. Resíduo por Magistrado

O Resíduo de Processos por Magistrado da Justiça do Trabalho foi de 1.295 processos; quantitativo 9,3% superior ao de 2015. No Tribunal Superior do Trabalho o resíduo foi de 8.747 processos por Ministro. Na 2ª Instância, esse quantitativo foi de 708 processos e na 1ª Instância, de 581 na Fase de Conhecimento e de 749 na Fase de Execução.

Figura 3.87. Resíduo por Magistrado da Justiça do Trabalho. 2016.

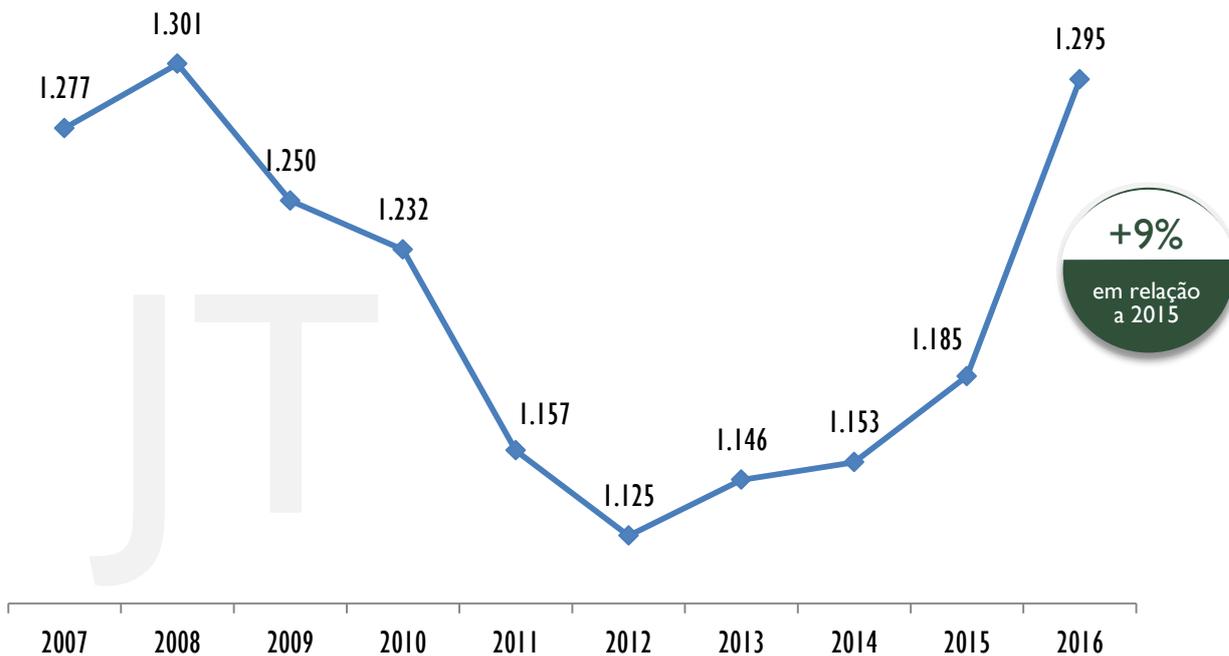


Figura 3.88. Resíduo por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.



Séries Históricas

Figura 3.89. Resíduo por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2007-2016.



Litigiosidade

Figura 3.90. Resíduo por Magistrado no TST. 2007-2016.

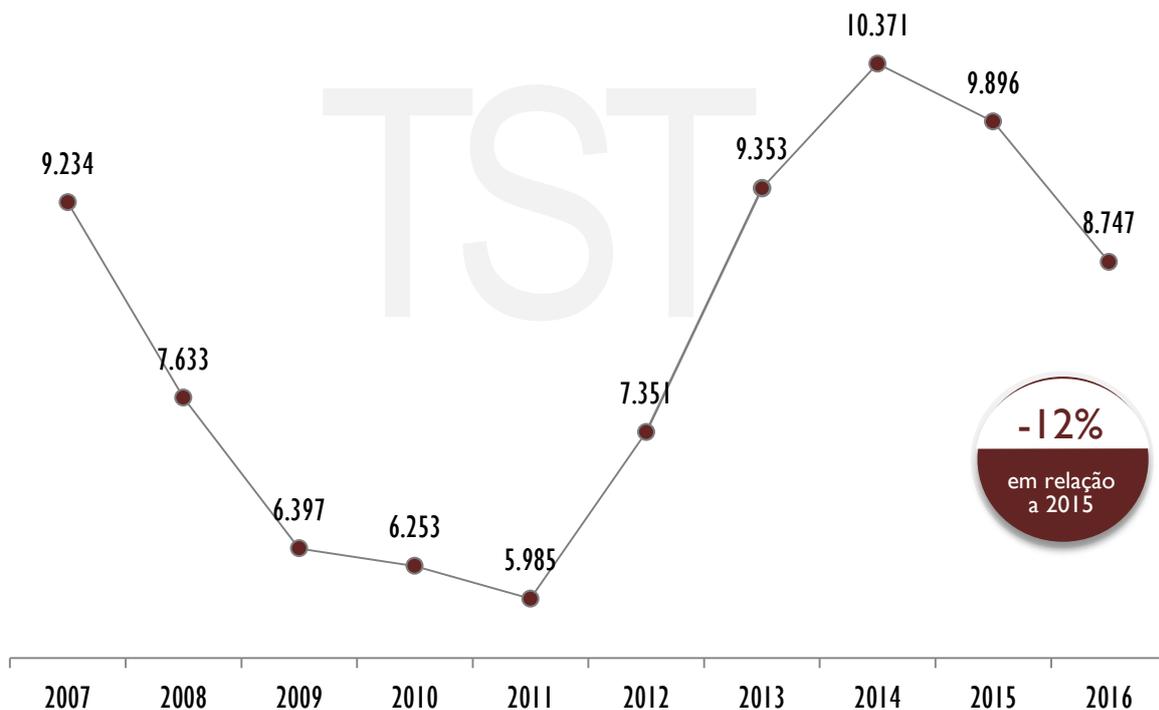


Figura 3.91. Resíduo por Magistrado na 2ª Instância. 2007-2016.

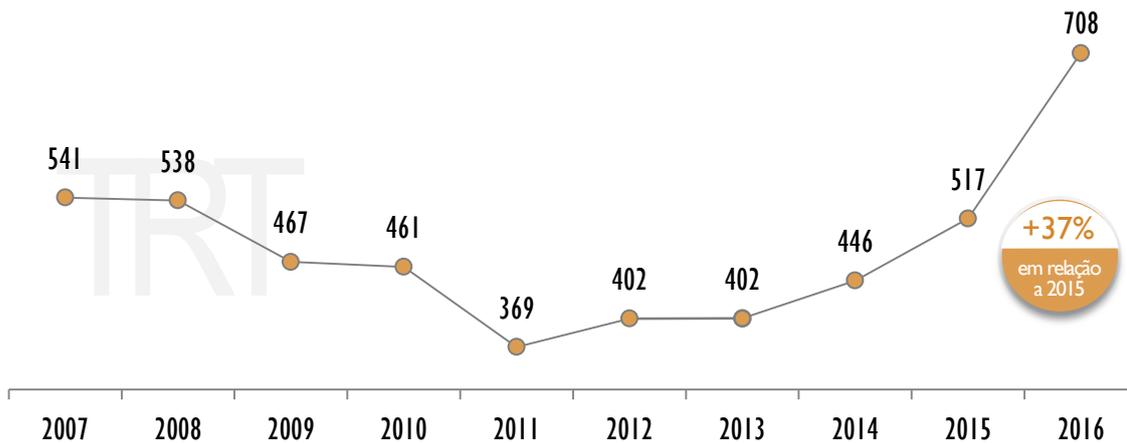


Figura 3.92. Resíduo por Magistrado na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2007-2016.

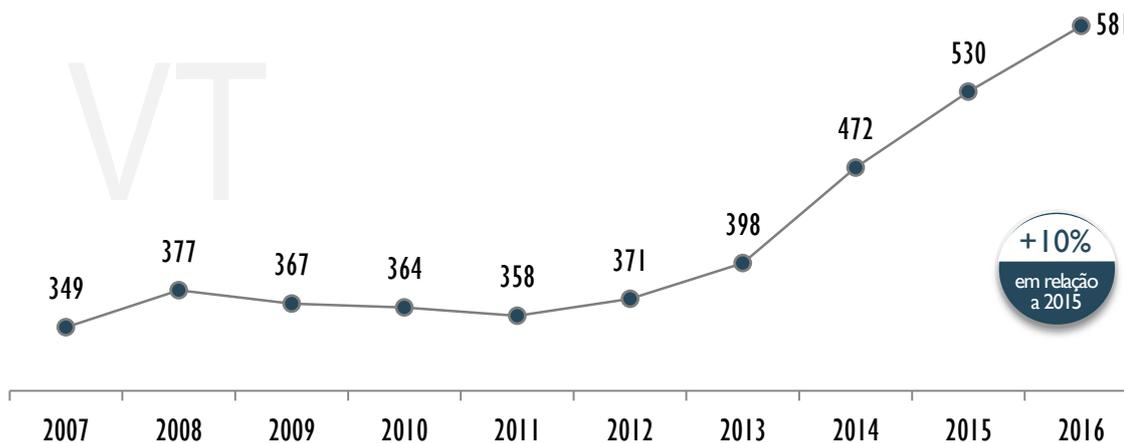


Figura 3.93. Resíduo por Magistrado na 1ª Instância (Fase de Execução). 2007-2016.

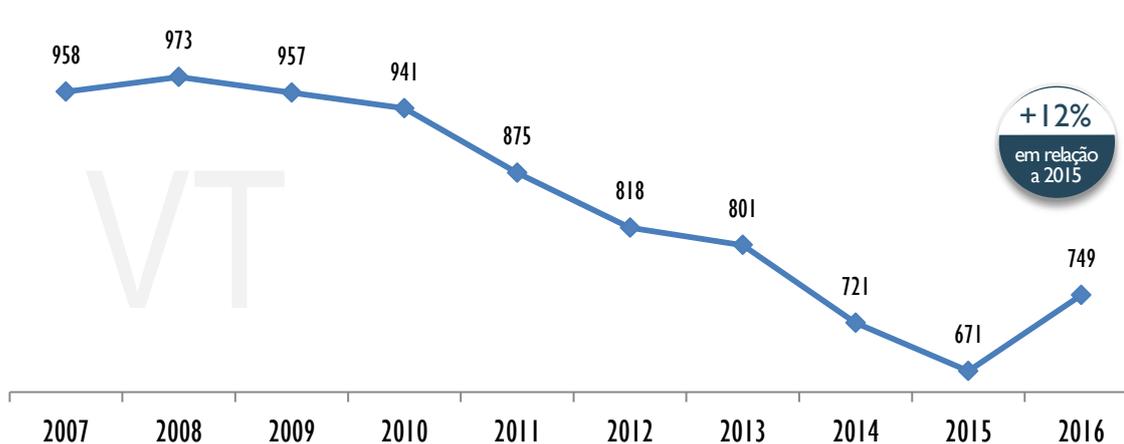




Figura 3.94. Resíduo por Magistrado nos TRTs. 2016.

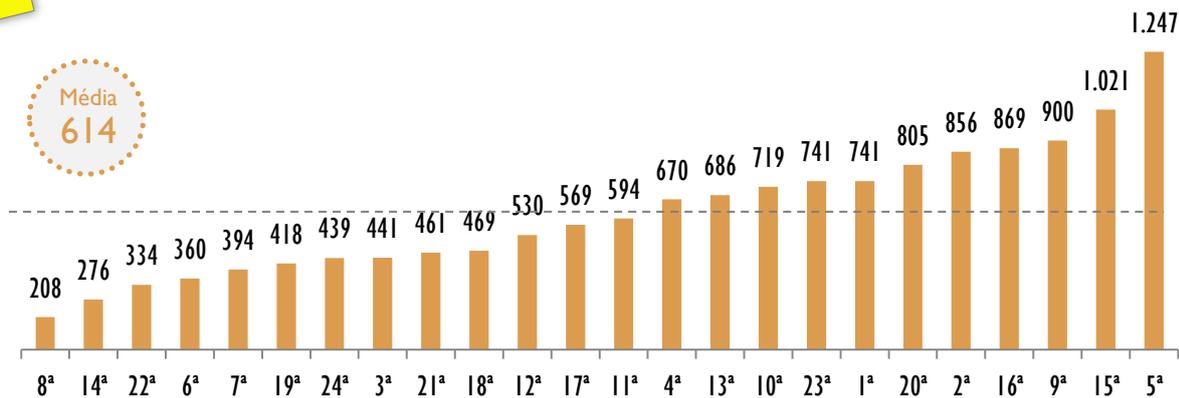


Figura 3.95. Resíduo por Magistrado por Região Judiciária. 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2016.

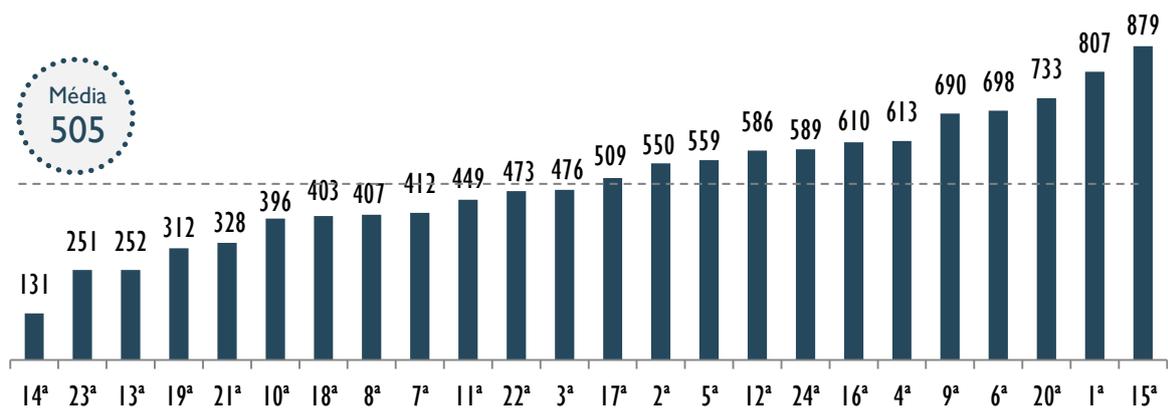
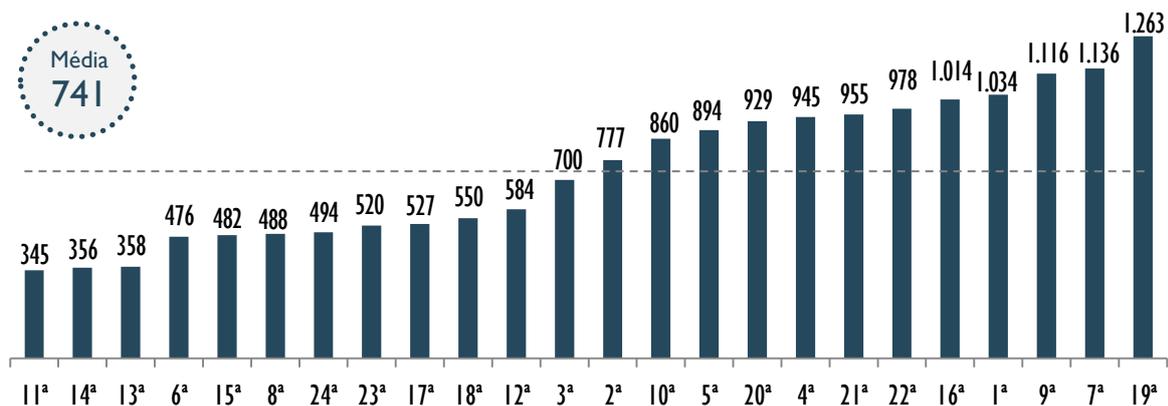


Figura 3.96. Resíduo por Magistrado por Região Judiciária. 1ª Instância (Fase de Execução). 2016.



3.7. Prazos

No Tribunal Superior do Trabalho, o prazo médio transcorrido entre o ajuizamento do processo e a sua baixa é de 1 ano, 6 meses e 12 dias. Para a classe Recursos de Revista, o prazo é de 2 anos e 2 dias e para os Agravos de Instrumento em Recurso de Revista, de 1 ano.

Nos Tribunais Regionais do Trabalho, após autuado, um processo leva em média 4 meses e 7 dias para ser julgado e mais 14 dias em média para o acórdão ser publicado. O prazo médio da autuação até a baixa é de 8 meses e 3 dias.

Nas Varas do Trabalho, o prazo médio de um Processo de Conhecimento do ajuizamento até a prolação de sentença é de 6 meses e 15 dias. Já o prazo médio do início até o encerramento da Execução é de aproximadamente 2 anos, 8 meses e 6 dias.

Figura 3.97. Prazo Médio de um Processo (até a Baixa) nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.

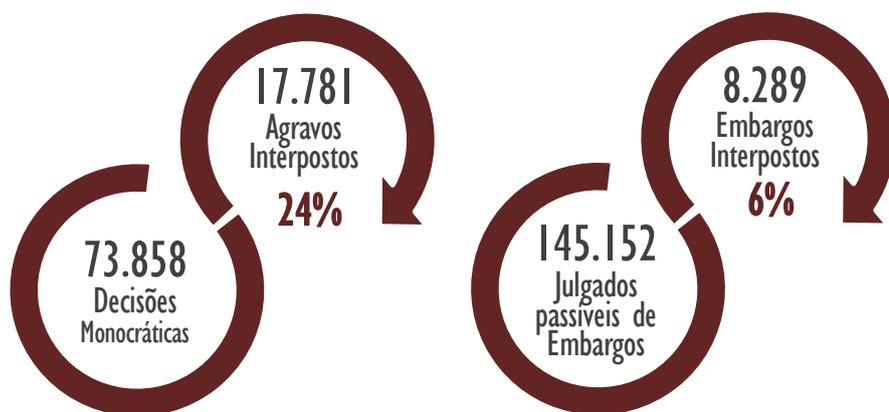


3.8. Recorribilidade

3.8.1. Recorribilidade para a Própria Instância

No TST, 24,1% das decisões monocráticas foram agravadas, 2,6% a menos que em 2015. Houve interposição de Embargos de Declaração em 13,5% das decisões proferidas, 2,9% a mais que no ano anterior. A interposição de Embargos ocorreu em 5,7% dos acórdãos publicados, 0,4% a mais que em 2015.

Figura 3.98. Recorribilidade Interna no TST. 2016.



Nos TRTs, a Recorribilidade Interna foi da ordem de 19,7%. Foram interpostos 157.165 Agravos, Agravos Regimentais e Embargos de Declaração em 797.100 acórdãos publicados e decisões monocráticas.

Nas Varas do Trabalho, houve interposição de Embargos de Declaração em 26,0% das 1.217.985 sentenças proferidas.

Figura 3.99. Recorribilidade Interna na 2ª Instância. 2016.



Figura 3.100. Recorribilidade Interna na 1ª Instância. 2016.



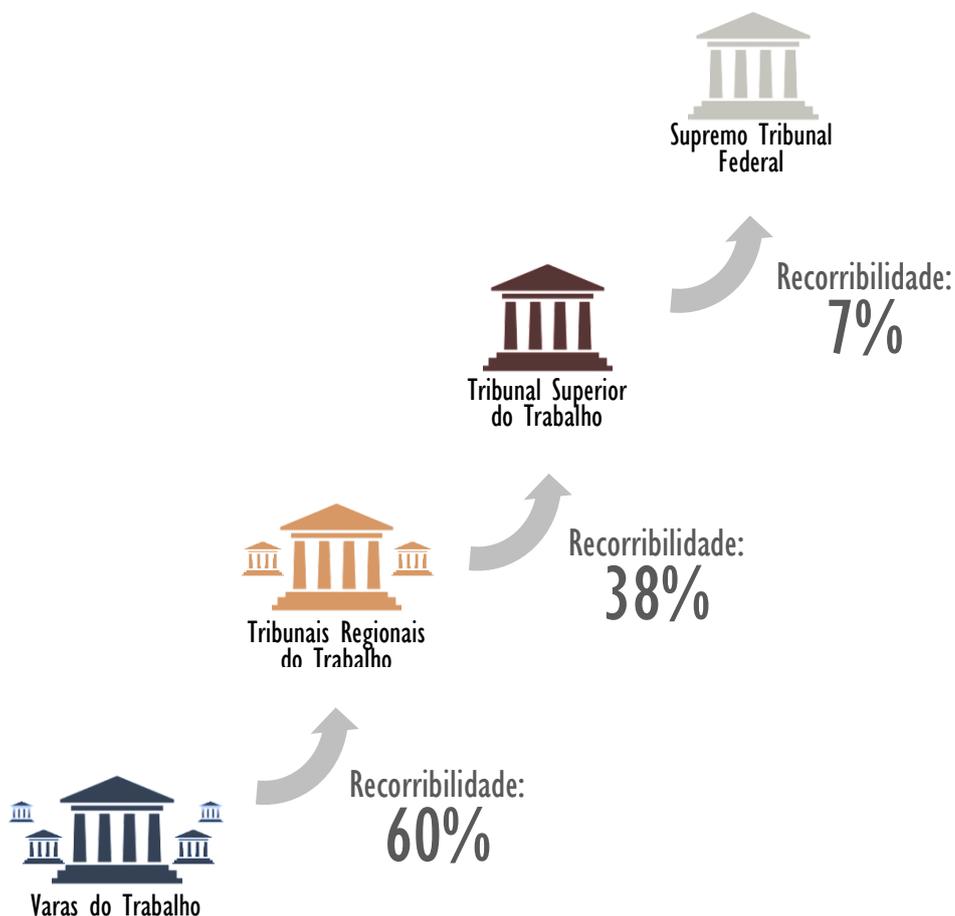
3.8.2. Recorribilidade para a Instância Superior

No TST, a Recorribilidade para o STF foi da ordem de 7,4% dos processos julgados. Foram interpostos 16.628 Recursos Extraordinários, sendo 40 (0,1%) admitidos. Em relação a 2015, houve redução de 74,3% nos Recursos Extraordinários interpostos. Foram encaminhados ao STF 951 Recursos, 41,1% a menos que em 2015.

Nos TRTs, a Recorribilidade para o TST foi da ordem de 38,0% dos acórdãos publicados e decisões monocráticas. Os recursos encaminhados para o TST totalizaram 166.220, sendo 1.636 Recursos Ordinários, 139.925 Agravos de Instrumento, 1 Reexame Necessário e 24.658 Recursos de Revista. Houve diminuição de 32,1% nos Recursos de Revista e de 13,0% nos Agravos de Instrumento encaminhados.

Nas Varas, a Recorribilidade para os TRTs, na Fase de Conhecimento, foi da ordem de 60,0% das sentenças proferidas e, na Fase de Execução, foi de 84,9% das decisões em Embargos à Execução. Os recursos interpostos para os TRTs totalizaram 761.035, sendo 621.096 Recursos Ordinários, 39.436 Recursos Adesivos, 12.283 Agravos de Instrumento, 4.063 Reexames Necessários e 84.157 Agravos de Petição. Houve aumento de 11,9% em relação a 2015.

Figura 3.101. Recorribilidade Externa na Justiça do Trabalho. 2016.



3.9. Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

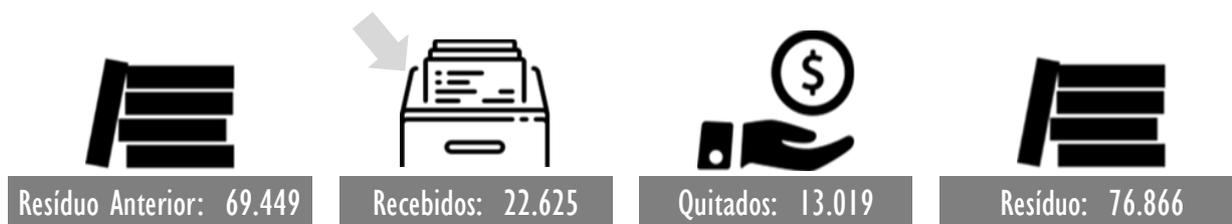
3.9.1. Precatórios

Ao final de 2016, a dívida trabalhista em precatórios totalizava R\$ 11.730.874.827,18; havia 76.866 precatórios pendentes de quitação, dos quais 42.056 (54,7%) estavam com prazo vencido. Houve aumento de 10,7% dos precatórios pendentes de quitação em relação a 2015.

Tabela 3.13. Precatórios na Justiça do Trabalho. 2016.

TRT	Recebidos	Quitados	Pendentes de Quitação			Valor (em Reais)
			No Prazo	Prazo Vencido	Total	
1a - RJ	1.069	360	1.564	1.140	2.704	1.212.587.322,34
2a - SP	3.311	782	5.268	2.066	7.334	2.968.843.967,95
3a - MG	852	226	1.139	439	1.578	226.521.128,62
4a - RS	1.599	1.028	2.386	3.980	6.366	966.674.413,38
5a - BA	2.538	2.144	5.703	5.880	11.583	734.769.829,31
6a - PE	203	109	78	307	385	328.392.876,68
7a - CE	1.692	424	1.701	2.717	4.418	406.163.220,12
8a - PA e AP	59	52	258	1.652	1.910	212.832.513,23
9a - PR	1.350	1.138	2.575	3.809	6.384	535.997.210,23
10a - DF e TO	257	123	245	643	888	211.877.849,18
11a - AM e RR	61	356	283	723	1.006	41.617.289,18
12a - SC	465	126	1.086	376	1.462	130.075.065,37
13a - PB	292	139	1.116	1.475	2.591	227.682.889,26
14a - RO e AC	284	141	351	436	787	298.743.890,97
15a - Campinas/SP	4.952	2.155	5.459	6.438	11.897	1.077.504.411,33
16a - MA	444	916	521	1.134	1.655	129.354.869,20
17a - ES	509	144	908	1.119	2.027	821.857.575,94
18a - GO	94	275	156	1.917	2.073	208.377.822,39
19a - AL	413	424	526	350	876	285.914.302,57
20a - SE	199	30	346	645	991	272.094.927,15
21a - RN	444	936	433	1.731	2.164	144.658.103,53
22a - PI	1.409	857	2.493	2.620	5.113	246.480.932,98
23a - MT	99	81	138	244	382	24.463.864,45
24a - MS	30	53	77	215	292	17.388.551,82
Total	22.625	13.019	34.810	42.056	76.866	11.730.874.827,18

Figura 3.102. Precatórios na Justiça do Trabalho. 2016.



Resíduo Anterior: 69.449

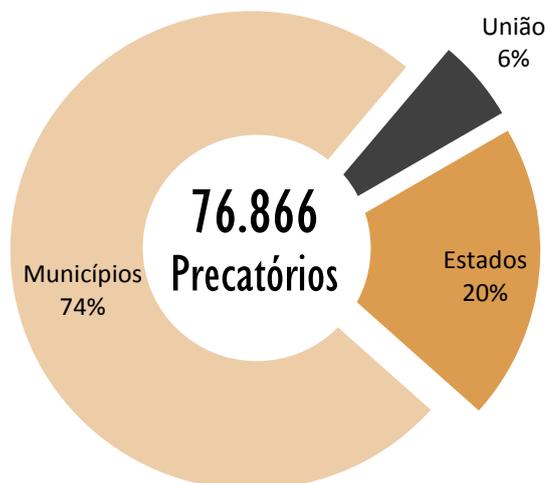
Recebidos: 22.625

Quitados: 13.019

Resíduo: 76.866

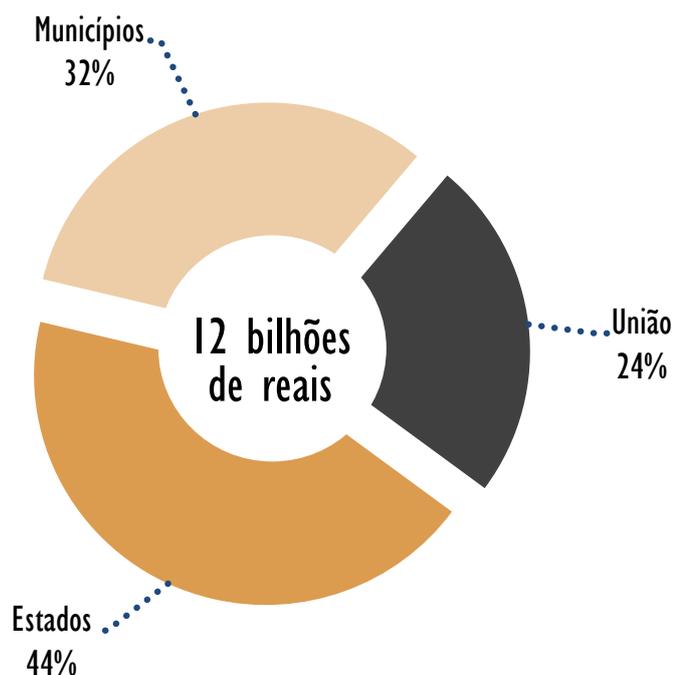
Em 31 de dezembro de 2016, do total de precatórios pendentes de quitação, 5,5% referiam-se à União, 20,0% aos Estados e 74,5% aos Municípios.

Figura 3.103. Precatórios Pendentes de Quitação na Justiça do Trabalho. 2016.



Os precatórios pendentes de quitação representavam uma dívida da ordem de 24,0% para a União, 43,6% para os Estados e 32,4% para os Municípios.

Figura 3.104. Dívida dos Precatórios Pendentes de Quitação na Justiça do Trabalho. 2016.



3.9.2. Requisições de Pequeno Valor

Os Tribunais Regionais do Trabalho receberam 3.121 Requisições de Pequeno Valor no ano de 2016 e quitaram 2.793, restando pendentes 1.376, das quais 935 (68,0%) estavam com prazo vencido. Houve aumento de 16,8% dos precatórios pendentes de quitação em relação a 2015.

As Varas do Trabalho expediram 14.724 Requisições de Pequeno Valor e quitaram 6.523, restando pendentes 20.074, das quais 14.334 (71,4%) estavam com prazo vencido.

Figura 3.105. Requisições de Pequeno Valor na Justiça do Trabalho. 2016.

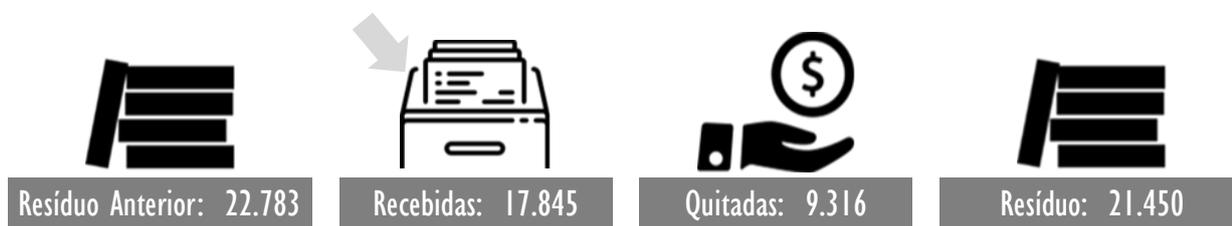
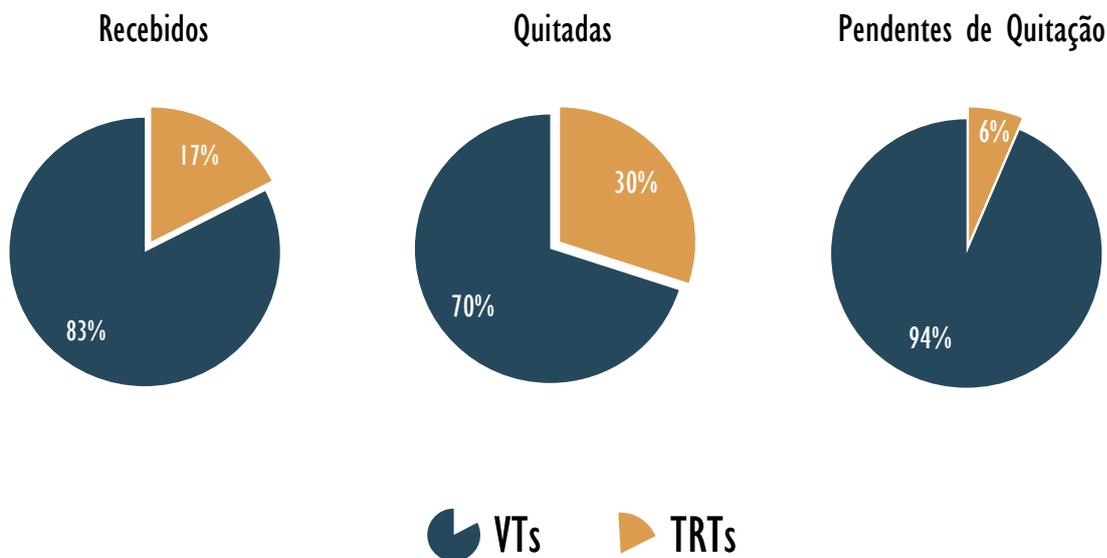


Figura 3.106. Requisições de Pequeno Valor na Justiça do Trabalho, por Instância. 2016.



METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES

4

4.1. Magistrados por 100.000 Habitantes

Fórmula:
$$\text{Magistrados/Habitante} = \frac{\text{Magistrados}}{\frac{\text{Habitantes}}{100.000}}$$

Variáveis: Magistrados: Cargos existentes em 31/12/2016.
Habitantes: Estimativas da População (Fonte: IBGE).

4.2. Servidores por 100.000 Habitantes

Fórmula:
$$\text{Servidores/Habitante} = \frac{\text{Servidores do Quadro Permanente}}{\frac{\text{Habitantes}}{100.000}}$$

Variáveis: Servidores do Quadro Permanente: Cargos existentes do Quadro Permanente em 31/12/2016.
Habitantes: Estimativas da População (Fonte: IBGE).

4.3. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado

Fórmula:
$$\text{Servidores/Magistrado} = \frac{\text{Servidores do Quadro Permanente}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: Servidores do Quadro Permanente: Cargos existentes do Quadro Permanente em 31/12/2015.
Magistrados: Cargos existentes em 31/12/2016.

4.4. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado

Fórmula:
$$\text{Servidores/Magistrado} = \frac{\text{Servidores Área Judiciária}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: Servidores Área Judiciária: Servidores em atividade na Área Judiciária em 31/12/2016, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.
Magistrados: No TST e nos TRTs, cargos existentes; nas VTs, cargos providos em 31/12/2016.

4.5. Despesa por Habitante

Fórmula:
$$\text{Despesa/Habitante} = \frac{\text{Despesa}}{\text{Habitantes}}$$

Variáveis: Despesa: Despesa orçamentária executada.
Habitantes: Estimativas da População (Fonte: IBGE).

4.6. Despesa por Caso Novo

Fórmula: $Despesa/Casos\ Novos = \frac{Despesa}{Casos\ Novos}$

Variáveis: Despesa: Despesa orçamentária executada.

Casos Novos: Nas Varas do Trabalho, são as ações recebidas por distribuição. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

4.7. Casos Novos por 100.000 Habitantes

Fórmula: $Casos\ Novos/Habitante = \frac{Casos\ Novos}{\frac{Habitantes}{100.000}}$

Variáveis: Casos Novos: Nas Varas do Trabalho, são as ações recebidas por distribuição. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

Habitantes: Fonte: IBGE. Estimativas da População.

4.8. Casos Novos por Magistrado

Fórmula: $Casos\ Novos/Magistrado = \frac{Casos\ Novos}{Magistrados}$

Variáveis: Casos Novos: Nas Varas do Trabalho, são as ações distribuídas. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

Magistrados: Cargos existentes em 31/12/2016.

4.9. Casos Novos por Servidor – Cargos existentes

Fórmula: $Casos\ Novos/Servidor = \frac{Casos\ Novos}{Servidores\ do\ Quadro\ Permanente}$

Variáveis: Casos Novos: Nas Varas do Trabalho, são as ações distribuídas. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

Servidores do Quadro Permanente: Cargos existentes do Quadro Permanente em 31/12/2016.

4.10. Casos Novos por Servidor em Atividade

Fórmula: $Casos\ Novos/Servidores = \frac{Casos\ Novos}{Servidores\ em\ Atividade}$

Variáveis: Casos Novos: Nas Varas do Trabalho, são as ações distribuídas. Nos TRTs, as ações originárias e os recursos vindos das VTs. No TST, são as ações originárias e os recursos vindos dos TRTs.

Servidores em Atividade: Servidores em atividade em 31/12/2016, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

4.11. Total a Julgar por Magistrado

4.11.1. No TST e nos TRTs

Fórmula:
$$Total\ a\ Julgar/Magistrado = \frac{Pendentes\ de\ Julgamento + Recebidos}{Magistrados}$$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência.
Recebidos: Casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos.
Magistrados: Cargos existentes em 31/12/2015, excluídos os ocupados por membros da Direção.

4.11.2. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$Total\ a\ Julgar/Magistrado = \frac{Pendentes\ de\ Julgamento + Recebidos + EDs\ Interpostos}{Magistrados}$$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Ações originárias e Embargos de Declaração pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência.
Recebidos: Casos novos e processos recebidos com sentença anulada/reformada.
Magistrados: Cargos providos em 31/12/2015.

4.12. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária

4.12.1. No TST e nos TRTs

Fórmula:
$$Total\ a\ Julgar/Servidores = \frac{Pendentes\ de\ Julgamento + Recebidos}{Servidores\ Área\ Judiciária}$$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência.
Recebidos: Ações originárias, recursos vindos da Instância inferior e recursos internos.
Servidores Área Judiciária: Servidores em atividade na Área Judiciária em 31/12/2015, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

4.12.2. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$Total\ a\ Julgar/Servidores = \frac{Pendentes\ de\ Julgamento + Recebidos + EDs\ Interpostos}{Servidores\ Área\ Judiciária}$$

Variáveis: Pendentes de Julgamento: Ações originárias e Embargos de Declaração pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência.
Recebidos: Ações distribuídas, incluídas as com sentença anulada/reformada.
Servidores Área Judiciária: Servidores em atividade na Área Judiciária em 31/12/2016, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

4.13. Julgados em Relação ao Total a Julgar

4.13.1. No TST e nos TRTs

Fórmula:
$$\text{Julgados/Total a Julgar} = \frac{\text{Julgados}}{\text{Total a Julgar}}$$

Variáveis: **Julgados:** Processos recebidos (casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos) julgados por decisão colegiada ou monocrática.

Total a Julgar: Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência e processos recebidos no ano.

4.13.2. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$\text{Julgados/Total a Julgar} = \frac{\text{Julgados} + \text{EDs Julgados}}{\text{Total a Julgar}}$$

Variáveis: **Julgados:** Sentenças proferidas, incluídas as homologatórias de acordo nos processos recebidos (casos novos e processos recebidos com sentença anulada/reformada).

Total a Julgar: Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano anterior ao ano de referência, incluídos os Embargos de Declaração pendentes, processos recebidos no ano e Embargos de Declaração interpostos.

4.14. Julgados em Relação aos Recebidos

4.14.1. No TST e nos TRTs

Fórmula:
$$\text{Julgados/Recebidos} = \frac{\text{Julgados}}{\text{Recebidos}}$$

Variáveis: **Recebidos:** Casos novos, processos recebidos para novo julgamento e recursos internos.

Julgados: Processos julgados por decisão colegiada ou monocrática.

4.14.2. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$\text{Julgados/Recebidos} = \frac{\text{Julgados} + \text{EDs Julgados}}{\text{Recebidos} + \text{EDs Recebidos}}$$

Variáveis: **Recebidos:** Processos recebidos.

Julgados: Sentenças proferidas, incluídas as homologatórias de acordo nos processos recebidos (casos novos e processos recebidos com sentença anulada/reformada).

4.15. Total a Executar por Magistrado

Fórmula:
$$\text{Total a Executar/Magistrados} = \frac{\text{Total a Executar}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: **Total a Executar:** Processos pendentes de execução no ano anterior ao ano de referência, execuções iniciadas e processos desarquivados no ano de referência.
Magistrados: Cargos providos em 31/12/2015.

4.16. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária

Fórmula:
$$\text{Total a Executar/Servidores} = \frac{\text{Total a Executar}}{\text{Servidores Área Judiciária}}$$

Variáveis: **Total a Executar:** Processos pendentes de execução no ano anterior ao ano de referência, execuções iniciadas e processos desarquivados no ano de referência.
Servidores Área Judiciária: Servidores em atividade na Área Judiciária em 31/12/2016, incluídos servidores do Quadro Permanente, requisitados, removidos e ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

4.17. Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar

Fórmula:
$$\text{Execuções Encerradas/Total a Executar} = \frac{\text{Encerradas}}{\text{Total a Executar}}$$

Variáveis: **Encerradas:** Execuções extintas e execuções provisórias apensadas aos autos principais.
Total a Executar: Processos pendentes de execução e em arquivo provisório no ano anterior ao ano de referência e execuções iniciadas no ano de referência.

4.18. Execuções Encerradas em Relação às Iniciadas

Fórmula:
$$\text{Execuções Encerradas/Iniciadas} = \frac{\text{Encerradas}}{\text{Execuções Iniciadas}}$$

Variáveis: **Encerradas:** Execuções extintas e execuções provisórias apensadas aos autos principais.

4.19. Resíduo por Magistrado

4.19.1. No TST e nos TRTs

Fórmula:
$$\text{Resíduo/Magistrado} = \frac{\text{Resíduo Atual}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: **Resíduo Atual:** Processos pendentes de julgamento em dezembro do ano de referência.
Magistrados: Cargos existentes em 31/12/2016, excluídos os ocupados por membros da Direção.

4.19.2. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$\text{Resíduo/Magistrado} = \frac{\text{Resíduo Atual} + \text{EDs pendentes}}{\text{Magistrados}}$$

Variáveis: Resíduo Atual: Na fase de conhecimento, refere-se às ações originárias pendentes de julgamento em dezembro do ano de referência. Na fase de execução, aos processos pendentes de execução, incluídos os processos em arquivo provisório.

EDs Pendentes: Embargos de Declaração pendentes de julgamento em dezembro do ano de referência.

Magistrados: Cargos existentes 31/12/2016.

4.20. Recorribilidade Interna

4.20.1. No TST

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Interna} = \frac{\text{Recursos Internos}}{\text{Julgados}}$$

Variáveis: Recursos Internos: Agravos, Agravos Regimentais, Embargos de Declaração e Embargos Interpostos.

Julgados: Processos julgados por decisão colegiada ou monocrática.

4.20.2. Nos TRTs

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Interna} = \frac{\text{Recursos Internos}}{\text{Acórdãos} + \text{Decisões Monocráticas}}$$

Variáveis: Recursos Internos: Agravos do art. 557 do CPC, Agravos Regimentais e Embargos de Declaração interpostos.

Acórdãos: Acórdãos publicados, exceto recursos internos.

Decisões Monocráticas: Decisões Monocráticas publicadas, exceto recursos internos.

4.20.3. Nas Varas do Trabalho

Fórmula:
$$\text{Recorribilidade Interna} = \frac{\text{Recursos Internos}}{\text{Sentenças}}$$

Variáveis: Recursos Internos: Embargos de Declaração opostos.

Sentenças: Todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento.

4.21. Recorribilidade Externa

4.21.1. No TST

Fórmula: $Recorribilidade\ Externa = \frac{RE}{Julgados}$

Variáveis: **RE:** Recursos Extraordinários Interpostos.
Julgados: Processos julgados, exceto recursos internos.

4.21.2. Nos TRTs

Fórmula: $Recorribilidade\ Externa = \frac{RR + RO}{Acórdãos + Decisões\ Monocráticas}$

Variáveis: **RR:** Recursos de Revista interpostos.
RO: Recursos Ordinários interpostos.
Acórdãos: Acórdãos publicados, exceto Embargos de Declaração.
Decisões Monocráticas: Decisões monocráticas publicadas, exceto Embargos de Declaração.

4.21.3. Nas Varas do Trabalho

a) Fase de Conhecimento

Fórmula: $Recorribilidade\ Externa = \frac{RO}{Sentenças}$

Variáveis: **RO:** Recursos Ordinários interpostos (Rito Ordinário e Rito Sumaríssimo).
Sentenças: Todas as ações encerradas por sentença, excluídas aquelas encerradas por acordo, desistência e arquivamento.

b) Fase de Execução

Fórmula: $Recorribilidade\ Externa = \frac{AP}{Sentenças}$

Variáveis: **AP:** Agravos de Petição interpostos.
Sentenças: Decisões em Embargos à Execução.

Nas tabelas, a informação “Média” refere-se à média aritmética dos Indicadores de cada TRT ou Região Judiciária, enquanto a informação “Instância” refere-se à divisão entre os totais da Instância.

 CESTP 2017

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Superior do Trabalho



Para mais informações, acesse
www.tst.jus.br/estatistica



Relatório Demonstrativo

2016

JUSTIÇA DO TRABALHO

1.1. SÉRIE HISTÓRICA	7
1.2. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	8
1.3. POPULAÇÃO JURISDICIONADA	12

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

2.1. SÉRIE HISTÓRICA DE	15
2.2. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	17
2.3. PROCESSOS RECEBIDOS	18
2.4. TOTAL A JULGAR	23
2.5. SESSÕES	24
2.6. PROCESSOS JULGADOS	25
2.7. RESÍDUO	29
2.8. PRAZOS	31
2.9. VALORES ARRECADADOS	31
2.10. RECURSOS DE COMPETÊNCIA DO STF	32
2.11. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL POR CLASSE	33

TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

3.1. SÉRIE HISTÓRICA	47
3.2. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	49
3.3. PRAZOS	68
3.4. VALORES ARRECADADOS	69
3.5. PRESIDÊNCIA	70
3.6. RECURSOS DE COMPETÊNCIA DO TST	71
3.7. PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	75

VARAS DO TRABALHO

4.1 VARAS DO TRABALHO - DADOS GERAIS	83
4.2 SÉRIE HISTÓRICA	85
4.3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	86
4.4 AUDIÊNCIA REALIZADAS	116
4.5 PRAZOS	117
4.6 VALORES PAGOS AOS RECLAMANTES	121
4.7 VALORES ARRECADADOS	122
4.8 RECURSOS DE COMPETÊNCIA DOS TRTs	124
4.9 REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	127





Seção



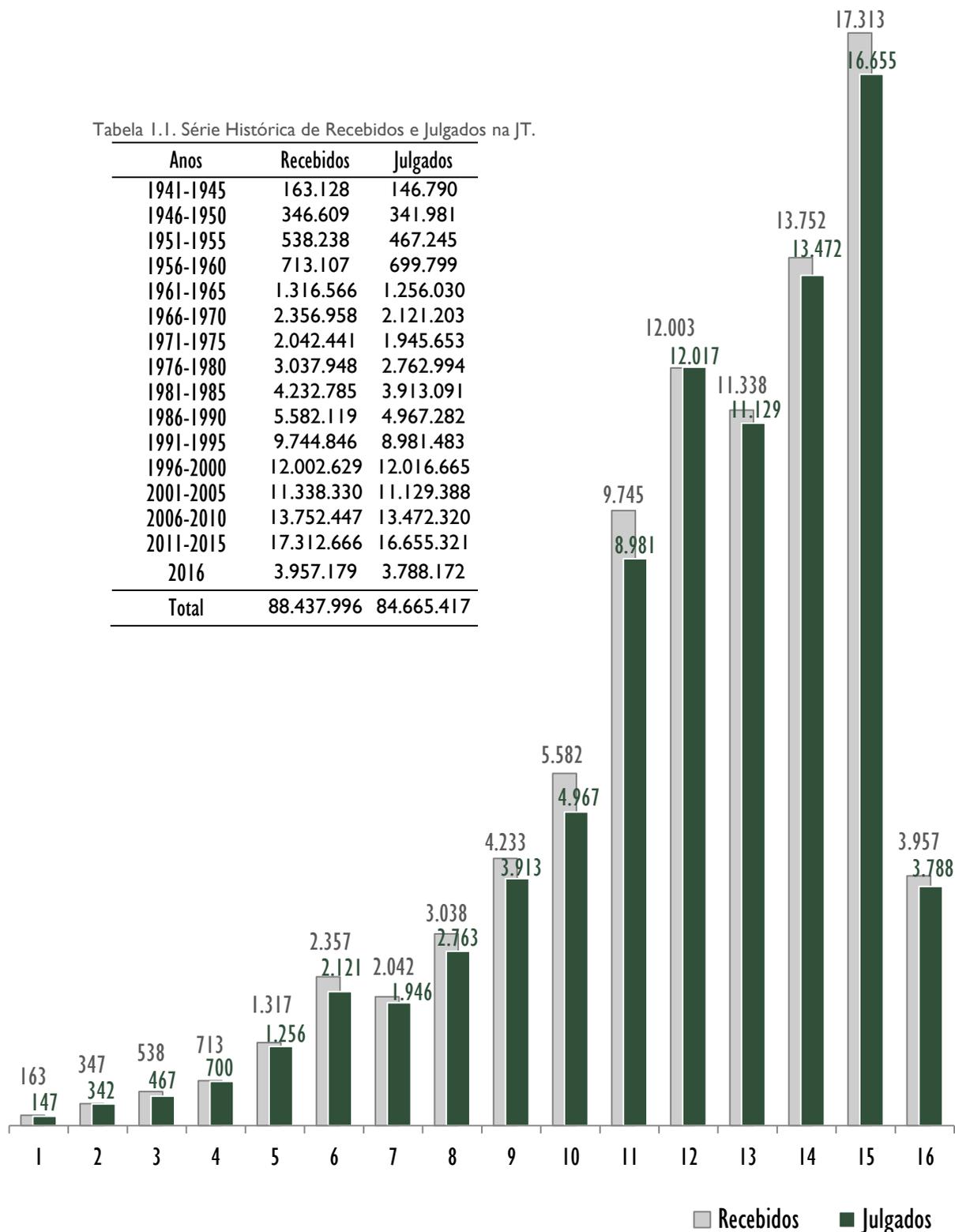
Justiça do Trabalho

I.1 Série Histórica

Figura I.1. Série Histórica de Recebidos e Julgados na Justiça do Trabalho (em Milhares de Processos).

Tabela I.1. Série Histórica de Recebidos e Julgados na JT.

Anos	Recebidos	Julgados
1941-1945	163.128	146.790
1946-1950	346.609	341.981
1951-1955	538.238	467.245
1956-1960	713.107	699.799
1961-1965	1.316.566	1.256.030
1966-1970	2.356.958	2.121.203
1971-1975	2.042.441	1.945.653
1976-1980	3.037.948	2.762.994
1981-1985	4.232.785	3.913.091
1986-1990	5.582.119	4.967.282
1991-1995	9.744.846	8.981.483
1996-2000	12.002.629	12.016.665
2001-2005	11.338.330	11.129.388
2006-2010	13.752.447	13.472.320
2011-2015	17.312.666	16.655.321
2016	3.957.179	3.788.172
Total	88.437.996	84.665.417



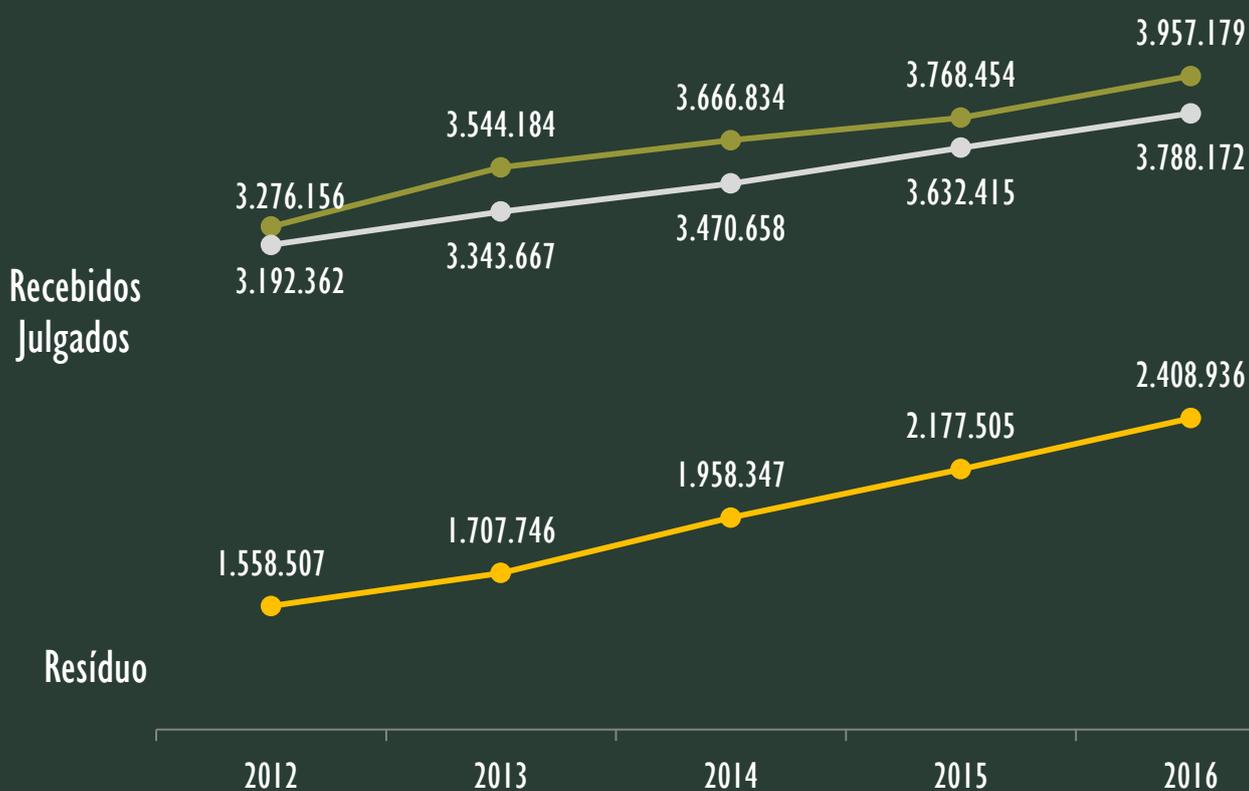
I.2 Movimentação Processual

Tabela I.2. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2012-2016.

Anos	TST			TRT		
	Recebidos	Julgados	Resíduo	Recebidos	Julgados	Resíduo
2012	237.281	234.953	176.413	784.520	781.583	202.100
2013	301.329	253.547	224.461	820.685	796.427	202.340
2014	309.033	284.586	248.895	827.110	757.892	224.173
2015	291.454	305.271	237.503	840.319	769.575	260.242
2016	243.447	270.130	209.916	957.518	830.844	356.102

Nota: Os processos julgados incluem as conciliações.

Figura I.2. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2012-2016.



VT			
Recebidos	Julgados ⁽¹⁾	Resíduo	
		Conhecimento	Execução
2.254.355	2.175.826	1.179.994	2.555.202
2.422.170	2.293.693	1.280.945	2.673.748
2.530.691	2.428.180	1.485.279	2.423.254
2.636.681	2.557.569	1.679.760	2.256.665
2.756.214	2.687.198	1.842.918	2.518.737

Figura 1.3. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2016.

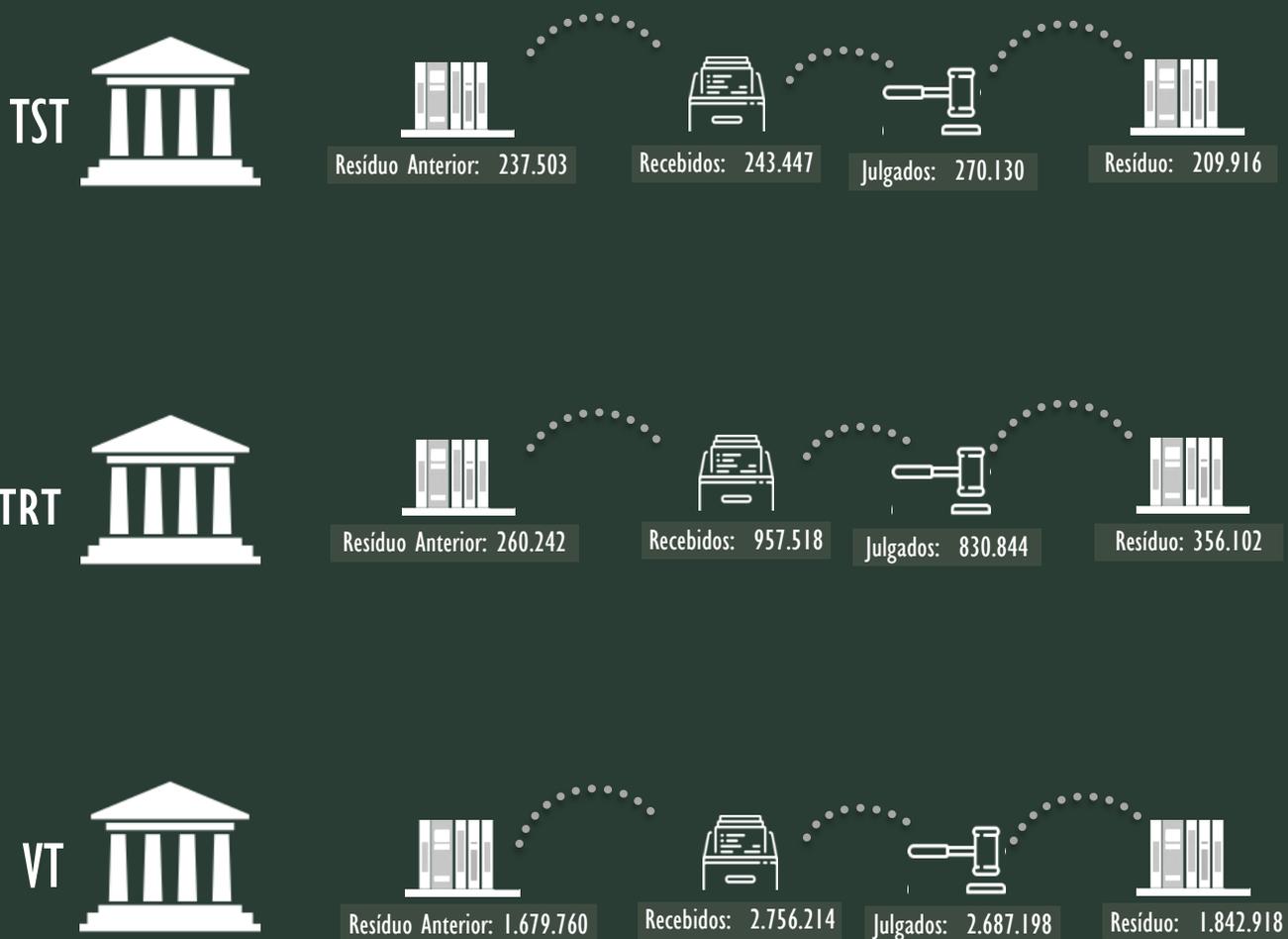
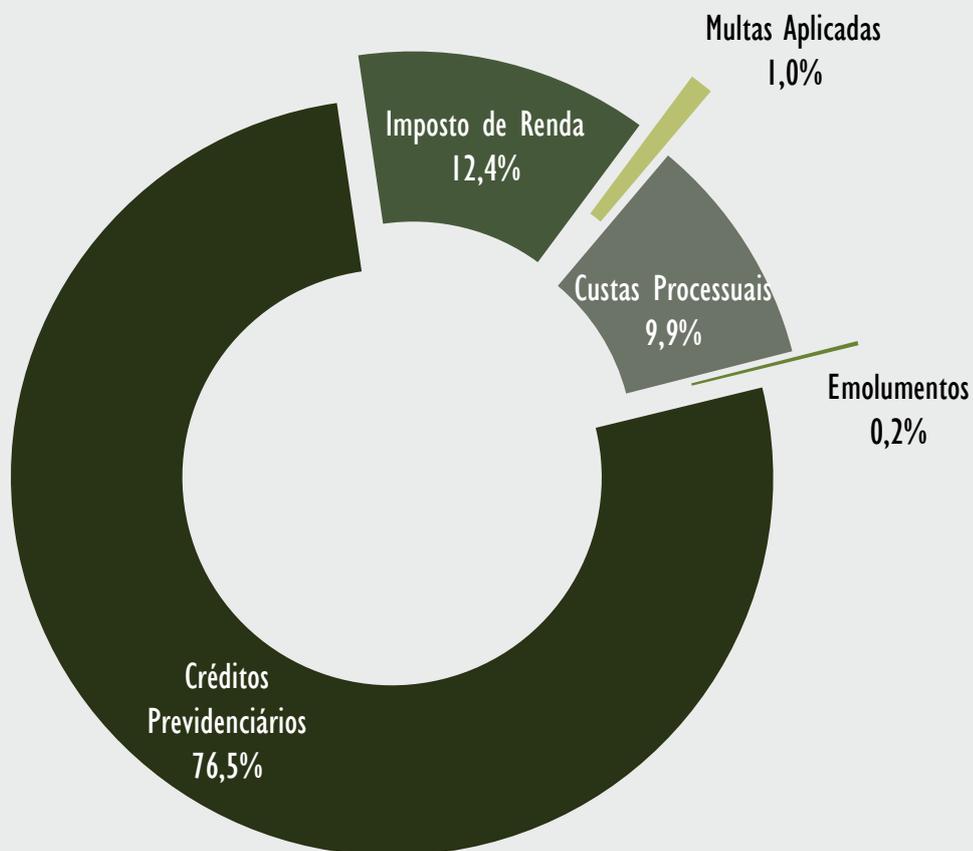


Tabela I.3. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho (em Reais). 2016.

Instância	Custas Processuais		Emolumentos		Créditos Previdenciários	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
TST	2.897.046,87	98,4%	51.720,37	1,8%	-	-
TRT	28.905.342,61	66,5%	689.011,65	1,6%	10.698.825,95	24,6%
VT	292.275.960,64	9,0%	5.164.842,92	0,2%	2.496.108.993,10	77,3%
Total	324.078.350,12	9,9%	5.905.574,94	0,2%	2.506.807.819,05	76,5%

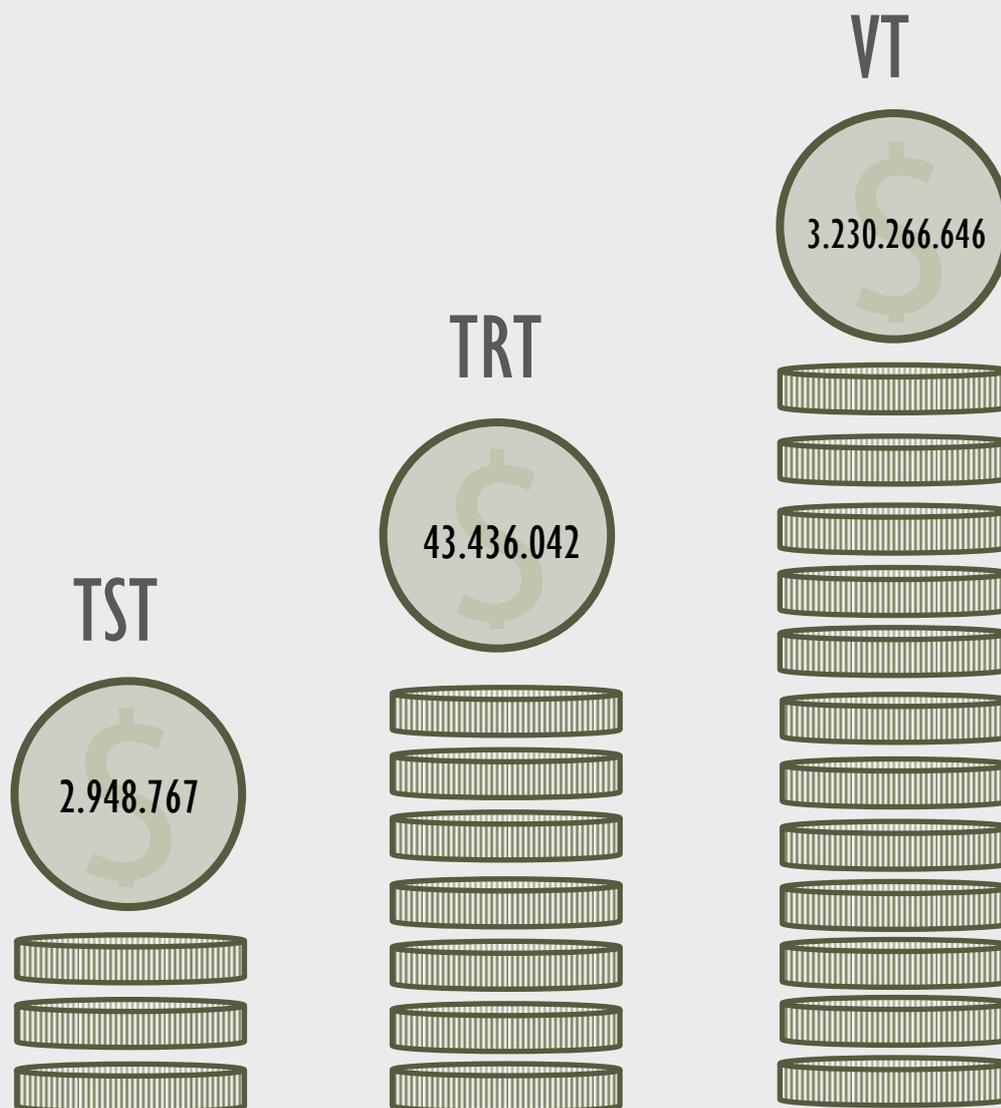
Notas: 1) % calculado sobre o total da Instância.
 2) * Valores restituídos no TST: R\$ 3.699,92

Figura I.4. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho (em Reais). 2016.



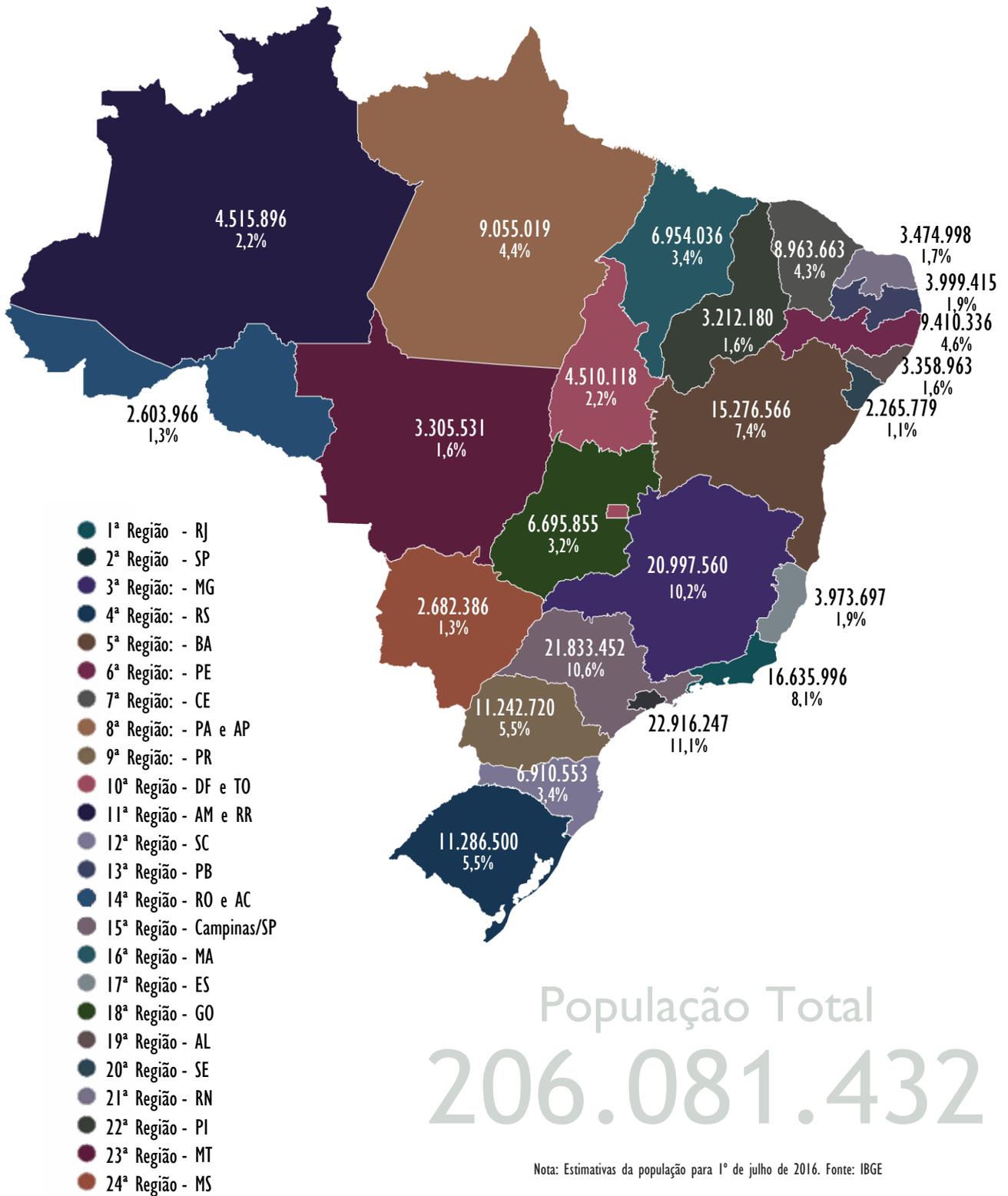
Imposto de Renda		Multas Aplicadas pelos Órgãos de Fiscalização		Total	
Valor	%	Valor	%	Valor	%
-	-	-	-	2.948.767,24	100%
3.142.861,37	7,2%	-	-	43.436.041,58	100%
403.951.434,68	12,5%	32.765.414,21	1,0%	3.230.266.645,55	100%
407.094.296,05	12,4%	32.765.414,21	1,0%	3.276.651.454,37	100,0%

Figura 1.5. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho, por Instância (em Reais).2016.



I.3. População Jurisdicionada

Figura I.6. População Jurisdicionada pela Justiça do Trabalho. 2016.



2
Seção

Tribunal
Superior do
Trabalho



2.1. Série Histórica

Figura 2.1. Recebidos e Julgados no TST (em Milhares de Processos). 1941-2016.

Tabela 2.1. Recebidos e Julgados no TST. 1941-2016.

Anos	Recebidos	Julgados
1941-1945	3.192	3.098
1946-1950	12.935	10.272
1951-1955	14.653	16.463
1956-1960	29.334	27.365
1961-1965	45.551	43.588
1966-1970	40.554	38.025
1971-1975	48.243	40.934
1976-1980	76.551	62.996
1981-1985	77.926	85.667
1986-1990	92.063	104.367
1991-1995	240.481	189.826
1996-2000	571.352	477.273
2001-2005	602.540	538.800
2006-2010	904.201	990.521
2011-2015	1.350.831	1.285.322
2016	243.447	270.130
Total	4.353.854	4.184.647

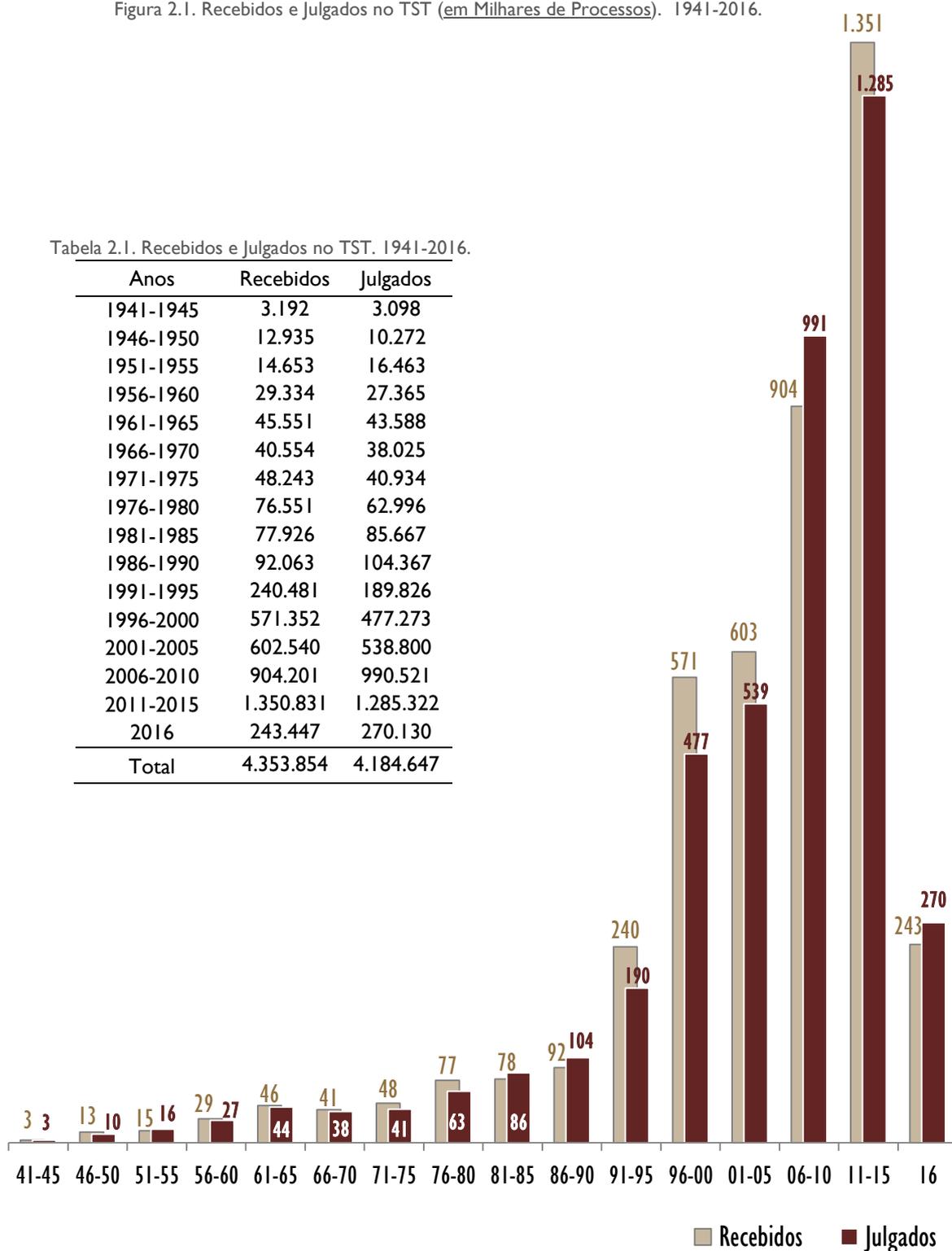
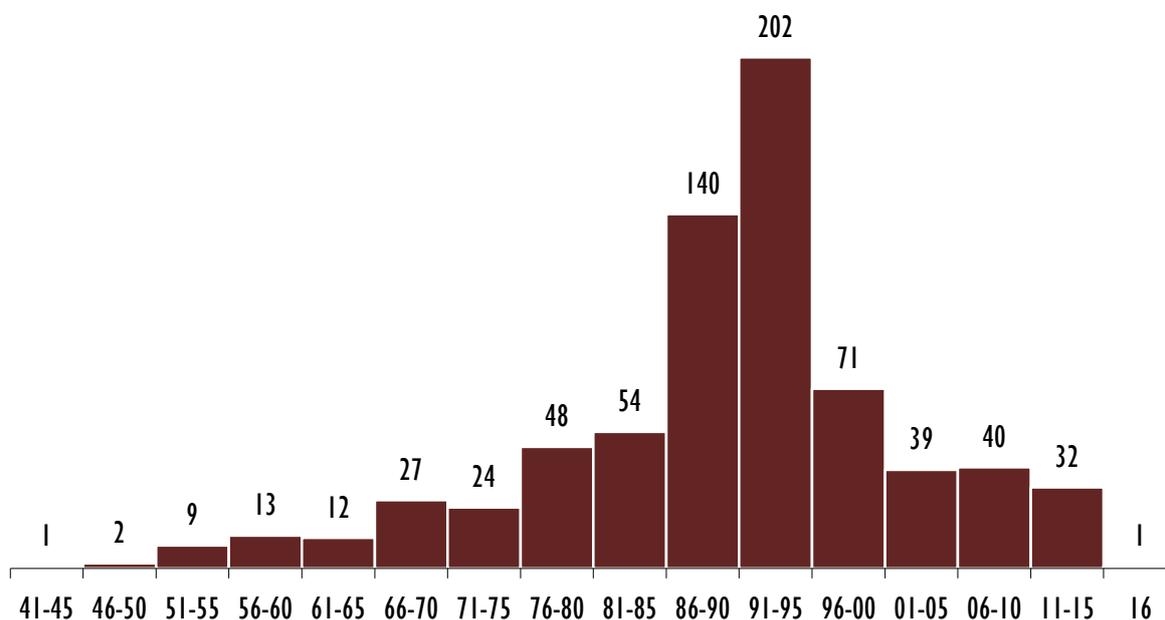


Tabela 2.2. Dissídios Coletivos Julgados no TST. 1941-2016.

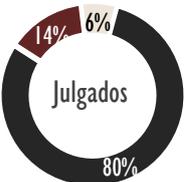
Anos	Julgados
1941-1945	1
1946-1950	2
1951-1955	9
1956-1960	13
1961-1965	12
1966-1970	27
1971-1975	24
1976-1980	48
1981-1985	54
1986-1990	140
1991-1995	202
1996-2000	71
2001-2005	39
2006-2010	40
2011-2015	32
2016	1
Total	715

Figura 2.2. Dissídios Coletivos Julgados no TST. 1941-2016.



2.2. Movimentação Processual

Tabela 2.3. Comparativo da Movimentação Processual no TST.

	2015		2016	
	291.454	Recebidos pelo TST	243.447	
	208.249	■ Casos Novos	181.634	
	68.127	■ Recursos Internos	49.702	
	15.078	■ Provimento do AI	12.111	
	267.471	Recebidos pelos Órgãos Judicantes	239.765	
	195.867	■ Por Sorteio, Prevenção e Dependência	186.012	
	71.604	■ Recursos Internos e por Vinculação	53.753	
	305.271	Julgados	270.130	
	244.190	■ Em Sessão	190.082	
	42.364	■ Por Despacho	59.225	
	18.717	■ Pela Presidência	20.823	
	229.682	Acórdãos Publicados	177.851	-23%
	234.936	Baixados	202.561	-14%
	274.845	Acervo	248.247	
	237.503	■ Resíduo Pendente de Julgamento	209.916	
	37.342	■ Processos Julgados e Não Baixados	38.331	
	77.008	Recursos para o STF (Pendentes)	88.147	+14%

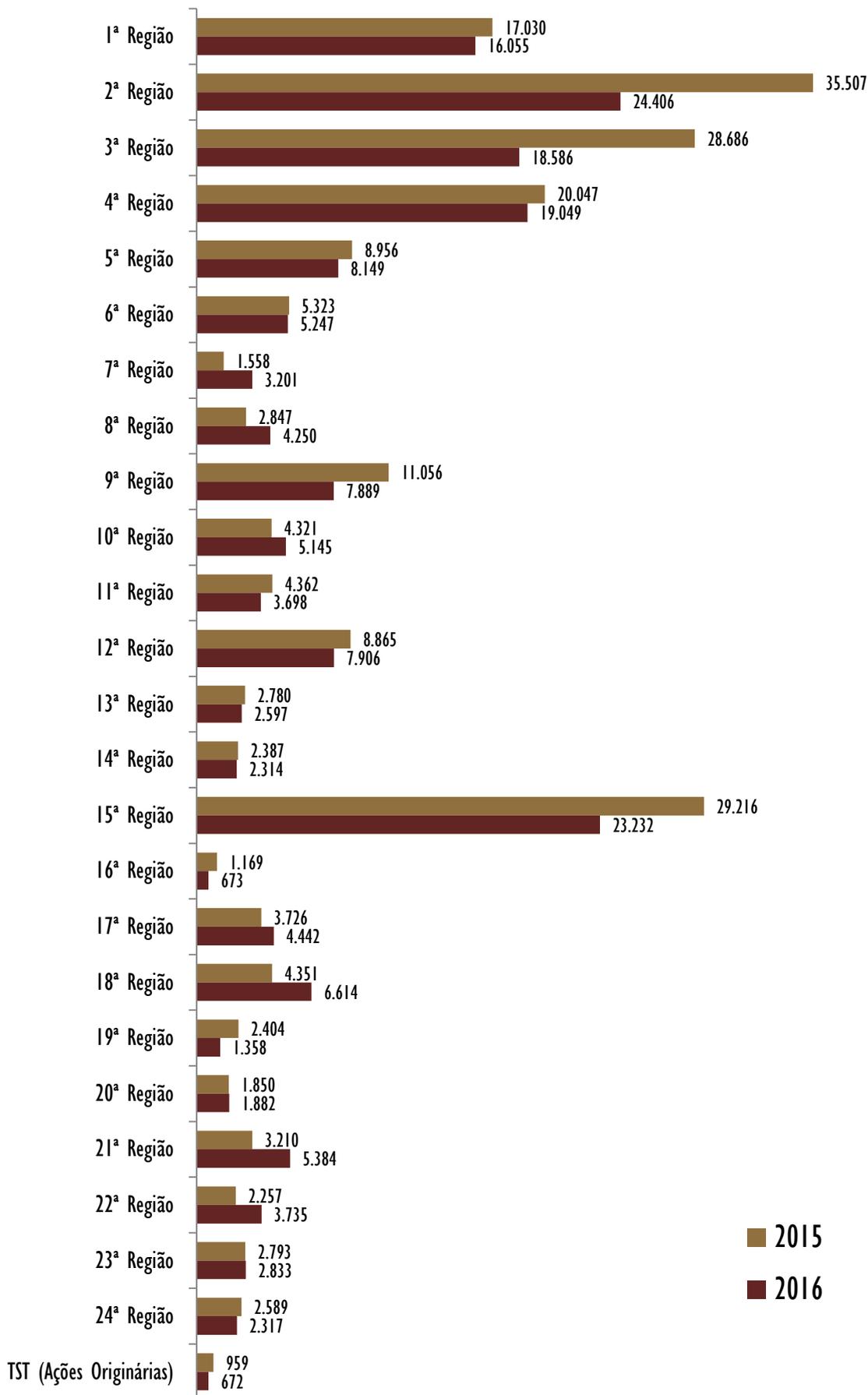
TST

2.3. Processos Recebidos

Tabela 2.4. Processos Recebidos no TST por Origem. 2015-2016.

Origem	2015		2016		Variação Percentual (%)
	Qtd.	%	Qtd.	%	
1ª Região	17.030	5,8%	16.055	6,6%	-5,7%
2ª Região	35.507	12,2%	24.406	10,0%	-31,3%
3ª Região	28.686	9,8%	18.586	7,6%	-35,2%
4ª Região	20.047	6,9%	19.049	7,8%	-5,0%
5ª Região	8.956	3,1%	8.149	3,3%	-9,0%
6ª Região	5.323	1,8%	5.247	2,2%	-1,4%
7ª Região	1.558	0,5%	3.201	1,3%	105,5%
8ª Região	2.847	1,0%	4.250	1,7%	49,3%
9ª Região	11.056	3,8%	7.889	3,2%	-28,6%
10ª Região	4.321	1,5%	5.145	2,1%	19,1%
11ª Região	4.362	1,5%	3.698	1,5%	-15,2%
12ª Região	8.865	3,0%	7.906	3,2%	-10,8%
TRT 13ª Região	2.780	1,0%	2.597	1,1%	-6,6%
14ª Região	2.387	0,8%	2.314	1,0%	-3,1%
15ª Região	29.216	10,0%	23.232	9,5%	-20,5%
16ª Região	1.169	0,4%	673	0,3%	-42,4%
17ª Região	3.726	1,3%	4.442	1,8%	19,2%
18ª Região	4.351	1,5%	6.614	2,7%	52,0%
19ª Região	2.404	0,8%	1.358	0,6%	-43,5%
20ª Região	1.850	0,6%	1.882	0,8%	1,7%
21ª Região	3.210	1,1%	5.384	2,2%	67,7%
22ª Região	2.257	0,8%	3.735	1,5%	65,5%
23ª Região	2.793	1,0%	2.833	1,2%	1,4%
24ª Região	2.589	0,9%	2.317	1,0%	-10,5%
<i>Subtotal</i>	207.290	71,1%	180.962	74,3%	-12,7%
TST Ações Originárias	959	0,3%	672	0,3%	-29,9%
Recursos Internos	68.127	23,4%	49.702	20,4%	-27,0%
RR, RO e ARR (Provimento do AI)	15.078	5,2%	12.111	5,0%	-19,7%
<i>Subtotal</i>	84.164	28,9%	62.485	25,7%	-25,8%
Total	291.454	100,0%	243.447	100,0%	-16,5%

Figura 2.3. Casos Novos no TST por Origem. 2015-2016.



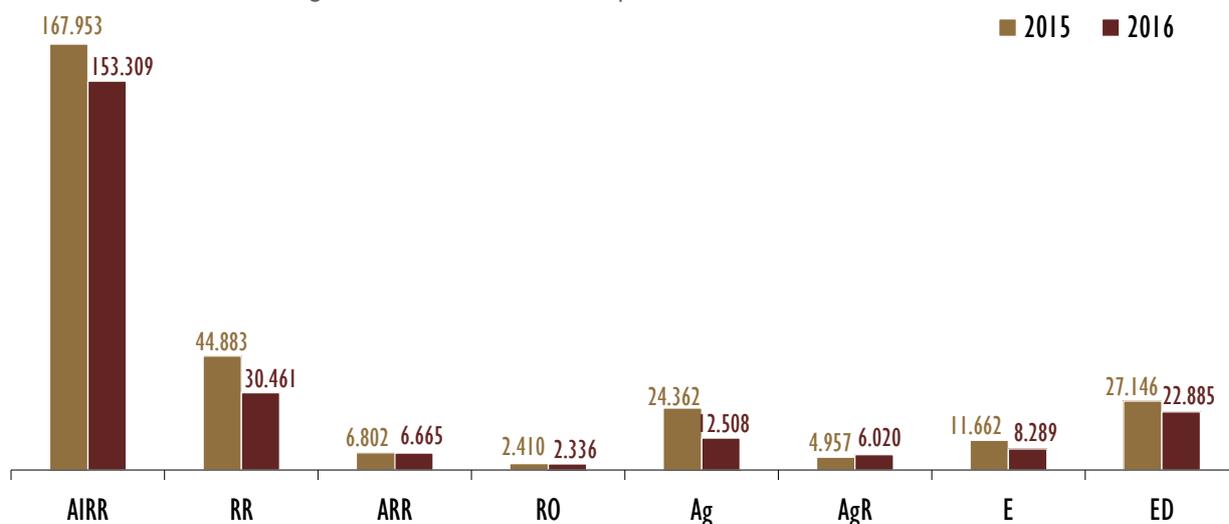
TST

Tabela 2.5. Processos Recebidos no TST por Classe. 2015-2016.

Processos	2015		2016		Variação Percentual (%)	
	Qtd.	%	Qtd.	%		
Ação Rescisória	118	0,1%	266	0,1%	125,4%	
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	167.953	80,7%	153.309	84,4%	-8,7%	
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	116	0,1%	63	0,0%	-45,7%	
Cautelar Inominada	206	0,1%	56	0,0%	-72,8%	
Conflito de Competência	146	0,1%	97	0,1%	-33,6%	
Dissídio Coletivo	8	0,0%	9	0,0%	12,5%	
Dissídio Coletivo de Greve	12	0,0%	5	0,0%	-58,3%	
Efeito Suspensivo	28	0,0%	35	0,0%	25,0%	
Mandado de Segurança	77	0,0%	97	0,1%	26,0%	
Petição	472	0,2%	64	0,0%	-86,4%	
Recurso Administrativo	10	0,0%	4	0,0%	-60,0%	
Recurso de Revista	31.204	15,0%	19.486	10,7%	-37,6%	
Recurso de Revista com Agravo	5.420	2,6%	5.538	3,0%	2,2%	
Recurso Ordinário	2.393	1,1%	2.327	1,3%	-2,8%	
Reexame Necessário	19	0,0%	20	0,0%	5,3%	
Reexame Necessário e Recurso Ordinário	-	0,0%	75	0,0%	..	
Outros	67	0,0%	183	0,1%	173,1%	
Subtotal	208.249	100,0%	181.634	100,0%	-12,8%	
Recursos Internos	Agravo	24.362	35,8%	12.508	25,2%	-48,7%
	Agravo Regimental	4.957	7,3%	6.020	12,1%	21,4%
	Embargos	11.662	17,1%	8.289	16,7%	-28,9%
	Embargos de Declaração	27.146	39,8%	22.885	46,0%	-15,7%
	Subtotal	68.127	100,0%	49.702	100,0%	-27,0%
Recurso Ordinário, Recurso de Revista e Recurso de Revista com Agravo (Provimento do AI)	15.078		12.111		-	
Total	291.454		243.447		-16,5%	

Nota: Sinais convencionais utilizados:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
.. Não se aplicada dado numérico.

Figura. 2.4. Processos Recebidos por Classe no TST. 2015-2016.

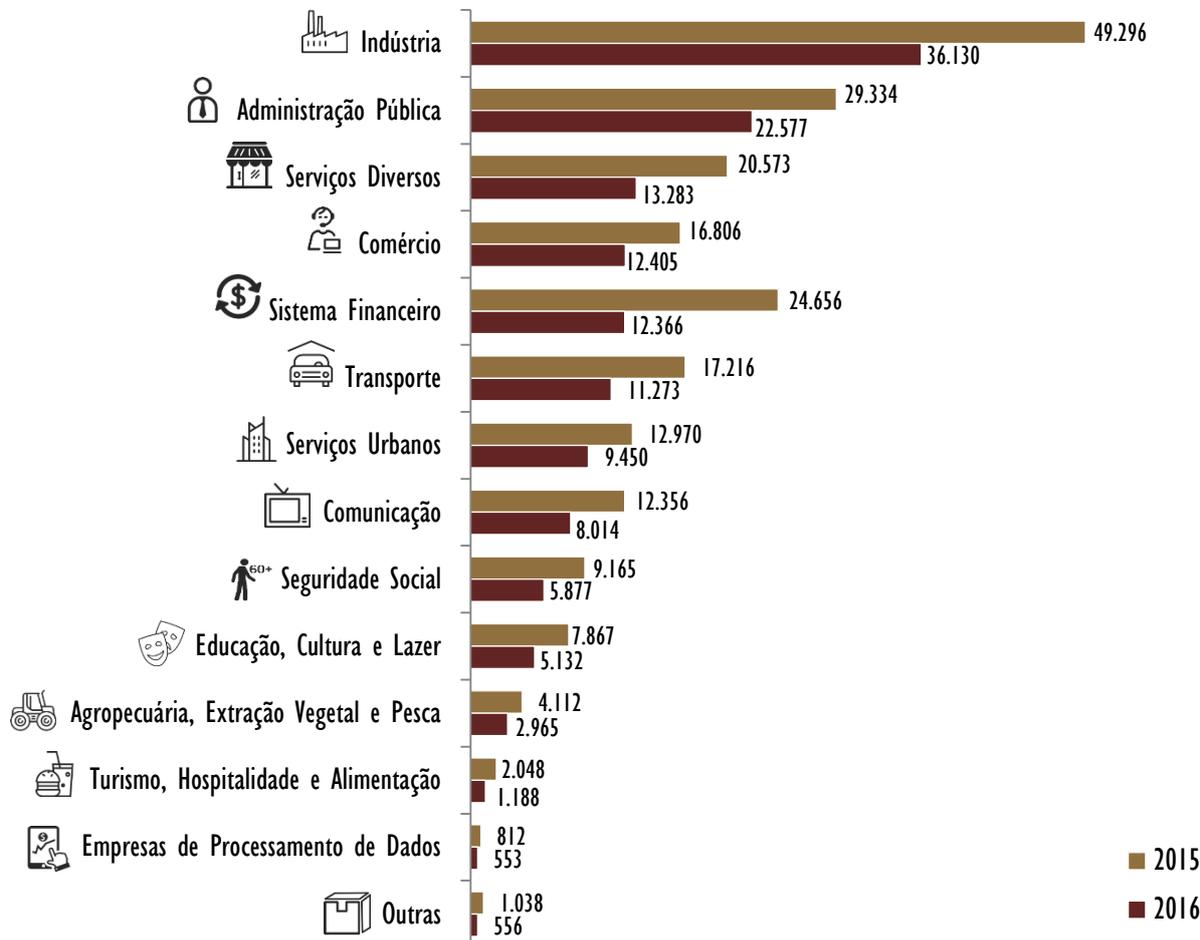


Nota: Para as classes RR, ARR e RO estão incluídos os recursos decorrentes do provimento do AI.

Tabela 2.6. Casos Novos por Atividade Econômica no TST. 2015-2016.

Atividade Econômica	2015		2016		Variação Percentual (%)
	Qtd.	%	Qtd.	%	
Administração Pública	29.334	14,1%	22.577	15,9%	-23,0%
Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	4.112	2,0%	2.965	2,1%	-27,9%
Comércio	16.806	8,1%	12.405	8,8%	-26,2%
Comunicação	12.356	5,9%	8.014	5,7%	-35,1%
Educação, Cultura e Lazer	7.867	3,8%	5.132	3,6%	-34,8%
Empresas de Processamento de Dados	812	0,4%	553	0,4%	-31,9%
Indústria	49.296	23,7%	36.130	25,5%	-26,7%
Seguridade Social	9.165	4,4%	5.877	4,1%	-35,9%
Serviços Diversos	20.573	9,9%	13.283	9,4%	-35,4%
Serviços Urbanos	12.970	6,2%	9.450	6,7%	-27,1%
Sistema Financeiro	24.656	11,8%	12.366	8,7%	-49,8%
Transporte	17.216	8,3%	11.273	8,0%	-34,5%
Turismo, Hospitalidade e Alimentação	2.048	1,0%	1.188	0,8%	-42,0%
Outras	1.038	0,5%	556	0,4%	-46,4%
Total	208.249	100,0%	141.769	100,0%	-31,9%

Figura 2.5. Casos Novos por Atividade Econômica no TST. 2015-2016.



TST

Figura 2.6. Ranking dos 20 Maiores Litigantes no TST. 2016.

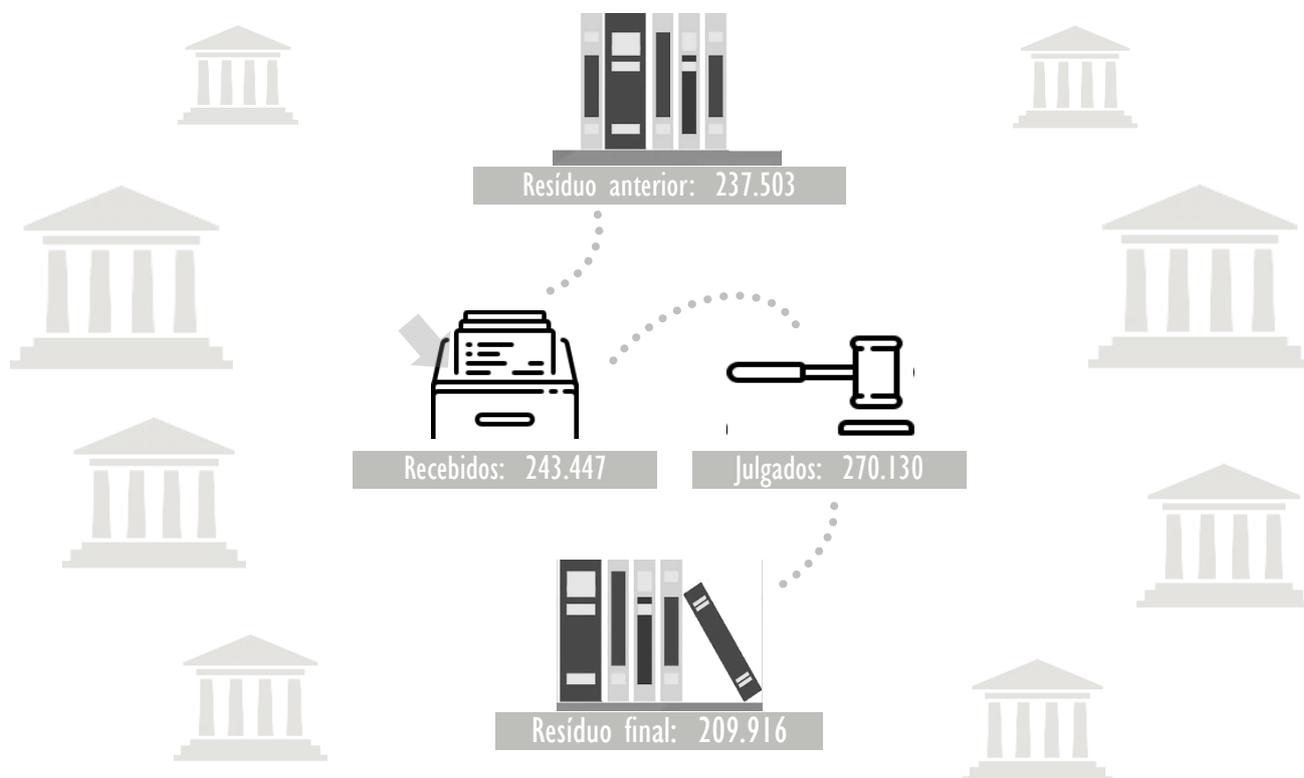


2.4. Total a Julgar

Tabela 2.7. Total a Julgar no TST. 2016.

Total a Julgar					Julgados	Processos Pendentes de Julgamento (Resíduo)
Resíduo de 2015	Recebidos			Total		
	Casos Novos	Recursos Internos e RR, RO e ARR (Provimento AI)	Subtotal			
237.503	181.634	61.813	243.447	480.950	270.130	209.916

Figura 2.7. Movimentação Processual do TST. 2016.



TST

2.5. Sessões

Tabela 2.8. Sessões Realizadas no TST. 2016.

Órgão	Ordinárias	Extraordinárias	Total	Média de Processos Julgados por Sessão
TP e OE	19	1	20	191
SDC	10	1	11	34
SDI	SESDI1	1	35	180
	SESDI2	-	37	67
1ª Turma	37	-	37	352
2ª Turma	35	6	41	669
3ª Turma	36	1	37	598
4ª Turma	37	-	37	732
5ª Turma	34	5	39	487
6ª Turma	33	4	37	689
7ª Turma	37	1	38	506
8ª Turma	36	7	43	553
Total	385	27	412	461

Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.8. Sessões Realizadas no TST. 2016.

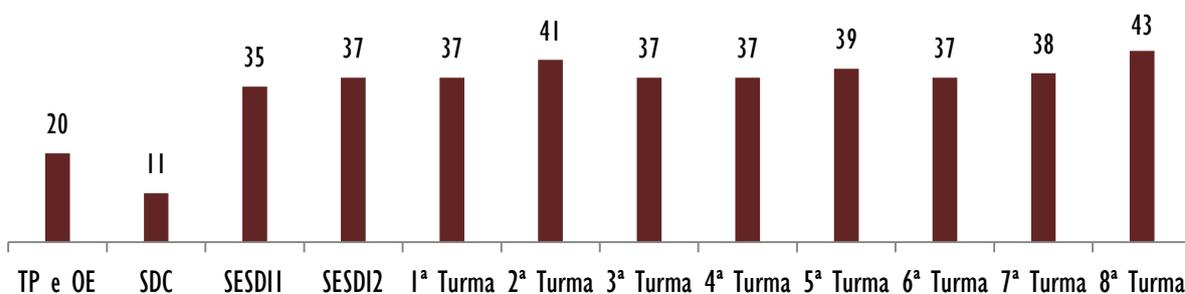
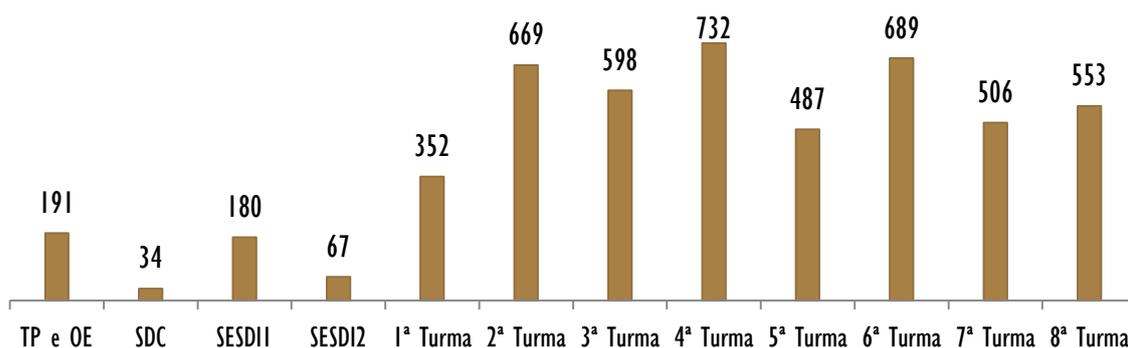


Figura 2.9. Média de Processos Julgados por Sessão no TST. 2016.



2.6. Processos Julgados

Tabela 2.9. Processos Julgados por Classe no TST. 2015-2016.

Classe	2015		2016		Variação Percentual (%)	
	Qtd.	%	Qtd.	%		
Ação Rescisória	179	0,1%	288	0,1%	60,9%	
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	192.374	63,0%	171.708	63,6%	-10,7%	
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	119	0,0%	63	0,0%	-47,1%	
Cautelar Inominada	261	0,1%	109	0,0%	-58,2%	
Conflito de Competência	154	0,1%	65	0,0%	-57,8%	
Dissídio Coletivo	3	0,0%	1	0,0%	-66,7%	
Dissídio Coletivo de Greve	3	0,0%	-	-	-100,0%	
Efeito Suspensivo	24	0,0%	4	0,0%	-83,3%	
Mandado de Segurança	79	0,0%	90	0,0%	13,9%	
Petição	7	0,0%	26	0,0%	271,4%	
Recurso Administrativo	10	0,0%	9	0,0%	-10,0%	
Recurso de Revista	51.890	17,0%	43.368	16,1%	-16,4%	
Recurso de Revista com Agravo	8.009	2,6%	7.078	2,6%	-11,6%	
Recurso Ordinário	2.543	0,8%	2.417	0,9%	-5,0%	
Reexame Necessário	11	0,0%	4	0,0%	-63,6%	
Reexame Necessário e Recurso Ordinário	32	0,0%	64	0,0%	100,0%	
Outros	71	0,0%	160	0,1%	125,4%	
<i>Subtotal</i>	255.769	83,8%	225.454	83,5%	-11,9%	
Recursos Internos	Agravo	16.535	5,4%	14.091	5,2%	-14,8%
	Agravo Regimental	4.115	1,3%	5.284	2,0%	28,4%
	Embargos	2.034	0,7%	3.247	1,2%	59,6%
	Embargos de Declaração	26.818	8,8%	22.054	8,2%	-17,8%
	<i>Subtotal</i>	49.502	16,2%	44.676	16,5%	-9,7%
Total	305.271	100,0%	270.130	100,0%	-11,5%	

Figura 2.10. Processos Julgados no TST, por Classe. 2015-2016.

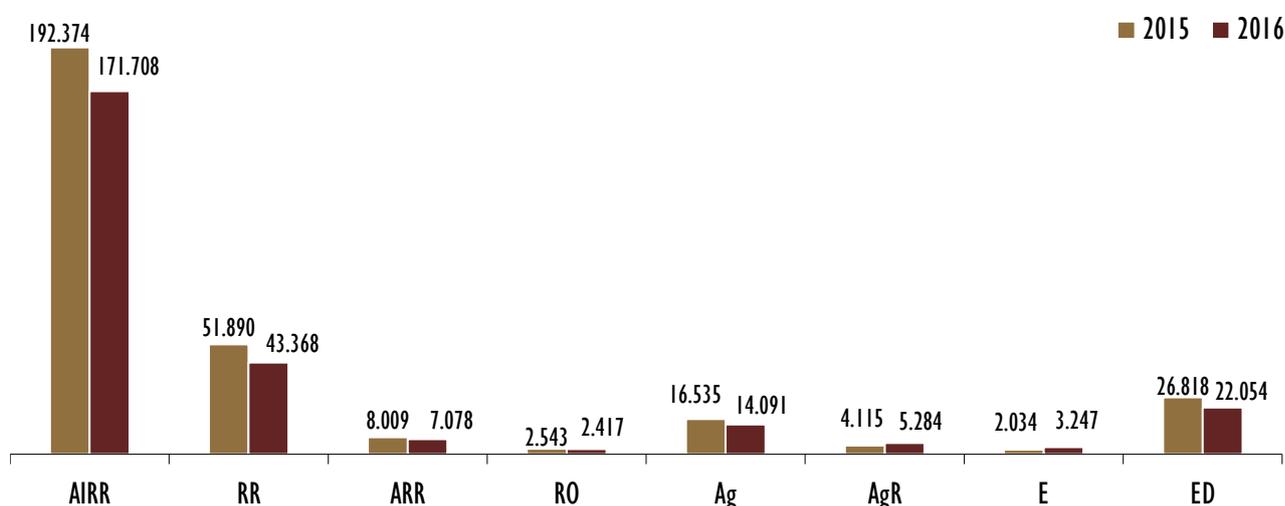


Tabela 2.10. Processos Julgados por Tipo, Classe e Órgão no TST. 2016.

Tipo	Classe	GP	TP e OE	SDC	SESDI 1	SESDI 2
Em Sessão	Ação Rescisória	-	1	1	-	42
	Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	-	-	-	-	1
	Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	-	1	2	-	47
	Cautelar Inominada	-	-	-	-	2
	Dissídios Coletivos	-	-	-	-	-
	Dissídios Coletivos de Greve	-	-	-	-	-
	Mandado de Segurança	-	-	-	-	-
	Recurso de Revista	-	-	-	4	1
	Recurso de Revista com Agravo	-	-	-	-	-
	Recurso Ordinário	-	41	256	-	1.860
	Ag - Agravo	-	2.975	-	591	22
	AgR - Agravo Regimental	-	76	7	2.291	38
	Embargos de Declaração	-	702	71	764	366
	Embargos	-	6	-	2.645	-
Outros	-	24	32	3	95	
	<i>Subtotal</i>	-	3.826	369	6.298	2.474
Por Despacho	Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	20.745	1	-	-	-
	Recurso de Revista	2	-	-	4	-
	Outros	76	371	33	711	457
	<i>Subtotal</i>	20.823	372	33	715	457
Total		20.823	4.198	402	7.013	2.931

Nota: Sinal convencional utilizado
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.11. Processos Julgados no TST. 2016.

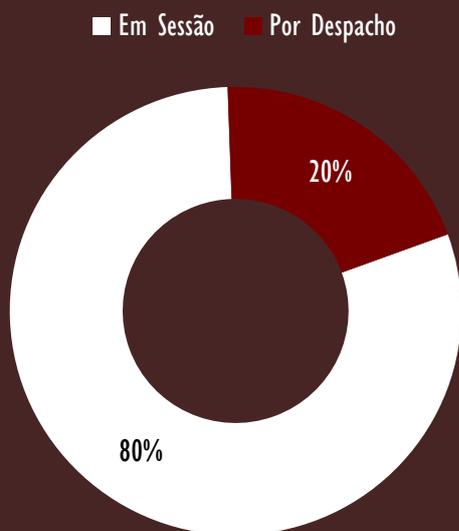
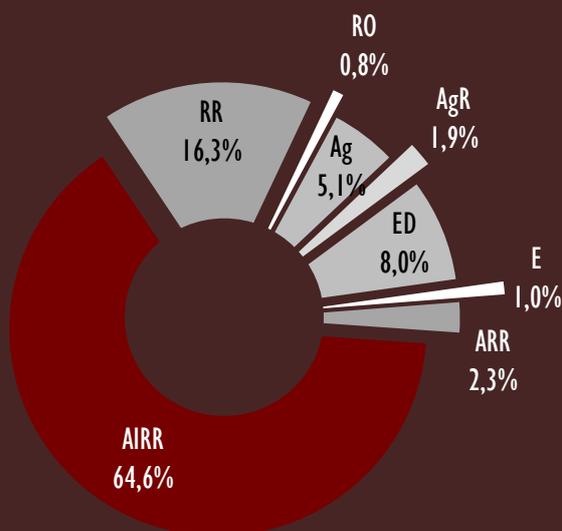


Figura 2.12. Processos Julgados no TST, por Classe. 2016.



1ª Turma	2ª Turma	3ª Turma	4ª Turma	5ª Turma	6ª Turma	7ª Turma	8ª Turma	Total
-	-	-	-	-	-	-	-	44
3.642	18.027	11.375	17.632	10.474	15.770	10.142	13.098	100.161
1	1	1	2	-	1	-	2	58
-	4	9	3	-	2	-	5	25
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.758	4.817	5.403	4.885	4.417	5.820	4.634	5.014	38.753
359	738	948	975	582	896	664	1.082	6.244
2	12	4	10	2	21	5	8	2.221
2.713	762	1.290	401	1.273	360	1.667	1.450	13.504
1.007	133	387	101	406	118	168	352	5.084
1.528	2.930	2.699	3.065	1.825	2.508	1.936	2.763	21.157
-	1	-	-	-	-	-	-	2.652
14	5	-	2	2	-	-	2	179
13.024	27.430	22.116	27.076	18.981	25.496	19.216	23.776	190.082
14.244	4.066	10.148	2.067	5.947	1.440	8.602	4.287	71.547
1.076	421	821	486	245	374	1.026	160	4.615
552	201	293	311	202	184	385	110	3.886
15.872	4.688	11.262	2.864	6.394	1.998	10.013	4.557	80.048
28.896	32.118	33.378	29.940	25.375	27.494	29.229	28.333	270.130

Figura 2.13. Processos Julgados no TST, por Órgão Judicante. 2016.

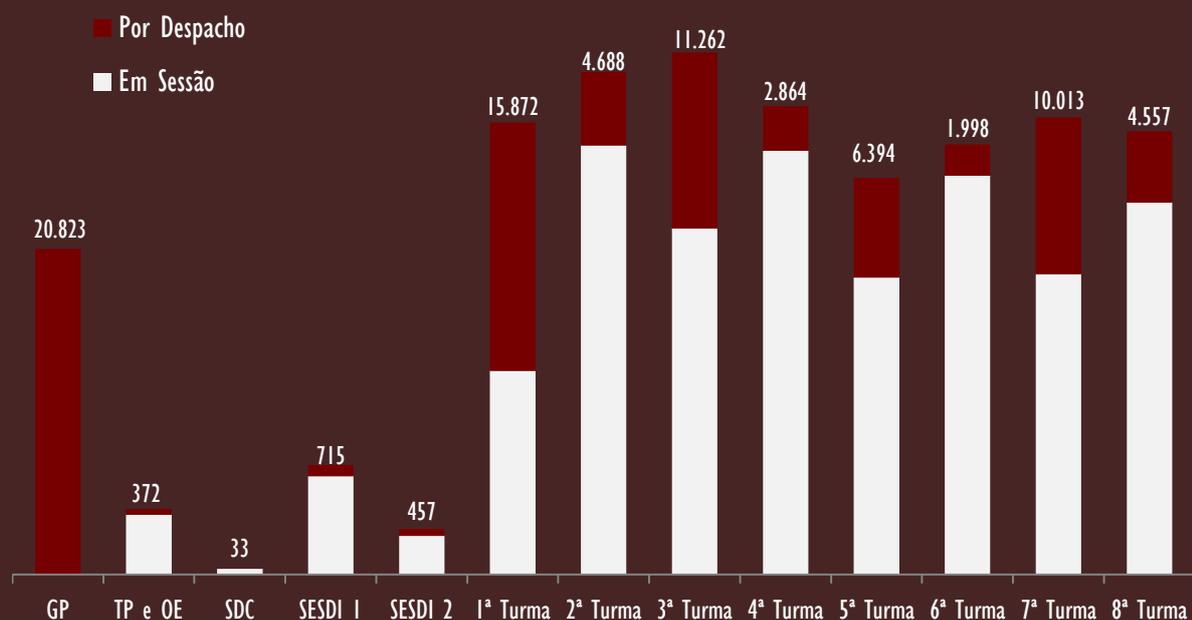
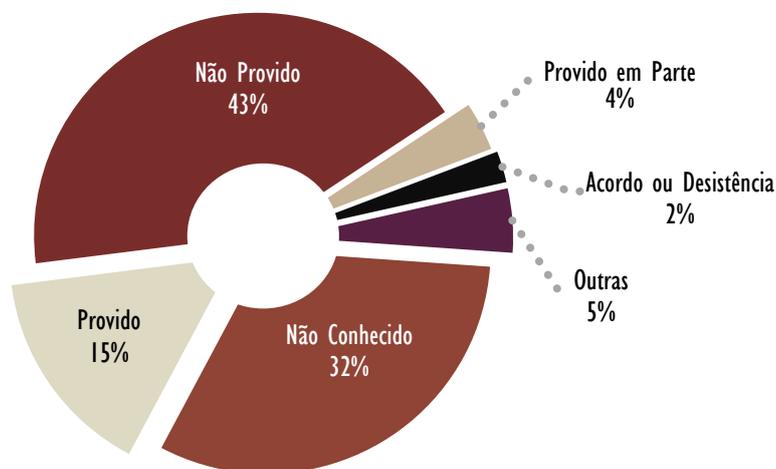


Tabela 2.11. Decisões dos Processos Julgados, por Classe no TST. 2016

Classe	Não Conhecido	Provido	Não Provido	Provido em Parte	Procedente	Improcedente	Acordo ou Desistência	Extinto	Prejudicado	Outras	Total
Ação Rescisória	1	-	-	-	3	24	1	10	-	249	288
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	11	9	38	-	-	-	1	2	-	2	63
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista	69.122	11.146	79.144	6	-	-	3.116	3	47	9.406	171.990
Cautelar Inominada	-	-	-	-	-	6	-	37	2	64	109
Conflito de Competência	3	-	-	-	-	1	-	-	-	61	65
Dissídios Coletivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Dissídios Coletivos de Greve	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito Suspensivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Mandado de Segurança	-	-	-	-	-	4	3	1	-	82	90
Processo Administrativo	1	-	3	-	-	-	-	-	-	1	5
Protesto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Recurso Administrativo	3	-	5	1	-	-	-	-	-	-	9
Recurso de Revista	11.264	21.190	438	7.838	-	-	1.775	58	96	1.251	43.910
Recurso de Revista com Agravo	1.516	3.450	2.326	1.025	-	-	464	2	39	373	9.195
Recurso Ordinário	162	286	1.294	134	-	73	33	258	3	174	2.417
Reexame Necessário	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	4
Reexame Necessário e Recurso Ordinário	12	15	17	3	-	2	-	19	-	5	73
Outros	3	-	1	3	-	1	2	15	-	155	180
Subtotal	82.100	36.096	83.267	9.011	3	111	5.395	405	187	11.829	228.404
Agravo	1.349	690	11.345	1	-	-	457	4	1	251	14.098
Agravo Regimental	764	204	4.093	5	-	1	97	16	-	122	5.302
Embargos	1.553	806	312	434	-	-	108	-	-	42	3.255
Embargos de Declaração	453	3.723	17.232	178	-	-	132	2	1	434	22.155
Subtotal	4.119	5.423	32.982	618	-	1	794	22	2	849	44.810
Total	86.219	41.519	116.249	9.629	3	112	6.189	427	189	12.678	273.214

Nota: Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.14. Decisões dos Processos Julgados no TST. 2016.



Nota: Desconsiderados valores menores que 0,2%.

2.7. Resíduo

Tabela 2.12. Resíduo no TST. 2015-2016.

Resíduo		2015		2016		Variação Percentual (%)
		Qtd.	%	Qtd.	%	
Processos Distribuídos	Com o Relator	187.840	79,1	167.952	80,0	-10,6%
	Com o Revisor	7	0,0	9	0,0	28,6%
	Nas Secretarias dos Órgãos de Julgamento	19.349	8,1	20.253	9,6	4,7%
	Vista Regimental	588	0,2	347	0,2	-41,0%
	Diligência	130	0,1	109	0,1	-16,2%
	Na PGT	866	0,4	958	0,5	10,6%
	Outros Distribuídos	2.471	1,0	1.836	0,9	-25,7%
	<i>Subtotal</i>	211.251	88,9	191.464	91,2	-9,4%
Processos Não Distribuídos	Na CCP	1.321	0,6	1.332	0,6	0,8%
	Na CPE	10.362	4,4	2.901	1,4	-72,0%
	Na CCADP	8.444	3,6	7.801	3,7	-7,6%
	Na Presidência	2.239	0,9	3.945	1,9	76,2%
	Na SEGJUD	224	0,1	130	0,1	-42,0%
	Outros Não Distribuídos	3.662	1,5	2.343	1,1	-36,0%
	<i>Subtotal</i>	26.252	11,1	18.452	8,8	-29,7%
Total		237.503	100,0	209.916	100,0	-11,6%

Figura 2.15. Resíduo no TST. 2016.

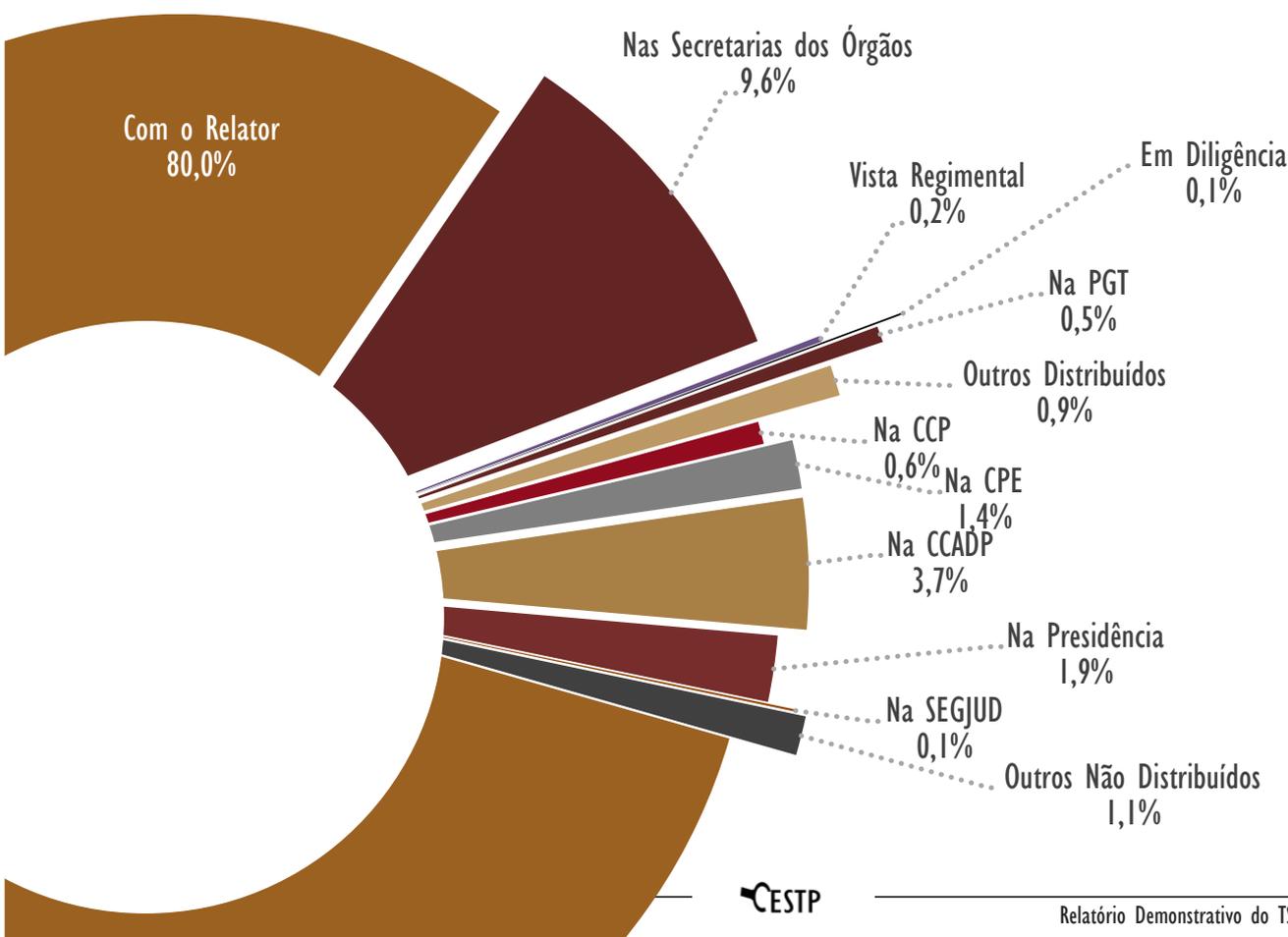
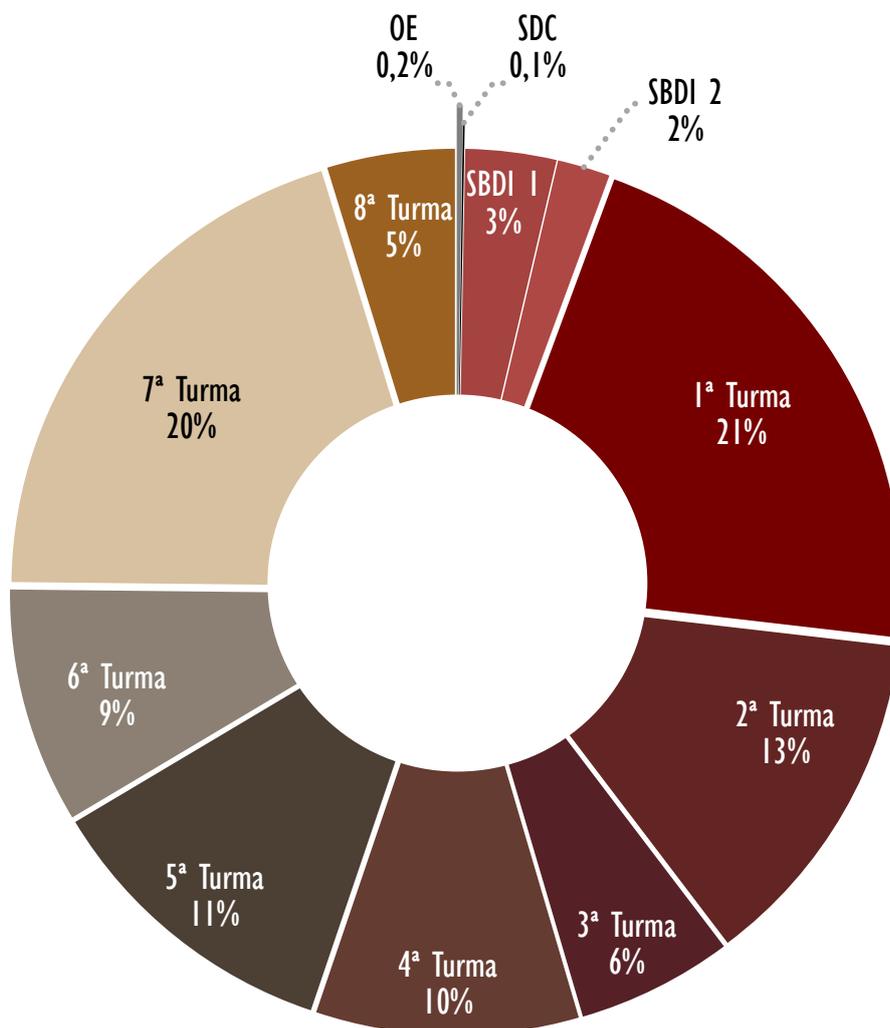


Tabela 2.13. Resíduo nos Órgãos Judicantes do TST, por Classe. 2016.

Classe	TP	OE	SDC	SDI		Turmas								Total	%
				SBDI 1	SBDI 2	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª		
AIRR	-	-	-	-	-	22.882	12.842	3.321	10.139	10.566	8.569	24.141	4.394	96.854	50,6
RR	1	-	-	5	-	13.062	7.708	3.488	5.794	6.499	5.073	10.089	2.221	53.940	28,2
ARR	-	-	-	-	-	4.266	3.030	1.771	1.965	2.220	1.894	3.088	1.209	19.443	10,2
Outros	12	415	127	6.420	3.726	496	1.040	2.466	677	2.219	1.243	1.206	1.200	21.247	11,1
Total	13	415	127	6.425	3.726	40.706	24.620	11.046	18.575	21.504	16.779	38.524	9.024	191.484	100,0

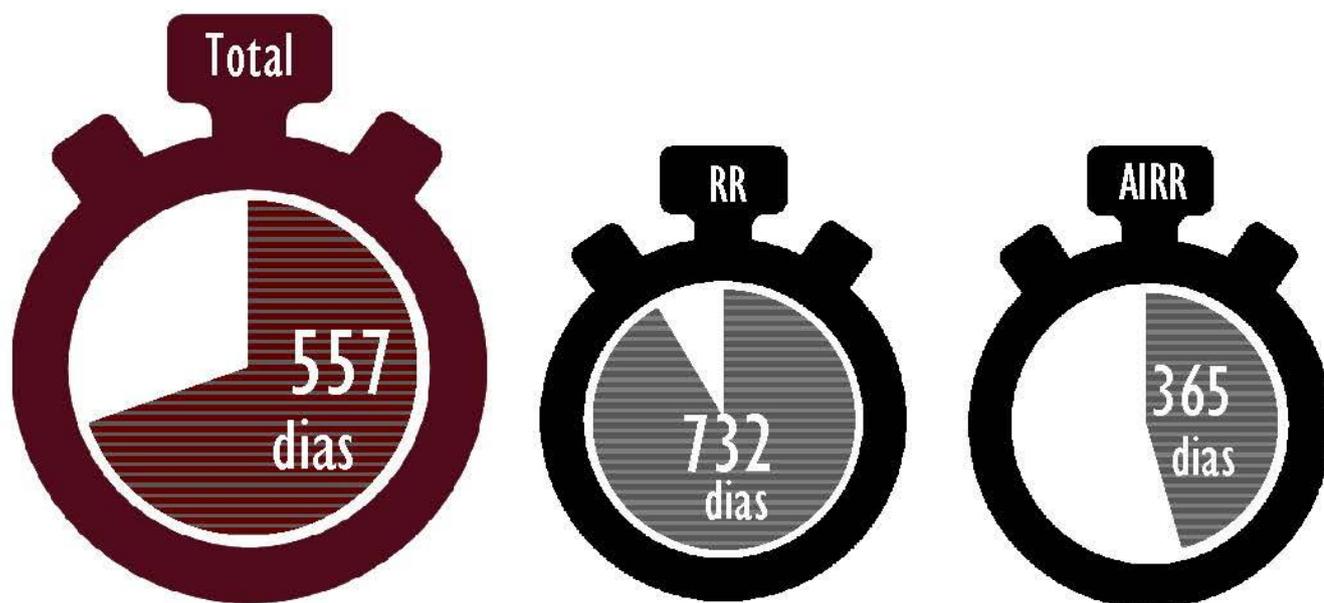
Nota: Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.16. Resíduo no TST, por Órgão Judicante. 2016.



2.8. Prazos

Figura 2.17. Tempo Médio de Tramitação Processual no TST. (Índice Acumulado). 2016.



2.9. Valores Arrecadados

Figura 2.18. Arrecadação no TST. 2016.



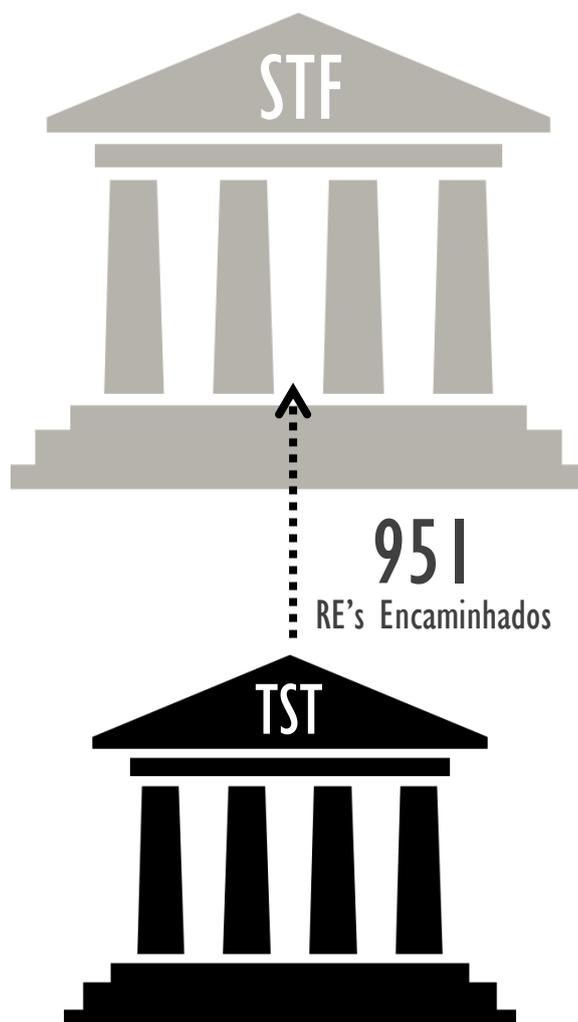
2.10. Recursos de Competência do STF

Tabela 2.14. Recursos Extraordinários Interpostos no TST. Estudos das Decisões. 2015-2016.

Recursos Extraordinários		2015		2016		Variação Percentual (%)
		Qtd.	%	Qtd.	%	
Interpostos		64.655	..	16.628	..	-74,3%
Despachados	Admitidos	53	0,1	40	0,1	-24,5%
	Denegados	16.849	38,2	11.308	35,8	-32,9%
	Sobrestados	11.626	26,4	19.242	60,9	65,5%
	Despachos por Repercussão Geral	15.571	35,3	993	3,1	-93,6%
	Total	44.099	100,0	31.583	100,0	-28,4%
Encaminhados		1.615	..	951	..	-41,1%

Nota: Sinal convencional utilizado:
 .. Não se aplica a dado numérico.

Figura 2.19. Recursos Extraordinários Encaminhados ao STF. 2016.



TST

2.11. Movimentação Processual por Classe

2.11.1. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista

Tabela 2.15. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista no TST. Movimentação Processual. 2016.

Órgão Judicante	Recebidos	Julgados			Aguardando Julgamento				
		Sessão	Despacho	Total	Com Relator	Na Secretaria	Na PGT	Outros	Total
Tribunal Pleno e Órgão Especial	1	1
SDC
SESDI1
SESDI2	..	1	..	1
1ª Turma	18.490	3.642	14.244	17.886	22.505	163	118	96	22.882
2ª Turma	18.273	18.027	4.066	22.093	11.066	1.601	91	84	12.842
3ª Turma	18.458	11.375	10.148	21.523	2.371	822	72	56	3.321
4ª Turma	18.521	17.632	2.067	19.699	8.458	1.550	92	39	10.139
5ª Turma	18.369	10.474	5.947	16.421	9.332	1.113	83	38	10.566
6ª Turma	18.436	15.770	1.440	17.210	6.787	1.405	96	281	8.569
7ª Turma	18.501	10.142	8.602	18.744	23.272	645	101	123	24.141
8ª Turma	17.825	13.098	4.287	17.385	3.628	639	74	53	4.394
Subtotal	146.873	100.161	50.802	150.963	87.419	7.938	727	770	96.854
Presidência	40.656	..	20.745	20.745
Total	187.529	100.161	71.547	171.708	87.419	7.938	727	770	96.854

Nota: Sinais convencionais utilizados:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
 .. Não se aplica a dado numérico.
 ... Dado numérico não disponível.

Figura 2.20. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Distribuídos e Julgados no TST. 2016.

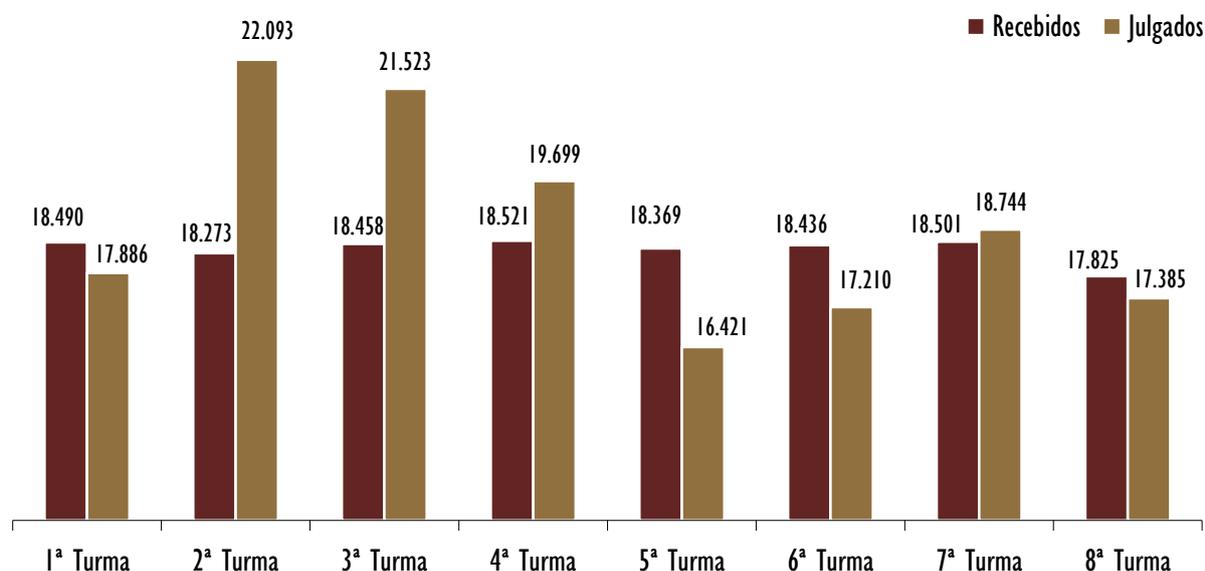
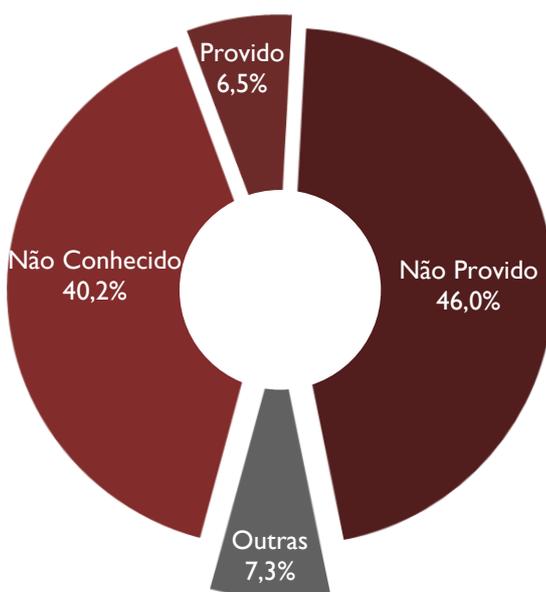


Tabela 2.16. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Julgados. Estudo das Decisões por TRT de Origem. 2016.

TRT de Origem	Não Conhecido		Provido		Não Provido		Outras		Total	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
1ª	7.244	45,9%	1.068	6,8%	6.502	41,2%	959	6,1%	15.773	9,2%
2ª	11.680	39,4%	2.327	7,8%	13.452	45,4%	2.196	7,4%	29.655	17,2%
3ª	7.320	39,8%	760	4,1%	8.402	45,7%	1.896	10,3%	18.378	10,7%
4ª	4.358	34,5%	1.162	9,2%	6.131	48,5%	987	7,8%	12.638	7,3%
5ª	3.275	41,4%	574	7,3%	3.611	45,6%	456	5,8%	7.916	4,6%
6ª	2.184	44,7%	212	4,3%	2.225	45,6%	262	5,4%	4.883	2,8%
7ª	1.241	46,4%	164	6,1%	1.164	43,5%	105	3,9%	2.674	1,6%
8ª	1.719	46,0%	261	7,0%	1.567	41,9%	191	5,1%	3.738	2,2%
9ª	2.777	39,3%	601	8,5%	3.109	44,0%	585	8,3%	7.072	4,1%
10ª	1.763	34,4%	381	7,4%	2.443	47,6%	540	10,5%	5.127	3,0%
11ª	1.616	41,2%	206	5,2%	1.924	49,0%	179	4,6%	3.925	2,3%
12ª	2.401	38,1%	372	5,9%	3.049	48,4%	473	7,5%	6.295	3,7%
13ª	972	39,1%	184	7,4%	1.188	47,8%	139	5,6%	2.483	1,4%
14ª	812	45,6%	66	3,7%	700	39,3%	204	11,4%	1.782	1,0%
15ª	9.175	38,6%	1.484	6,2%	11.267	47,4%	1.868	7,9%	23.794	13,8%
16ª	205	36,2%	26	4,6%	300	52,9%	36	6,3%	567	0,3%
17ª	1.221	37,0%	182	5,5%	1.666	50,5%	228	6,9%	3.297	1,9%
18ª	2.155	39,9%	177	3,3%	2.582	47,8%	488	9,0%	5.402	3,1%
19ª	611	44,1%	72	5,2%	639	46,2%	62	4,5%	1.384	0,8%
20ª	676	38,2%	116	6,5%	844	47,7%	135	7,6%	1.771	1,0%
21ª	2.013	41,5%	337	6,9%	2.319	47,8%	185	3,8%	4.854	2,8%
22ª	1.818	51,2%	160	4,5%	1.475	41,5%	101	2,8%	3.554	2,1%
23ª	1.023	36,2%	143	5,1%	1.512	53,5%	150	5,3%	2.828	1,6%
24ª	863	39,2%	111	5,0%	1.073	48,8%	153	7,0%	2.200	1,3%
Total	69.122	40,2%	11.146	6,5%	79.144	46,0%	12.578	7,3%	171.990	100,0%

Figura 2.21. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Julgados no TST. Estudo das Decisões. 2016.

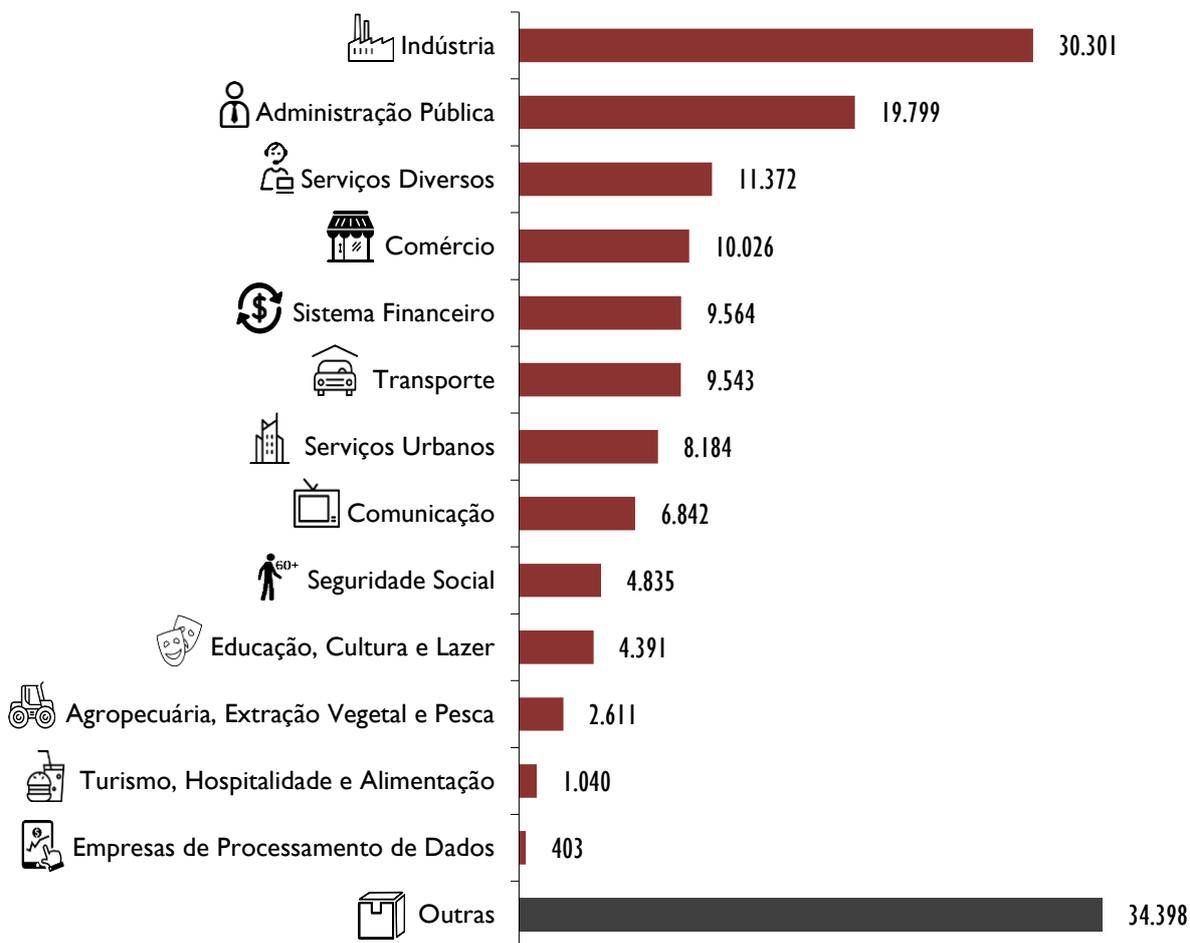


TST

Tabela 2.17. Casos Novos de Agravos de Instrumento em Recurso de Revista por Atividade Econômica no TST. 2016.

Atividade Econômica	Quantidade	%
Administração Pública	19.799	16,6%
Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	2.611	2,2%
Comércio	10.026	8,4%
Comunicação	6.842	5,7%
Educação, Cultura e Lazer	4.391	3,7%
Empresas de Processamento de Dados	403	0,3%
Indústria	30.301	25,4%
Seguridade Social	4.835	4,1%
Serviços Diversos	11.372	9,5%
Serviços Urbanos	8.184	6,9%
Sistema Financeiro	9.564	8,0%
Transporte	9.543	8,0%
Turismo, Hospitalidade e Alimentação	1.040	0,9%
Outras	466	0,4%
Total	119.377	100,0%

Figura 2.22. Casos Novos de Agravos de Instrumento em Recurso de Revista por Atividade Econômica no TST. 2016.



TST

Tabela 2.18. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2006-2016.

Anos	Recebidos	Julgados
2007	66.908	78.382
2008	139.718	135.382
2009	116.151	146.664
2010	110.091	116.199
2011	127.425	112.591
2012	136.721	141.421
2013	175.273	150.138
2014	186.150	182.110
2015	167.953	192.374
2016	153.309	171.708

Nota: Até 2011, foram considerados como Recebidos os processos Autuados.

Figura 2.23. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2006-2016.



TST

2.11.2. Recurso de Revista

Tabela 2.19. Recurso de Revista. Movimentação Processual no TST. 2016.

Órgão Judicante	Recebidos	Julgados			Aguardando Julgamento				
		Sessão	Despacho	Total	Com Relator	Na Secretaria	Na PGT	Outros	Total
Tribunal Pleno e Órgão Especial	1 ^(*)	1 ^(*)	1 ^(*)
SDC
SESDI1	3	4	4	8	3	1	..	1	5
SDI
SESDI2
1ª Turma	2.825	3.758	1.076	4.834	12.451	515	8	88	13.062
2ª Turma	2.812	4.817	421	5.238	6.479	1.056	17	156	7.708
3ª Turma	2.827	5.403	821	6.224	2.589	820	13	66	3.488
4ª Turma	2.868	4.885	486	5.371	5.334	400	10	50	5.794
5ª Turma	2.162	4.417	245	4.662	5.452	1.000	4	43	6.499
6ª Turma	2.838	5.820	374	6.194	4.013	826	10	224	5.073
7ª Turma	2.831	4.634	1.026	5.660	9.528	478	12	71	10.089
8ª Turma	2.767	5.014	160	5.174	1.795	377	14	35	2.221
Total	21.934	38.752	4.613	43.365	47.645	5.473	88	734	53.940

Notas: (*) Processo reatuado como IRK.
 Sinal convencional utilizado:
 .. Não se aplica a dado numérico.

Figura 2.24. Recursos de Revista Distribuídos e Julgados no TST. 2016.

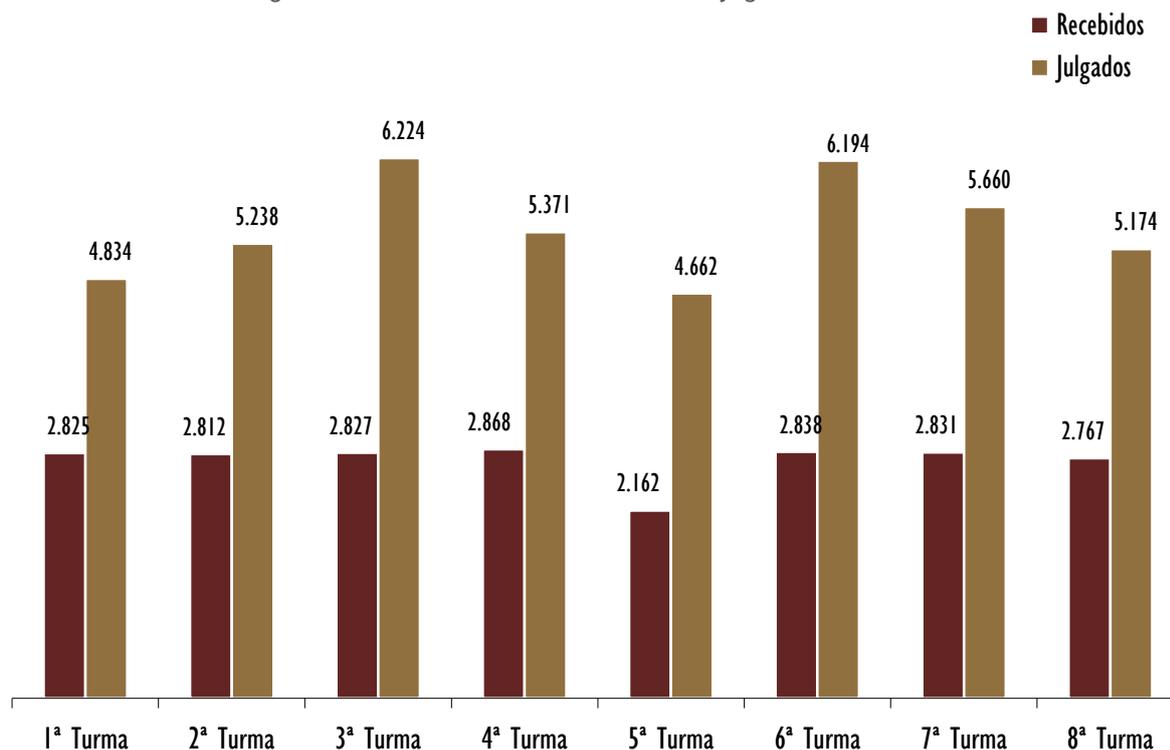
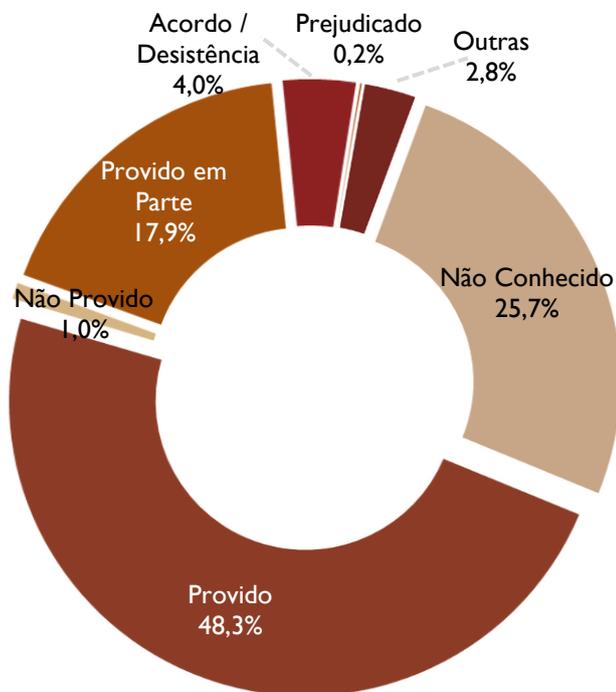


Tabela 2.20. Recurso de Revista Julgados. Estudo das Decisões no TST. 2016.

Decisões	Quantidade	%
Não Conhecido	11.264	25,7%
Provido	21.190	48,3%
Não Provido	438	1,0%
Provido em Parte	7.838	17,9%
Procedente	-	-
Improcedente	-	-
Acordo / Desistência	1.775	4,0%
Extinto	58	0,1%
Prejudicado	96	0,2%
Outras	1.251	2,8%
Total	43.910	100,0%

Nota: Sinal convencional utilizado:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 2.25. Recurso de Revista. Estudo das Decisões. TST. 2016.

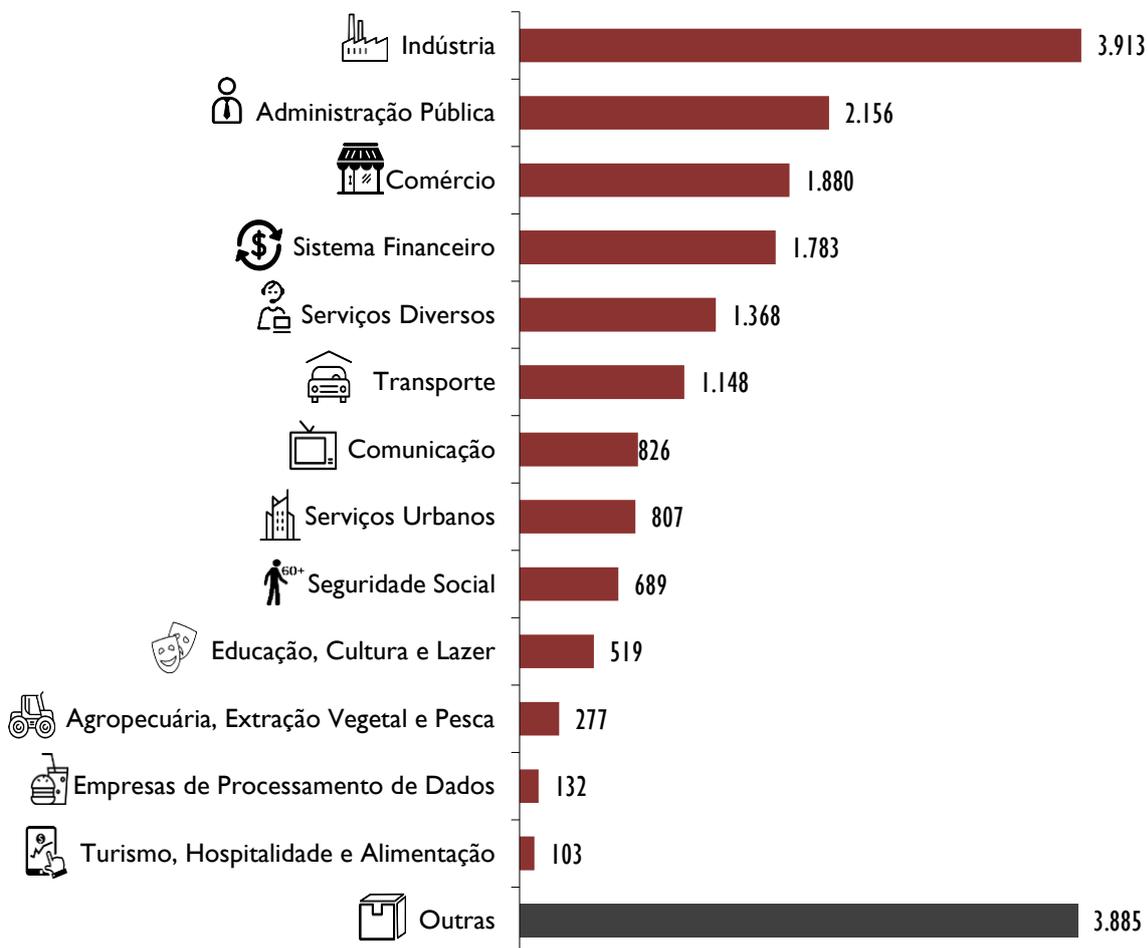


Nota: Desconsiderados valores menores que 0,2%.

Tabela 2.21. Casos Novos de Recursos de Revista por Atividade Econômica no TST. 2016.

Atividade Econômica	Quantidade	%
Administração Pública	2.156	13,8%
Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	277	1,8%
Comércio	1.880	12,0%
Comunicação	826	5,3%
Educação, Cultura e Lazer	519	3,3%
Empresas de Processamento de Dados	132	0,8%
Indústria	3.913	25,0%
Seguridade Social	689	4,4%
Serviços Diversos	1.368	8,7%
Serviços Urbanos	807	5,2%
Sistema Financeiro	1.783	11,4%
Transporte	1.148	7,3%
Turismo, Hospitalidade e Alimentação	103	0,7%
Outras	60	0,4%
Total	15.661	100,0%

Figura 2.26. Casos Novos de Recursos de Revista por Atividade Econômica no TST. 2016.



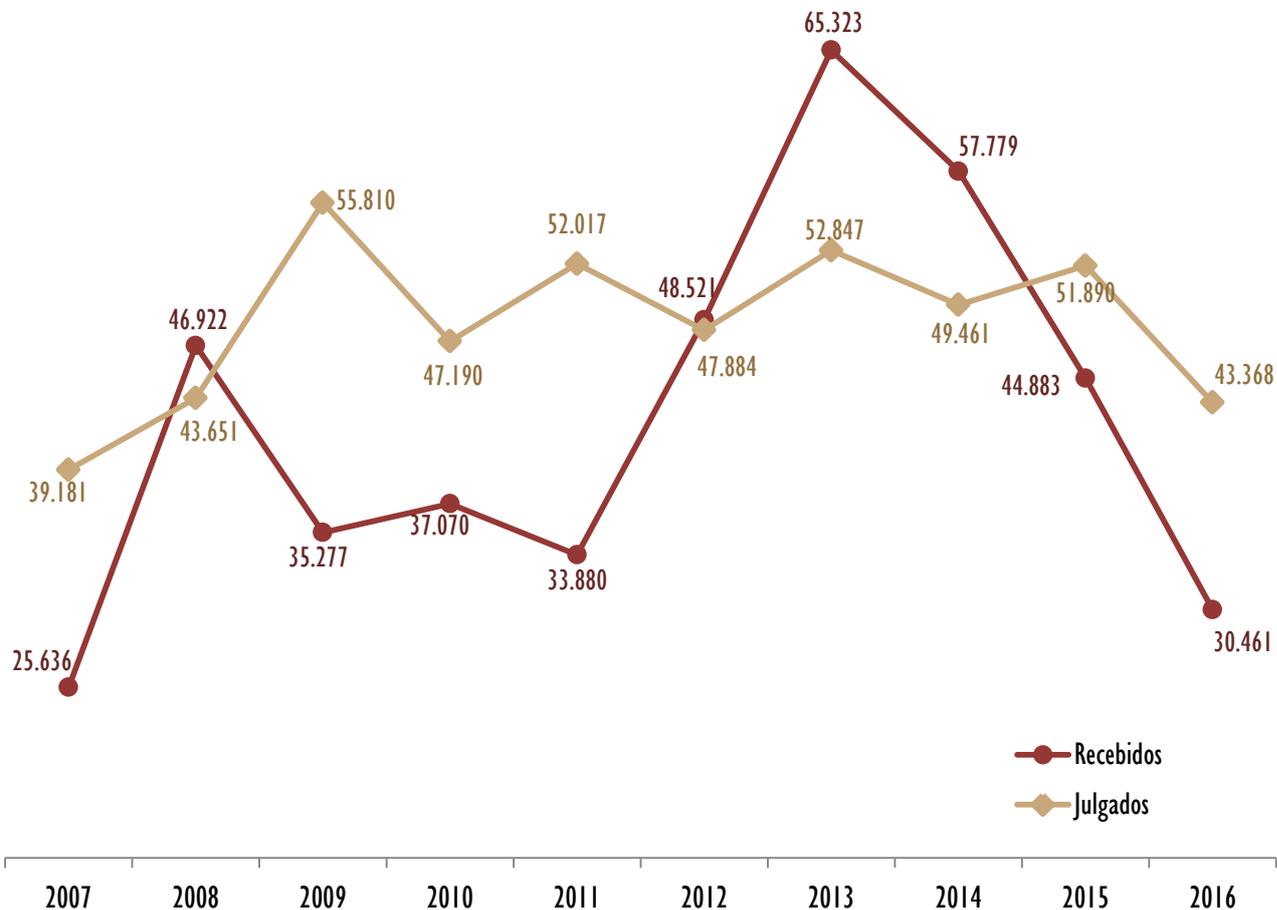
TST

Tabela 2.22. Recursos de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2006-2016.

Anos	Recebidos	Julgados
2007	25.636	39.181
2008	46.922	43.651
2009	35.277	55.810
2010	37.070	47.190
2011	33.880	52.017
2012	48.521	47.884
2013	65.323	52.847
2014	57.779	49.461
2015	44.883	51.890
2016	30.461	43.368

Nota: Até 2011, foram considerados como Recebidos os processos Autuados.

Figura 2.27. Recursos de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2006-2016.



TST

2.11.3. Recurso Ordinário

Tabela 2.23. Recursos Ordinários. Movimentação Processual no TST. 2016.

Órgão Judicante	Recebidos	Julgados			Aguardando Julgamento				
		Sessão	Despacho	Total	Com Relator	Na Secretaria	Na PGT	Outros	Total
Pleno e OE	51	41	2	43	27	1	-	2	30
SDC	267	256	14	270	75	21	-	7	103
SDI
SESDI2	2.065	1.860	123	1.983	2.968	163	33	24	3.188
1ª Turma	7	2	15	17	-	-	-	-	-
2ª Turma	8	12	11	23	23	-	-	-	23
3ª Turma	11	4	2	6	13	-	-	-	13
4ª Turma	10	10	4	14	9	2	-	-	11
5ª Turma	9	2	1	3	33	-	-	-	33
6ª Turma	9	21	13	34	4	1	-	-	5
7ª Turma	12	5	4	9	18	-	-	-	18
8ª Turma	12	8	7	15	5	-	-	-	5
Total	2.461	2.221	196	2.417	3.175	188	33	33	3.429

Nota: Sinais convencionais utilizados:
 - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
 .. Não se aplica dado numérico.

Figura 2.28. Recursos Ordinários Distribuídos e Julgados no TST. 2016.

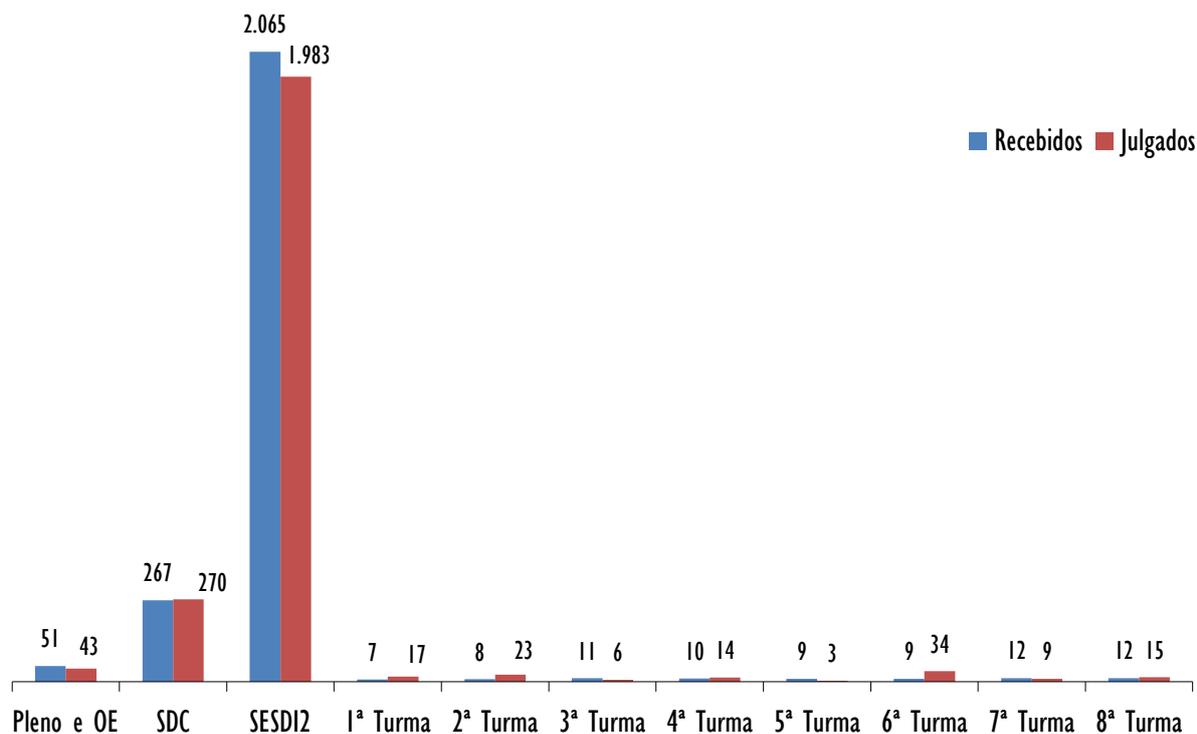
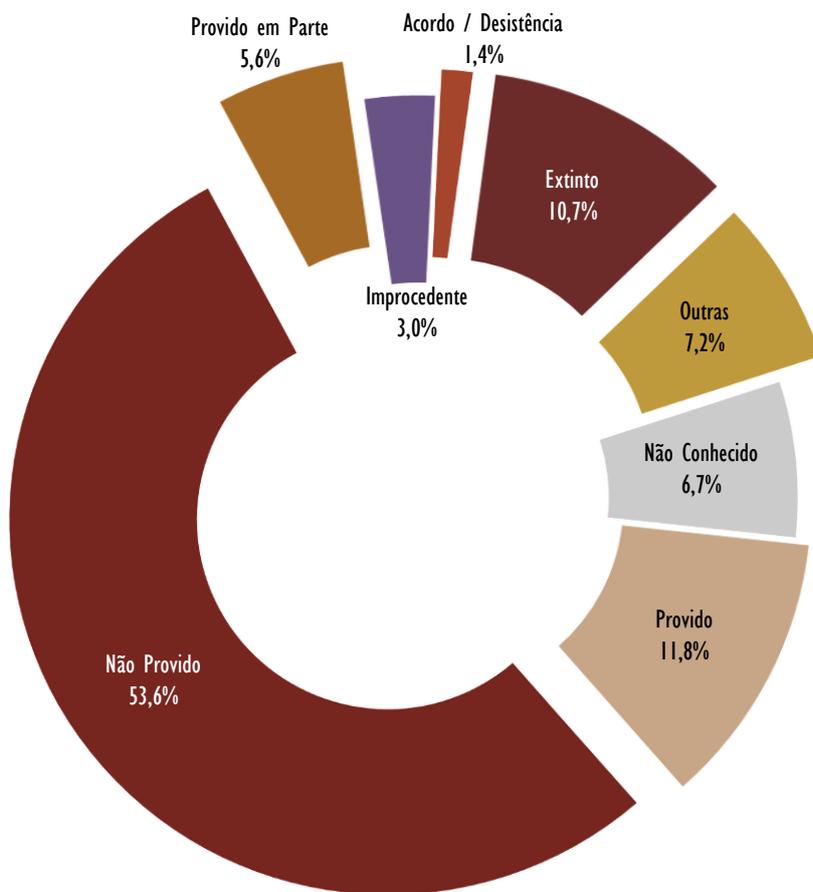


Tabela 2.24. Recursos Ordinários Julgado no TST. Estudo das Decisões. 2016.

Decisões	Quantidade	%
Não Conhecido	162	6,7%
Provido	286	11,8%
Não Provido	1.294	53,6%
Provido em Parte	134	5,6%
Procedente	-	-
Improcedente	73	3,0%
Acordo / Desistência	33	1,4%
Extinto	258	10,7%
Prejudicado	3	0,1%
Outras	174	7,2%
Total	2.417	100,0%

Figura 2.29. Recursos Ordinários Julgado no TST. Estudo das Decisões. 2016.

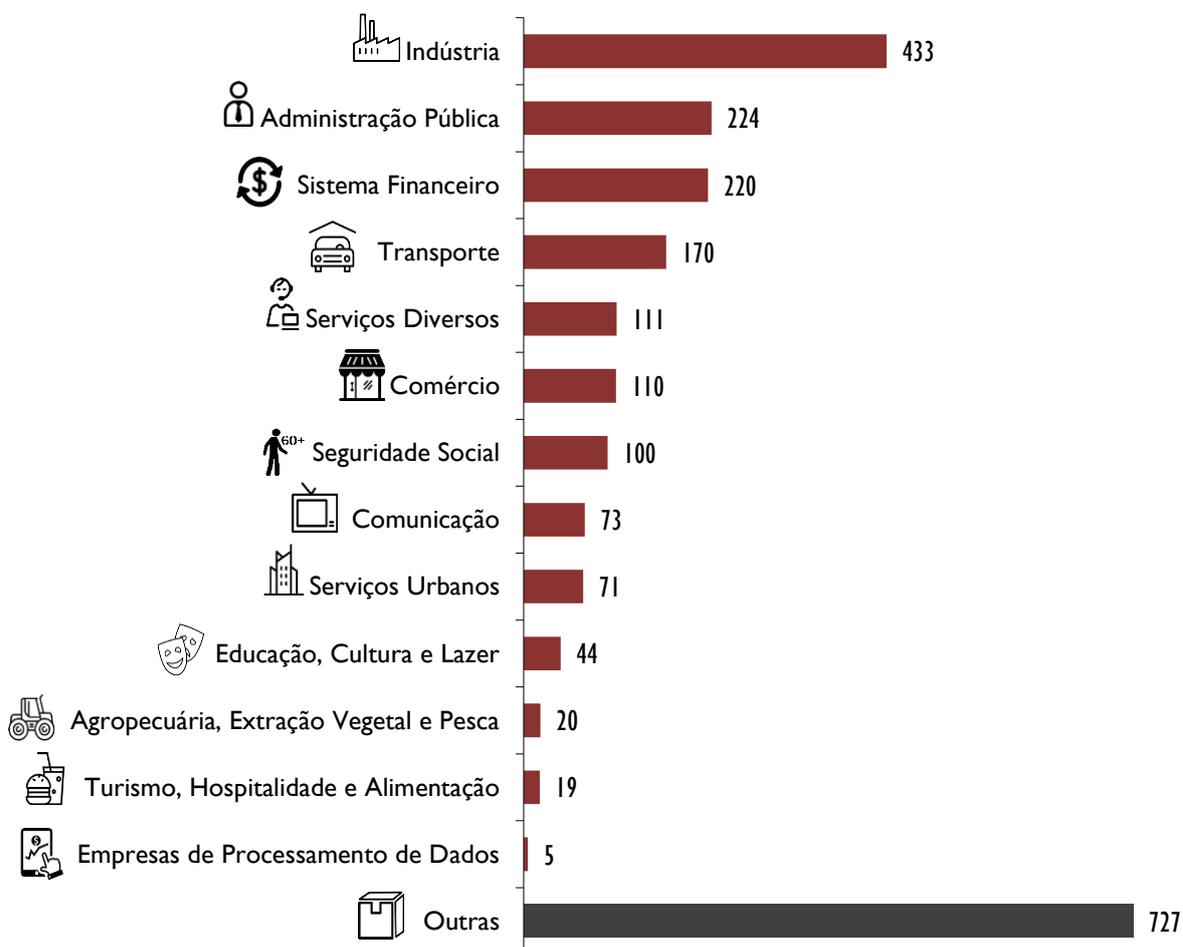


Nota: Desconsiderados valores menores que 0,2%.

Tabela 2.25. Casos Novos de Recursos Ordinários por Atividade Econômica no TST. 2016.

Atividade Econômica	Quantidade	%
Administração Pública	224	13,9%
Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	20	1,2%
Comércio	110	6,8%
Comunicação	73	4,5%
Educação, Cultura e Lazer	44	2,7%
Empresas de Processamento de Dados	5	0,3%
Indústria	433	27,0%
Seguridade Social	100	6,2%
Serviços Diversos	111	6,9%
Serviços Urbanos	71	4,4%
Sistema Financeiro	220	13,7%
Transporte	170	10,6%
Turismo, Hospitalidade e Alimentação	19	1,2%
Outras	6	0,4%
Total	1.606	100,0%

Figura 2.30. Casos Novos de Recursos Ordinários por Atividade Econômica no TST. 2016.



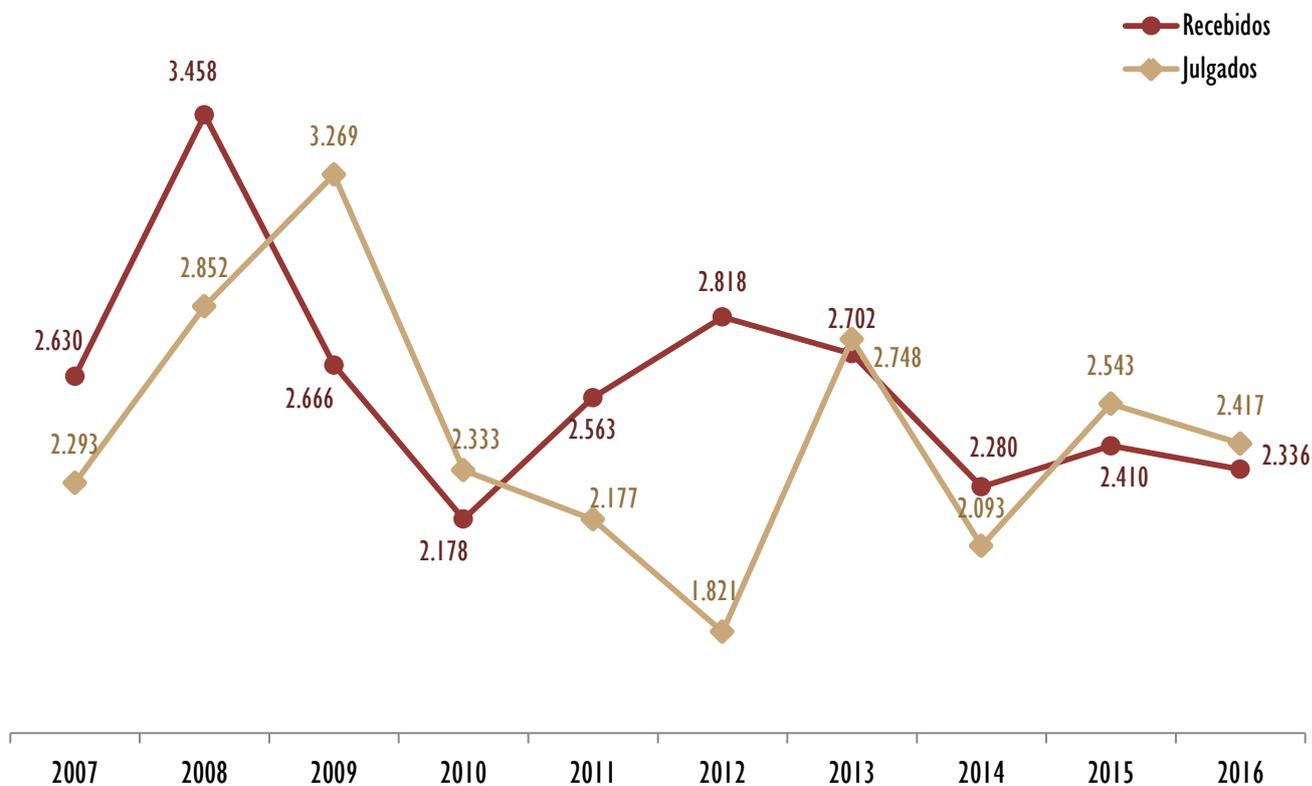
TST

Tabela 2.26. Recursos Ordinários Recebidos e Julgados no TST. 2007-2016.

Anos	Quantidade	
	Recebidos	Julgados
2007	2.630	2.293
2008	3.458	2.852
2009	2.666	3.269
2010	2.178	2.333
2011	2.563	2.177
2012	2.818	1.821
2013	2.702	2.748
2014	2.280	2.093
2015	2.410	2.543
2016	2.336	2.417

Nota: Até 2011, foram considerados como Recebidos os processos Autuados.

Figura 2.31. Recursos Ordinários Recebidos e Julgados no TST. 2007-2016.



TST

3

Seção

Tribunais
Regionais do
Trabalho



3.1. Série Histórica

Figura 3.1. Recebidos e Julgados na 2ª Instância (em Milhares de Processos). 1941-2016.

Tabela 3.1. Recebidos e Julgados na 2ª Instância. 1941-2016.

Anos	Recebidos	Julgados
1941-1945	14.956	14.279
1946-1950	23.822	22.863
1951-1955	30.101	31.046
1956-1960	52.764	46.284
1961-1965	79.021	71.352
1966-1970	97.291	100.580
1971-1975	141.209	134.395
1976-1980	213.609	209.376
1981-1985	374.303	363.656
1986-1990	556.652	536.043
1991-1995	1.502.993	1.300.986
1996-2000	1.926.768	2.007.548
2001-2005	2.283.176	2.288.822
2006-2010	3.181.040	3.155.461
2011-2015	3.995.173	3.862.244
2016	957.518	830.844
Total	15.430.396	14.975.779

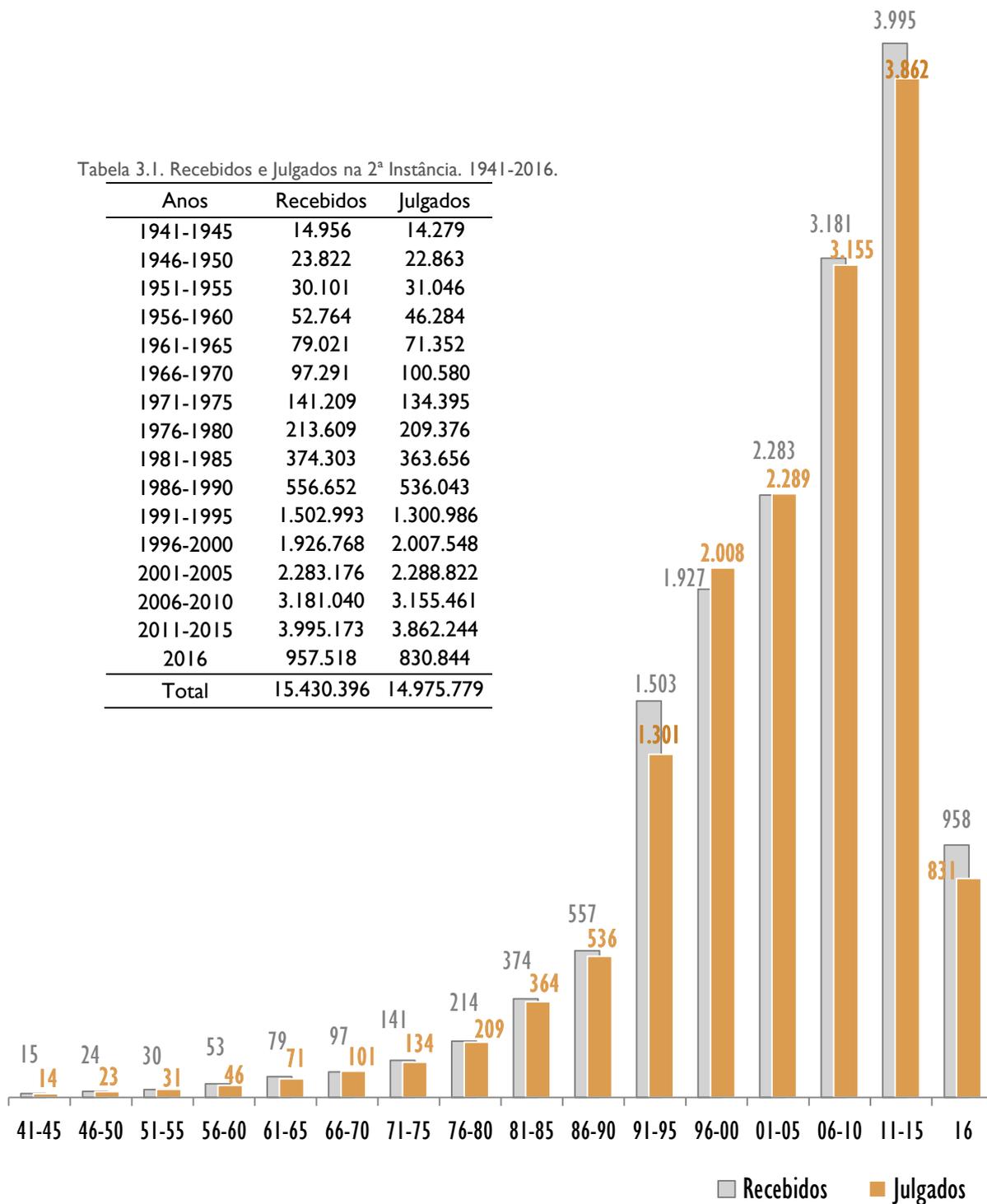
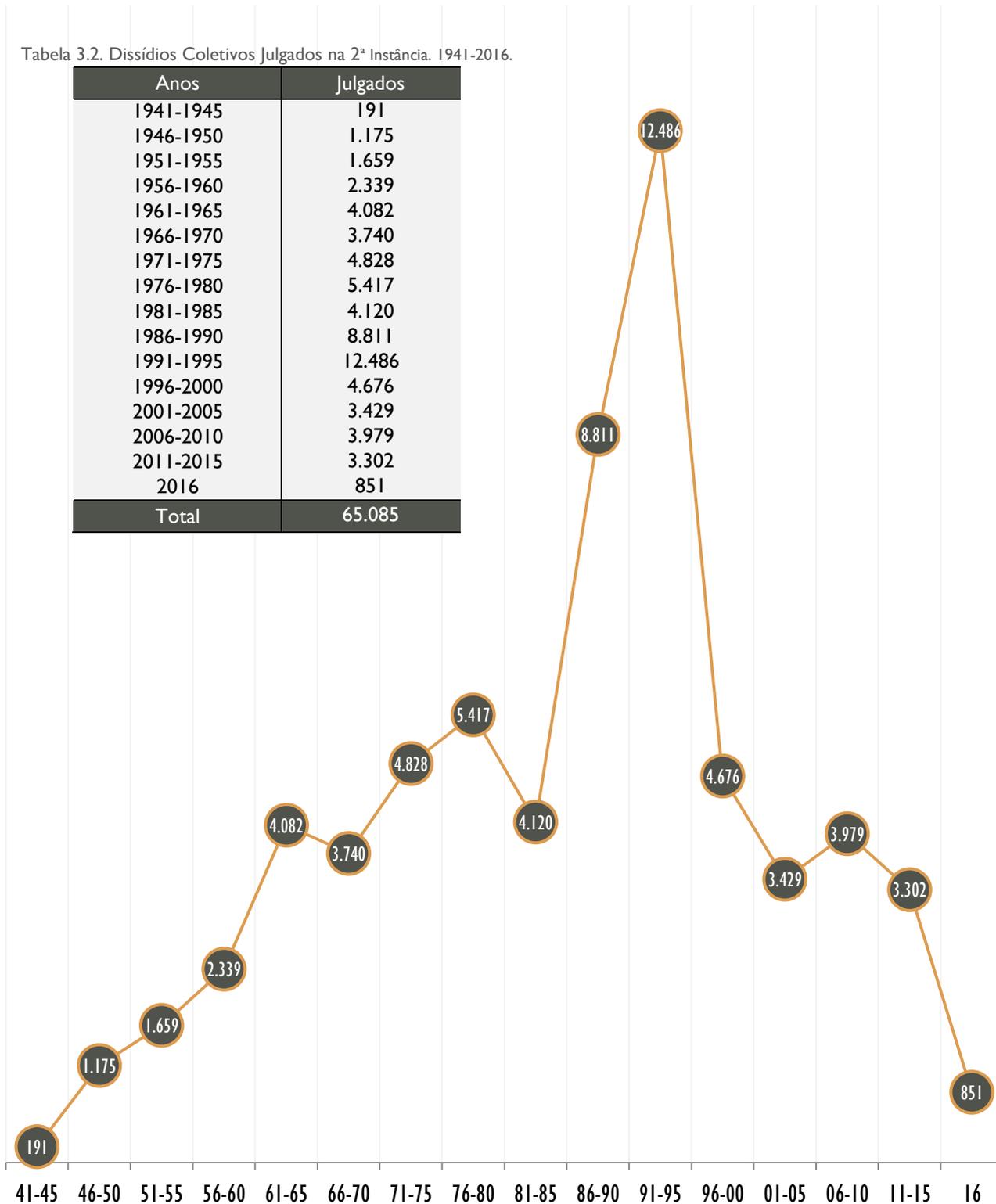


Figura 3.2. Dissídios Coletivos Julgados na 2ª Instância. 1941-2016.

Tabela 3.2. Dissídios Coletivos Julgados na 2ª Instância. 1941-2016.

Anos	Julgados
1941-1945	191
1946-1950	1.175
1951-1955	1.659
1956-1960	2.339
1961-1965	4.082
1966-1970	3.740
1971-1975	4.828
1976-1980	5.417
1981-1985	4.120
1986-1990	8.811
1991-1995	12.486
1996-2000	4.676
2001-2005	3.429
2006-2010	3.979
2011-2015	3.302
2016	851
Total	65.085



3.2. Movimentação Processual

Figura 3.3. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2016.

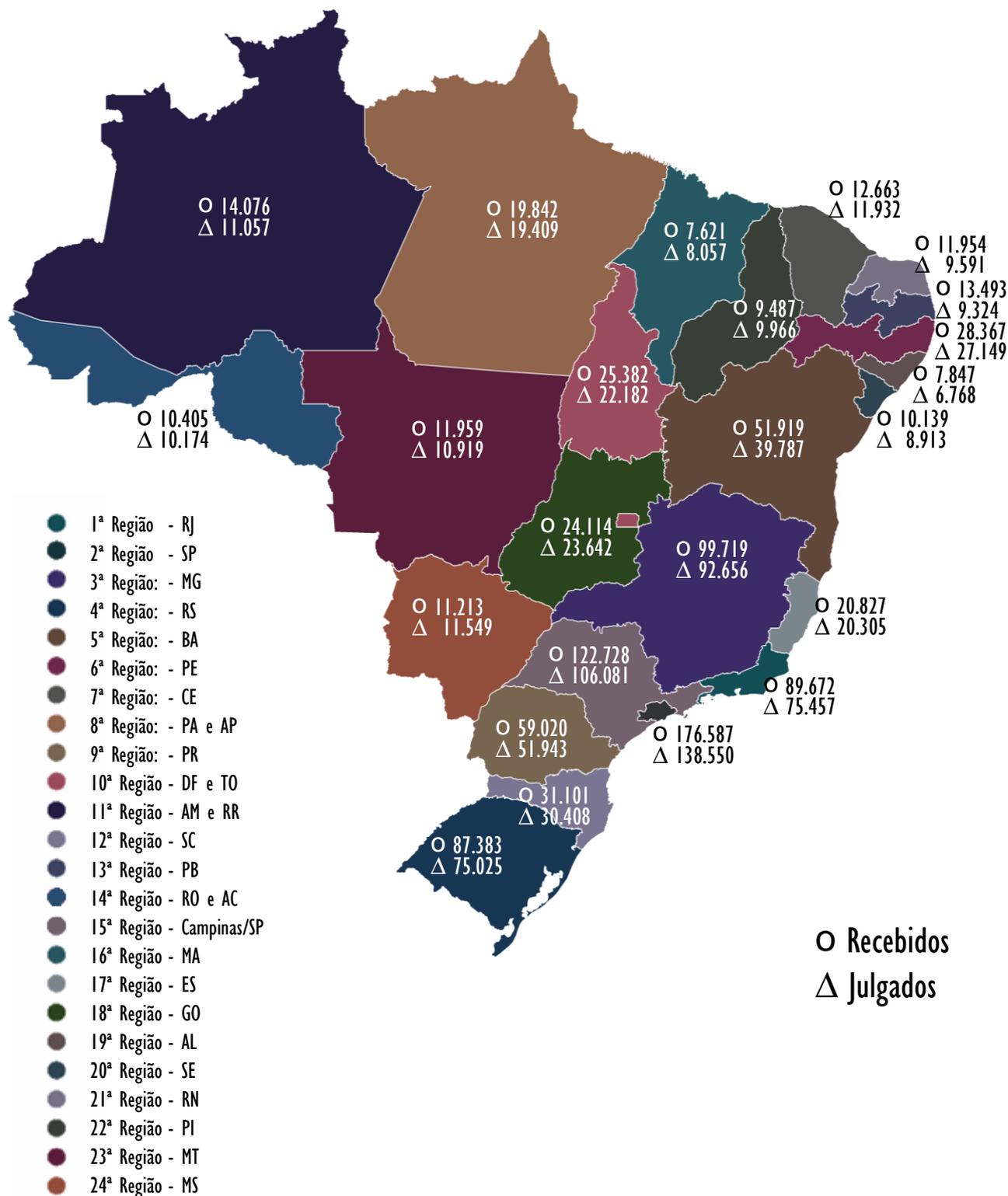


Tabela 3.3. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2016.

TRT	Resíduo de 2015	Recebidos pelos TRTs		Total a Julgar	Julgados		Resíduo de 2016	
		Quantidade	%		Quantidade	%	Quantidade	%
1ª - RJ	28.737	89.672	9,4%	118.409	75.457	9,1%	37.052	10,4%
2ª - SP	49.335	176.587	18,4%	225.922	138.550	16,7%	77.001	21,6%
3ª - MG	13.918	99.719	10,4%	113.637	92.656	11,2%	19.845	5,6%
4ª - RS	19.414	87.383	9,1%	106.797	75.025	9,0%	29.465	8,3%
5ª - BA	20.232	51.919	5,4%	72.151	39.787	4,8%	31.182	8,8%
6ª - PE	4.899	28.367	3,0%	33.266	27.149	3,3%	5.755	1,6%
7ª - CE	4.123	12.663	1,3%	16.786	11.932	1,4%	4.731	1,3%
8ª - PA e AP	4.196	19.842	2,1%	24.038	19.409	2,3%	4.159	1,2%
9ª - PR	19.596	59.020	6,2%	78.616	51.943	6,3%	25.200	7,1%
10ª - DF e TO	7.963	25.382	2,7%	33.345	22.182	2,7%	10.779	3,0%
11ª - AM e RR	5.094	14.076	1,5%	19.170	11.057	1,3%	7.129	2,0%
12ª - SC	8.975	31.101	3,2%	40.076	30.408	3,7%	7.948	2,2%
13ª - PB	4.084	13.493	1,4%	17.577	9.324	1,1%	5.487	1,5%
14ª - RO e AC	1.381	10.405	1,1%	11.786	10.174	1,2%	1.657	0,5%
15ª - Campinas/SP	35.268	122.728	12,8%	157.996	106.081	12,8%	52.070	14,6%
16ª - MA	6.493	7.621	0,8%	14.114	8.057	1,0%	5.216	1,5%
17ª - ES	5.000	20.827	2,2%	25.827	20.305	2,4%	5.693	1,6%
18ª - GO	5.387	24.114	2,5%	29.501	23.642	2,8%	5.623	1,6%
19ª - AL	1.508	7.847	0,8%	9.355	6.768	0,8%	2.509	0,7%
20ª - SE	3.623	10.139	1,1%	13.762	8.913	1,1%	4.827	1,4%
21ª - RN	2.635	11.954	1,2%	14.589	9.591	1,2%	3.688	1,0%
22ª - PI	2.043	9.487	1,0%	11.530	9.966	1,2%	2.004	0,6%
23ª - MT	3.588	11.959	1,2%	15.547	10.919	1,3%	4.446	1,2%
24ª - MS	2.750	11.213	1,2%	13.963	11.549	1,4%	2.636	0,7%
Total	260.242	957.518	100,0%	1.217.760	830.844	100,0%	356.102	100,0%

Figura 3.4. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2016.

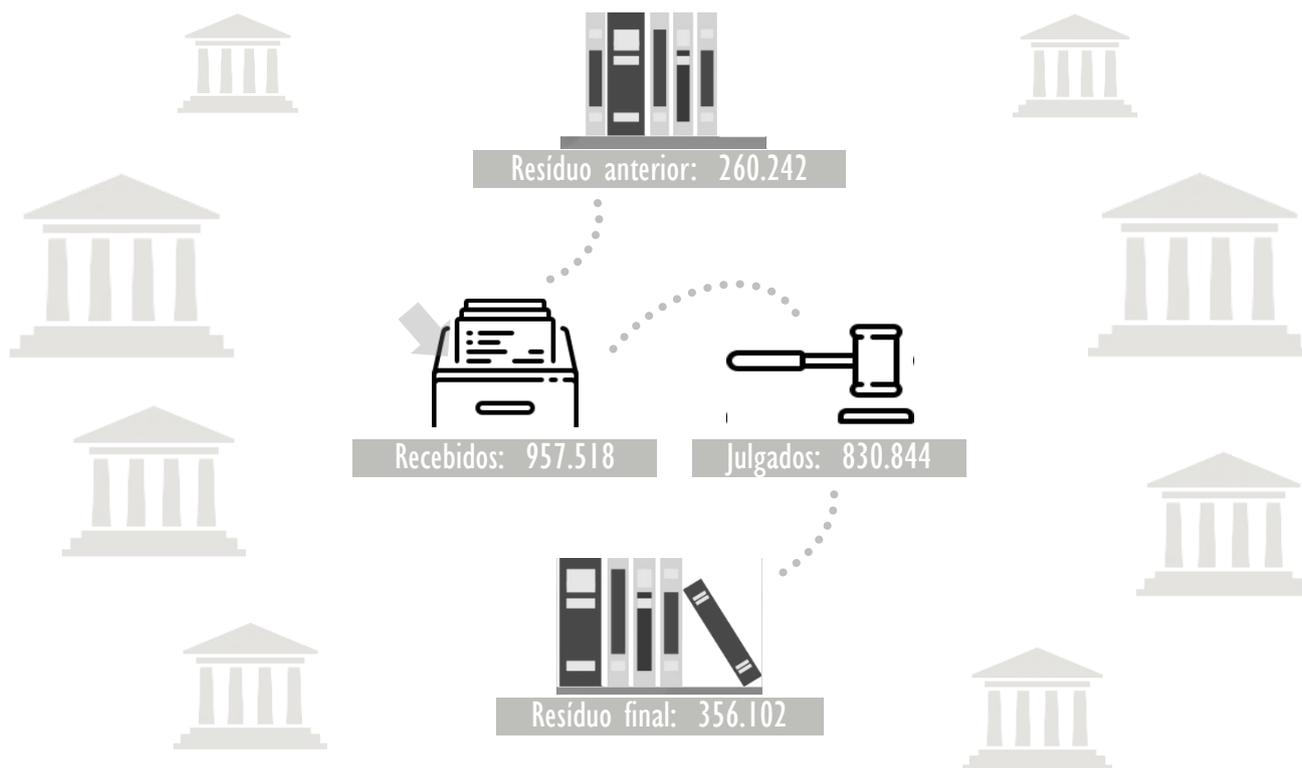


Figura 3.5. Total a Julgar na 2ª Instância. 2016.

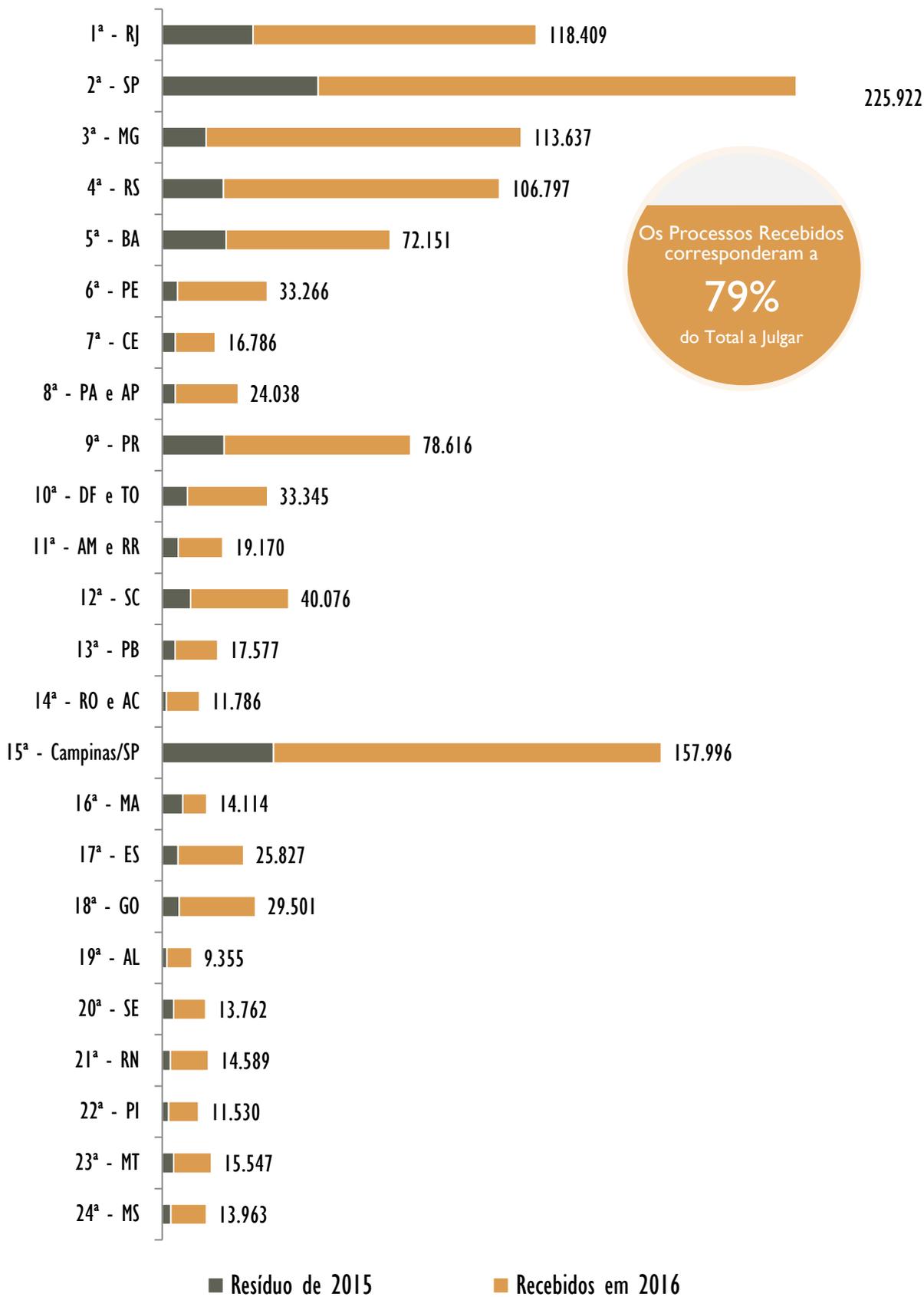


Tabela 3.4. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2016.

TRT	Ações Originárias e Recursos				Recursos Internos	Total
	Casos Novos exceto eletrônicos	Casos Novos eletrônicos	Recebidos para novo julgamento	Subtotal		
1ª - RJ	18.756	54.112	210	73.078	16.594	89.672
2ª - SP	93.109	57.836	385	151.330	25.257	176.587
3ª - MG	26.056	55.808	759	82.623	17.096	99.719
4ª - RS	21.705	51.015	260	72.980	14.403	87.383
5ª - BA	10.562	31.266	499	42.327	9.592	51.919
6ª - PE	3.296	20.577	93	23.966	4.401	28.367
7ª - CE	1.378	9.277	54	10.709	1.954	12.663
8ª - PA e AP	5.243	11.366	48	16.657	3.185	19.842
9ª - PR	3.471	44.198	231	47.900	11.120	59.020
10ª - DF e TO	12.928	7.438	24	20.390	4.992	25.382
11ª - AM e RR	257	11.989	3	12.249	1.827	14.076
12ª - SC	10.380	14.442	750	25.572	5.529	31.101
13ª - PB	16	11.564	6	11.586	1.907	13.493
14ª - RO e AC	378	8.944	1	9.323	1.082	10.405
15ª - Campinas/SP	25.583	77.942	740	104.265	18.463	122.728
16ª - MA	729	5.843	68	6.640	981	7.621
17ª - ES	2.676	12.521	110	15.307	5.520	20.827
18ª - GO	2.936	18.021	80	21.037	3.077	24.114
19ª - AL	732	6.060	10	6.802	1.045	7.847
20ª - SE	595	7.336	11	7.942	2.197	10.139
21ª - RN	323	10.019	6	10.348	1.606	11.954
22ª - PI	66	7.738	5	7.809	1.678	9.487
23ª - MT	175	9.808	44	10.027	1.932	11.959
24ª - MS	910	8.554	22	9.486	1.727	11.213
Total	242.260	553.674	4.419	800.353	157.165	957.518

Figura 3.6. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2016.



Figura 3.7. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2016.

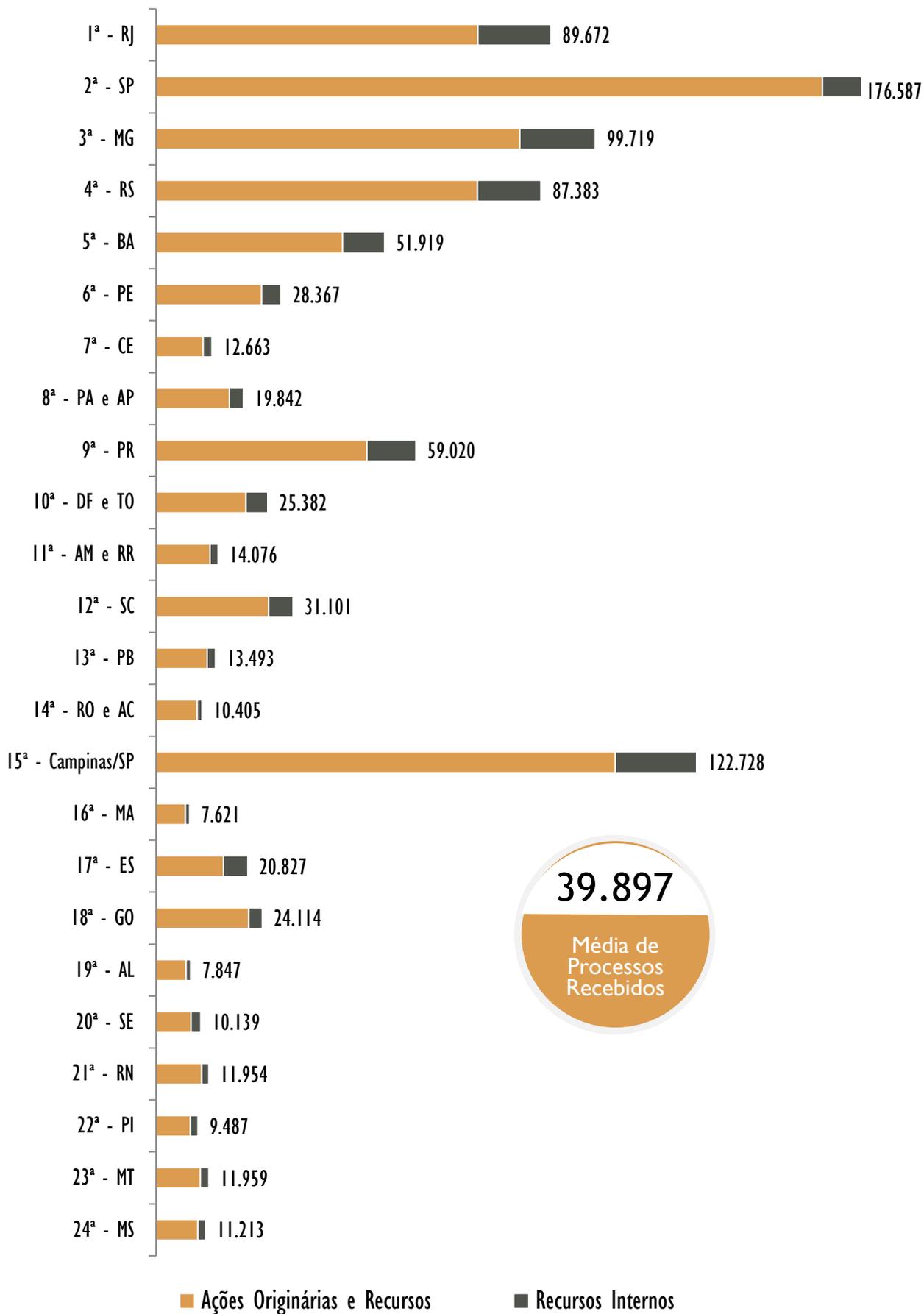


Tabela 3.5. Resíduo na 2ª Instância. 2016.

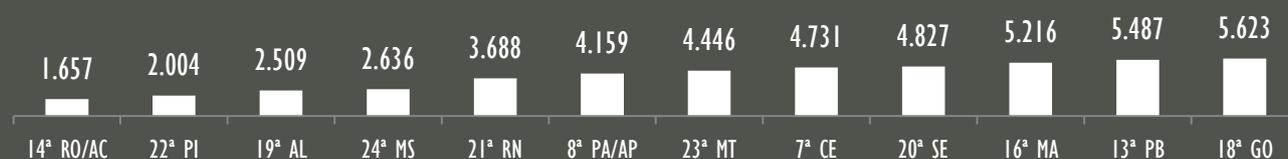
TRT	Pendente de Autuação	Pendentes de Remessa ao MPT	No MPT	Pendentes de Distribuição	Pendentes de Conclusão ao Relator	Com o Relator		
						No Prazo	Prazo Vencido	Suspensos ou Sobrestados
1ª - RJ	104	-	707	695	370	7.215	7.622	590
2ª - SP	56	-	841	22	3.245	12.034	14.475	114
3ª - MG	5	32	505	217	253	8.935	55	1.824
4ª - RS	1	-	234	77	429	15.378	267	176
5ª - BA	-	7	1.034	376	477	12.883	1.436	2.660
6ª - PE	-	-	159	61	74	2.200	369	160
7ª - CE	50	7	98	20	58	1.025	605	6
8ª - PA e AP	31	3	121	105	122	1.518	85	90
9ª - PR	371	-	235	1.166	315	10.330	386	-
10ª - DF e TO	-	1	262	-	87	3.392	1.174	4
11ª - AM e RR	254	-	75	63	76	2.115	3.307	-
12ª - SC	-	-	21	294	1.504	1.051	211	94
13ª - PB	-	-	148	551	38	994	804	178
14ª - RO e AC	19	1	82	6	27	706	387	-
15ª - Campinas/SP	449	1	6.023	154	17.979	6.342	184	1.052
16ª - MA	-	-	189	31	126	511	1.901	11
17ª - ES	62	1	129	14	55	1.742	302	21
18ª - GO	-	-	48	14	75	1.758	1.142	43
19ª - AL	1	-	34	5	44	1.140	535	-
20ª - SE	336	-	66	16	25	1.272	515	-
21ª - RN	-	1	81	13	33	1.068	1.487	1
22ª - PI	-	-	262	169	57	622	83	1
23ª - MT	-	-	74	27	142	1.707	706	9
24ª - MS	22	4	26	7	28	1.050	263	-
Total	1.761	58	11.454	4.103	25.639	96.988	38.301	7.034

Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.8. Resíduo na 2ª Instância. 2016.

14.838

Resíduo Médio



Em Diligência	Com o Revisor		Suspensos ou Sobrestados	Aguardando Pauta	Incluídos em Pauta e Pendentes de Julgamento	Em Vista Regimental		Outros	Total
	No Prazo	Prazo Vencido				No Prazo	Prazo Vencido		
683	-	-	2.196	7.546	6.208	5	2	3.109	37.052
1.747	2.698	1.258	726	17.876	3.614	-	-	18.295	77.001
551	218	-	-	2.769	1.679	-	-	2.802	19.845
502	-	-	-	9.413	1.585	22	-	1.381	29.465
771	-	-	4.762	3.816	975	28	14	1.943	31.182
223	-	-	122	1.165	1.205	-	17	-	5.755
30	385	9	380	917	1.141	-	-	-	4.731
77	2	2	83	564	629	-	-	727	4.159
1.846	1.292	144	1.076	4.329	750	18	7	2.935	25.200
22	63	67	217	1.578	1.110	-	20	2.782	10.779
20	-	1	422	390	231	-	-	175	7.129
85	1	-	-	3.224	1.299	-	6	158	7.948
68	8	3	764	946	985	-	-	-	5.487
-	-	-	3	150	276	-	-	-	1.657
300	-	-	-	16.033	3.540	2	11	-	52.070
126	-	-	84	1.125	912	-	3	197	5.216
72	-	-	177	1.537	953	4	-	624	5.693
268	2	-	474	1.365	430	4	-	-	5.623
10	1	-	87	242	364	3	2	41	2.509
65	3	-	1.207	822	440	-	-	60	4.827
30	-	-	41	359	574	-	-	-	3.688
35	-	-	11	485	145	-	-	134	2.004
112	-	-	-	739	533	-	-	397	4.446
65	36	-	11	983	77	-	-	64	2.636
7.708	4.709	1.484	12.843	78.373	29.655	86	82	35.824	356.102

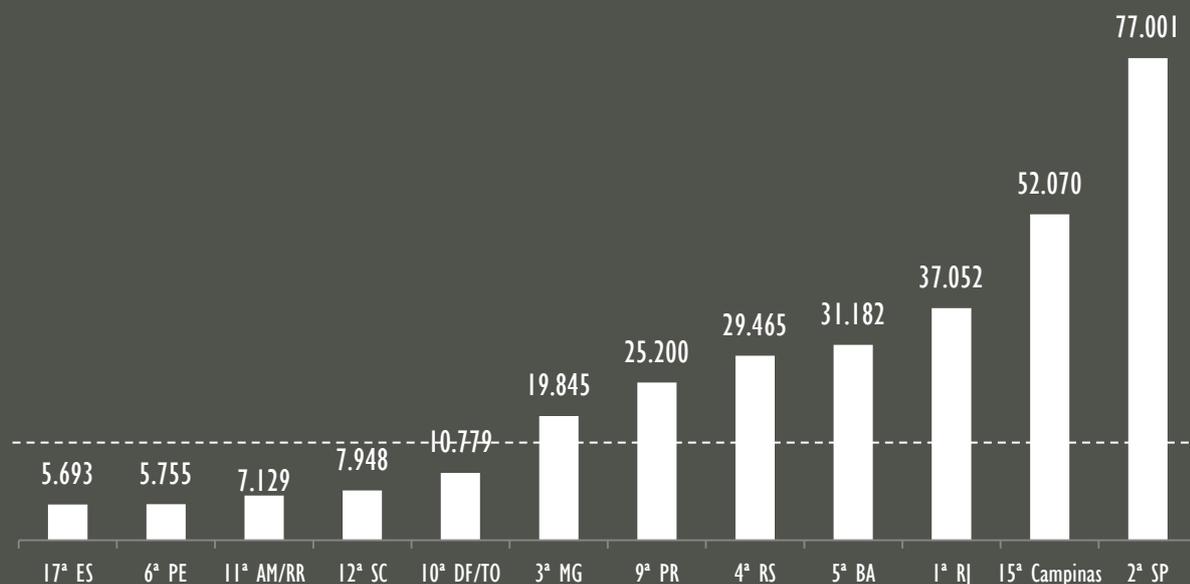


Figura 3.9. Variação Percentual de Recebidos na 2ª Instância. 2014-2016.

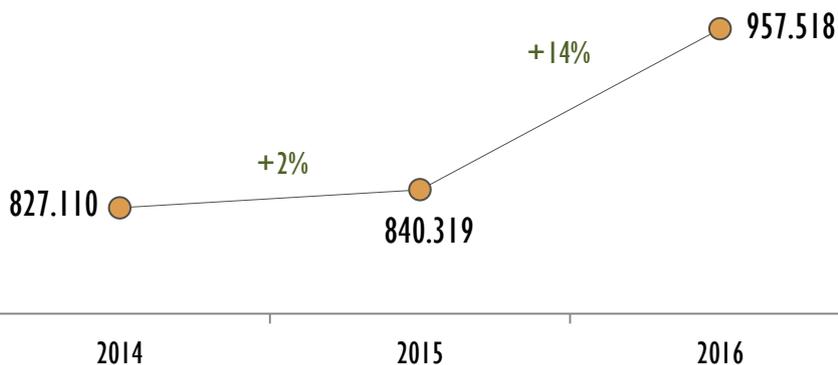


Tabela 3.6. Variação Percentual de Recebidos na 2ª Instância. 2014-2016.

TRT	Recebidos			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
1ª - RJ	78.374	80.239	89.672	+2%	+12%
2ª - SP	141.330	136.403	176.587	-3%	+29%
3ª - MG	93.598	91.807	99.719	-2%	+9%
4ª - RS	73.614	76.234	87.383	+4%	+15%
5ª - BA	49.753	43.860	51.919	-12%	+18%
6ª - PE	25.414	25.386	28.367	-0,1%	+12%
7ª - CE	12.700	11.196	12.663	-12%	+13%
8ª - PA e AP	15.395	16.253	19.842	+6%	+22%
9ª - PR	52.840	53.902	59.020	+2%	+9%

Séries Históricas

TRT

TRT	Recebidos			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
10ª - DF e TO	18.760	20.005	25.382	+7%	+27%
11ª - AM e RR	8.893	14.260	14.076	+60%	-1%
12ª - SC	29.747	28.529	31.101	-4%	+9%
13ª - PB	12.233	11.435	13.493	-7%	+18%
14ª - RO e AC	6.143	8.071	10.405	+31%	+29%
15ª - Campinas/SP	108.456	116.249	122.728	+7%	+6%
16ª - MA	10.012	9.160	7.621	-9%	-17%
17ª - ES	16.321	18.207	20.827	+12%	+14%
18ª - GO	22.566	20.604	24.114	-9%	+17%
19ª - AL	6.121	6.336	7.847	+4%	+24%
20ª - SE	6.399	8.547	10.139	+34%	+19%
21ª - RN	9.771	11.756	11.954	+20%	+2%
22ª - PI	7.626	9.803	9.487	+29%	-3%
23ª - MT	10.955	11.689	11.959	+7%	+2%
24ª - MS	10.089	10.388	11.213	+3%	+8%

TRT



Figura 3.10. Variação Percentual de Casos Novos na 2ª Instância. 2014-2016.

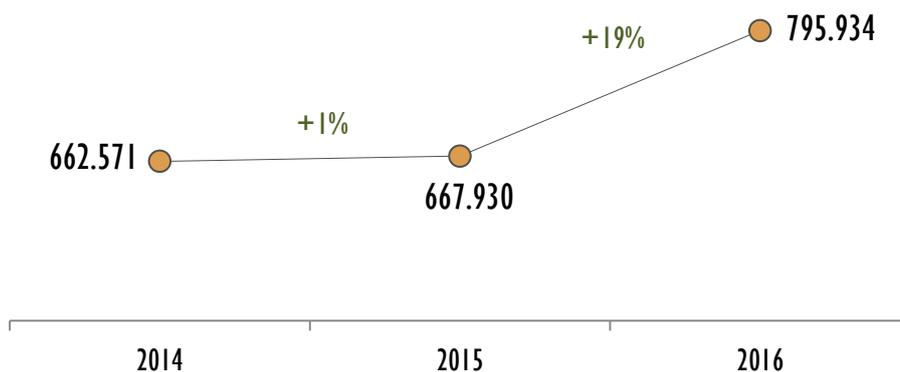


Tabela 3.7. Variação Percentual de Casos Novos na 2ª Instância. 2014-2016.

TRT	Casos Novos			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
1ª - RJ	62.462	63.293	72.868	+1%	+15%
2ª - SP	113.916	106.267	150.945	-7%	+42%
3ª - MG	76.760	72.779	81.864	-5%	+12%
4ª - RS	59.650	61.339	72.720	+3%	+19%
5ª - BA	37.250	34.138	41.828	-8%	+23%
6ª - PE	20.633	20.117	23.873	-3%	+19%
7ª - CE	10.094	9.038	10.655	-10%	+18%
8ª - PA e AP	12.742	13.632	16.609	+7%	+22%
9ª - PR	40.824	42.722	47.669	+5%	+12%

TRT	Casos Novos			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
10ª - DF e TO	13.971	15.722	20.366	+13%	+30%
11ª - AM e RR	7.675	9.937	12.246	+29%	+23%
12ª - SC	23.694	22.170	24.822	-6%	+12%
13ª - PB	9.781	9.178	11.580	-6%	+26%
14ª - RO e AC	5.513	7.006	9.322	+27%	+33%
15ª - Campinas/SP	86.971	93.100	103.525	+7%	+11%
16ª - MA	8.798	7.797	6.572	-11%	-16%
17ª - ES	11.858	13.165	15.197	+11%	+15%
18ª - GO	17.846	17.763	20.957	-0,5%	+18%
19ª - AL	5.090	5.248	6.792	+3%	+29%
20ª - SE	5.329	7.062	7.931	+33%	+12%
21ª - RN	8.462	9.873	10.342	+17%	+5%
22ª - PI	5.446	7.869	7.804	+44%	-1%
23ª - MT	9.376	9.706	9.983	+4%	+3%
24ª - MS	8.430	9.009	9.464	+7%	+5%

TRT



Figura 3.11. Variação Percentual de Julgados na 2ª Instância. 2014-2016.

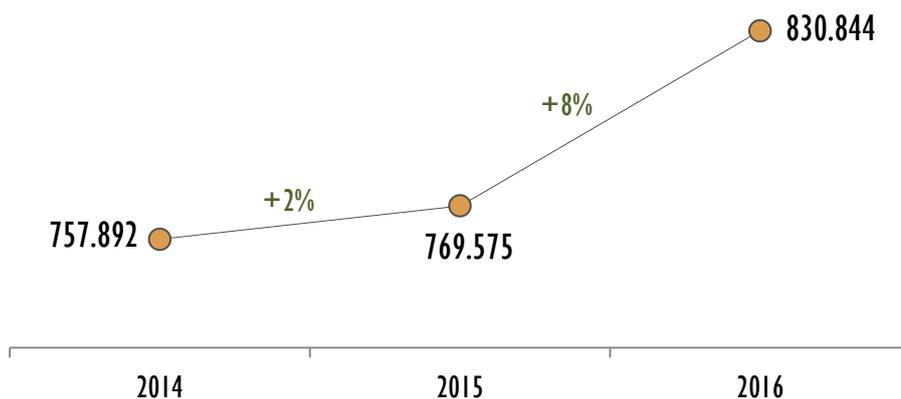


Tabela 3.8. Variação Percentual de Julgados na 2ª Instância. 2014-2016.

TRT	Julgados			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
1ª - RJ	74.122	73.826	75.457	-0,4%	+2%
2ª - SP	108.198	132.953	138.550	+23%	+4%
3ª - MG	87.944	89.570	92.656	+2%	+3%
4ª - RS	71.255	68.339	75.025	-4%	+10%
5ª - BA	49.717	34.342	39.787	-31%	+16%
6ª - PE	23.861	24.520	27.149	+3%	+11%
7ª - CE	12.017	11.148	11.932	-7%	+7%
8ª - PA e AP	11.511	16.393	19.409	+42%	+18%
9ª - PR	48.222	45.121	51.943	-6%	+15%

TRT	Julgados			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
10ª - DF e TO	16.923	16.859	22.182	-0,4%	+32%
11ª - AM e RR	7.555	10.327	11.057	+37%	+7%
12ª - SC	26.456	25.832	30.408	-2%	+18%
13ª - PB	12.917	9.925	9.324	-23%	-6%
14ª - RO e AC	5.514	7.430	10.174	+35%	+37%
15ª - Campinas/SP	104.124	103.680	106.081	-0,4%	+2%
16ª - MA	9.662	9.218	8.057	-5%	-13%
17ª - ES	15.469	16.518	20.305	+7%	+23%
18ª - GO	19.266	19.678	23.642	+2%	+20%
19ª - AL	5.914	6.104	6.768	+3%	+11%
20ª - SE	6.637	7.945	8.913	+20%	+12%
21ª - RN	9.267	10.137	9.591	+9%	-5%
22ª - PI	10.500	9.151	9.966	-13%	+9%
23ª - MT	11.007	11.357	10.919	+3%	-4%
24ª - MS	9.834	9.202	11.549	-6%	+26%

TRT



Figura 3.12. Variação Percentual de Resíduo na 2ª Instância. 2014-2016.

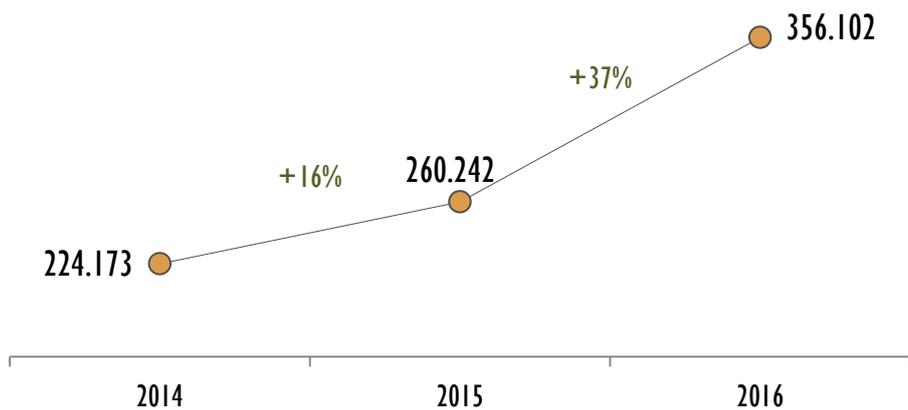


Tabela 3.9. Variação Percentual de Resíduo na 2ª Instância. 2014-2016.

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
1ª - RJ	26.193	28.737	37.052	+10%	+29%
2ª - SP	44.390	49.335	77.001	+11%	+56%
3ª - MG	12.801	13.918	19.845	+9%	+43%
4ª - RS	16.830	19.414	29.465	+15%	+52%
5ª - BA	12.333	20.232	31.182	+64%	+54%
6ª - PE	4.519	4.899	5.755	+8%	+17%
7ª - CE	5.734	4.123	4.731	-28%	+15%
8ª - PA e AP	5.527	4.196	4.159	-24%	-1%
9ª - PR	15.943	19.596	25.200	+23%	+29%

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
10ª - DF e TO	5.464	7.963	10.779	+46%	+35%
11ª - AM e RR	4.437	5.094	7.129	+15%	+40%
12ª - SC	8.070	8.975	7.948	+11%	-11%
13ª - PB	2.581	4.084	5.487	+58%	+34%
14ª - RO e AC	947	1.381	1.657	+46%	+20%
15ª - Campinas/SP	30.588	35.268	52.070	+15%	+48%
16ª - MA	6.884	6.493	5.216	-6%	-20%
17ª - ES	3.562	5.000	5.693	+40%	+14%
18ª - GO	5.363	5.387	5.623	+0,4%	+4%
19ª - AL	1.725	1.508	2.509	-13%	+66%
20ª - SE	2.432	3.623	4.827	+49%	+33%
21ª - RN	1.759	2.635	3.688	+50%	+40%
22ª - PI	1.669	2.043	2.004	+22%	-2%
23ª - MT	2.843	3.588	4.446	+26%	+24%
24ª - MS	1.579	2.750	2.636	+74%	-4%

Tabela 3.10. Média Anual de Recebidos, Julgados e Resíduos por Magistrado. 2016.

TRT	Recebidos	Julgados	Resíduo
1ª - RJ	1.793	1.509	741
2ª - SP	1.962	1.539	856
3ª - MG	2.216	2.059	441
4ª - RS	1.986	1.705	670
5ª - BA	2.077	1.591	1.247
6ª - PE	1.773	1.697	360
7ª - CE	1.055	994	394
8ª - PA e AP	992	970	208
9ª - PR	2.108	1.855	900
10ª - DF e TO	1.692	1.479	719
11ª - AM e RR	1.173	921	594
12ª - SC	2.073	2.027	530
13ª - PB	1.687	1.166	686
14ª - RO e AC	1.734	1.696	276
15ª - Campinas/SP	2.406	2.080	1.021
16ª - MA	1.270	1.343	869
17ª - ES	2.083	2.031	569
18ª - GO	2.010	1.970	469
19ª - AL	1.308	1.128	418
20ª - SE	1.690	1.486	805
21ª - RN	1.494	1.199	461
22ª - PI	1.581	1.661	334
23ª - MT	1.993	1.820	741
24ª - MS	1.869	1.925	439
Média	1.904	1.652	708

Nota: Para cálculo das médias, foram desconsiderados os cargos de direção.

Figura 3.13. Média Anual de Recebidos por Magistrado. 2016.

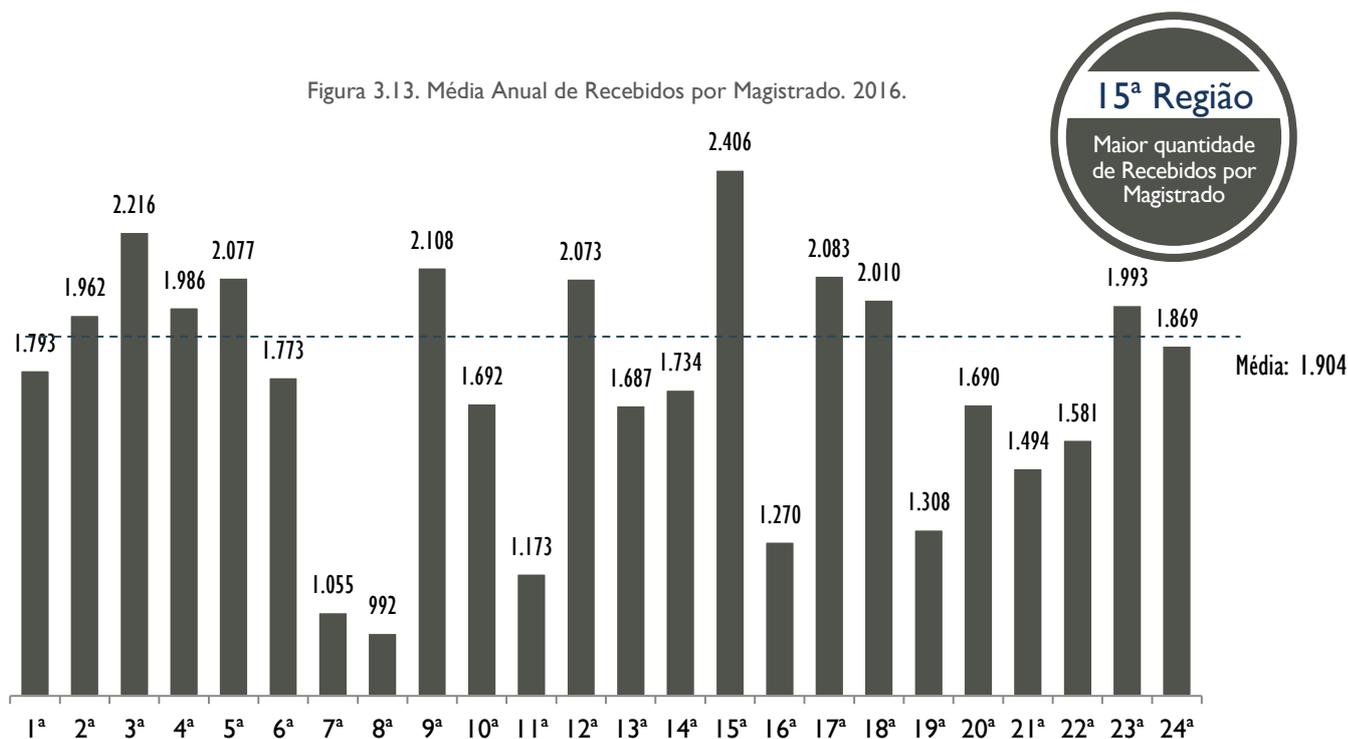




Figura 3.14. Média Anual de Julgados por Magistrado. 2016.

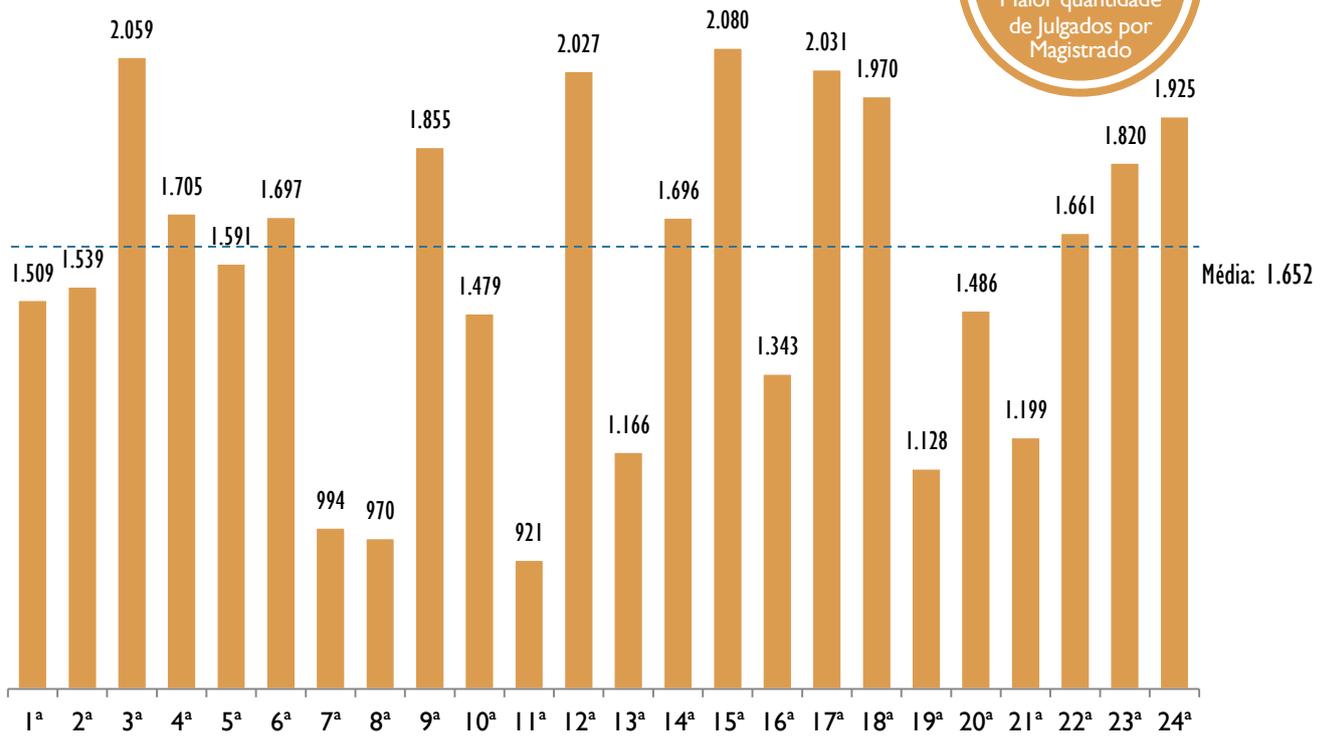
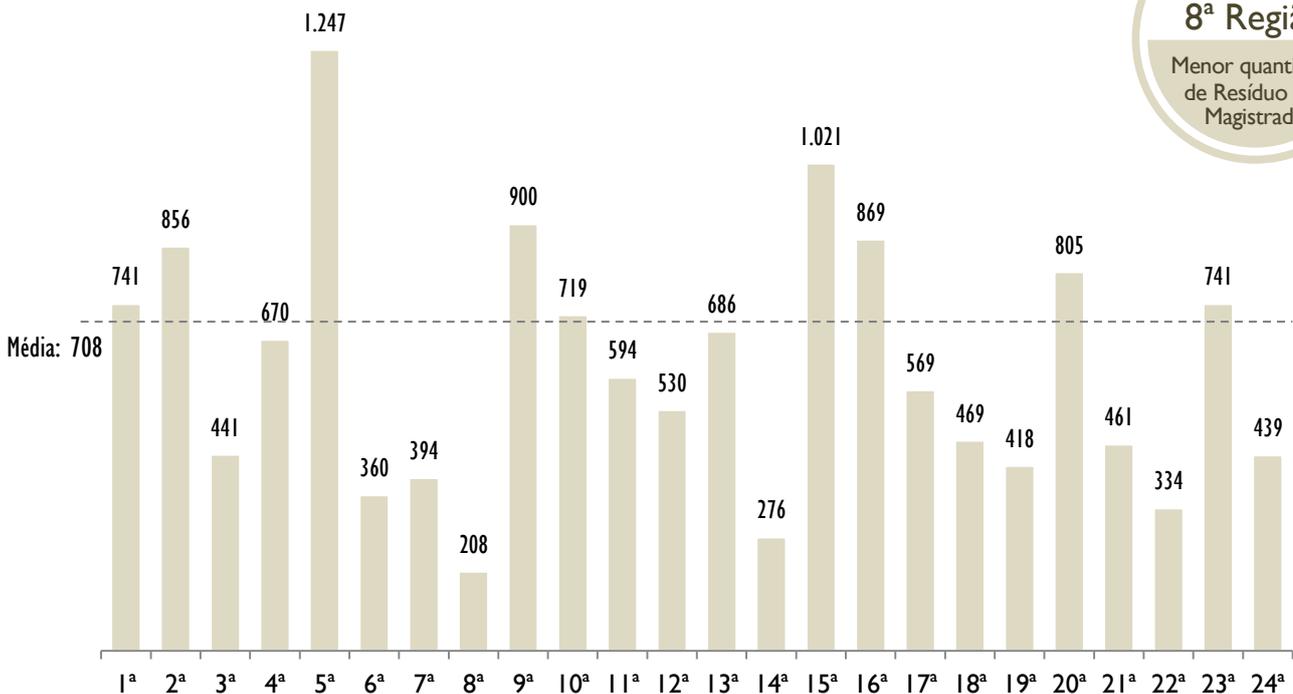


Figura 3.15. Média Anual de Resíduo por Magistrado. 2016.



TRT

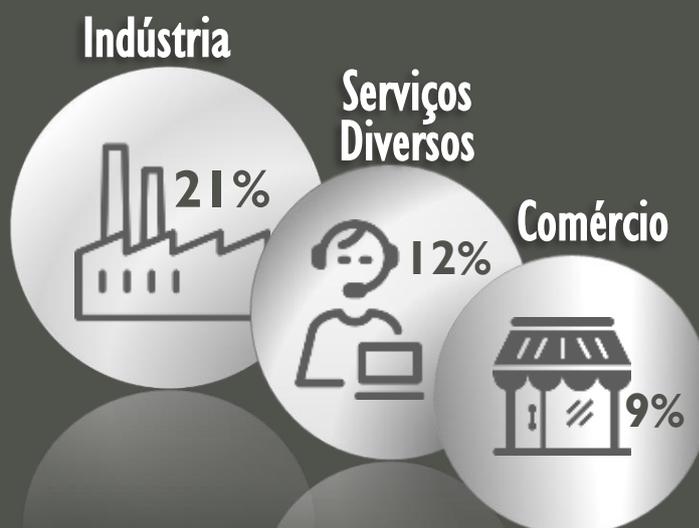
Tabela 3.11. Percentual de Processos Distribuídos por Atividade Econômica. 2016.

Região Judiciária	 Administração Pública	 Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	 Comércio	 Comunicação	 Educação, Cultura e Lazer	 Empresas de Processamento de Dados	 Indústria
1ª - RJ	4,5	0,1	10,8	4,2	2,8	1,2	16,3
2ª - SP	5,9	0,1	11,9	4,0	1,5	0,6	13,5
3ª - MG	5,1	2,0	10,4	3,6	2,2	0,6	24,8
4ª - RS	8,2	0,9	9,9	3,7	2,1	1,0	25,4
5ª - BA	11,4	1,7	10,1	2,8	2,3	0,4	18,8
6ª - PE	5,3	1,9	9,9	2,6	1,4	0,9	21,9
7ª - CE	11,1	0,8	9,2	2,7	1,7	0,9	22,0
8ª - PA e AP	1,9	0,6	6,8	2,2	5,1	0,3	16,1
9ª - PR	8,9	3,9	10,0	5,5	2,2	0,3	22,7
10ª - DF e TO	3,7	0,5	5,0	3,3	1,0	0,6	3,3
11ª - AM e RR	4,1	0,1	4,0	0,9	1,1	0,9	25,7
12ª - SC	3,2	0,7	6,8	2,4	1,1	0,8	16,9
13ª - PB	9,2	0,9	12,9	7,7	1,7	0,6	24,2
14ª - RO e AC	7,3	0,7	3,9	1,0	1,0	0,2	41,9
15ª - Campinas/SP	15,5	5,5	7,0	2,3	2,1	0,4	25,0
16ª - MA	46,1	1,1	5,3	1,6	2,6	0,5	11,2
17ª - ES	4,7	0,4	11,2	2,9	1,9	0,3	22,4
18ª - GO	1,8	3,9	7,1	2,7	1,4	0,6	33,9
19ª - AL	10,7	2,0	13,6	3,0	1,5	0,6	21,1
20ª - SE	8,0	1,5	9,7	7,0	1,0	0,7	23,4
21ª - RN	6,3	0,8	7,7	4,1	1,0	0,4	25,8
22ª - PI	37,9	1,2	2,6	1,6	2,9	0,4	8,7
23ª - MT	2,6	4,3	8,3	2,0	1,3	0,3	40,5
24ª - MS	1,1	5,8	6,8	1,7	1,6	1,1	48,4
Total	8,0	1,8	9,4	3,4	2,0	0,6	20,9

Notas: 1) Os percentuais foram calculados em relação aos Casos Novos;

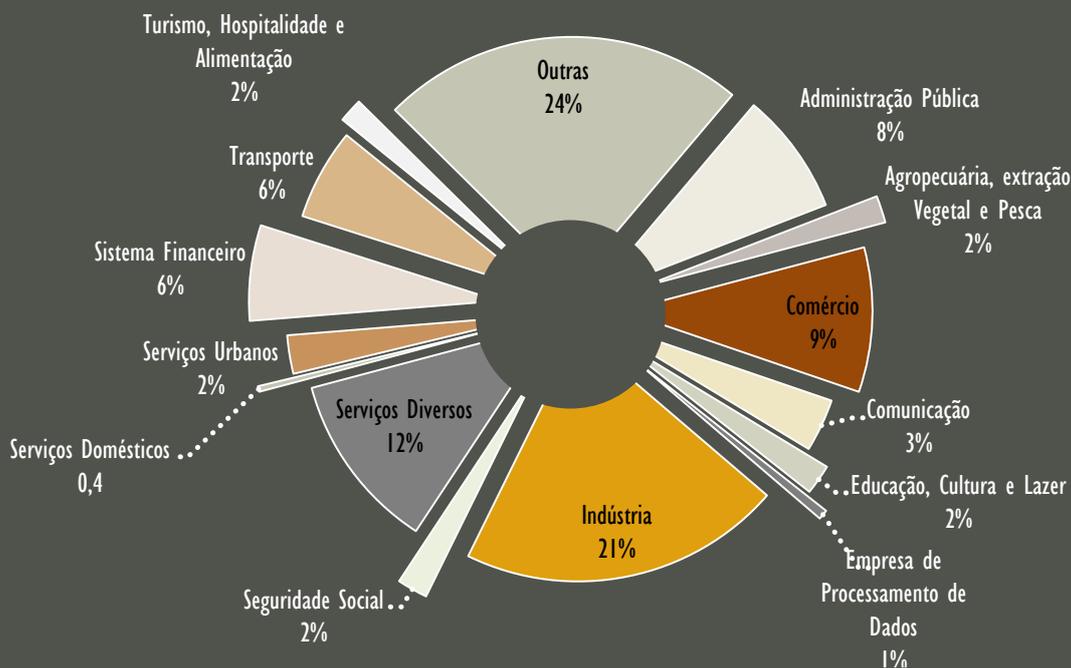
2) Os percentuais em destaque indicam a atividade econômica de maior incidência em cada Região Judiciária.

Figura 3.16. Atividades Econômicas de Maior Incidência na 2ª Instância. 2016.



60+	Seguridade Social	Serviços Diversos	Serviços Domésticos	Serviços Urbanos	Sistema Financeiro	Transporte	Turismo, Hospitalidade e Alimentação	Outras	Total
2,6	16,7	0,5	3,4	6,8	7,7	1,9	20,5	100,0	
2,0	8,7	0,2	1,1	6,0	7,7	2,5	34,2	100,0	
1,7	8,9	0,4	2,0	11,2	7,4	1,2	18,5	100,0	
4,4	12,9	0,5	3,7	6,7	4,6	1,2	14,7	100,0	
2,8	18,6	0,3	2,4	7,3	4,7	1,5	14,9	100,0	
1,0	14,7	0,4	4,4	10,2	6,0	1,0	18,5	100,0	
1,9	12,2	0,6	2,0	9,8	2,8	2,8	19,5	100,0	
0,6	11,6	0,4	4,1	2,8	5,4	1,0	41,3	100,0	
2,9	11,5	0,3	3,0	7,0	7,1	1,4	13,4	100,0	
0,2	4,2	0,2	1,4	2,7	1,8	0,4	71,7	100,0	
0,6	20,2	0,3	9,1	3,3	7,9	0,8	21,0	100,0	
0,6	6,4	0,3	1,6	3,1	2,7	1,9	51,5	100,0	
1,7	13,3	0,9	4,5	9,4	3,5	1,4	8,0	100,0	
0,2	16,0	0,3	2,9	2,4	4,5	0,4	17,3	100,0	
1,5	12,0	0,4	1,5	3,7	4,2	1,3	17,6	100,0	
0,9	10,0	0,4	1,6	2,8	2,4	0,6	12,9	100,0	
2,3	17,4	0,5	1,9	6,0	8,0	1,7	18,5	100,0	
0,5	7,8	0,4	3,0	3,6	6,9	1,1	25,4	100,0	
0,9	10,2	0,4	3,7	8,6	3,4	1,4	18,9	100,0	
2,6	11,1	0,4	3,4	4,6	6,9	1,2	18,4	100,0	
0,9	12,3	0,4	6,9	5,2	4,2	2,4	21,5	100,0	
0,7	5,2	0,4	6,1	4,3	1,3	0,4	26,6	100,0	
1,6	12,0	0,3	1,6	4,8	7,5	1,3	11,6	100,0	
0,6	7,2	0,3	1,5	3,0	6,4	0,8	13,6	100,0	
2,0	11,6	0,4	2,5	6,2	5,9	1,6	23,7	100,0	

Figura 3.17. Percentual de Processos Distribuídos por Atividade Econômica. 2016.

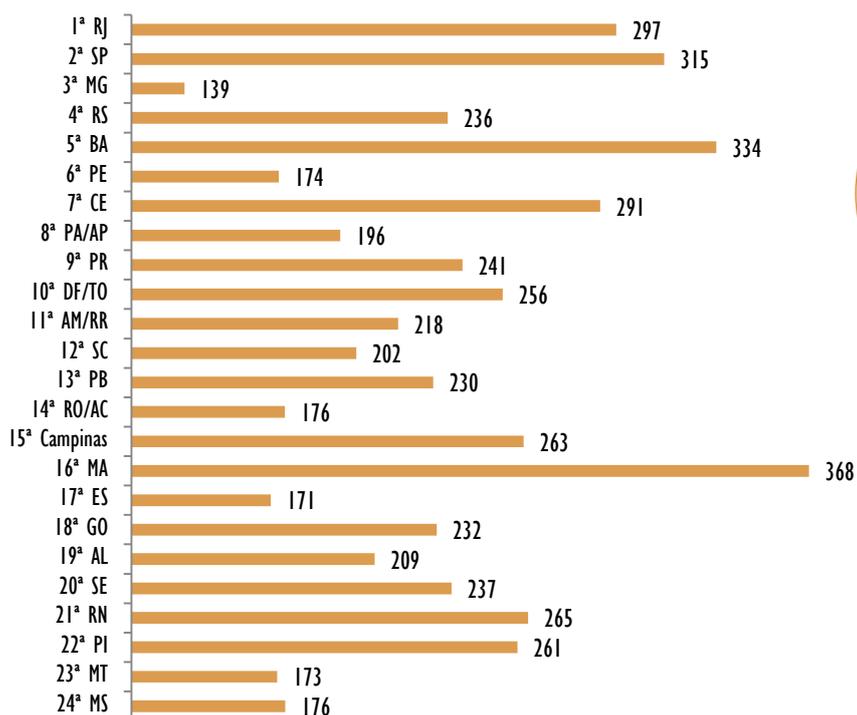


3.3. Prazos

Tabela 3.12. Prazos Médios da Autuação até o Julgamento, até a Publicação do Acórdão e até a Baixa (em Dias). 2016.

TRT	Da Autuação até o Julgamento			Do Julgamento até a Publicação do Acórdão	Da Autuação até a Baixa		
	Ações Originárias	Recursos	Média		Ações Originárias	Recursos	Total
1ª - RJ	240,7	135,1	137,8	22,0	517,4	289,5	297,3
2ª - SP	83,9	105,6	105,2	12,1	452,0	308,0	314,8
3ª - MG	31,1	72,2	71,2	8,9	172,2	138,6	139,3
4ª - RS	133,2	118,8	119,2	7,6	302,7	232,1	235,6
5ª - BA	130,4	170,2	168,9	10,4	288,1	335,8	333,9
6ª - PE	45,0	83,3	80,5	8,3	257,4	170,8	173,8
7ª - CE	114,8	127,3	126,7	14,9	274,2	292,2	291,4
8ª - PA e AP	83,6	102,0	100,6	10,7	320,7	187,7	196,3
9ª - PR	165,4	146,8	147,3	18,3	289,3	238,4	241,0
10ª - DF e TO	111,4	136,5	136,0	16,3	326,4	253,1	255,7
11ª - AM e RR	42,6	163,5	138,2	8,0	276,3	213,6	217,5
12ª - SC	2.360,2	122,1	158,0	18,4	267,7	199,4	202,2
13ª - PB	65,5	172,9	170,8	41,7	314,4	227,5	230,4
14ª - RO e AC	36,6	111,3	94,2	8,9	151,4	177,5	176,1
15ª - Campinas/SP	123,2	136,1	135,7	15,5	324,4	260,9	263,4
16ª - MA	173,7	305,5	294,5	23,9	465,6	362,6	367,8
17ª - ES	95,8	105,9	105,5	13,4	212,2	168,8	171,0
18ª - GO	75,7	105,3	104,2	11,8	279,5	229,6	231,6
19ª - AL	50,7	106,0	100,4	9,2	280,0	205,6	208,9
20ª - SE	118,9	138,7	137,8	16,4	220,9	238,2	237,0
21ª - RN	68,7	110,6	108,3	10,6	243,3	266,4	265,0
22ª - PI	173,4	82,9	86,3	10,5	370,9	256,7	261,1
23ª - MT	120,7	124,7	124,6	14,1	351,0	161,9	173,3
24ª - MS	55,3	109,8	107,5	8,4	176,9	176,3	176,3
Total	192,2	124,5	126,5	13,6	319,9	239,8	243,2

Figura 3.18. Prazo Médio da Autuação até a Baixa (em Dias). 2016.



3.4. Valores Arrecadados

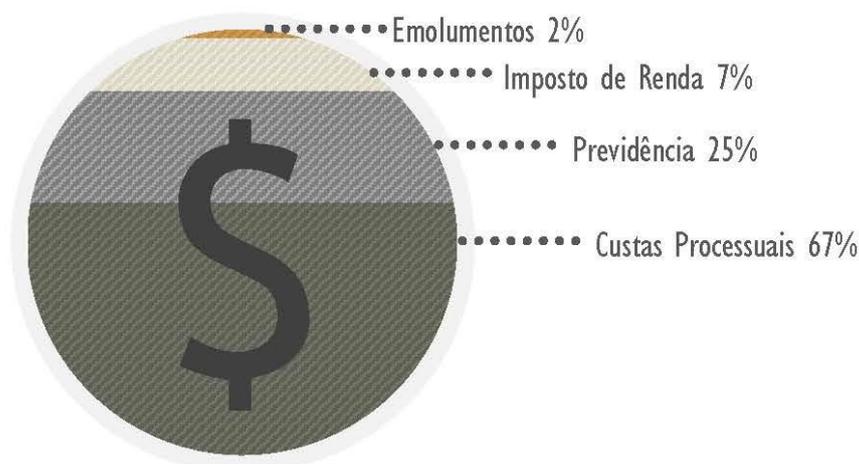
Tabela 3.13. Arrecadação em Reais na 2ª Instância. 2016.

TRT	Custas Processuais	Emolumentos	Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Total
1ª - RJ	1.172.695,94	56.135,03	12.160,35	-	1.240.991,32
2ª - SP	88.469,66	-	-	-	88.469,66
3ª - MG	14.578.957,46	601.769,71	2.918.620,54	1.850.700,06	19.950.047,77
4ª - RS	2.897.647,49	8.183,17	220.852,30	1.076.786,25	4.203.469,21
5ª - BA	2.181.201,82	20,00	-	-	2.181.221,82
6ª - PE	172.632,41	5,53	-	-	172.637,94
7ª - CE	19.932,79	1.620,56	-	-	21.553,35
8ª - PA e AP	1.400.684,97	8.074,64	-	-	1.408.759,61
9ª - PR	1.258.099,93	4.358,47	-	-	1.262.458,40
10ª - DF e TO	15.303,60	-	-	-	15.303,60
11ª - AM e RR	529.933,00	237,92	-	-	530.170,92
12ª - SC	579.826,03	66,58	-	-	579.892,61
13ª - PB	103.295,06	-	-	-	103.295,06
14ª - RO e AC	162.194,53	55,35	-	-	162.249,88
15ª - Campinas/SP	2.408.253,36	422,13	-	-	2.408.675,49
16ª - MA	9.785,06	-	-	-	9.785,06
17ª - ES	634.761,52	11,06	-	-	634.772,58
18ª - GO	6.749,74	4.051,50	-	-	10.801,24
19ª - AL	278.108,99	-	-	-	278.108,99
20ª - SE	214.411,21	-	-	-	214.411,21
21ª - RN	29.183,86	-	33.079,30	1.528,37	63.791,53
22ª - PI	129.772,70	4.000,00	7.481.595,44	213.846,69	7.829.214,83
23ª - MT	13.437,35	-	-	-	13.437,35
24ª - MS	20.004,13	-	32.518,02	-	52.522,15
Total	28.905.342,61	689.011,65	10.698.825,95	3.142.861,37	43.436.041,58

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.19. Percentual de Arrecadação na 2ª Instância. 2016.



3.5. Presidência

Figura 3.20. Dissídios Coletivos Recebidos e Julgados na 2ª Instância. 2014-2016

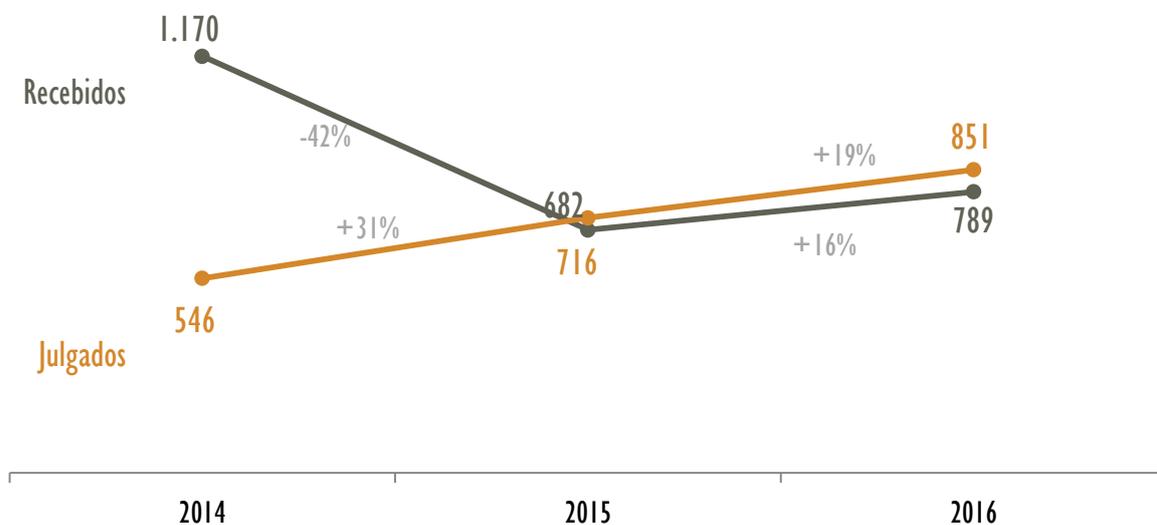


Tabela 3.14. Dissídios Coletivos na 2ª Instância. 2016.

TRT	Recebidos	Audiências	Julgados
1ª - RJ	31	-	156
2ª - SP	275	315	237
3ª - MG	22	-	21
4ª - RS	111	123	94
5ª - BA	30	39	30
6ª - PE	10	16	9
7ª - CE	7	21	19
8ª - PA e AP	34	-	14
9ª - PR	19	48	18
10ª - DF e TO	18	50	17
11ª - AM e RR	10	12	4
12ª - SC	42	6	28
13ª - PB	2	3	2
14ª - RO e AC	4	1	5
15ª - Campinas/SP	93	129	116
16ª - MA	2	4	8
17ª - ES	34	-	26
18ª - GO	13	-	17
19ª - AL	5	11	5
20ª - SE	2	1	3
21ª - RN	12	10	12
22ª - PI	10	9	6
23ª - MT	2	-	2
24ª - MS	1	3	2
Total	789	801	851

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

3.6. Recursos de Competência do TST

Tabela 3.15. Recursos Remetidos ao TST. 2016.

TRT	Recurso de Revista	Recurso Ordinário	Reexame Necessário	Agravo de Instrumento	Total	
					Quantidade	%
1ª - RJ	1.037	84	-	10.020	11.141	6,7%
2ª - SP	744	180	-	24.295	25.219	15,2%
3ª - MG	3.188	133	-	15.586	18.907	11,4%
4ª - RS	7.196	10	-	14.628	21.834	13,1%
5ª - BA	1.115	139	1	6.360	7.615	4,6%
6ª - PE	440	58	-	4.839	5.337	3,2%
7ª - CE	238	47	-	1.594	1.879	1,1%
8ª - PA e AP	755	86	-	4.111	4.952	3,0%
9ª - PR	1.371	84	-	5.279	6.734	4,1%
10ª - DF e TO	249	5	-	4.402	4.656	2,8%
11ª - AM e RR	110	30	-	2.715	2.855	1,7%
12ª - SC	1.858	4	-	3.600	5.462	3,3%
13ª - PB	132	36	-	1.560	1.728	1,0%
14ª - RO e AC	111	20	-	3.122	3.253	2,0%
15ª - Campinas/SP	2.961	299	-	19.681	22.941	13,8%
16ª - MA	266	12	-	475	753	0,5%
17ª - ES	1.302	116	-	2.637	4.055	2,4%
18ª - GO	375	47	-	5.166	5.588	3,4%
19ª - AL	183	21	-	949	1.153	0,7%
20ª - SE	319	28	-	1.692	2.039	1,2%
21ª - RN	330	84	-	1.914	2.328	1,4%
22ª - PI	76	80	-	3.059	3.215	1,9%
23ª - MT	97	10	-	52	159	0,1%
24ª - MS	205	23	-	2.189	2.417	1,5%
Total	24.658	1.636	1	139.925	166.220	100,0%

Nota: Símbol convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.21. Recursos Remetidos ao TST. 2016.

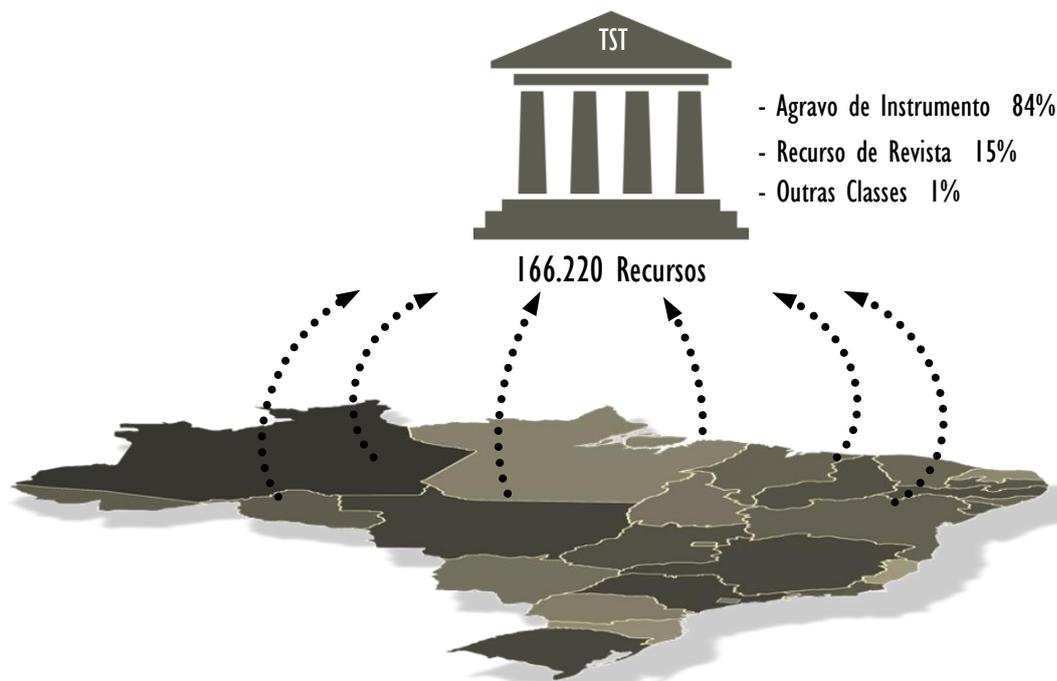


Tabela 3.16. Despachos da Presidência em Recursos de Revista de Competência do TST. 2016.

TRT	RRs Despachados nos TRTs						
	Baixados	% ¹	Não Admitidos	% ¹	Admitidos	% ¹	Total
1ª - RJ	276	1,5%	16.847	92,8%	1.037	5,7%	18.160
2ª - SP	355	1,0%	33.099	96,8%	744	2,2%	34.198
3ª - MG	397	1,4%	25.047	87,5%	3.188	11,1%	28.632
4ª - RS	781	3,7%	13.203	62,3%	7.196	34,0%	21.180
5ª - BA	1.208	11,1%	8.608	78,7%	1.115	10,2%	10.931
6ª - PE	59	0,8%	6.961	93,3%	440	5,9%	7.460
7ª - CE	117	3,4%	3.127	89,8%	238	6,8%	3.482
8ª - PA e AP	107	1,7%	5.554	86,6%	755	11,8%	6.416
9ª - PR	207	2,1%	8.304	84,0%	1.371	13,9%	9.882
10ª - DF e TO	22	0,3%	7.481	96,5%	249	3,2%	7.752
11ª - AM e RR	17	0,5%	3.596	96,6%	110	3,0%	3.723
12ª - SC	-	-	7.816	80,8%	1.858	19,2%	9.674
13ª - PB	53	1,5%	3.361	94,8%	132	3,7%	3.546
14ª - RO e AC	176	3,3%	5.093	94,7%	111	2,1%	5.380
15ª - Campinas/SP	792	2,4%	29.086	88,6%	2.961	9,0%	32.839
16ª - MA	19	2,7%	412	59,1%	266	38,2%	697
17ª - ES	188	3,1%	4.606	75,6%	1.302	21,4%	6.096
18ª - GO	542	6,6%	7.245	88,8%	375	4,6%	8.162
19ª - AL	2	0,1%	1.714	90,3%	183	9,6%	1.899
20ª - SE	42	1,8%	2.017	84,8%	319	13,4%	2.378
21ª - RN	152	2,7%	5.065	91,3%	330	5,9%	5.547
22ª - PI	114	2,3%	4.743	96,1%	76	1,5%	4.933
23ª - MT	46	1,4%	3.109	95,6%	97	3,0%	3.252
24ª - MS	347	8,0%	3.787	87,3%	205	4,7%	4.339
Total	6.019	2,5%	209.881	87,2%	24.658	10,3%	240.558

Notas: 1) %¹: Percentual calculado sobre o total de RR despachados em cada TRT.

2) Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.22. Percentual de Recursos de Revista Admitidos na 2ª Instância. 2016.

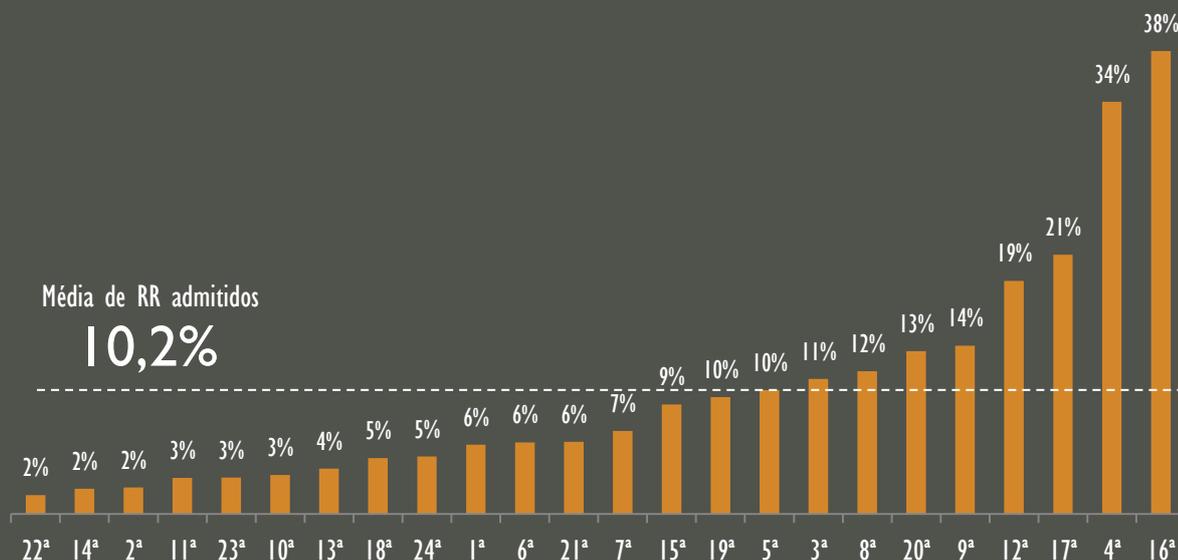


Tabela 3.17. Agravos de Instrumento em Recursos de Revista interpostos ao TST, 2016.

TRT de Origem	RRs não Admitidos	AIRRs Recebidos no TST*	% ¹	AIRRs Providos no TST*	% ²
1ª - RJ	16.847	14.712	87,3%	1.067	7,3%
2ª - SP	33.099	23.425	70,8%	2.324	9,9%
3ª - MG	25.047	15.317	61,2%	758	4,9%
4ª - RS	13.203	11.069	83,8%	1.163	10,5%
5ª - BA	8.608	6.960	80,9%	573	8,2%
6ª - PE	6.961	4.645	66,7%	211	4,5%
7ª - CE	3.127	2.809	89,8%	164	5,8%
8ª - PA e AP	5.554	3.444	62,0%	261	7,6%
9ª - PR	8.304	5.678	68,4%	602	10,6%
10ª - DF e TO	7.481	4.885	65,3%	380	7,8%
11ª - AM e RR	3.596	3.559	99,0%	206	5,8%
12ª - SC	7.816	5.811	74,3%	371	6,4%
13ª - PB	3.361	2.421	72,0%	184	7,6%
14ª - RO e AC	5.093	2.180	42,8%	66	3,0%
15ª - Campinas/SP	29.086	20.731	71,3%	1.483	7,2%
16ª - MA	412	477	115,8%	26	5,5%
17ª - ES	4.606	3.096	67,2%	181	5,8%
18ª - GO	7.245	6.197	85,5%	175	2,8%
19ª - AL	1.714	1.166	68,0%	72	6,2%
20ª - SE	2.017	1.555	77,1%	116	7,5%
21ª - RN	5.065	4.823	95,2%	337	7,0%
22ª - PI	4.743	3.552	74,9%	160	4,5%
23ª - MT	3.109	2.693	86,6%	143	5,3%
24ª - MS	3.787	2.104	55,6%	111	5,3%
Total	209.881	153.309	73,0%	11.134	7,3%

Notas: 1) *: Dados informados pela Seção de Acompanhamento Estatístico do TST.
 2) %¹: Percentual calculado sobre o total de RRs não admitidos em cada TRT.
 3) %²: Percentual calculado sobre o total de AIRRs recebidos de cada TRT.

Figura 3.23. Agravos de Instrumento em Recursos de Revista Providos no TST, 2016.

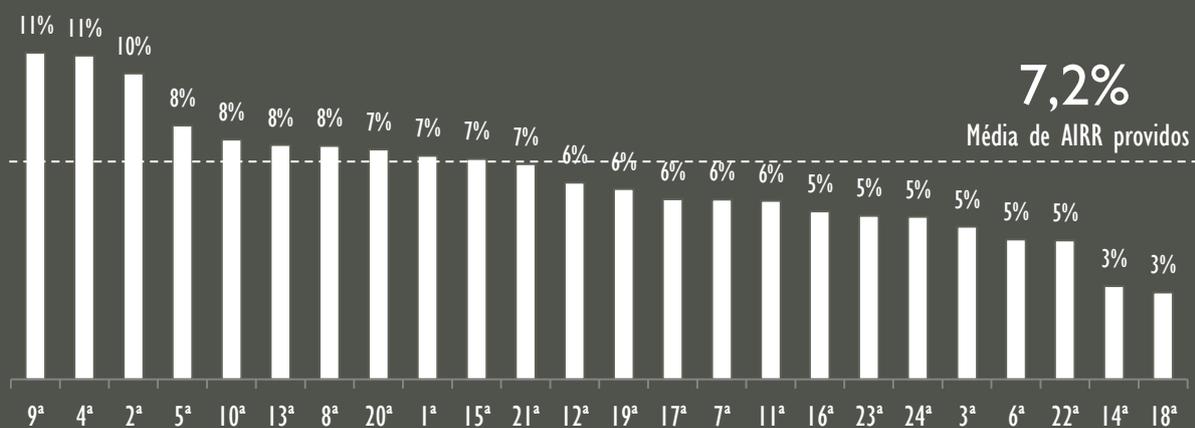
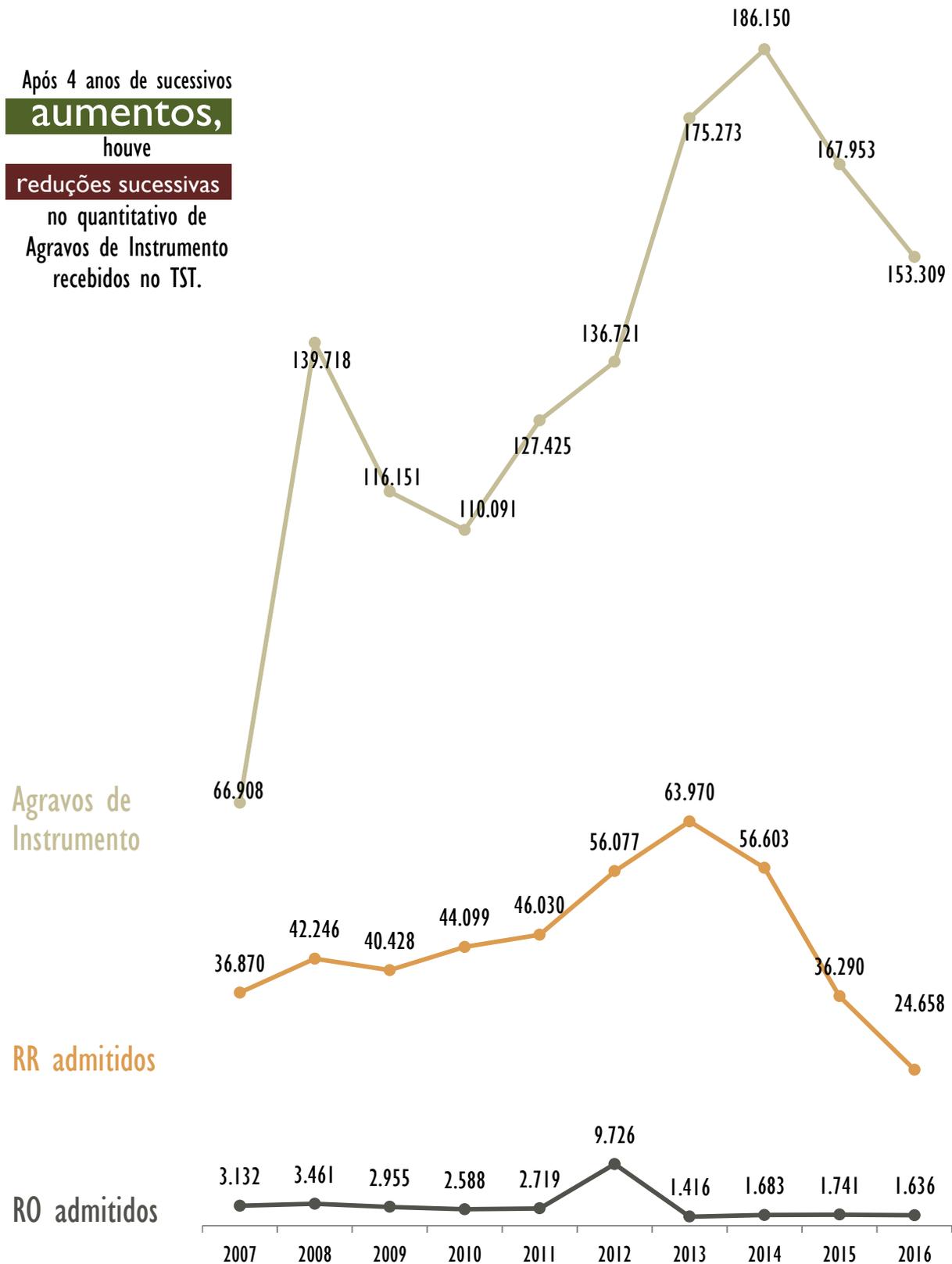


Figura 3.24. Série Histórica de Recursos Recebidos no TST. 2006-2016.



3.7. Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

Tabela 3.18. Precatórios e Requisição de Pequeno Valor na 2ª Instância, 2016.

TRT	Recebidos			Quitados			Pendentes de Quitação		
	Precatórios	RPV	Total	Precatórios	RPV	Total	Precatórios	RPV	Total
1ª - RJ	1.069	434	1.503	360	262	622	2.704	95	2.799
2ª - SP	3.311	106	3.417	782	55	837	7.334	438	7.772
3ª - MG	852	516	1.368	226	310	536	1.578	72	1.650
4ª - RS	1.599	395	1.994	1.028	348	1.376	6.366	43	6.409
5ª - BA	2.538	76	2.614	2.144	17	2.161	11.583	191	11.774
6ª - PE	203	55	258	109	50	159	385	-	385
7ª - CE	1.692	38	1.730	424	10	434	4.418	2	4.420
8ª - PA e AP	59	44	103	52	50	102	1.910	357	2.267
9ª - PR	1.350	206	1.556	1.138	192	1.330	6.384	42	6.426
10ª DF e TO	257	302	559	123	807	930	888	34	922
11ª - AM e RR	61	13	74	356	15	371	1.006	-	1.006
12ª - SC	465	63	528	126	57	183	1.462	2	1.464
13ª - PB	292	113	405	139	-	139	2.591	-	2.591
14ª - RO e AC	284	136	420	141	96	237	787	-	787
15ª - Campinas/SP	4.952	177	5.129	2.155	158	2.313	11.897	12	11.909
16ª - MA	444	31	475	916	12	928	1.655	-	1.655
17ª - ES	509	30	539	144	30	174	2.027	7	2.034
18ª - GO	94	55	149	275	42	317	2.073	58	2.131
19ª - AL	413	97	510	424	67	491	876	-	876
20ª - SE	199	76	275	30	86	116	991	-	991
21ª - RN	444	36	480	936	14	950	2.164	23	2.187
22ª - PI	1.409	3	1.412	857	-	857	5.113	-	5.113
23ª - MT	99	67	166	81	69	150	382	-	382
24ª - MS	30	52	82	53	46	99	292	-	292
Total	22.625	3.121	25.746	13.019	2.793	15.812	76.866	1.376	78.242

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.25. Precatórios e Requisição de Pequeno Valor na 2ª Instância, 2016.

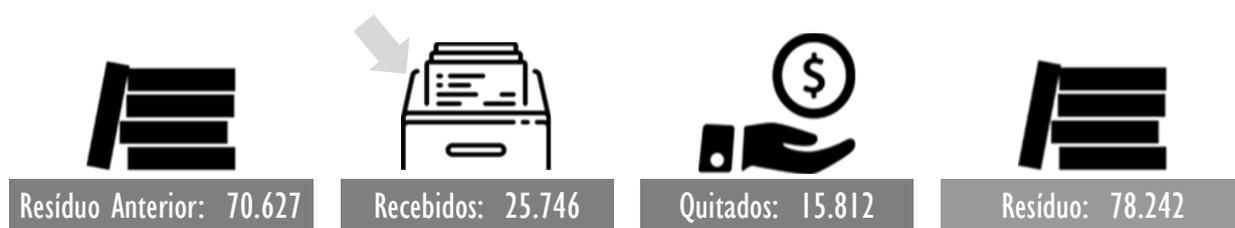


Tabela 3.19. Precatórios e RPVs Recebidos na 2ª Instância. 2016.

TRT	Precatórios			Requisições de Pequeno Valor			Total
	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	
1ª - RJ	824	245	1.069	118	316	434	1.503
2ª - SP	1.541	1.770	3.311	47	59	106	3.417
3ª - MG	675	177	852	265	251	516	1.368
4ª - RS	1.053	546	1.599	155	240	395	1.994
5ª - BA	2.337	201	2.538	8	68	76	2.614
6ª - PE	153	50	203	45	10	55	258
7ª - CE	1.650	42	1.692	28	10	38	1.730
8ª - PA e AP	55	4	59	14	30	44	103
9ª - PR	1.122	228	1.350	90	116	206	1.556
10ª DF e TO	99	158	257	252	50	302	559
11ª - AM e RR	57	4	61	8	5	13	74
12ª - SC	431	34	465	36	27	63	528
13ª - PB	163	129	292	53	60	113	405
14ª - RO e AC	249	35	284	43	93	136	420
15ª - Campinas/SP	4.036	916	4.952	130	47	177	5.129
16ª - MA	437	7	444	15	16	31	475
17ª - ES	375	134	509	7	23	30	539
18ª - GO	46	48	94	16	39	55	149
19ª - AL	399	14	413	80	17	97	510
20ª - SE	150	49	199	8	68	76	275
21ª - RN	441	3	444	15	21	36	480
22ª - PI	1.370	39	1.409	2	1	3	1.412
23ª - MT	93	6	99	11	56	67	166
24ª - MS	21	9	30	12	40	52	82
Total	17.777	4.848	22.625	1.458	1.663	3.121	25.746

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.26. Precatórios e RPVs Recebidos na 2ª Instância. 2016.

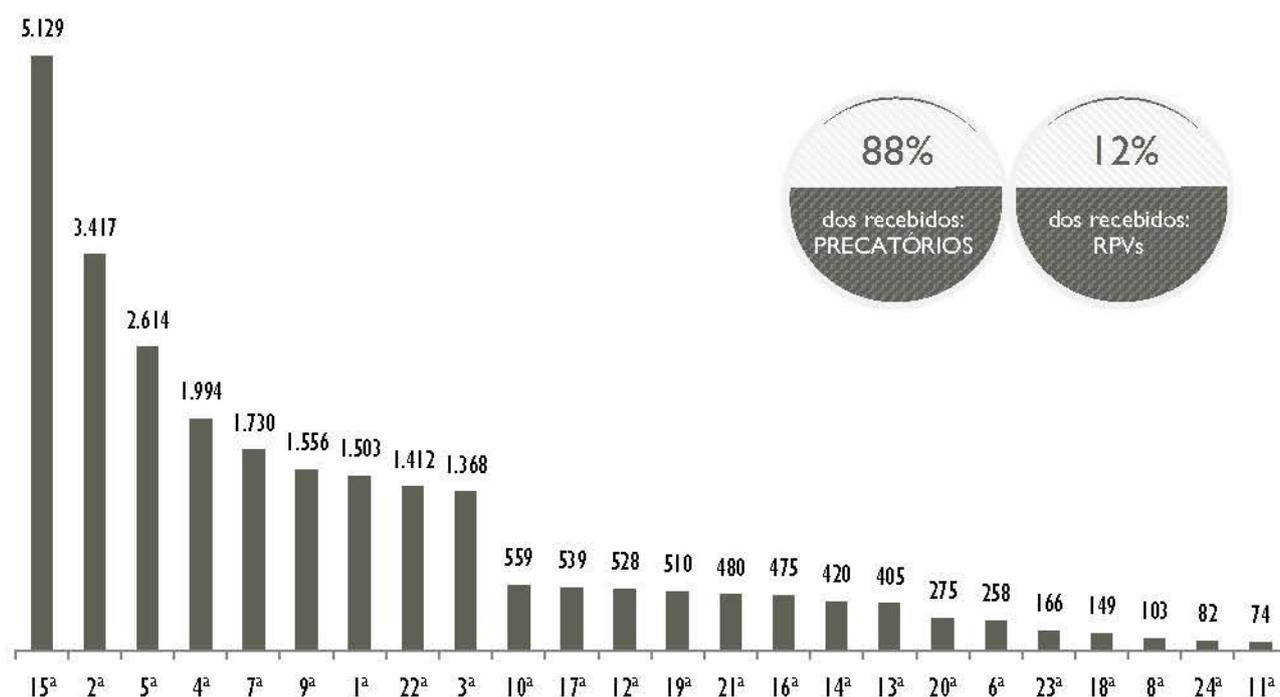


Tabela 3.20. Precatórios e RPVs Quitados na 2ª Instância, 2016.

TRT	Precatórios			Requisições de Pequeno Valor			Total
	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	
1ª - RJ	219	141	360	74	188	262	622
2ª - SP	348	434	782	29	26	55	837
3ª - MG	161	65	226	147	163	310	536
4ª - RS	620	408	1.028	135	213	348	1.376
5ª - BA	2.068	76	2.144	-	17	17	2.161
6ª - PE	99	10	109	38	12	50	159
7ª - CE	420	4	424	9	1	10	434
8ª - PA e AP	42	10	52	14	36	50	102
9ª - PR	1.070	68	1.138	91	101	192	1.330
10ª DF e TO	62	61	123	240	567	807	930
11ª - AM e RR	336	20	356	13	2	15	371
12ª - SC	100	26	126	33	24	57	183
13ª - PB	117	22	139	-	-	-	139
14ª - RO e AC	128	13	141	30	66	96	237
15ª - Campinas/SP	1.818	337	2.155	126	32	158	2.313
16ª - MA	909	7	916	8	4	12	928
17ª - ES	72	72	144	15	15	30	174
18ª - GO	195	80	275	11	31	42	317
19ª - AL	395	29	424	58	9	67	491
20ª - SE	27	3	30	9	77	86	116
21ª - RN	924	12	936	10	4	14	950
22ª - PI	722	135	857	-	-	-	857
23ª - MT	69	12	81	12	57	69	150
24ª - MS	39	14	53	11	35	46	99
Total	10.960	2.059	13.019	1.113	1.680	2.793	15.812

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 3.27. Precatórios e RPVs Quitados na 2ª Instância, 2016.



Tabela 3.21. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento na 2ª Instância. 2016.

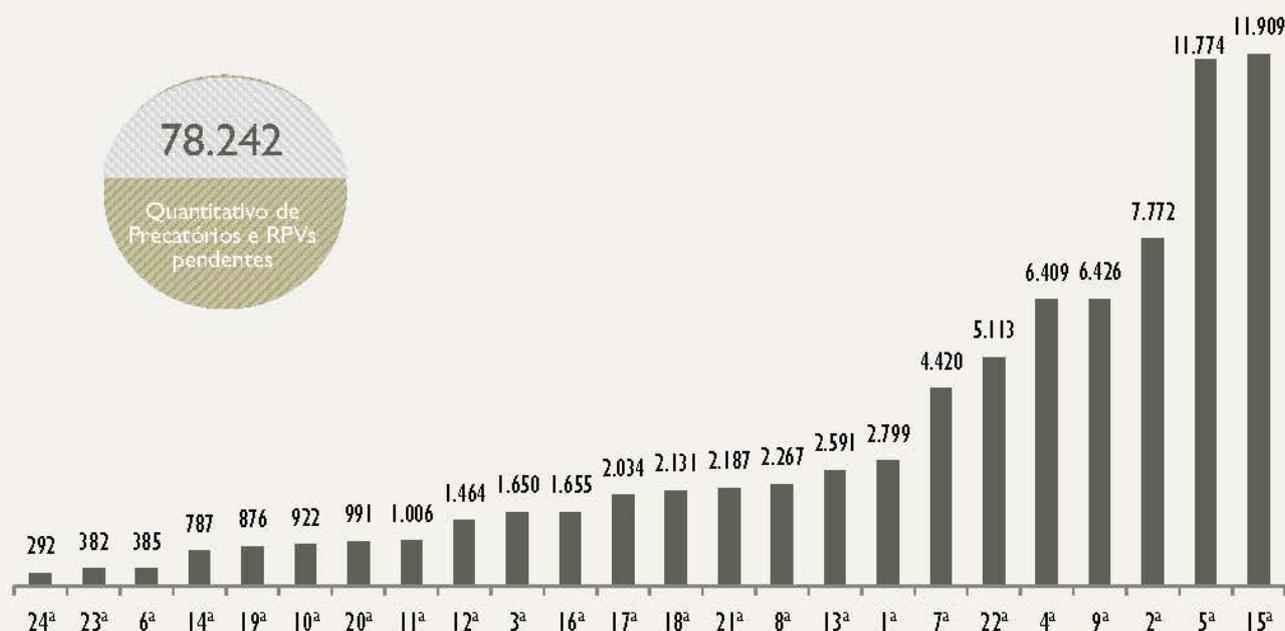
TRT	Precatórios			
	No Prazo	Prazo Vencido	Total	Valor (em Reais)
1ª - RJ	1.564	1.140	2.704	1.212.587.322,34
2ª - SP	5.268	2.066	7.334	2.968.843.967,95
3ª - MG	1.139	439	1.578	226.521.128,62
4ª - RS	2.386	3.980	6.366	966.674.413,38
5ª - BA	5.703	5.880	11.583	734.769.829,31
6ª - PE	78	307	385	328.392.876,68
7ª - CE	1.701	2.717	4.418	406.163.220,12
8ª - PA e AP	258	1.652	1.910	212.832.513,23
9ª - PR	2.575	3.809	6.384	535.997.210,23
10ª DF e TO	245	643	888	211.877.849,18
11ª - AM e RR	283	723	1.006	41.617.289,18
12ª - SC	1.086	376	1.462	130.075.065,37
13ª - PB	1.116	1.475	2.591	227.682.889,26
14ª - RO e AC	351	436	787	298.743.890,97
15ª - Campinas/SP	5.459	6.438	11.897	1.077.504.411,33
16ª - MA	521	1.134	1.655	129.354.869,20
17ª - ES	908	1.119	2.027	821.857.575,94
18ª - GO	156	1.917	2.073	208.377.822,39
19ª - AL	526	350	876	285.914.302,57
20ª - SE	346	645	991	272.094.927,15
21ª - RN	433	1.731	2.164	144.658.103,53
22ª - PI	2.493	2.620	5.113	246.480.932,98
23ª - MT	138	244	382	24.463.864,45
24ª - MS	77	215	292	17.388.551,82
Total	34.810	42.056	76.866	11.730.874.827,18

Nota: Sinais convencionais utilizados:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

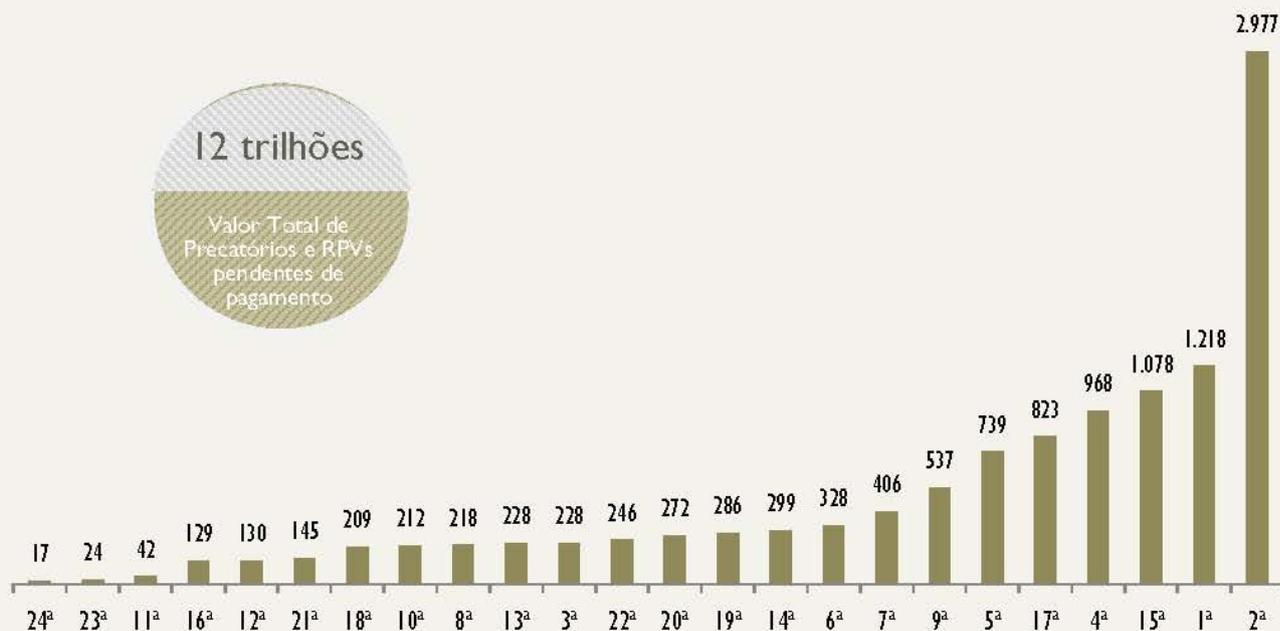
... Não se aplica dado numérico.

Figura 3.28. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento na 2ª Instância. 2016.



Requisições de Pequeno Valor				Total	
No Prazo	Prazo Vencido	Total	Valor (em Reais)	Qtde.	Valor (em Reais)
95	-	95	5.485.406,15	2.799	R\$ 1.218.072.728
10	428	438	8.048.077,35	7.772	R\$ 2.976.892.045
64	8	72	1.828.548,72	1.650	R\$ 228.349.677
43	-	43	982.717,49	6.409	R\$ 967.657.131
116	75	191	3.892.850,27	11.774	R\$ 738.662.680
-	-	-	...	385	R\$ 328.392.877
-	2	2	148.700,35	4.420	R\$ 406.311.920
27	330	357	4.728.769,47	2.267	R\$ 217.561.283
23	19	42	520.721,94	6.426	R\$ 536.517.932
34	-	34	145.729,80	922	R\$ 212.023.579
-	-	-	...	1.006	R\$ 41.617.289
2	-	2	28.859,88	1.464	R\$ 130.103.925
-	-	-	...	2.591	R\$ 227.682.889
-	-	-	...	787	R\$ 298.743.891
12	-	12	227.481,21	11.909	R\$ 1.077.731.893
-	-	-	...	1.655	R\$ 129.354.869
-	7	7	1.497.382,36	2.034	R\$ 823.354.958
13	45	58	723.960,75	2.131	R\$ 209.101.783
-	-	-	...	876	R\$ 285.914.303
-	-	-	...	991	R\$ 272.094.927
2	21	23	-	2.187	R\$ 144.658.104
-	-	-	...	5.113	R\$ 246.480.933
-	-	-	...	382	R\$ 24.463.864
-	-	-	...	292	R\$ 17.388.552
441	935	1.376	28.259.205,74	78.242	R\$ 11.759.134.033

Figura 3.29. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento (em Milhões de Reais). 2016.



4

Seção



Varas do Trabalho

4.1. Varas do Trabalho – Dados Gerais

Figura 4.1. Quantidade de Varas do Trabalho Instaladas. Municípios-Sede de TRT x Demais Municípios-Sede de VT. 2016.

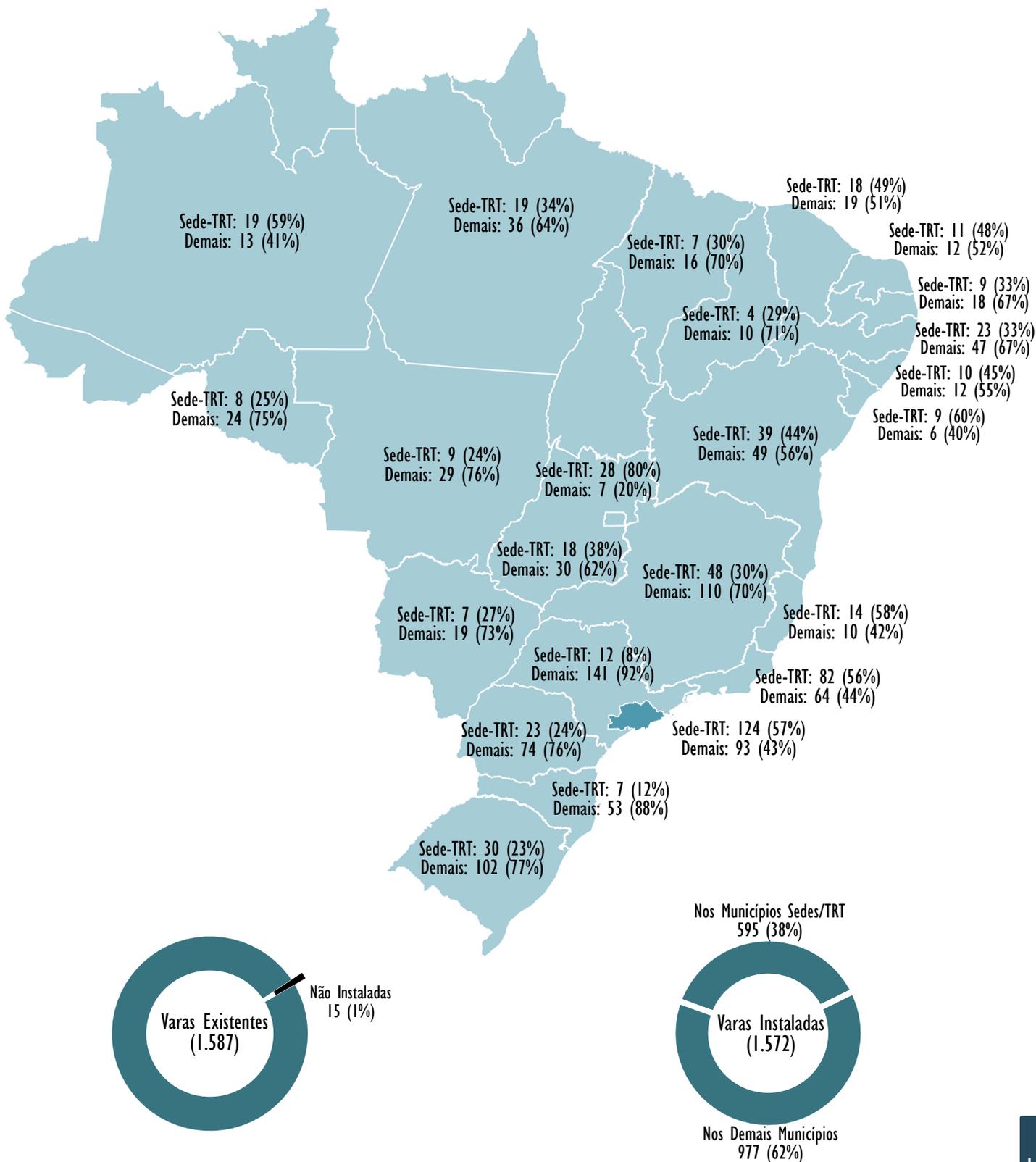
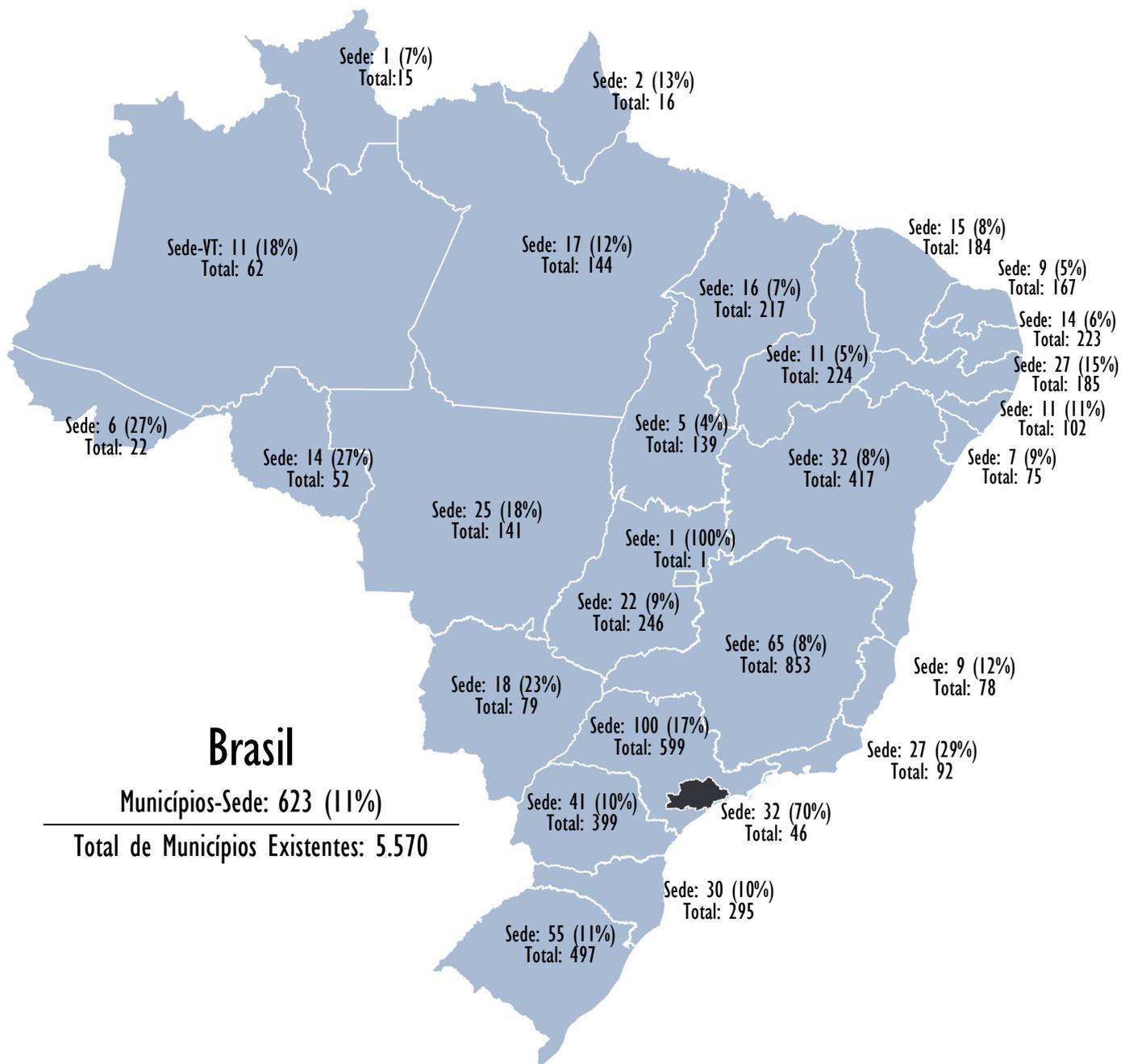


Figura 4.2. Quantidade de Municípios no país. Municípios-Sede de Vara x Municípios Existentes. 2016.



Notas:

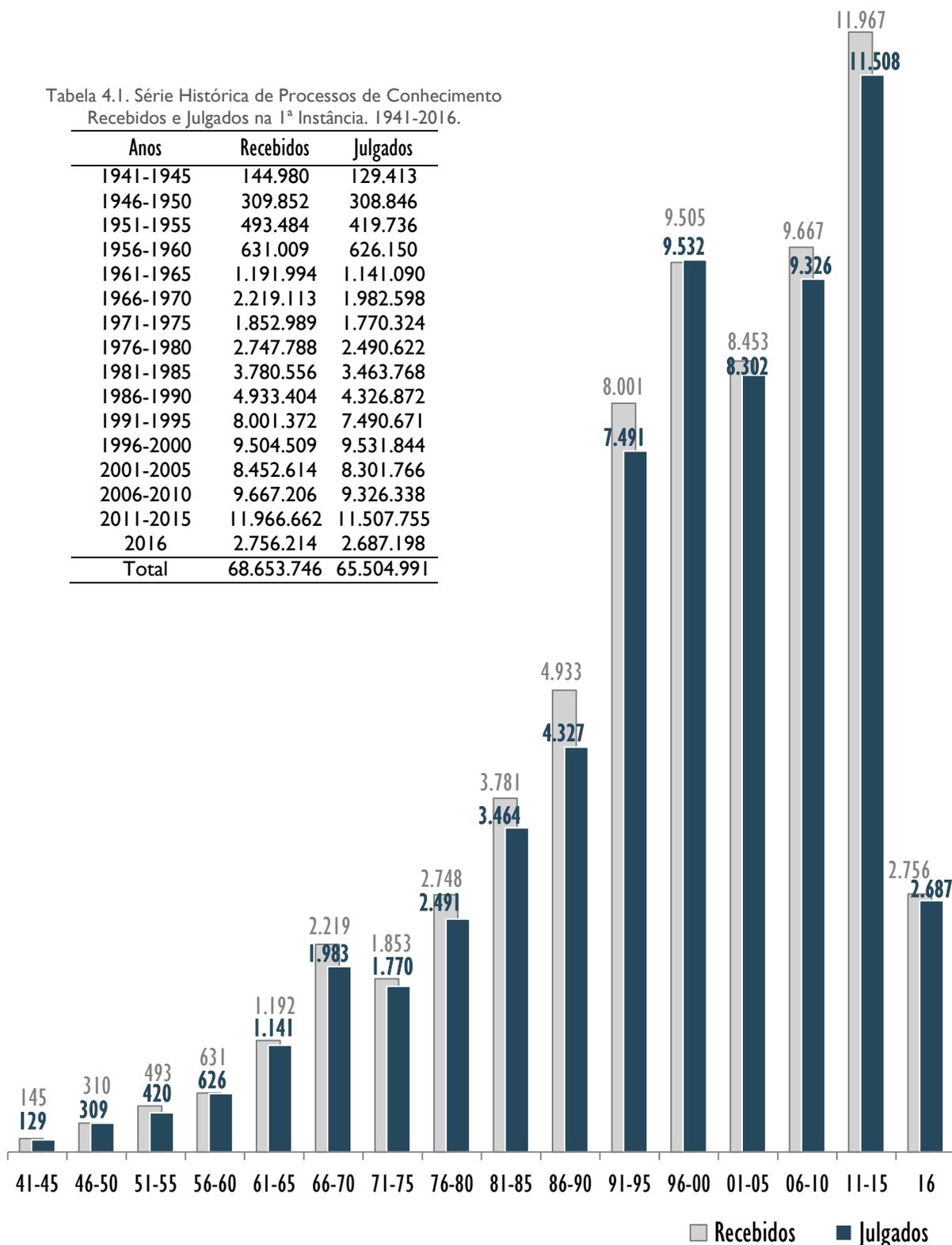
- 1) Número de municípios existentes obtido no site do IBGE;
- 2) Todos os municípios do País têm jurisdição trabalhista;
- 3) Percentual calculado sobre o número de municípios existentes.

4.2. Série Histórica

Figura 4.3. Série Histórica de Processos de Conhecimento Recebidos e Julgados na 1ª Instância (em Milhares de Processos).

Tabela 4.1. Série Histórica de Processos de Conhecimento Recebidos e Julgados na 1ª Instância. 1941-2016.

Anos	Recebidos	Julgados
1941-1945	144.980	129.413
1946-1950	309.852	308.846
1951-1955	493.484	419.736
1956-1960	631.009	626.150
1961-1965	1.191.994	1.141.090
1966-1970	2.219.113	1.982.598
1971-1975	1.852.989	1.770.324
1976-1980	2.747.788	2.490.622
1981-1985	3.780.556	3.463.768
1986-1990	4.933.404	4.326.872
1991-1995	8.001.372	7.490.671
1996-2000	9.504.509	9.531.844
2001-2005	8.452.614	8.301.766
2006-2010	9.667.206	9.326.338
2011-2015	11.966.662	11.507.755
2016	2.756.214	2.687.198
Total	68.653.746	65.504.991



4.3. Movimentação Processual

Figura 4.4. Movimentação Processual na 1ª Instância. 2016.

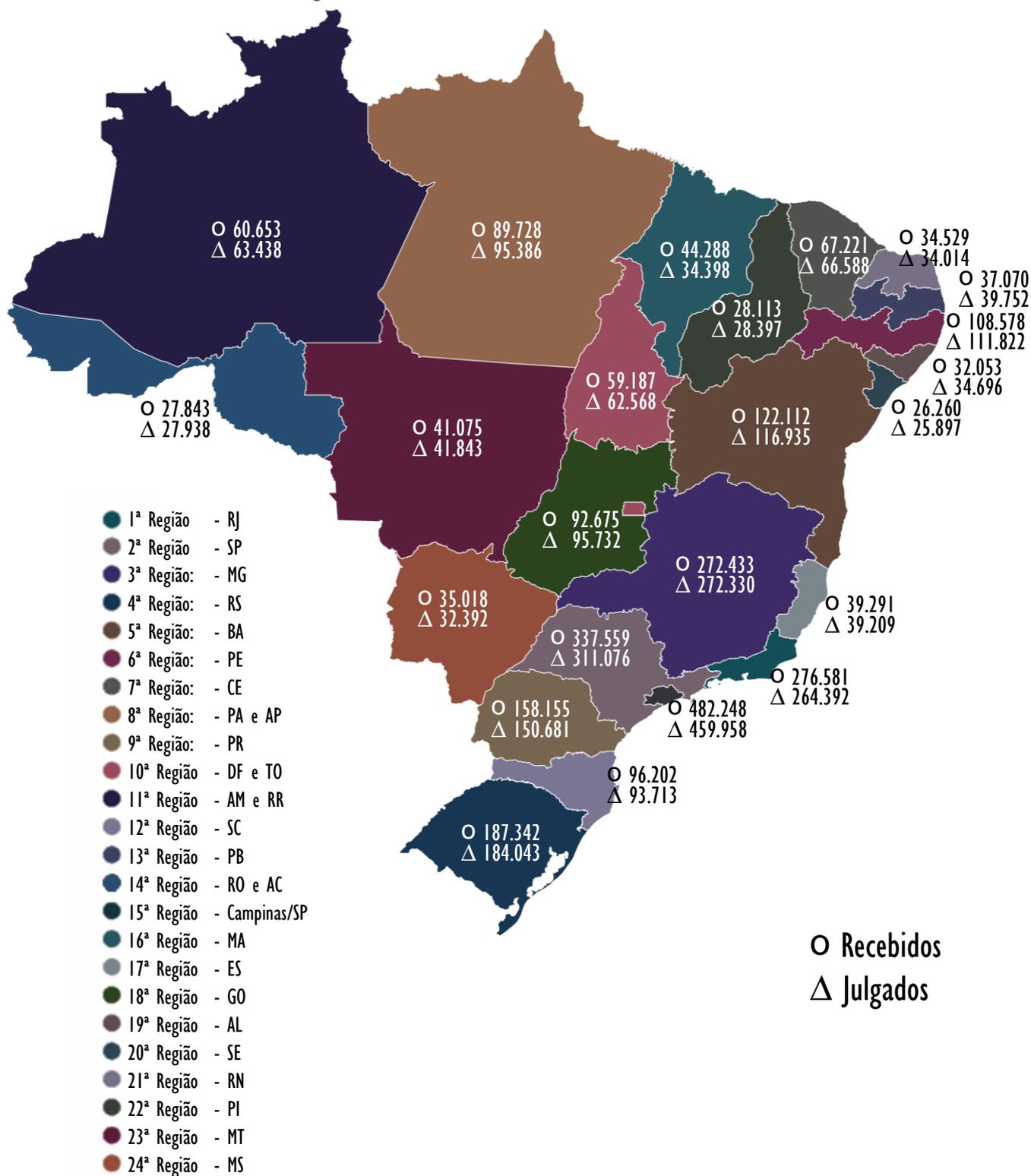


Tabela 4.2. Processos Recebidos, Julgados e Resíduo (Fase de Conhecimento). 2016.

Região Judiciária	Resíduo de 2015	Recebidos				Total a Solucionar em 2016	Julgados		Resíduo de 2016		
		Casos Novos	%	Com Sentença Anulada/ Reformada	Total		%	Qtde.	%	Qtde.	%
1ª - RJ	196.155	274.651	10,1%	1.930	276.581	10,0%	472.736	264.392	9,8%	219.463	11,9%
2ª - SP	298.258	462.268	17,0%	19.980	482.248	17,5%	780.506	459.958	17,1%	308.997	16,8%
3ª - MG	120.974	269.988	9,9%	2.445	272.433	9,9%	393.407	272.330	10,1%	134.447	7,3%
4ª - RS	133.202	186.949	6,9%	393	187.342	6,8%	320.544	184.043	6,8%	146.528	8,0%
5ª - BA	81.038	120.699	4,4%	1.413	122.112	4,4%	203.150	116.935	4,4%	91.933	5,0%
6ª - PE	85.375	107.813	4,0%	765	108.578	3,9%	193.953	111.822	4,2%	86.846	4,7%
7ª - CE	23.374	66.850	2,5%	371	67.221	2,4%	90.595	66.588	2,5%	26.650	1,4%
8ª - PA e AP	38.704	89.194	3,3%	534	89.728	3,3%	128.432	95.386	3,5%	40.042	2,2%
9ª - PR	112.257	158.044	5,8%	111	158.155	5,7%	270.412	150.681	5,6%	123.574	6,7%
10ª - DF e TO	31.820	58.784	2,2%	403	59.187	2,1%	91.007	62.568	2,3%	32.390	1,8%
11ª - AM e RR	24.890	60.586	2,2%	67	60.653	2,2%	85.543	63.438	2,4%	28.146	1,5%
12ª - SC	60.867	95.745	3,5%	457	96.202	3,5%	157.069	93.713	3,5%	66.185	3,6%
13ª - PB	13.825	37.054	1,4%	16	37.070	1,3%	50.895	39.752	1,5%	14.336	0,8%
14ª - RO e AC	6.773	27.721	1,0%	122	27.843	1,0%	34.616	27.938	1,0%	7.963	0,4%
15ª - Campinas/SP	279.638	335.522	12,3%	2.037	337.559	12,2%	617.197	311.076	11,6%	315.807	17,1%
16ª - MA	17.630	44.128	1,6%	160	44.288	1,6%	61.918	34.398	1,3%	29.183	1,6%
17ª - ES	24.452	38.813	1,4%	478	39.291	1,4%	63.743	39.209	1,5%	26.514	1,4%
18ª - GO	35.916	92.299	3,4%	376	92.675	3,4%	128.591	95.732	3,6%	37.116	2,0%
19ª - AL	13.727	31.951	1,2%	102	32.053	1,2%	45.780	34.696	1,3%	12.946	0,7%
20ª - SE	15.037	25.983	1,0%	277	26.260	1,0%	41.297	25.897	1,0%	17.767	1,0%
21ª - RN	10.520	34.231	1,3%	298	34.529	1,3%	45.049	34.014	1,3%	13.548	0,7%
22ª - PI	11.943	28.052	1,0%	61	28.113	1,0%	40.056	28.397	1,1%	13.075	0,7%
23ª - MT	14.763	40.838	1,5%	237	41.075	1,5%	55.838	41.843	1,6%	17.218	0,9%
24ª - MS	28.622	34.911	1,3%	107	35.018	1,3%	63.640	32.392	1,2%	32.244	1,7%
Total	1.679.760	2.723.074	100,0%	33.140	2.756.214	100,0%	4.435.974	2.687.198	100,0%	1.842.918	100,0%

Nota: Percentual calculado sobre o total no País.

Figura 4.5. Movimentação Processual na 1ª Instância. 2016.

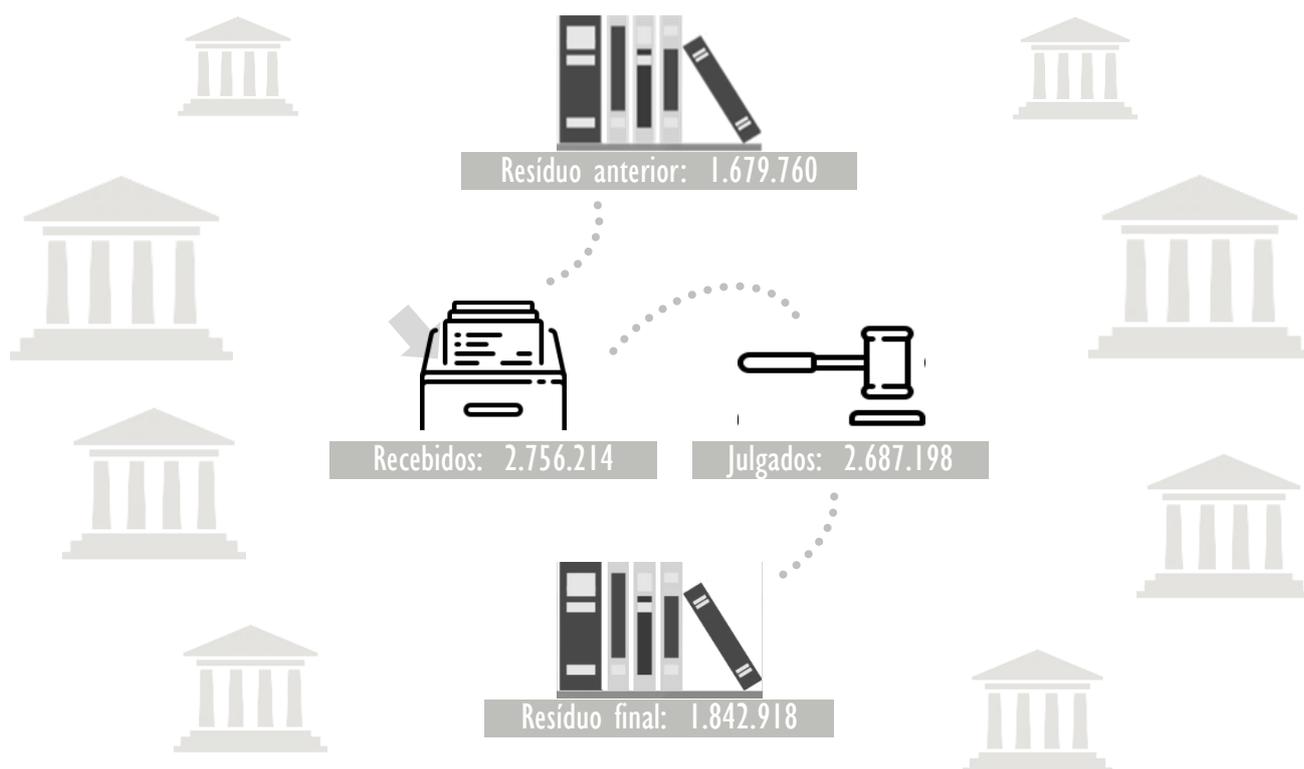


Figura 4.6. Total a Julgar na 1ª Instância. 2016.

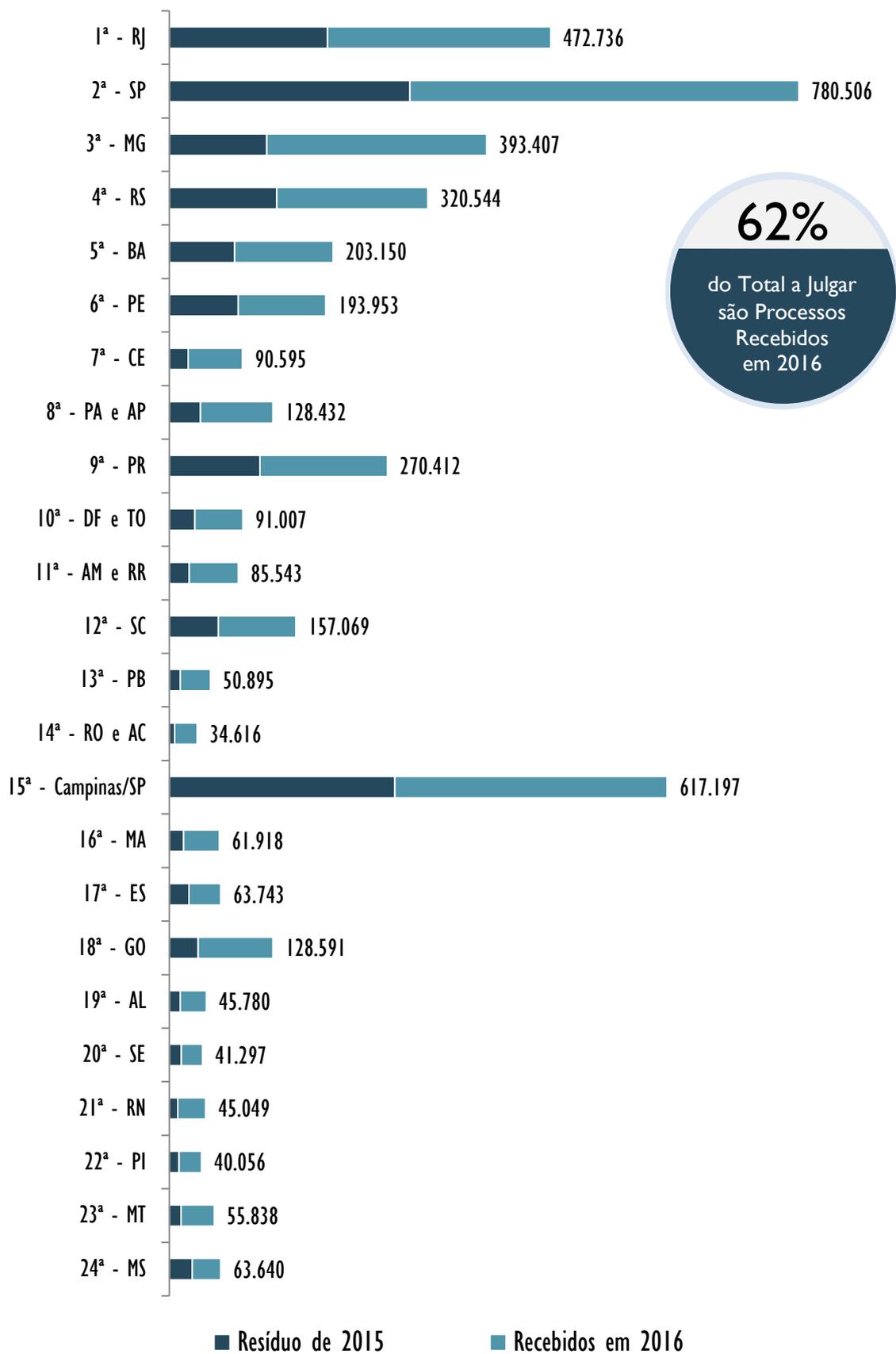


Tabela 4.3. Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Região Geográfica e Unidade da Federação. 2016.

Região Geográfica/ Unidade da Federação		Recebidos		Julgados	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Norte	AC	7.975	4,2%	8.339	0,3%
	AM	54.769	28,7%	56.805	2,1%
	AP	16.305	8,5%	19.038	0,7%
	PA	73.423	38,5%	76.348	2,8%
	RO	19.868	10,4%	19.599	0,7%
	RR	5.884	3,1%	6.633	0,2%
	TO	12.484	6,5%	12.382	0,5%
	<i>Subtotal</i>	190.708	6,9%	199.144	7,4%
Nordeste	AL	32.053	6,4%	34.696	1,3%
	BA	122.112	24,4%	116.935	4,4%
	CE	67.221	13,4%	66.588	2,5%
	MA	44.288	8,9%	34.398	1,3%
	PB	37.070	7,4%	39.752	1,5%
	PE	108.578	21,7%	111.822	4,2%
	PI	28.113	5,6%	28.397	1,1%
	RN	34.529	6,9%	34.014	1,3%
SE	26.260	5,2%	25.897	1,0%	
	<i>Subtotal</i>	500.224	18,1%	492.499	18,3%
Centro-Oeste	DF	46.703	21,7%	50.186	1,9%
	GO	92.675	43,0%	95.732	3,6%
	MS	35.018	16,3%	32.392	1,2%
	MT	41.075	19,1%	41.843	1,6%
	<i>Subtotal</i>	215.471	7,8%	220.153	8,2%
Sudeste	ES	39.291	2,8%	39.209	1,5%
	MG	272.433	19,3%	272.330	10,1%
	RJ	276.581	19,6%	264.392	9,8%
	SP	819.807	58,2%	771.034	28,7%
	<i>Subtotal</i>	1.408.112	51,1%	1.346.965	50,1%
Sul	PR	158.155	35,8%	150.681	5,6%
	RS	187.342	42,4%	184.043	6,8%
	SC	96.202	21,8%	93.713	3,5%
	<i>Subtotal</i>	441.699	16,0%	428.437	15,9%
Total		2.756.214	100,0%	2.687.198	100,0%

Nota: Percentual calculado sobre o total no País.

Figura 4.7. Percentual de Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Região Geográfica. 2016.

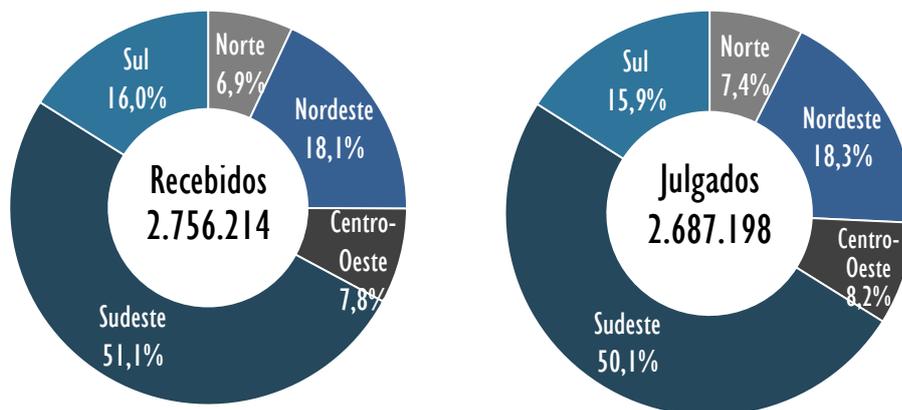


Figura 4.8. Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Unidade da Federação. 2016.

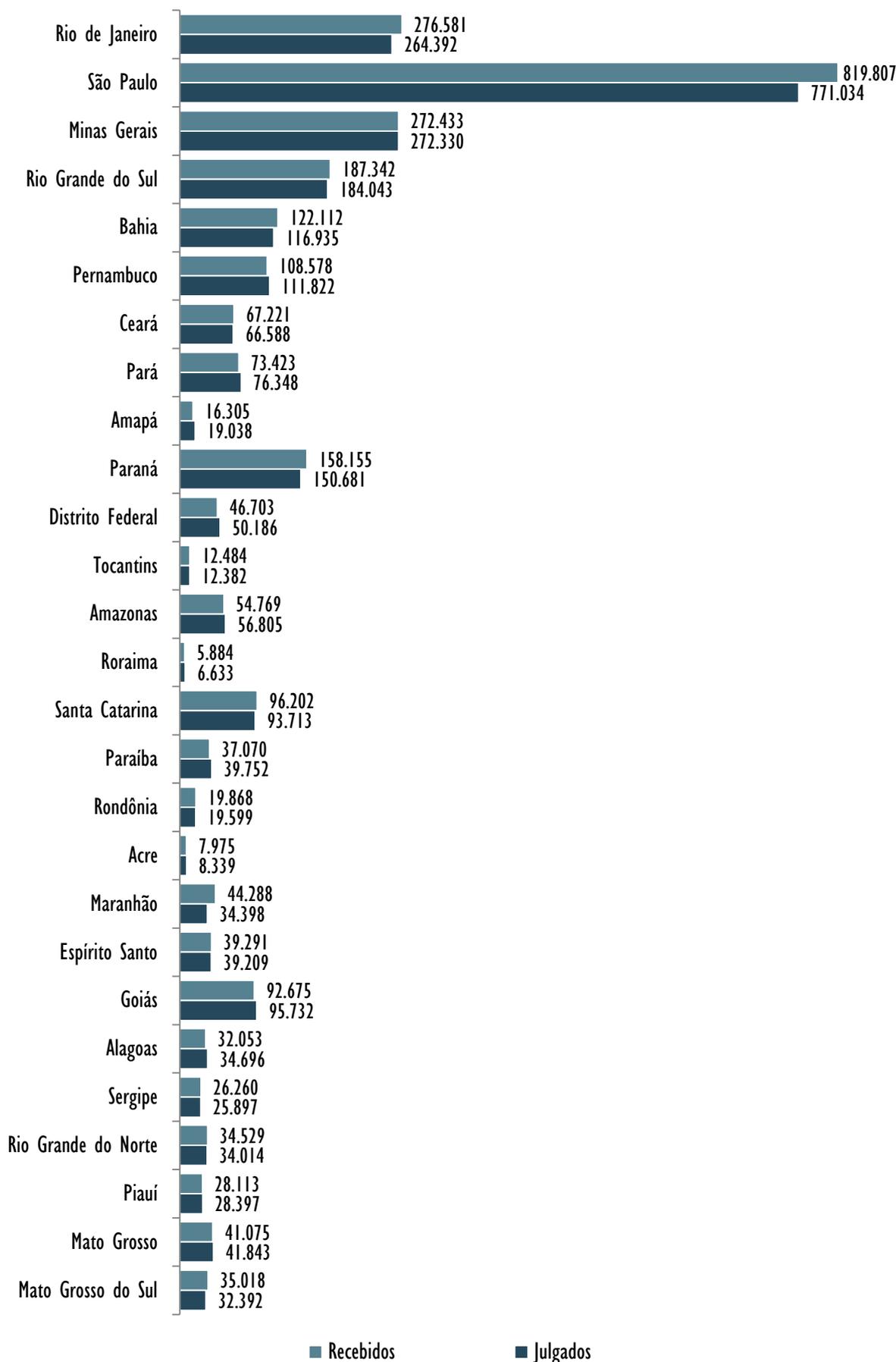




Figura 4.9. Processos Recebidos na 1ª Instância (Fase de Conhecimento), 2014-2016.

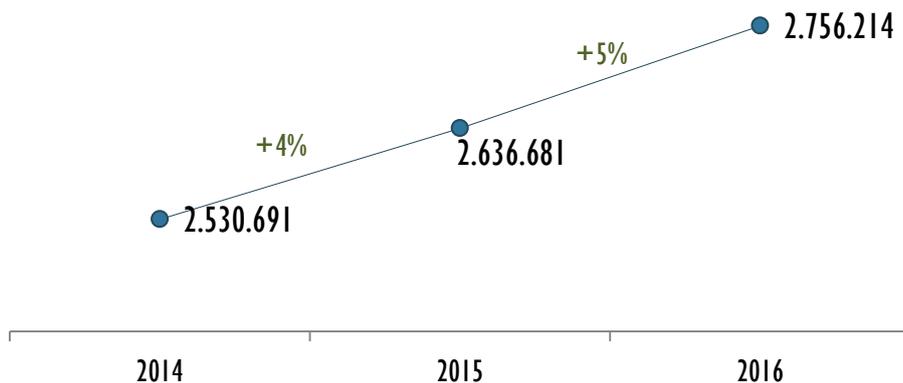


Tabela 4.4. Processos Recebidos por Região Judiciária (Fase de Conhecimento), 2014-2016.

TRT	Recebidos			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
1ª - RJ	246.886	255.464	276.581	+3%	+8%
2ª - SP	442.518	454.013	482.248	+3%	+6%
3ª - MG	273.516	265.595	272.433	-3%	+3%
4ª - RS	173.416	181.236	187.342	+5%	+3%
5ª - BA	116.170	117.397	122.112	+1%	+4%
6ª - PE	98.253	109.302	108.578	+11%	-1%
7ª - CE	52.524	58.296	67.221	+11%	+15%
8ª - PA e AP	87.693	91.392	89.728	+4%	-2%
9ª - PR	147.754	154.554	158.155	+5%	+2%

TRT	Recebidos			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
10ª - DF e TO	54.616	63.323	59.187	+16%	-7%
11ª - AM e RR	53.001	58.876	60.653	+11%	+3%
12ª - SC	82.015	88.576	96.202	+8%	+9%
13ª - PB	32.143	34.382	37.070	+7%	+8%
14ª - RO e AC	25.612	29.870	27.843	+17%	-7%
15ª - Campinas/SP	302.636	317.309	337.559	+5%	+6%
16ª - MA	34.096	34.628	44.288	+2%	+28%
17ª - ES	36.578	40.900	39.291	+12%	-4%
18ª - GO	86.614	89.464	92.675	+3%	+4%
19ª - AL	35.659	32.732	32.053	-8%	-2%
20ª - SE	21.956	24.566	26.260	+12%	+7%
21ª - RN	26.904	29.027	34.529	+8%	+19%
22ª - PI	24.458	26.324	28.113	+8%	+7%
23ª - MT	41.911	43.676	41.075	+4%	-6%
24ª - MS	33.762	35.779	35.018	+6%	-2%



Figura 4.10. Casos Novos na 1ª Instância (Fase de Conhecimento), 2014-2016.

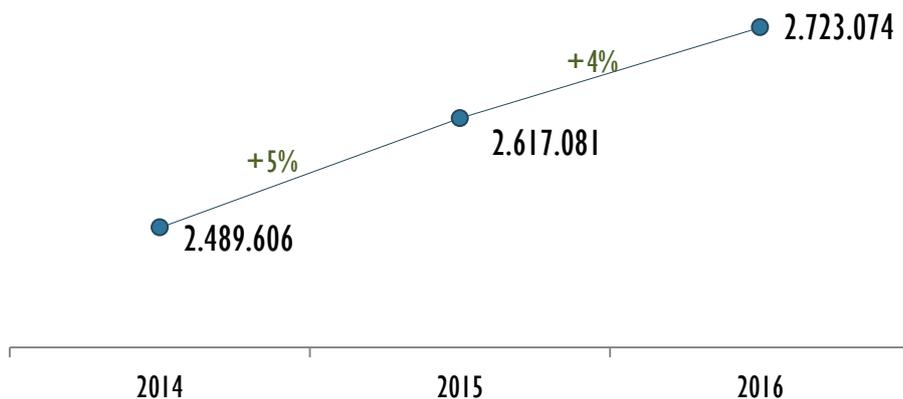


Tabela 4.5. Casos Novos por Região Judiciária (Fase de Conhecimento), 2014-2016.

TRT	Casos Novos			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
1ª - RJ	243.861	253.063	274.651	+4%	+9%
2ª - SP	418.718	449.922	462.268	+7%	+3%
3ª - MG	269.887	262.314	269.988	-3%	+3%
4ª - RS	172.163	180.404	186.949	+5%	+4%
5ª - BA	113.546	115.909	120.699	+2%	+4%
6ª - PE	97.856	108.554	107.813	+11%	-1%
7ª - CE	51.227	57.602	66.850	+12%	+16%
8ª - PA e AP	87.506	91.148	89.194	+4%	-2%
9ª - PR	147.727	154.484	158.044	+5%	+2%

TRT	Casos Novos			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
10ª - DF e TO	54.276	62.954	58.784	+16%	-7%
11ª - AM e RR	52.923	58.756	60.586	+11%	+3%
12ª - SC	81.754	88.237	95.745	+8%	+9%
13ª - PB	31.964	34.345	37.054	+7%	+8%
14ª - RO e AC	25.456	29.554	27.721	+16%	-6%
15ª - Campinas/SP	300.526	315.186	335.522	+5%	+6%
16ª - MA	33.849	34.213	44.128	+1%	+29%
17ª - ES	36.192	40.407	38.813	+12%	-4%
18ª - GO	86.388	89.022	92.299	+3%	+4%
19ª - AL	35.604	32.672	31.951	-8%	-2%
20ª - SE	21.796	24.395	25.983	+12%	+7%
21ª - RN	26.673	28.779	34.231	+8%	+19%
22ª - PI	24.374	26.222	28.052	+8%	+7%
23ª - MT	41.596	43.249	40.838	+4%	-6%
24ª - MS	33.744	35.690	34.911	+6%	-2%



Figura 4.11. Processos Julgados na 1ª Instância (Processos de Conhecimento). 2014-2016.

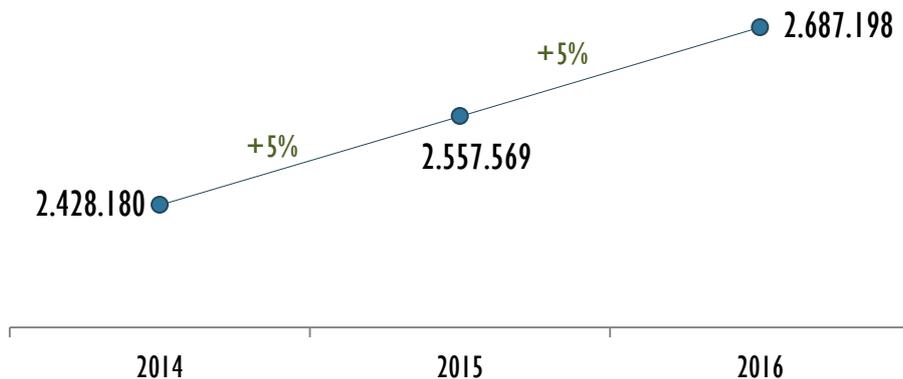


Tabela 4.6. Processos Julgados por Região Judiciária (Processos de Conhecimento). 2014-2016.

TRT	Julgados			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
1ª - RJ	230.566	245.790	264.392	+7%	+8%
2ª - SP	456.281	499.943	459.958	+10%	-8%
3ª - MG	283.644	261.781	272.330	-8%	+4%
4ª - RS	153.489	165.967	184.043	+8%	+11%
5ª - BA	112.815	105.027	116.935	-7%	+11%
6ª - PE	94.993	99.556	111.822	+5%	12%
7ª - CE	54.588	55.975	66.588	+3%	19%
8ª - PA e AP	83.178	94.785	95.386	+14%	+1%
9ª - PR	136.384	138.160	150.681	+1%	+9%

TRT	Julgados			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
10ª - DF e TO	45.721	62.030	62.568	+36%	+1%
11ª - AM e RR	43.976	60.798	63.438	+38%	+4%
12ª - SC	78.466	80.433	93.713	+3%	+17%
13ª - PB	30.973	32.946	39.752	+6%	+21%
14ª - RO e AC	26.351	28.695	27.938	+9%	-3%
15ª - Campinas/SP	264.775	280.852	311.076	+6%	+11%
16ª - MA	32.287	33.846	34.398	+5%	+2%
17ª - ES	34.547	36.196	39.209	+5%	+8%
18ª - GO	82.968	89.273	95.732	+8%	+7%
19ª - AL	34.103	34.142	34.696	+0,1%	+2%
20ª - SE	22.828	23.573	25.897	+3%	+10%
21ª - RN	27.791	29.138	34.014	+5%	+17%
22ª - PI	26.985	26.093	28.397	-3%	+9%
23ª - MT	41.424	42.345	41.843	+2%	-1%
24ª - MS	29.047	30.225	32.392	+4%	+7%



Figura 4.12. Resíduo na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2014-2016.

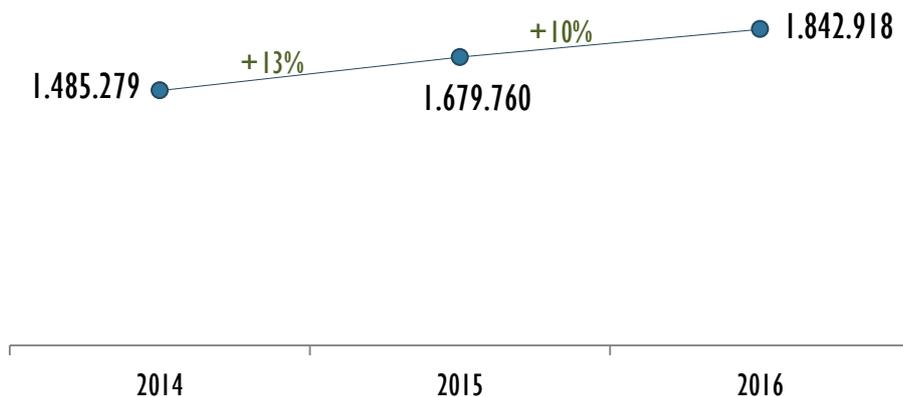


Tabela 4.7. Resíduo por Região Judiciária (Fase de Conhecimento). 2014-2016.

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
1ª - RJ	181.686	196.155	219.463	+8%	+12%
2ª - SP	305.394	298.258	308.997	-2%	+4%
3ª - MG	107.975	120.974	134.447	+12%	+11%
4ª - RS	114.214	133.202	146.528	+17%	+10%
5ª - BA	66.610	81.038	91.933	+22%	+13%
6ª - PE	62.533	85.375	86.846	+37%	+2%
7ª - CE	18.702	23.374	26.650	+25%	+14%
8ª - PA e AP	30.583	38.704	40.042	+27%	+3%
9ª - PR	92.641	112.257	123.574	+21%	+10%

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
10ª - DF e TO	27.891	31.820	32.390	+14%	+2%
11ª - AM e RR	24.119	24.890	28.146	+3%	+13%
12ª - SC	51.631	60.867	66.185	+18%	+9%
13ª - PB	11.064	13.825	14.336	+25%	+4%
14ª - RO e AC	4.960	6.773	7.963	+37%	+18%
15ª - Campinas/SP	238.474	279.638	315.807	+17%	+13%
16ª - MA	16.547	17.630	29.183	+7%	+66%
17ª - ES	18.735	24.452	26.514	+31%	+8%
18ª - GO	30.320	35.916	37.116	+18%	+3%
19ª - AL	13.606	13.727	12.946	+1%	-6%
20ª - SE	13.084	15.037	17.767	+15%	+18%
21ª - RN	9.394	10.520	13.548	+12%	+29%
22ª - PI	10.995	11.943	13.075	+9%	+9%
23ª - MT	11.750	14.763	17.218	+26%	+17%
24ª - MS	22.371	28.622	32.244	+28%	+13%

Tabela 4.8. Média Anual de Recebidos, Julgados e Resíduos por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2016.

TRT	Recebidos	Julgados	Resíduo
1ª - RJ	977	934	775
2ª - SP	1.137	1.085	729
3ª - MG	1.020	1.020	504
4ª - RS	762	748	596
5ª - BA	664	636	500
6ª - PE	781	804	625
7ª - CE	974	965	386
8ª - PA e AP	935	994	417
9ª - PR	864	823	675
10ª - DF e TO	673	711	368
11ª - AM e RR	1.213	1.269	563
12ª - SC	844	822	581
13ª - PB	618	663	239
14ª - RO e AC	480	482	137
15ª - Campinas/SP	920	848	861
16ª - MA	886	688	584
17ª - ES	702	700	473
18ª - GO	976	1.008	391
19ª - AL	728	789	294
20ª - SE	906	893	613
21ª - RN	751	739	295
22ª - PI	969	979	451
23ª - MT	533	543	224
24ª - MS	648	600	597
Média	832	823	495

Nota: Foram considerados os cargos de magistrados providos em 31/12/2016.

Figura 4.13. Média Anual de Recebidos por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2016.

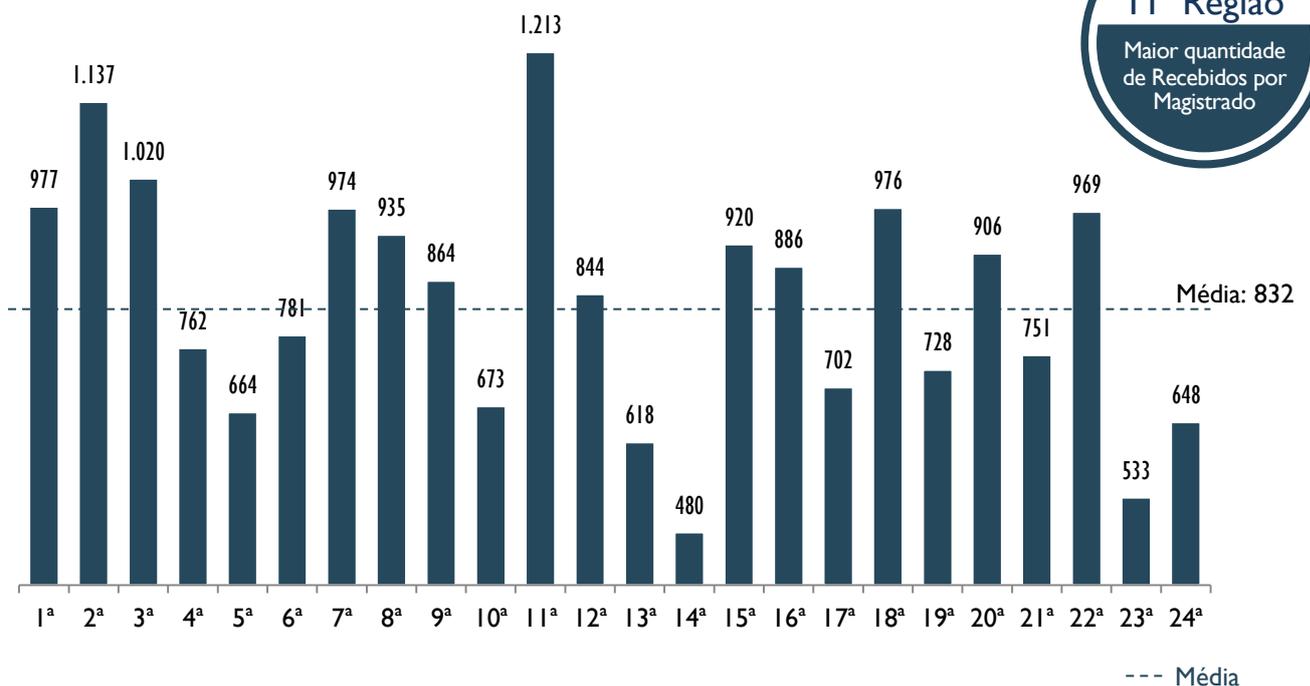


Figura 4.14. Média Anual de Julgados por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2016.

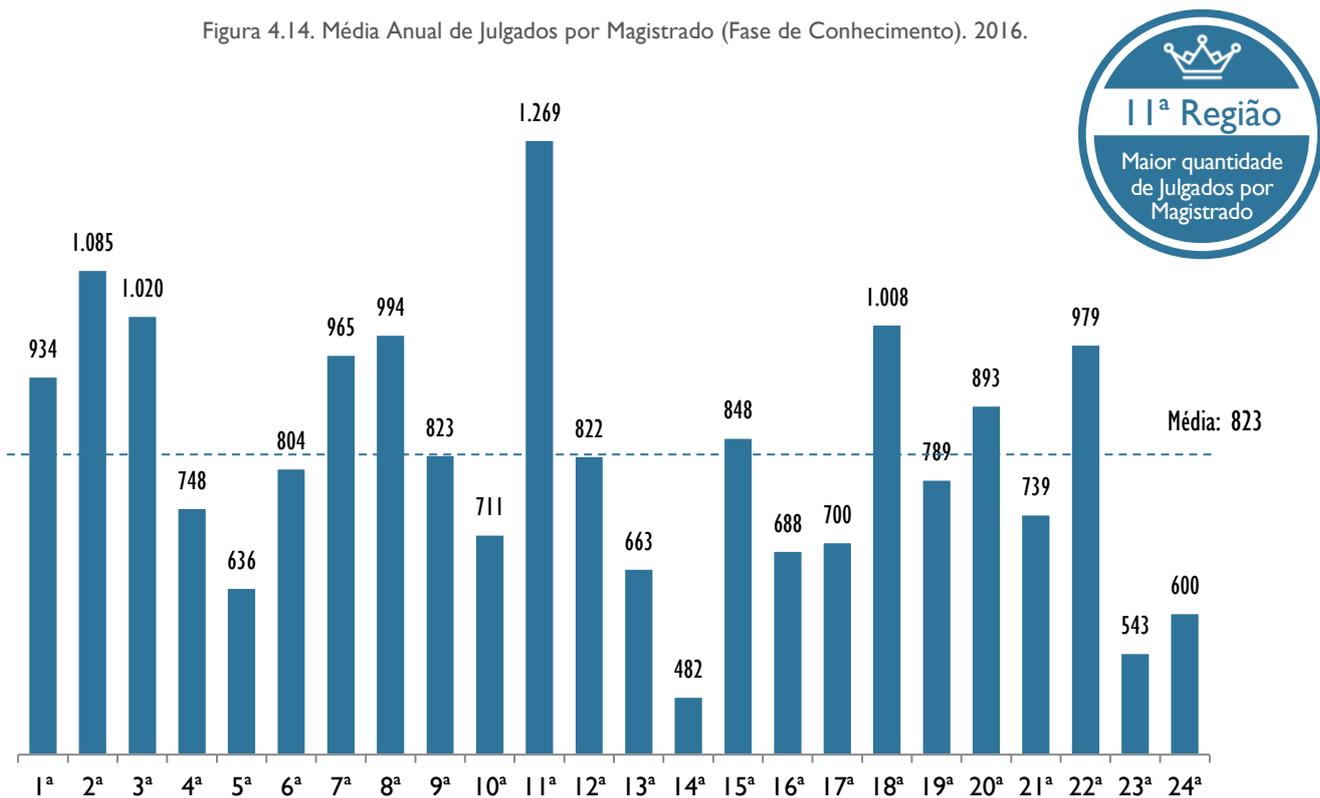


Figura 4.15. Média Anual de Resíduo por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2016.

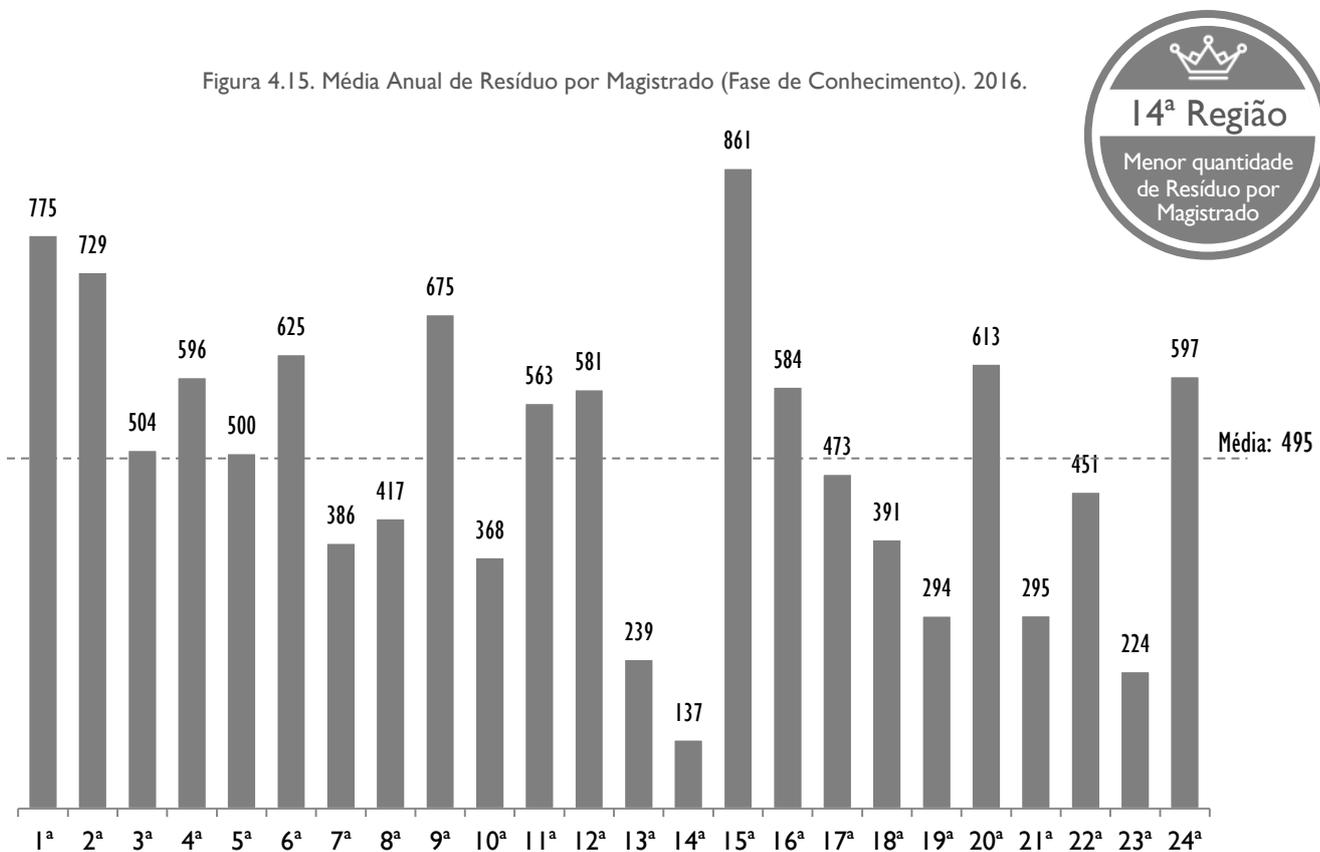


Tabela 4.9. Média Anual de Execuções Iniciadas, Encerradas e Pendentes por Magistrado. 2016.

TRT	Iniciadas por Magistrado	Encerradas por Magistrado	Pendentes por Magistrado
1ª - RJ	252	165	1.066
2ª - SP	148	296	1.106
3ª - MG	214	175	773
4ª - RS	256	179	949
5ª - BA	247	226	899
6ª - PE	260	178	480
7ª - CE	362	336	1.136
8ª - PA e AP	240	177	513
9ª - PR	284	197	1.116
10ª - DF e TO	233	162	860
11ª - AM e RR	303	289	441
12ª - SC	252	199	594
13ª - PB	174	136	358
14ª - RO e AC	148	122	386
15ª - Campinas/SP	248	273	488
16ª - MA	234	193	1.014
17ª - ES	271	232	527
18ª - GO	257	203	555
19ª - AL	271	122	1.263
20ª - SE	254	225	929
21ª - RN	268	294	955
22ª - PI	333	282	978
23ª - MT	152	106	527
24ª - MS	186	116	512
Média	244	203	768

Nota: Foram considerados os cargos de magistrados providos em 31/12/2016.

Figura 4.16. Média Anual de Execuções Iniciadas, Encerradas e Pendentes por Magistrado. 2016.

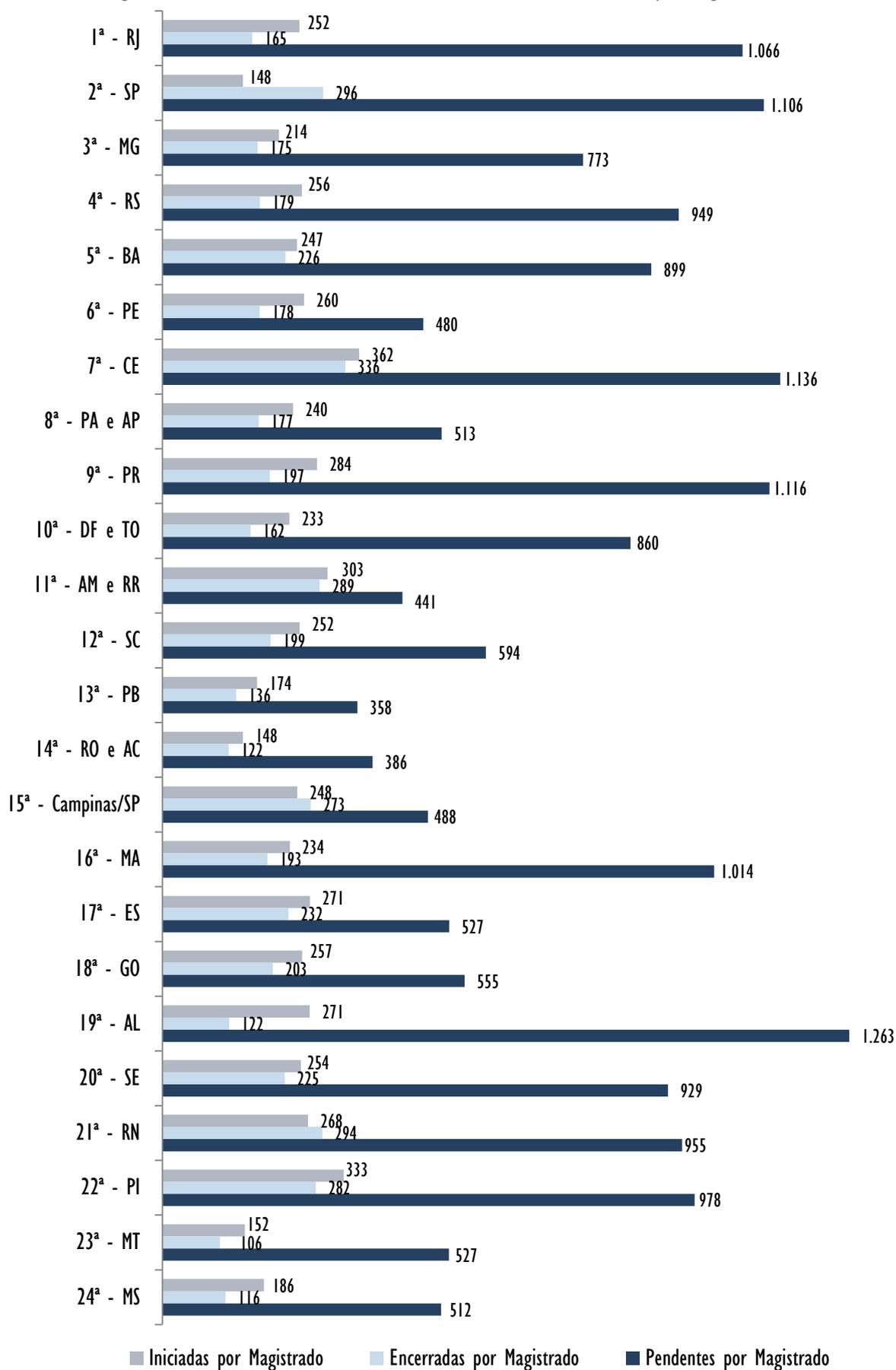


Tabela 4.10. Casos Novos no Rito Sumaríssimo (Fase de Conhecimento) por Região Judiciária. 2016.

Região Judiciária	Total de Casos Novos	Casos Novos no Rito Sumaríssimo	
		Quantidade	%
1ª - RJ	274.651	33.513	12,2%
2ª - SP	462.268	88.687	19,2%
3ª - MG	269.988	127.705	47,3%
4ª - RS	186.949	23.786	12,7%
5ª - BA	120.699	11.764	9,7%
6ª - PE	107.813	27.727	25,7%
7ª - CE	66.850	37.647	56,3%
8ª - PA e AP	89.194	32.611	36,6%
9ª - PR	158.044	12.959	8,2%
10ª - DF e TO	58.784	17.418	29,6%
11ª - AM e RR	60.586	25.689	42,4%
12ª - SC	95.745	11.067	11,6%
13ª - PB	37.054	9.621	26,0%
14ª - RO e AC	27.721	8.128	29,3%
15ª - Campinas/SP	335.522	87.174	26,0%
16ª - MA	44.128	16.079	36,4%
17ª - ES	38.813	9.913	25,5%
18ª - GO	92.299	39.515	42,8%
19ª - AL	31.951	8.969	28,1%
20ª - SE	25.983	8.350	32,1%
21ª - RN	34.231	13.099	38,3%
22ª - PI	28.052	12.806	45,7%
23ª - MT	40.838	7.632	18,7%
24ª - MS	34.911	6.872	19,7%
Total	2.723.074	678.731	24,9%

Nota: Percentual calculado sobre o total de casos novos na Região Judiciária.

Figura 4.17. Percentual de Casos Novos no Rito Sumaríssimo (Fase de Conhecimento) por Região Judiciária. 2016.

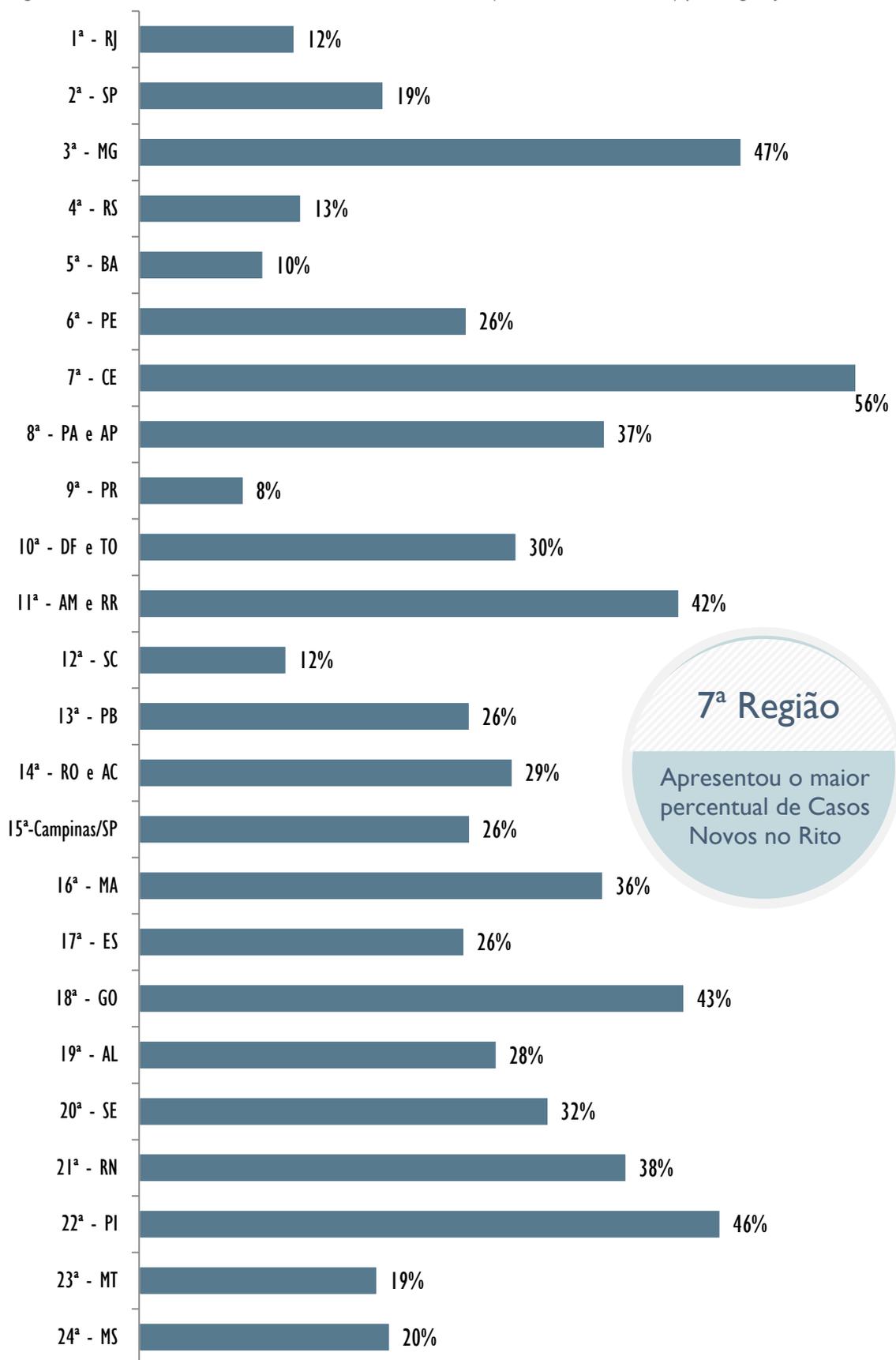


Figura 4.18. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica e Ano. 2007-2016.

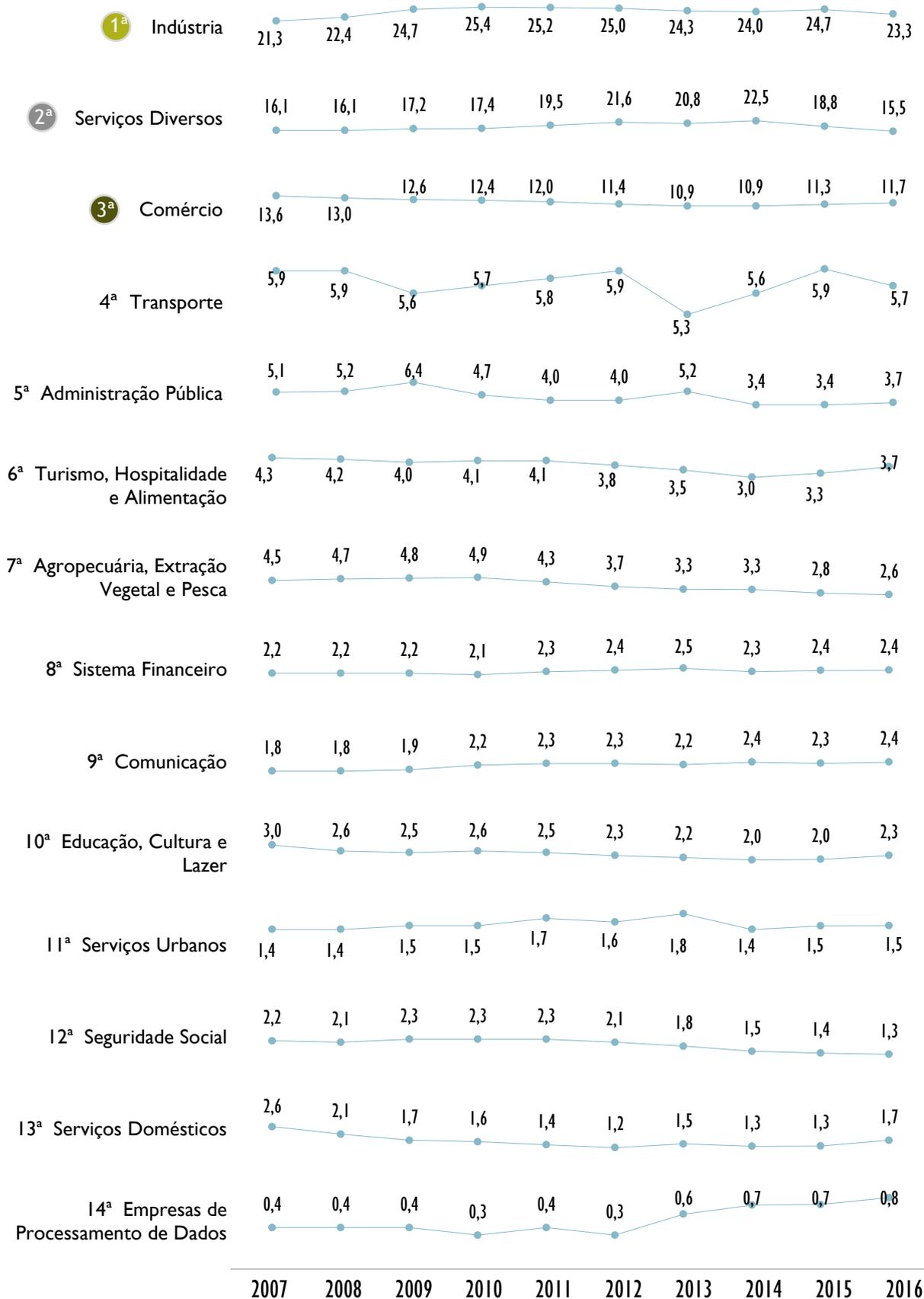


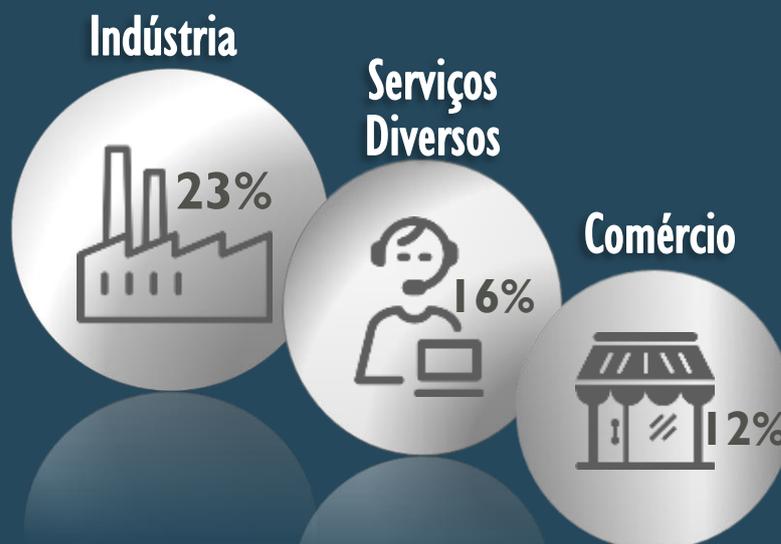
Tabela 4.11. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica. 2016.

Região Judiciária	 Administração Pública	 Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	 Comércio	 Comunicação	 Educação, Cultura e Lazer	 Empresas de Processamento de Dados	 Indústria
1ª - RJ	2,3	0,2	14,8	3,0	2,9	0,9	13,5
2ª - SP	1,2	0,1	11,5	3,3	1,8	1,0	15,9
3ª - MG	1,9	3,8	13,4	2,9	2,7	0,7	27,0
4ª - RS	3,4	1,6	11,5	1,9	1,9	0,8	29,6
5ª - BA	7,3	2,2	13,8	2,2	3,0	0,5	19,7
6ª - PE	1,7	3,2	11,6	2,3	2,2	1,5	23,1
7ª - CE	4,2	0,9	10,3	1,5	2,0	0,7	26,0
8ª - PA e AP	1,0	5,3	10,5	1,5	3,1	0,2	24,7
9ª - PR	2,3	3,4	13,1	2,2	2,1	0,7	29,3
10ª - DF e TO	5,1	1,7	14,5	4,3	3,4	2,1	11,9
11ª - AM e RR	3,4	0,3	7,4	0,7	1,7	0,8	19,6
12ª - SC	2,7	2,1	11,1	1,9	2,0	0,6	40,0
13ª - PB	7,6	3,6	13,1	3,2	2,2	0,6	24,8
14ª - RO e AC	8,7	2,2	10,2	1,1	1,9	0,3	22,9
15ª - Campinas/SP	7,2	5,9	9,3	1,8	1,9	0,5	27,7
16ª - MA	24,3	2,0	6,2	1,3	5,4	0,5	12,6
17ª - ES	2,7	1,4	14,9	1,9	2,3	0,3	23,4
18ª - GO	1,3	4,7	11,1	1,5	1,7	0,7	26,1
19ª - AL	5,5	4,5	10,1	2,0	2,3	0,7	27,7
20ª - SE	4,3	3,8	9,1	2,9	1,6	0,5	27,5
21ª - RN	2,6	1,7	8,7	2,6	1,7	0,4	25,4
22ª - PI	17,6	3,1	5,5	1,3	2,2	0,2	23,4
23ª - MT	1,5	6,6	12,1	1,2	1,4	0,3	32,6
24ª - MS	0,7	8,5	10,6	1,9	1,4	0,5	36,0
Total	3,7	2,6	11,7	2,4	2,3	0,8	23,3

Notas: 1) Os percentuais foram calculados em relação aos casos novos distribuídos, descontados os Embargos de Terceiros;

2) Os percentuais em destaque indicam a atividade econômica de maior incidência em cada Região Judiciária.

Figura 4.19. Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica.2016.



60+	Seguridade Social	Serviços Diversos	Serviços Domésticos	Serviços Urbanos	Sistema Financeiro	Transporte	Turismo, Hospitalidade e Alimentação	Outras	Total
2,1	18,1	1,9	1,5	2,6	9,9	4,2	22,2	100	
1,2	17,6	1,2	0,6	2,8	5,7	3,9	32,3	100	
1,2	12,1	1,9	1,2	4,3	6,4	3,5	17,1	100	
2,0	13,9	1,8	1,9	2,2	5,2	3,2	19,1	100	
2,3	14,9	2,0	1,9	2,9	6,2	4,7	16,6	100	
1,0	13,5	1,6	2,8	3,0	4,6	3,2	24,6	100	
0,8	15,3	2,5	1,4	2,4	2,2	4,5	25,2	100	
0,6	25,9	2,2	2,2	1,0	7,0	2,8	12,1	100	
1,1	12,7	1,4	1,0	2,1	5,5	3,8	19,4	100	
0,7	15,4	2,5	2,1	4,7	5,1	4,0	22,5	100	
1,5	28,4	1,3	3,4	1,1	5,5	2,8	22,0	100	
0,8	11,3	1,1	1,3	1,7	6,8	4,4	12,1	100	
1,1	16,0	2,8	2,1	3,0	2,6	3,7	13,7	100	
0,6	18,3	2,2	2,2	1,6	6,5	2,7	18,7	100	
1,2	13,2	1,6	0,9	1,6	4,6	3,5	19,1	100	
1,8	15,9	1,8	1,0	1,3	2,6	1,5	21,7	100	
1,8	19,1	1,7	1,3	3,2	7,0	4,6	14,3	100	
0,9	12,8	1,9	2,6	1,3	4,7	3,3	25,4	100	
0,6	9,3	2,1	1,3	1,8	2,4	3,4	26,5	100	
2,7	15,6	1,6	1,7	1,6	4,3	2,7	20,2	100	
1,3	20,2	2,1	4,5	1,8	3,3	4,9	18,7	100	
0,4	12,6	2,1	2,4	2,1	1,3	1,7	23,9	100	
1,2	13,2	1,4	1,5	1,4	6,5	3,7	15,5	100	
0,5	10,5	1,7	1,3	1,3	5,1	2,8	17,1	100	
1,3	15,5	1,7	1,5	2,4	5,7	3,7	21,6	100	

Figura 4.20. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica.2016.

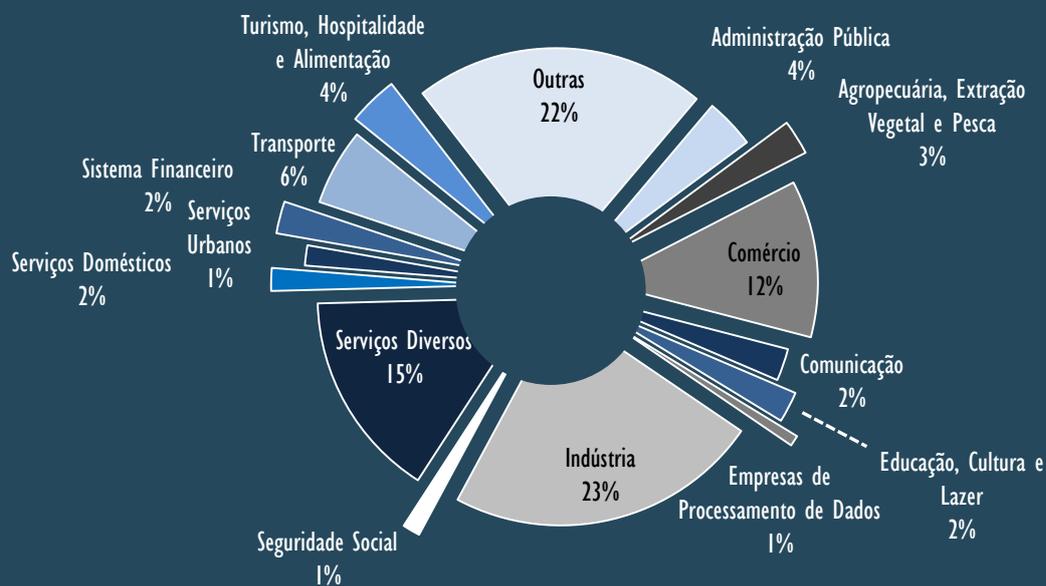


Tabela 4.12. Decisões Proferidas por Ano (Fase de Conhecimento). 2007-2016.

Ano	Julgados	Conciliações		Procedentes	
		Quantidade	%	Quantidade	%
2007	1.813.355	796.906	43,9%	60.627	3,3%
2008	1.854.022	817.726	44,1%	65.137	3,5%
2009	1.986.566	849.983	42,8%	62.732	3,2%
2010	1.971.654	854.881	43,4%	57.725	2,9%
2011	2.052.487	888.805	43,3%	59.472	2,9%
2012	2.175.826	943.778	43,4%	61.260	2,8%
2013	2.293.693	932.942	40,7%	62.074	2,7%
2014	2.428.180	960.815	39,6%	58.388	2,4%
2015	2.557.569	994.349	38,9%	55.822	2,2%
2016	2.687.198	1.042.875	38,8%	57.245	2,1%

Nota: Percentual em relação aos processos julgados.

Figura 4.21. Percentual de Decisões Proferidas por Ano (Fase de Conhecimento). 2007-2016.



Procedentes em Parte		Improcedentes		Arquivadas, Desistências e Extintas		Outras	
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
431.365	23,8%	129.404	7,1%	365.720	20,2%	29.333	1,6%
440.765	23,8%	131.581	7,1%	365.822	19,7%	32.991	1,8%
496.523	25,0%	141.871	7,1%	386.434	19,5%	49.023	2,5%
490.264	24,9%	141.314	7,2%	379.742	19,3%	47.728	2,4%
510.639	24,9%	152.289	7,4%	392.373	19,1%	48.909	2,4%
553.716	25,4%	160.518	7,4%	414.313	19,0%	42.241	1,9%
628.193	27,4%	164.651	7,2%	457.202	19,9%	48.631	2,1%
661.535	27,2%	176.022	7,2%	539.387	22,2%	32.033	1,3%
707.203	27,7%	182.672	7,1%	578.843	22,6%	38.680	1,5%
763.983	28,4%	207.569	7,7%	541.595	20,2%	73.931	2,8%

Figura 4.22. Percentual das Decisões Proferidas (Fase de Conhecimento). 2016.

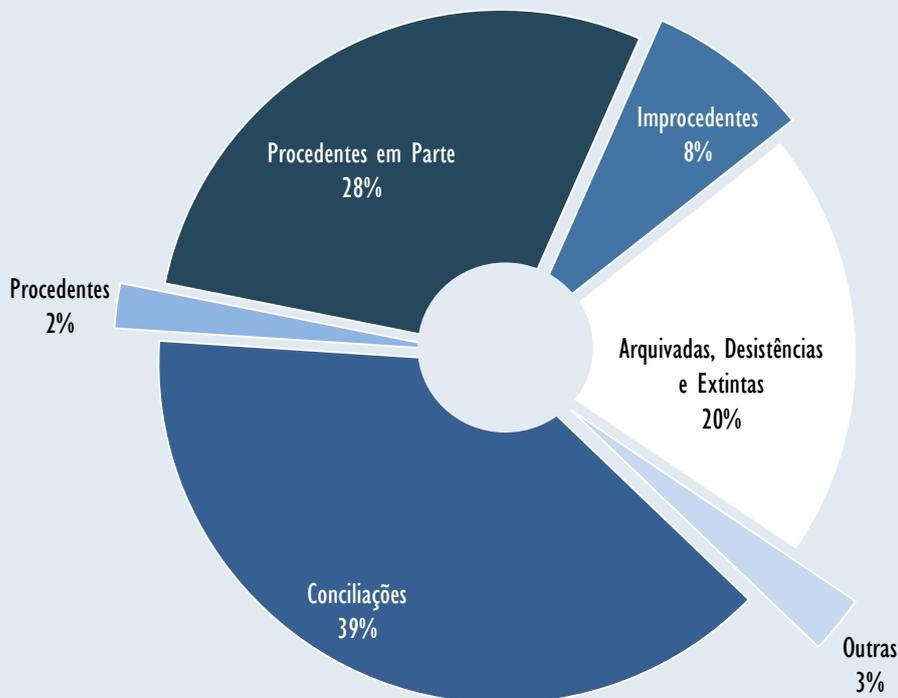


Tabela 4.13. Decisões Proferidas Segundo o Rito (Fase de Conhecimento). 2016.

Decisões	Exceto Rito Sumaríssimo		Rito Sumaríssimo	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Conciliações	731.408	36,4%	311.467	46,0%
Procedentes	45.974	2,3%	11.271	1,7%
Procedentes em Parte	639.651	31,8%	124.332	18,4%
Improcedentes	172.145	8,6%	35.424	5,2%
Arquivadas, Desistências e Extintas	359.244	17,9%	182.351	26,9%
Outras	61.288	3,0%	12.643	1,9%
Total	2.009.710	100,0%	677.488	100,0%

Figura 4.23. Percentual de Decisões Proferidas Segundo o Rito (Fase de Conhecimento). 2016.

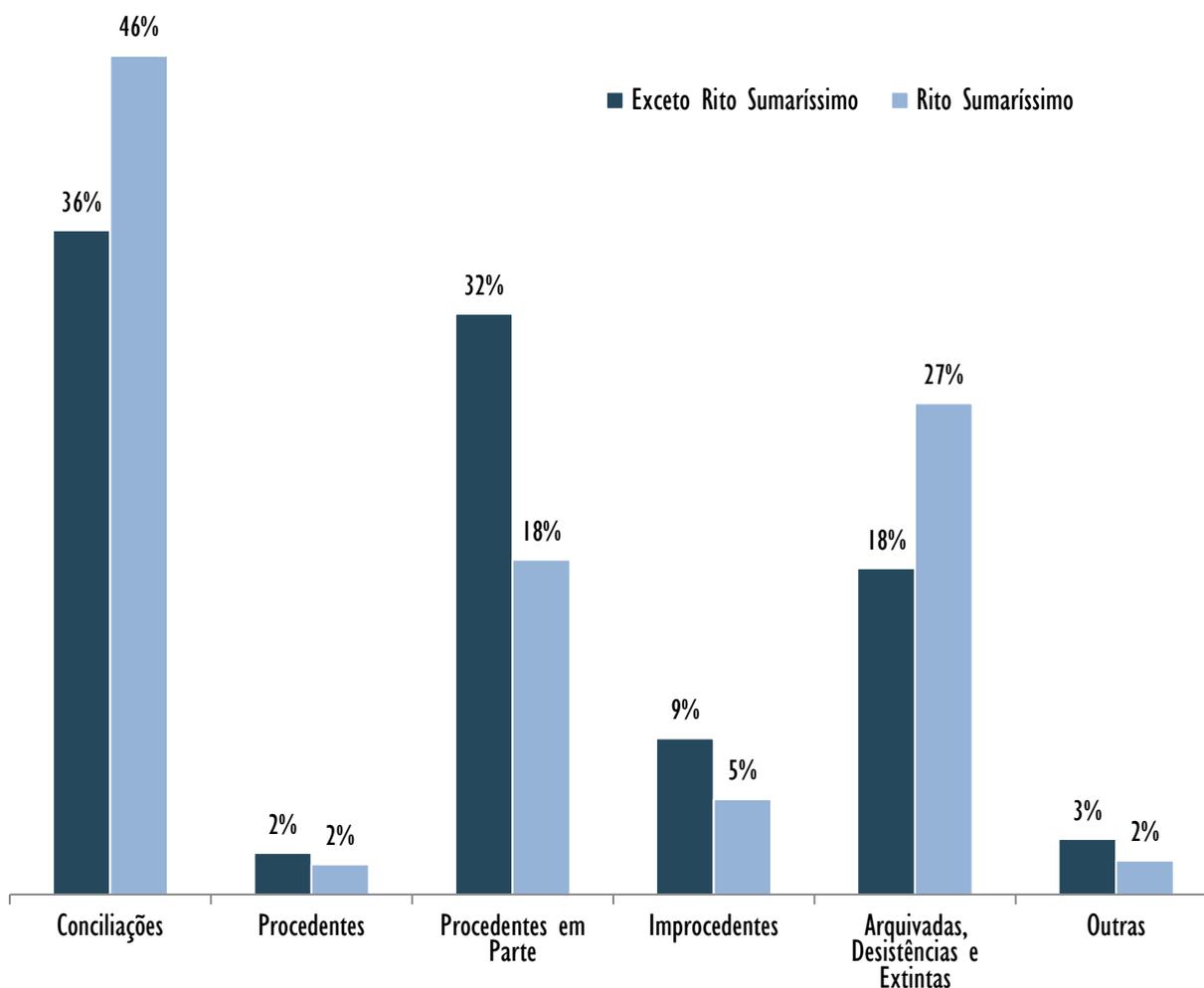


Tabela 4.14. Percentual de Conciliações por Rito (Fase de Conhecimento). 2016.

Região Judiciária	Exceto Rito Sumaríssimo			Rito Sumaríssimo			Total		
	Julgados	Conciliações	%	Julgados	Conciliações	%	Julgados	Conciliações	%
1ª - RJ	231.916	79.376	34,2%	32.476	13.020	40,1%	264.392	92.396	34,9%
2ª - SP	370.043	152.148	41,1%	89.915	49.827	55,4%	459.958	201.975	43,9%
3ª - MG	141.365	46.342	32,8%	130.965	56.151	42,9%	272.330	102.493	37,6%
4ª - RS	161.756	64.609	39,9%	22.287	12.593	56,5%	184.043	77.202	41,9%
5ª - BA	105.737	31.379	29,7%	11.198	4.928	44,0%	116.935	36.307	31,0%
6ª - PE	83.868	30.322	36,2%	27.954	14.076	50,4%	111.822	44.398	39,7%
7ª - CE	28.922	9.459	32,7%	37.666	19.147	50,8%	66.588	28.606	43,0%
8ª - PA e AP	60.182	17.348	28,8%	35.204	13.101	37,2%	95.386	30.449	31,9%
9ª - PR	138.447	65.739	47,5%	12.234	6.600	53,9%	150.681	72.339	48,0%
10ª - DF e TO	44.752	11.315	25,3%	17.816	5.882	33,0%	62.568	17.197	27,5%
11ª - AM e RR	35.084	7.676	21,9%	28.354	9.449	33,3%	63.438	17.125	27,0%
12ª - SC	82.760	38.728	46,8%	10.953	5.761	52,6%	93.713	44.489	47,5%
13ª - PB	29.803	7.661	25,7%	9.949	4.391	44,1%	39.752	12.052	30,3%
14ª - RO e AC	20.045	5.567	27,8%	7.893	3.488	44,2%	27.938	9.055	32,4%
15ª - Campinas/SP	228.616	83.873	36,7%	82.460	42.932	52,1%	311.076	126.805	40,8%
16ª - MA	21.219	5.335	25,1%	13.179	5.765	43,7%	34.398	11.100	32,3%
17ª - ES	29.188	7.122	24,4%	10.021	3.811	38,0%	39.209	10.933	27,9%
18ª - GO	54.742	19.643	35,9%	40.990	18.156	44,3%	95.732	37.799	39,5%
19ª - AL	26.218	11.411	43,5%	8.478	4.505	53,1%	34.696	15.916	45,9%
20ª - SE	18.133	3.220	17,8%	7.764	2.172	28,0%	25.897	5.392	20,8%
21ª - RN	20.995	4.913	23,4%	13.019	4.434	34,1%	34.014	9.347	27,5%
22ª - PI	16.011	3.279	20,5%	12.386	4.736	38,2%	28.397	8.015	28,2%
23ª - MT	34.073	14.889	43,7%	7.770	3.658	47,1%	41.843	18.547	44,3%
24ª - MS	26.015	10.054	38,6%	6.377	2.884	45,2%	32.392	12.938	39,9%
Total	2.009.890	731.408	36,4%	677.308	311.467	46,0%	2.687.198	1.042.875	38,8%

Nota: 1) Percentuais em relação aos processos Julgados na Região Judiciária.

2) Para o cálculo do percentual de conciliações, foram excluídas as decisões de Arquivamento e Desistências no total de Julgados.

Figura 4.24. Percentual de Conciliações nas Regiões Judiciárias (Fase de Conhecimento). 2016.

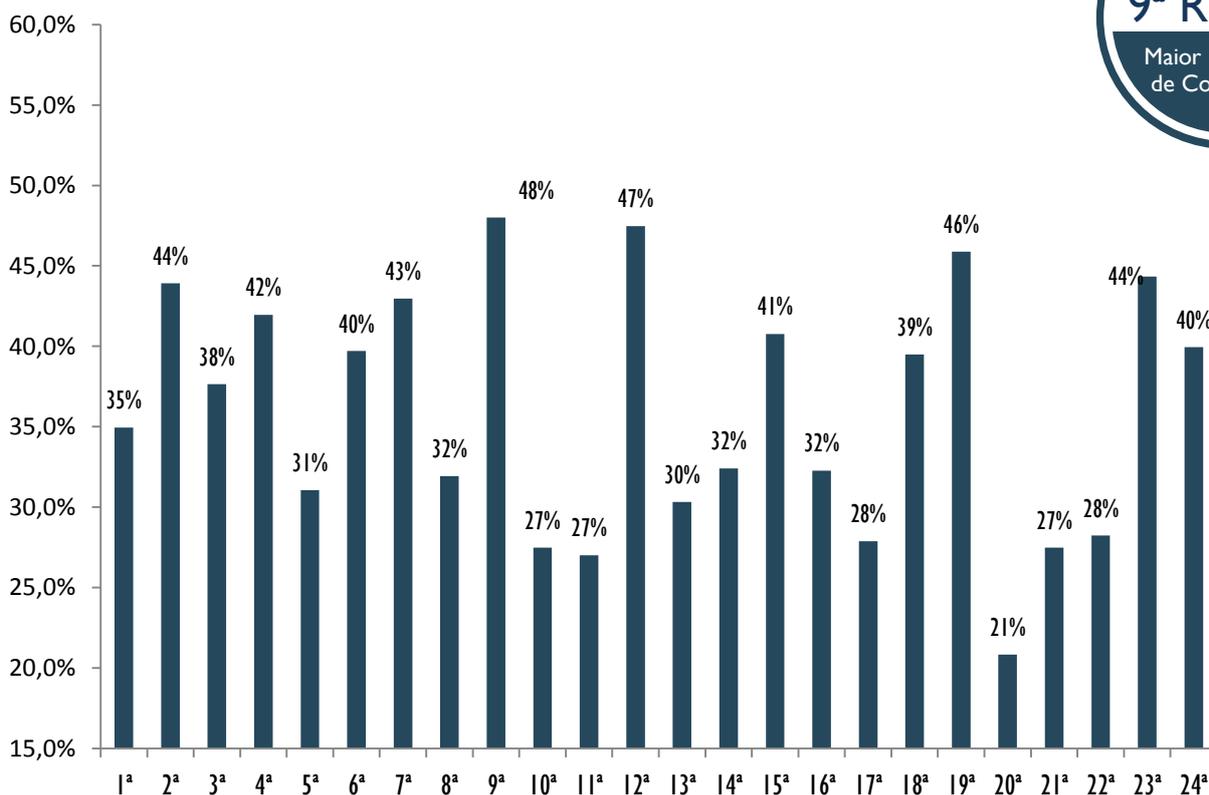


Tabela 4.15. Processos de Execução. Iniciados, Encerrados e Resíduo. 2016.

Região Judiciária	Resíduo de 2015			Execuções Iniciadas	Total a Executar
	Em Execução	Em Arquivo Provisório	Total		
1ª - RJ	204.143	83.129	287.272	71.277	358.549
2ª - SP	233.406	41.460	274.866	62.756	337.622
3ª - MG	110.978	93.141	204.119	57.166	261.285
4ª - RS	122.107	101.239	223.346	63.001	286.347
5ª - BA	142.204	26.687	168.891	45.455	214.346
6ª - PE	43.613	1.413	45.026	36.163	81.189
7ª - CE	64.826	12.920	77.746	24.952	102.698
8ª - PA e AP	19.289	23.561	42.850	23.055	65.905
9ª - PR	117.553	81.025	198.578	52.015	250.593
10ª - DF e TO	38.844	24.676	63.520	20.540	84.060
11ª - AM e RR	16.662	876	17.538	15.162	32.700
12ª - SC	37.419	24.210	61.629	28.752	90.381
13ª - PB	16.699	2.268	18.967	10.427	29.394
14ª - RO e AC	15.502	5.013	20.515	8.578	29.093
15ª - Campinas/SP	185.218	23.697	208.915	90.951	299.866
16ª - MA	45.807	3.828	49.635	11.699	61.334
17ª - ES	22.418	2.845	25.263	15.180	40.443
18ª - GO	31.704	16.093	47.797	24.369	72.166
19ª - AL	46.283	8.191	54.474	11.907	66.381
20ª - SE	18.608	6.778	25.386	7.375	32.761
21ª - RN	48.336	1.706	50.042	12.309	62.351
22ª - PI	26.135	1.320	27.455	9.666	37.121
23ª - MT	24.492	13.218	37.710	11.671	49.381
24ª - MS	18.947	6.178	25.125	10.065	35.190
Total	1.651.193	605.472	2.256.665	724.491	2.981.156

Figura 4.25. Movimentação Processual de Processos de Execução. 2016.



Resíduo Anterior:
2.256.665



Execuções Iniciadas:
724.491



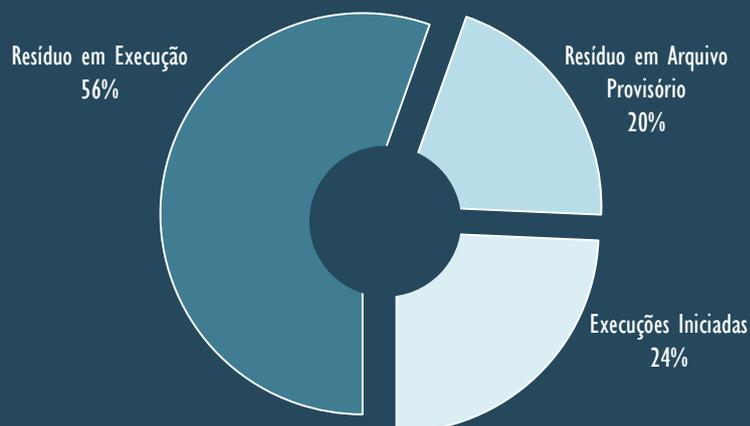
Execuções Encerradas:
661.850



Resíduo:
2.518.737

Execuções Encerradas	Remetidos ao Arquivo Provisório	Resíduo de 2016		
		Em Execução	Em Arquivo Provisório	Total
46.703	21.608	199.617	102.177	301.794
125.315	21.969	255.574	213.201	468.775
46.728	15.420	121.813	84.581	206.394
43.997	11.993	126.381	107.109	233.490
41.562	9.429	143.823	21.536	165.359
24.797	4.316	63.107	3.546	66.653
23.192	12.095	59.573	18.806	78.379
16.980	2.883	24.233	25.034	49.267
36.139	23.481	118.339	85.841	204.180
14.223	9.617	50.404	25.313	75.717
14.454	899	21.329	722	22.051
22.654	3.592	42.767	24.989	67.756
8.142	2.413	18.741	2.761	21.502
7.060	2.301	16.689	5.710	22.399
100.033	2.886	167.486	11.504	178.990
9.644	1.707	47.813	2.902	50.715
12.971	1.628	25.378	4.138	29.516
19.266	7.431	36.493	16.268	52.761
5.386	1.162	46.907	8.656	55.563
6.516	1.248	20.205	6.738	26.943
13.522	337	42.607	1.336	43.943
8.177	825	26.495	1.870	28.365
8.124	4.480	26.024	14.532	40.556
6.265	785	21.553	6.116	27.669
661.850	164.505	1.723.351	795.386	2.518.737

Figura 4.26. Total a Executar. 2016.



Séries
Históricas

Tabela 4.16. Processos de Execução. Variação Percentual. 2014-2016.

Processos de Execução	Ano			Variação percentual(%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
Iniciadas	615.408	628.397	724.491	+2%	+15%
Encerradas	720.312	659.641	661.850	-8%	+0,3%
Resíduo em Execução	1.814.750	1.651.193	1.723.351	-9%	+4%
Resíduo em Arquivo Provisório	608.504	605.472	795.386	-0,5%	+31%
Resíduo Total	2.423.254	2.256.665	2.518.737	-7%	+12%

Nota: Os dados da 2ª Região não puderam ser computados no Total, uma vez que divergem significativamente da média histórica da Região Judiciária e a sua inclusão comprometeria as análises estatísticas que consideram os dados do País.

Tabela 4.17. Processos de Execução. Variação Percentual do Resíduo. 2014-2016.

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
1ª - RJ	289.794	287.272	301.794	-1%	+5%
2ª - SP	354.319	274.866	468.775	-22%	+71%
3ª - MG	215.506	204.119	206.394	-5%	+1%
4ª - RS	232.682	223.346	233.490	-4%	+5%
5ª - BA	172.361	168.891	165.359	-2%	-2%
6ª - PE	59.355	45.026	66.653	-24%	+48%
7ª - CE	87.644	77.746	78.379	-11%	+1%
8ª - PA e AP	39.232	42.850	49.267	+9%	+15%

TRT	Resíduo			Variação Percentual (%)	
	2014	2015	2016	2014-2015	2015-2016
9ª - PR	195.326	198.578	204.180	+2%	+3%
10ª - DF e TO	56.374	63.520	75.717	+13%	+19%
11ª - AM e RR	16.796	17.538	22.051	+4%	+26%
12ª - SC	58.097	61.629	67.756	+6%	+10%
13ª - PB	16.136	18.967	21.502	+18%	+13%
14ª - RO e AC	21.266	20.515	22.399	-4%	+9%
15ª - Campinas/SP	273.999	208.915	178.990	-24%	-14%
16ª - MA	47.072	49.635	50.715	+5%	+2%
17ª - ES	22.833	25.263	29.516	+11%	+17%
18ª - GO	44.454	47.797	52.761	+8%	+10%
19ª - AL	51.449	54.474	55.563	+6%	+2%
20ª - SE	22.487	25.386	26.943	+13%	+6%
21ª - RN	60.618	50.042	43.943	-17%	-12%
22ª - PI	26.664	27.455	28.365	+3%	+3%
23ª - MT	35.688	37.710	40.556	+6%	+8%
24ª - MS	23.102	25.125	27.669	+9%	+10%

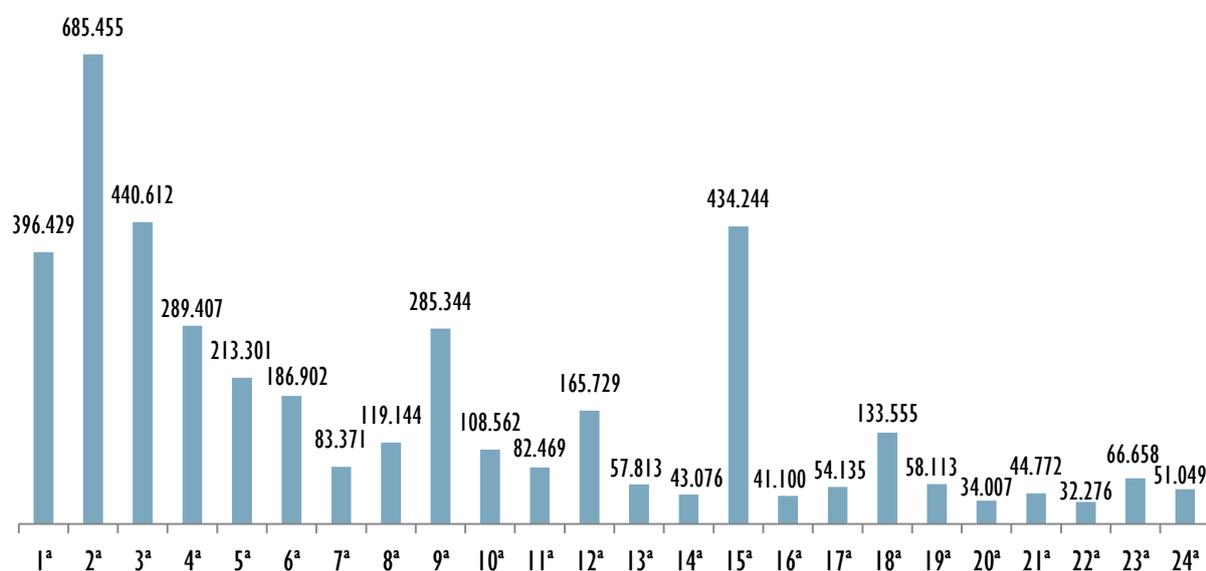
Notas: Resíduo em Execução inclui o saldo de processos em arquivo provisório.

4.4. Audiências Realizadas

Tabela 4.18. Audiências Realizadas. 2016.

Região Judiciária	Tipo de Audiência						Total
	Inaugural	Instrução	Julgamento	Una	Conciliação no Conhecimento	Conciliação na Execução	
1ª - RJ	123.939	86.646	790	159.177	18.849	7.028	396.429
2ª - SP	69.092	117.411	73.138	393.574	18.967	13.273	685.455
3ª - MG	143.720	103.601	17.403	128.933	26.925	20.030	440.612
4ª - RS	162.441	93.732	350	26.489	3.381	3.014	289.407
5ª - BA	123.337	57.924	8.751	11.957	3.434	7.898	213.301
6ª - PE	82.060	61.384	2.279	28.477	8.704	3.998	186.902
7ª - CE	20.866	9.439	856	47.502	2.089	2.619	83.371
8ª - PA e AP	20.147	18.626	8.709	61.031	8.241	2.390	119.144
9ª - PR	128.371	90.482	33.269	22.375	3.154	7.693	285.344
10ª - DF e TO	54.051	33.036	13.333	6.791	408	943	108.562
11ª - AM e RR	36.381	12.568	47	29.716	1.790	1.967	82.469
12ª - SC	75.407	57.634	10.731	11.532	6.743	3.682	165.729
13ª - PB	13.058	15.109	21	26.501	1.965	1.159	57.813
14ª - RO e AC	15.819	11.665	3	10.652	171	4.766	43.076
15ª - Campinas/SP	124.172	88.811	8.081	153.619	29.020	30.541	434.244
16ª - MA	1.913	3.805	5	31.668	1.653	2.056	41.100
17ª - ES	15.015	11.968	910	24.944	448	850	54.135
18ª - GO	55.893	40.282	336	28.302	6.966	1.776	133.555
19ª - AL	21.186	14.294	1.144	16.233	1.210	4.046	58.113
20ª - SE	13.892	6.612	45	11.547	246	1.665	34.007
21ª - RN	8.911	8.745	993	21.902	1.695	2.526	44.772
22ª - PI	10.193	2.523	66	19.124	129	241	32.276
23ª - MT	28.331	23.205	99	10.550	3.008	1.465	66.658
24ª - MS	20.746	23.070	489	5.244	917	583	51.049
Total	1.368.941	992.572	181.848	1.287.840	150.113	126.209	4.107.523

Figura 4.27. Audiências Realizadas. 2016



4.5. Prazos

Tabela 4.19. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Conhecimento. 2016.

Região Judiciária	Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência			Da 1ª Audiência até o Fim da Instrução Processual			Do ajuizamento da ação até a Prolação da Sentença		
	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total
1ª - RJ	120	144	141	57	153	142	168	274	261
2ª - SP	78	173	156	36	122	105	120	278	246
3ª - MG	29	70	51	28	183	108	55	239	150
4ª - RS	70	74	73	31	186	166	109	273	253
5ª - BA	71	94	92	44	150	141	120	253	240
6ª - PE	88	125	116	29	186	146	123	307	260
7ª - CE	69	82	74	27	91	53	100	173	132
8ª - PA e AP	107	141	128	15	49	36	105	168	148
9ª - PR	105	136	134	25	139	130	130	273	261
10ª - DF e TO	72	91	86	59	121	105	125	215	189
11ª - AM e RR	85	117	103	37	76	58	112	179	149
12ª - SC	98	101	100	26	142	128	119	234	220
13ª - PB	47	60	57	26	86	71	76	141	124
14ª - RO e AC	37	49	46	18	62	50	52	110	94
15ª - Campinas/SP	133	165	157	68	199	164	198	342	304
16ª - MA	135	141	138	37	86	66	173	209	195
17ª - ES	95	113	108	68	151	130	158	254	230
18ª - GO	45	70	60	41	125	90	89	202	153
19ª - AL	56	52	53	31	121	99	91	177	155
20ª - SE	48	101	84	80	181	149	122	229	196
21ª - RN	67	79	74	21	76	55	96	164	138
22ª - PI	107	121	115	25	63	46	142	195	172
23ª - MT	56	64	63	22	96	83	78	157	142
24ª - MS	115	134	130	74	199	175	183	302	278
Média	81	104	97	38	127	104	119	223	195

Figura 4.28. Prazos Médios do Ajuizamento da Ação até a Sentença na Fase de Conhecimento (em Dias). 2016.

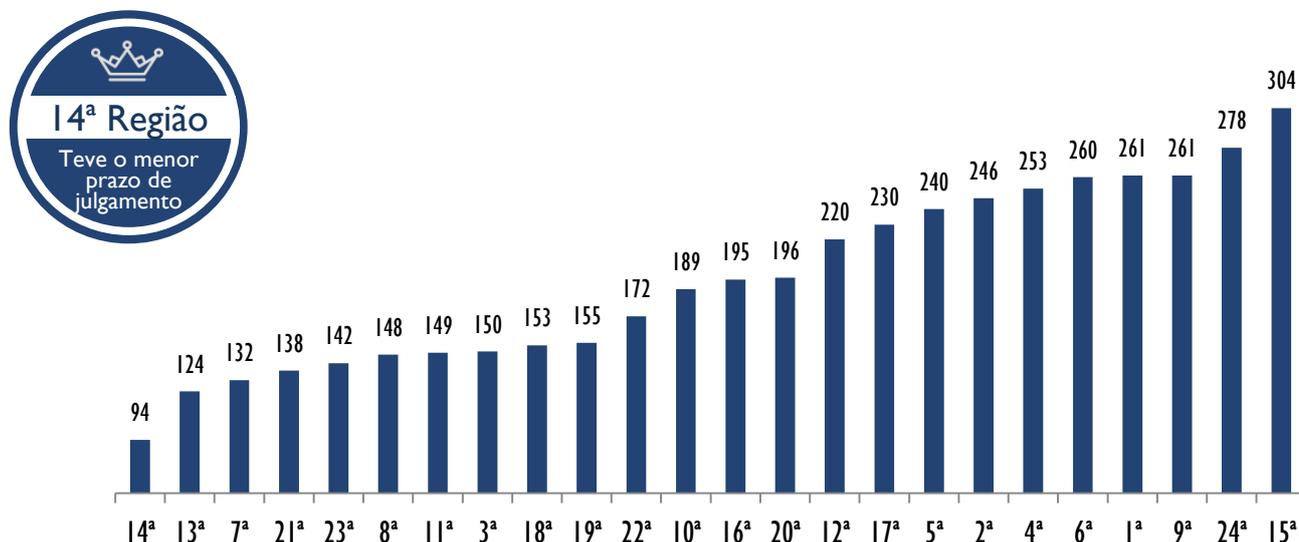


Tabela 4.20. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Liquidação. 2016.

Região Judiciária	Do início até o encerramento da Liquidação			Do ajuizamento da ação até o encerramento da Liquidação		
	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total
1ª - RJ	324	300	302	859	1.236	1.204
2ª - SP	188	226	220	854	1.356	1.282
3ª - MG	114	173	148	316	667	513
4ª - RS	151	223	219	546	1.050	1.019
5ª - BA	398	378	379	935	1.293	1.276
6ª - PE	93	142	132	420	798	727
7ª - CE	134	254	201	576	946	773
8ª - PA e AP	16	11	12	387	626	571
9ª - PR	136	188	185	450	957	932
10ª - DF e TO	85	130	118	398	631	568
11ª - AM e RR	32	31	32	443	580	526
12ª - SC	62	74	73	382	733	696
13ª - PB	45	48	48	335	488	466
14ª - RO e AC	90	104	101	336	437	416
15ª - Campinas/SP	234	252	248	581	655	641
16ª - MA	140	140	140	672	821	773
17ª - ES	131	174	168	744	1.253	1.192
18ª - GO	51	65	60	312	553	457
19ª - AL	116	112	112	573	712	694
20ª - SE	103	160	150	600	1.504	1.407
21ª - RN	136	168	161	673	1.089	998
22ª - PI	108	90	94	724	1.073	993
23ª - MT	66	66	66	345	515	490
24ª - MS	74	83	81	456	634	600
Média	126	150	144	538	859	801

Figura 4.29. Prazos Médios, em Dias, do Início até o Encerramento da Liquidação. 2016.

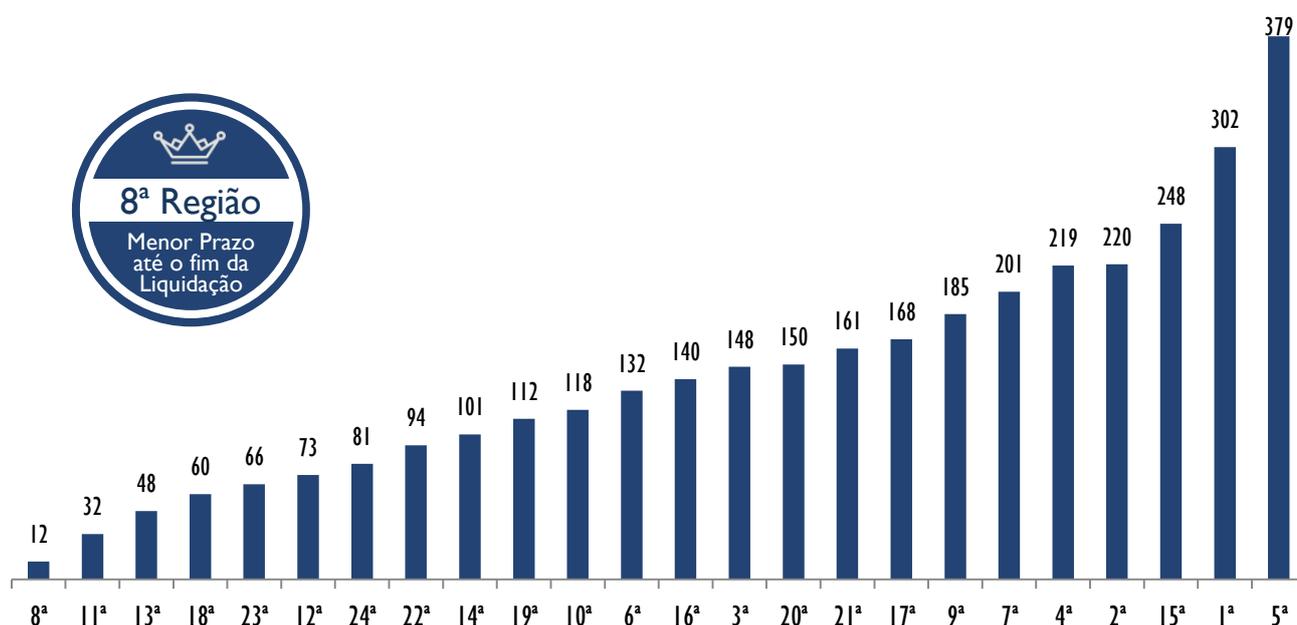


Tabela 4.21. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Execução. 2016.

Região Judiciária	Do início até o encerramento da Execução			Do ajuizamento da ação até o encerramento da Execução		
	Ente Privado	Ente Público	Total	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo	Total
1ª - RJ	1.351	904	1.340	2.631	2.947	2.900
2ª - SP	576	341	567	2.352	2.856	2.453
3ª - MG	1.107	1.313	1.122	1.984	3.068	2.724
4ª - RS	670	945	709	1.124	1.594	1.556
5ª - BA	1.346	1.122	1.209	1.950	2.391	2.308
6ª - PE	499	440	498	1.615	1.575	1.581
7ª - CE	1.777	1.499	1.725	1.711	2.363	1.989
8ª - PA e AP	248	958	270	559	719	657
9ª - PR	1.151	1.206	1.157	1.426	1.819	1.796
10ª - DF e TO	377	1.096	499	638	1.313	1.014
11ª - AM e RR	358	914	421	1.339	2.089	1.753
12ª - SC	573	493	569	673	1.221	1.167
13ª - PB	600	723	611	1.766	1.348	1.460
14ª - RO e AC	958	839	934	1.391	1.339	1.352
15ª - Campinas/SP	2.110	1.123	2.020	2.464	3.139	2.944
16ª - MA	1.443	1.012	1.234	1.571	1.888	1.773
17ª - ES	755	809	775	1.902	2.718	2.570
18ª - GO	430	581	435	647	1.026	926
19ª - AL	1.785	2.146	1.819	2.027	3.514	3.350
20ª - SE	1.116	1.345	1.132	3.818	3.774	3.785
21ª - RN	1.870	2.178	1.891	1.685	2.163	2.031
22ª - PI	994	993	993	2.218	2.672	2.439
23ª - MT	1.075	669	980	1.635	2.339	2.205
24ª - MS	511	889	520	1.259	1.663	1.601
Média	987	1.022	976	1.683	2.147	2.014

Figura 4.30. Prazos Médios do Início até o Encerramento da Execução (em Dias). 2016.

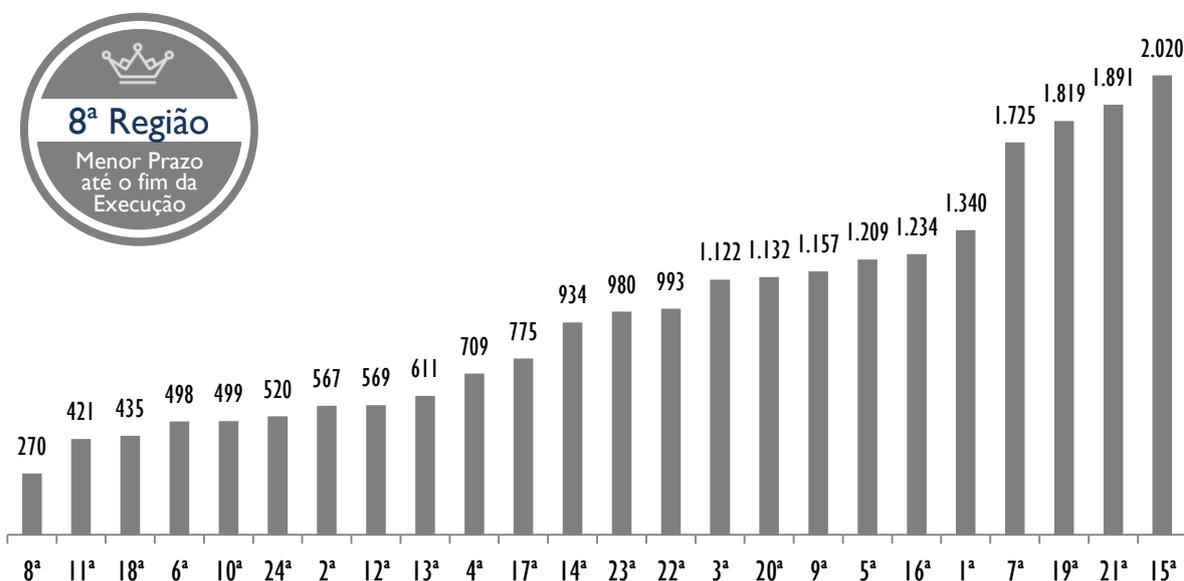
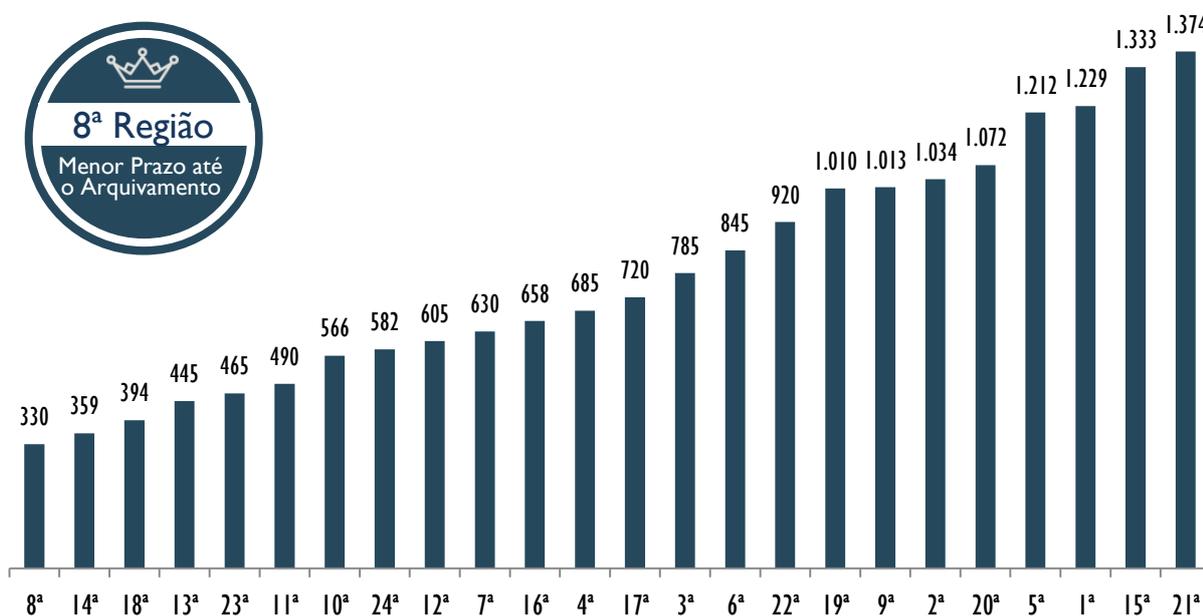


Tabela 4.22. Prazos Médios, em Dias, até o Arquivamento. 2016.

Região Judiciária	A partir do Ajuizamento da Ação até o Arquivamento Definitivo			
	Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo – Ente Privado	Exceto Rito Sumaríssimo – Ente Público	Total
1ª - RJ	1.063	1.264	1.070	1.229
2ª - SP	631	1.140	1.230	1.034
3ª - MG	409	1.114	1.247	785
4ª - RS	389	698	1.138	685
5ª - BA	1.346	1.006	1.622	1.212
6ª - PE	744	893	566	845
7ª - CE	484	778	1.174	630
8ª - PA e AP	287	350	565	330
9ª - PR	789	1.000	1.575	1.013
10ª - DF e TO	348	663	799	566
11ª - AM e RR	334	579	918	490
12ª - SC	381	589	1.387	605
13ª - PB	360	500	258	445
14ª - RO e AC	254	437	317	359
15ª - Campinas/SP	1.017	1.462	1.456	1.333
16ª - MA	435	640	1.048	658
17ª - ES	551	814	583	720
18ª - GO	260	505	511	394
19ª - AL	577	1.048	2.079	1.010
20ª - SE	762	1.241	862	1.072
21ª - RN	576	1.779	1.611	1.374
22ª - PI	640	1.044	1.357	920
23ª - MT	365	494	415	465
24ª - MS	443	616	805	582
Média	560	861	1.025	781

Figura 4.31. Prazos Médios até o Arquivamento (em Dias). 2016.



4.6. Valores Pagos aos Reclamantes

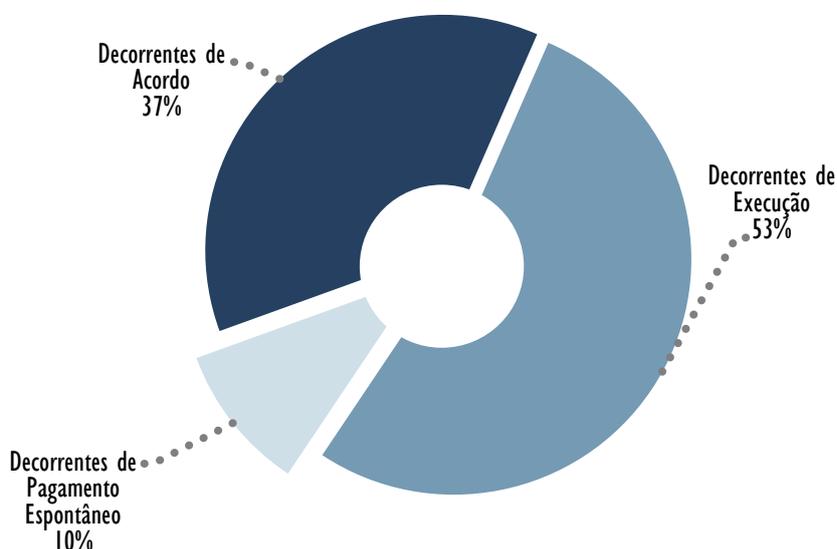
Tabela 4.23. Valores Pagos aos Reclamantes por Região Judiciária (em Reais). 2016.

Região Judiciária	Decorrentes de Acordo	%	Decorrentes de Execução	%	Decorrentes de Pagamento Espontâneo	%	Total	%
1ª - RJ	936.797.696,60	44,5%	1.039.283.417,00	49,3%	130.424.897,30	6,2%	2.106.506.010,90	8,6%
2ª - SP	853.573.471,10	21,2%	2.803.158.046,00	69,7%	364.945.657,20	9,1%	4.021.677.174,30	16,5%
3ª - MG	1.227.305.129,00	42,1%	706.117.138,50	24,2%	979.341.823,30	33,6%	2.912.764.090,80	12,0%
4ª - RS	482.374.840,20	21,1%	1.778.298.031,00	77,9%	20.869.853,98	0,9%	2.281.542.725,18	9,4%
5ª - BA	337.970.865,20	16,2%	1.737.856.972,00	83,5%	6.358.938,80	0,3%	2.082.186.776,00	8,5%
6ª - PE	249.022.950,70	60,1%	157.508.219,80	38,0%	7.801.213,66	1,9%	414.332.384,16	1,7%
7ª - CE	149.539.300,10	47,0%	131.661.931,00	41,4%	36.810.464,56	11,6%	318.011.695,66	1,3%
8ª - PA e AP	212.495.986,70	30,7%	295.384.944,90	42,7%	183.706.937,20	26,6%	691.587.868,80	2,8%
9ª - PR	989.408.400,40	53,3%	857.839.999,00	46,2%	10.129.952,21	0,5%	1.857.378.351,61	7,6%
10ª - DF e TO	135.183.372,60	21,9%	459.894.401,10	74,6%	21.418.862,10	3,5%	616.496.635,80	2,5%
11ª - AM e RR	126.280.744,90	36,8%	203.328.013,30	59,3%	13.211.570,39	3,9%	342.820.328,59	1,4%
12ª - SC	322.787.627,90	44,7%	388.953.764,40	53,9%	10.233.565,92	1,4%	721.974.958,22	3,0%
13ª - PB	66.408.582,93	32,2%	62.840.059,16	30,5%	76.861.914,95	37,3%	206.110.557,04	0,8%
14ª - RO e AC	107.929.967,50	32,8%	208.584.998,40	63,4%	12.576.656,04	3,8%	329.091.621,94	1,4%
15ª - Campinas/SP	1.741.562.547,00	60,4%	782.996.755,70	27,1%	359.679.661,00	12,5%	2.884.238.963,70	11,8%
16ª - MA	71.210.583,86	35,9%	93.647.580,94	47,1%	33.774.974,89	17,0%	198.633.139,69	0,8%
17ª - ES	139.116.476,10	38,1%	204.803.710,50	56,1%	20.906.145,90	5,7%	364.826.332,50	1,5%
18ª - GO	301.394.189,70	48,8%	282.262.055,60	45,7%	33.791.847,49	5,5%	617.448.092,79	2,5%
19ª - AL	60.784.683,72	82,8%	9.649.906,39	13,1%	2.975.129,24	4,1%	73.409.719,35	0,3%
20ª - SE	49.809.892,50	15,7%	229.190.770,80	72,2%	38.504.156,78	12,1%	317.504.820,08	1,3%
21ª - RN	141.415.006,80	50,4%	127.033.489,70	45,3%	12.190.304,79	4,3%	280.638.801,29	1,2%
22ª - PI	29.187.619,03	29,7%	66.893.463,84	68,0%	2.235.417,72	2,3%	98.316.500,59	0,4%
23ª - MT	139.471.892,90	46,3%	104.877.178,50	34,8%	57.111.335,18	18,9%	301.460.406,58	1,2%
24ª - MS	157.694.231,40	49,3%	139.609.068,80	43,7%	22.302.075,66	7,0%	319.605.375,86	1,3%
Total	9.028.726.058,84	37,1%	12.871.673.916,33	52,8%	2.458.163.356,26	10,1%	24.358.563.331,43	100,0%

Notas: 1) Percentuais em relação ao total dos valores pagos por Região Judiciária.

2) Percentuais em relação ao total do País.

Figura 4.32. Valores Pagos aos Reclamantes. 2016.



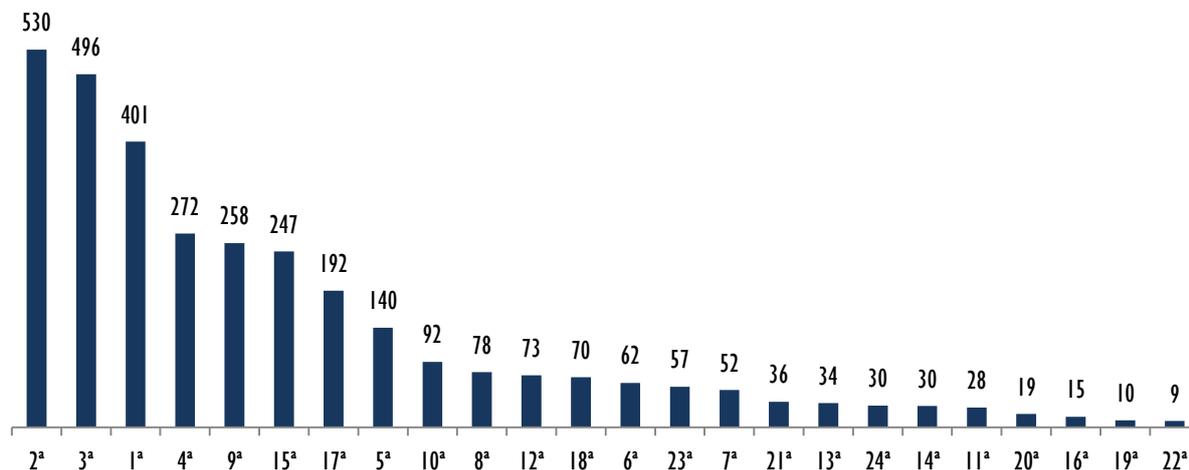
4.7. Valores Arrecadados

Tabela 4.24. Valores Arrecadados por Região Judiciária (em Reais). 2016.

Região Judiciária	Arrecadação		
	Custas Arrecadadas	Emolumentos Arrecadados	Previdência Social
1ª - RJ	17.470.303,41	1.190.162,24	328.225.236,60
2ª - SP	58.885.981,26	252.820,61	392.289.898,00
3ª - MG	23.004.402,62	183.902,12	392.821.605,80
4ª - RS	27.888.893,27	84.361,96	195.294.048,50
5ª - BA	24.753.701,51	146.758,62	97.274.835,51
6ª - PE	6.476.818,92	41.448,77	53.944.809,74
7ª - CE	3.628.777,34	16.144,22	34.353.043,49
8ª - PA e AP	9.998.724,69	24.091,43	58.983.268,88
9ª - PR	42.477.934,98	50.440,22	173.487.411,30
10ª - DF e TO	11.612.092,64	836.841,54	66.326.223,54
11ª - AM e RR	2.269.615,07	58.129,48	21.655.365,13
12ª - SC	7.587.169,02	11.454,11	59.977.746,12
13ª - PB	3.063.104,15	196.099,37	28.722.145,47
14ª - RO e AC	2.778.074,83	192.495,29	21.342.545,92
15ª - Campinas/SP	15.776.424,26	691.268,83	207.987.280,10
16ª - MA	1.272.684,55	2.095,93	11.203.479,35
17ª - ES	5.931.168,38	10.247,96	164.159.771,90
18ª - GO	13.595.276,94	501.802,47	51.447.965,94
19ª - AL	1.251.005,88	596.108,91	7.376.643,99
20ª - SE	1.960.804,60	6.989,87	13.827.169,76
21ª - RN	2.471.020,14	6.647,59	32.303.810,55
22ª - PI	866.249,53	737,84	7.854.124,38
23ª - MT	4.640.665,76	51.619,19	50.276.028,68
24ª - MS	2.615.066,89	12.174,35	24.974.534,45
Total	292.275.960,64	5.164.842,92	2.496.108.993,10

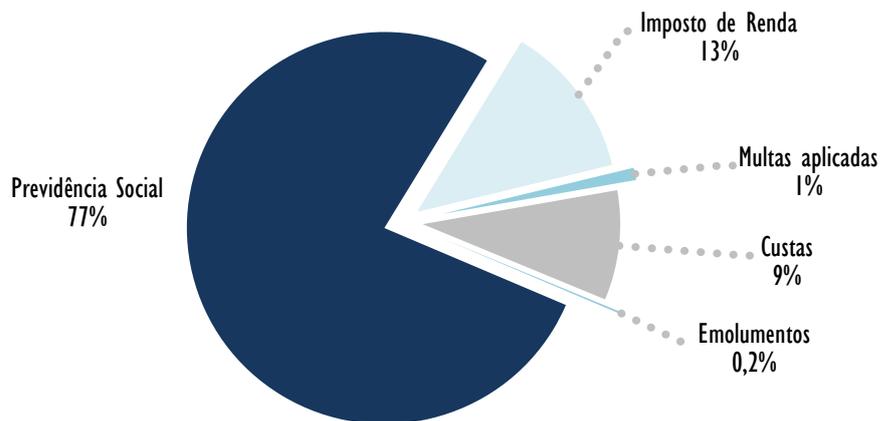
Nota: Sinal convencional utilizado:
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 4.33. Valores Arrecadados por Região Judiciária (em Milhões de Reais). 2016



Arrecadação		Multas Aplicadas pelos Órgãos de Fiscalização	Total	%
Imposto de Renda	Subtotal			
51.307.921,84	398.193.624,09	2.732.257,13	400.925.881,22	12,4%
78.655.005,72	530.083.705,59	-	530.083.705,59	16,4%
77.457.293,00	493.467.203,54	2.059.329,21	495.526.532,75	15,3%
48.440.562,95	271.707.866,68	105.561,82	271.813.428,50	8,4%
17.462.695,10	139.637.990,74	363.108,08	140.001.098,82	4,3%
1.921.110,53	62.384.187,96	19.181,36	62.403.369,32	1,9%
1.997.639,56	39.995.604,61	12.329.869,62	52.325.474,23	1,6%
5.628.166,30	74.634.251,30	3.068.013,45	77.702.264,75	2,4%
37.487.830,12	253.503.616,62	4.863.861,01	258.367.477,63	8,0%
12.788.957,33	91.564.115,05	137.018,15	91.701.133,20	2,8%
2.834.084,89	26.817.194,57	1.175.966,52	27.993.161,09	0,9%
4.252.154,82	71.828.524,07	1.085.999,26	72.914.523,33	2,3%
1.927.956,78	33.909.305,77	2.144,58	33.911.450,35	1,0%
5.191.881,48	29.504.997,52	394.412,56	29.899.410,08	0,9%
21.739.916,19	246.194.889,38	713.785,04	246.908.674,42	7,6%
949.895,03	13.428.154,86	1.382.202,97	14.810.357,83	0,5%
21.107.392,14	191.208.580,38	455.784,74	191.664.365,12	5,9%
4.416.319,32	69.961.364,67	342.816,18	70.304.180,85	2,2%
771.536,31	9.995.295,09	2.211,01	9.997.506,10	0,3%
2.979.485,72	18.774.449,95	59.972,94	18.834.422,89	0,6%
1.127.536,76	35.909.015,04	219,66	35.909.234,70	1,1%
361.582,12	9.082.693,87	27.784,59	9.110.478,46	0,3%
1.736.404,88	56.704.718,51	174.296,17	56.879.014,68	1,8%
1.408.105,79	29.009.881,48	1.269.618,16	30.279.499,64	0,9%
403.951.434,68	3.197.501.231,34	32.765.414,21	3.230.266.645,55	100,0%

Figura 4.34. Valores Arrecadados. 2016



4.8. Recursos de Competência dos TRTs

Tabela 4.25. Série Histórica de Recursos Remetidos à 2ª Instância. 2007-2016.

Região Judiciária	Ano									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1ª	42.551	41.697	50.719	60.894	60.494	71.571	70.709	61.996	59.786	73.484
2ª	116.155	134.661	132.896	124.672	118.773	141.782	146.302	27.000	35.106	112.230
3ª	61.758	69.317	74.048	81.218	81.975	91.632	82.945	93.877	85.962	83.044
4ª	65.908	84.659	67.102	62.231	68.088	74.987	85.206	76.322	74.568	68.945
5ª	32.076	29.914	30.597	31.510	26.977	41.077	41.600	41.939	36.725	42.227
6ª	13.300	19.955	18.211	22.058	31.699	27.722	25.148	23.158	20.111	23.436
7ª	6.925	8.007	9.197	9.189	8.428	7.729	10.545	9.633	9.298	10.171
8ª	13.734	14.196	13.748	13.593	13.695	14.623	12.114	12.860	15.364	17.658
9ª	45.056	43.761	46.103	48.556	51.812	53.185	85.142	85.296	87.157	52.789
10ª	12.871	12.095	14.892	15.688	17.304	16.407	14.917	12.859	15.990	18.885
11ª	7.076	8.956	9.438	6.484	7.655	9.702	7.859	4.916	7.691	10.658
12ª	21.806	26.755	26.881	25.963	27.849	29.686	22.512	23.325	24.760	22.270
13ª	6.041	7.438	11.319	10.860	6.536	9.066	12.163	11.370	9.496	11.062
14ª	3.419	3.739	3.838	5.175	4.783	6.381	5.087	5.299	7.833	10.742
15ª	76.862	84.136	88.868	92.783	94.613	116.285	117.446	111.691	98.014	109.026
16ª	5.384	6.032	5.980	7.781	7.737	5.676	10.916	7.328	7.008	5.004
17ª	10.961	10.714	12.219	13.353	13.102	14.473	14.063	14.620	15.996	16.141
18ª	14.473	15.051	12.895	15.198	15.827	14.694	13.870	18.174	20.501	22.407
19ª	3.632	3.915	4.276	4.526	803	-	907	2.828	4.368	5.510
20ª	4.799	5.487	5.300	4.053	4.802	5.999	4.174	5.854	7.083	8.385
21ª	5.471	10.625	15.696	11.498	7.327	7.756	6.786	9.408	9.440	9.240
22ª	4.320	4.155	5.909	6.577	7.022	7.821	9.092	8.563	7.751	7.066
23ª	7.063	6.305	6.150	6.086	5.242	7.503	8.904	8.575	9.619	10.898
24ª	6.170	6.497	5.892	5.906	7.878	7.176	8.118	10.028	10.219	9.757
Total	587.811	658.067	672.174	685.852	690.421	782.933	816.525	686.919	679.846	761.035

Figura 4.35. Série Histórica de Recursos Remetidos à 2ª Instância. 2007-2016.

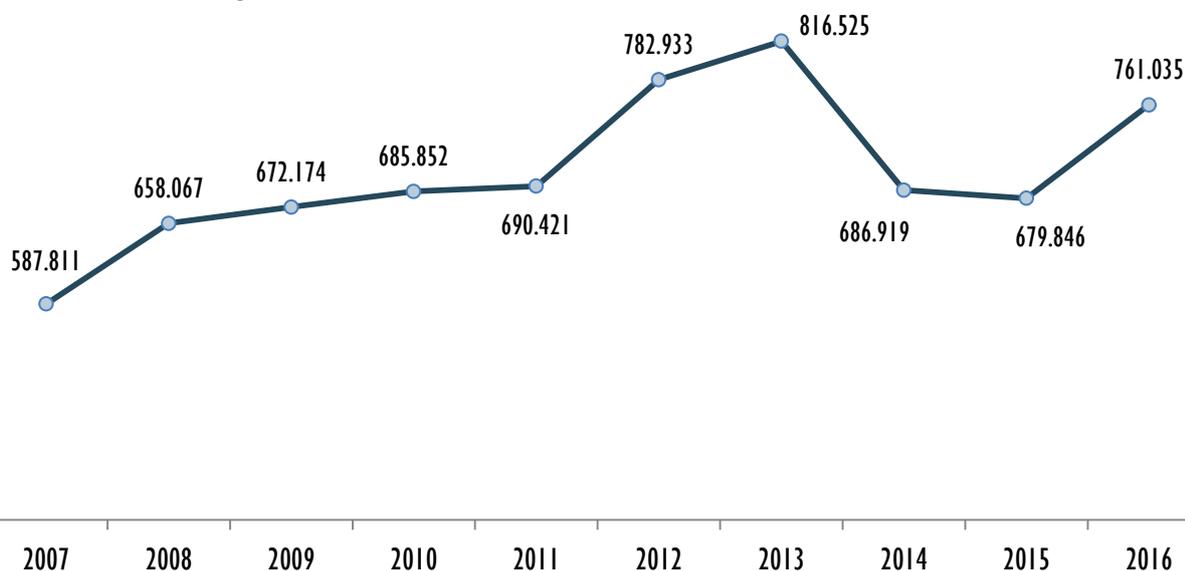


Tabela 4.26. Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2016.

Região Judiciária	Recurso Ordinário	Recurso Adesivo	Reexame Necessário	Agravos de Instrumento			Agravos de Petição	Total
				Em Recurso Ordinário	Em Agravo de Petição	Subtotal		
1ª - RJ	56.862	2.709	962	2.046	396	2.442	10.509	73.484
2ª - SP	94.992	5.219	454	720	321	1.041	10.524	112.230
3ª - MG	64.436	4.588	1.210	497	335	832	11.978	83.044
4ª - RS	50.662	4.209	49	396	169	565	13.460	68.945
5ª - BA	33.086	1.845	136	769	403	1.172	5.988	42.227
6ª - PE	20.211	996	68	588	73	661	1.500	23.436
7ª - CE	8.297	292	13	135	56	191	1.378	10.171
8ª - PA e AP	15.153	1.017	7	290	114	404	1.077	17.658
9ª - PR	39.110	3.726	42	699	42	741	9.170	52.789
10ª - DF e TO	16.221	972	55	55	14	69	1.568	18.885
11ª - AM e RR	9.460	392	51	78	14	92	663	10.658
12ª - SC	18.511	1.393	14	201	30	231	2.121	22.270
13ª - PB	9.512	431	9	103	41	144	966	11.062
14ª - RO e AC	9.570	538	69	220	12	232	333	10.742
15ª - Campinas/SP	94.840	6.402	793	1.045	250	1.295	5.696	109.026
16ª - MA	4.341	168	28	64	5	69	398	5.004
17ª - ES	12.791	825	20	479	27	506	1.999	16.141
18ª - GO	19.078	1.261	20	477	276	753	1.295	22.407
19ª - AL	5.045	219	11	40	11	51	184	5.510
20ª - SE	7.255	375	13	93	43	136	606	8.385
21ª - RN	8.339	277	12	62	15	77	535	9.240
22ª - PI	5.883	132	13	83	22	105	933	7.066
23ª - MT	9.202	814	10	255	29	284	588	10.898
24ª - MS	8.239	636	4	169	21	190	688	9.757
Total	621.096	39.436	4.063	9.564	2.719	12.283	84.157	761.035

Figura 4.36. Recursos Remetidos à 2ª Instância (em Milhares de Processos). 2016.

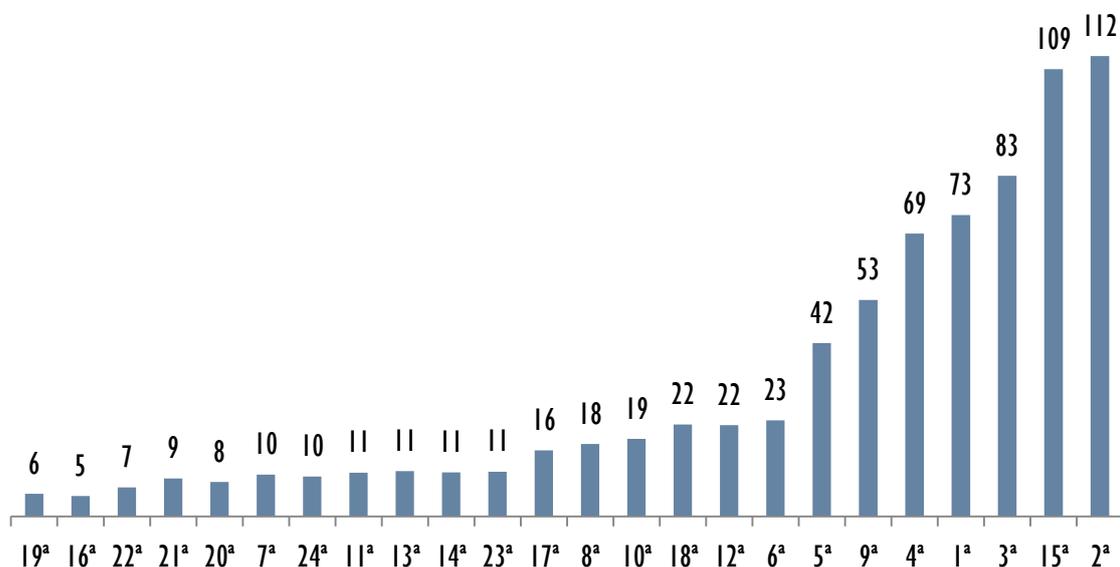
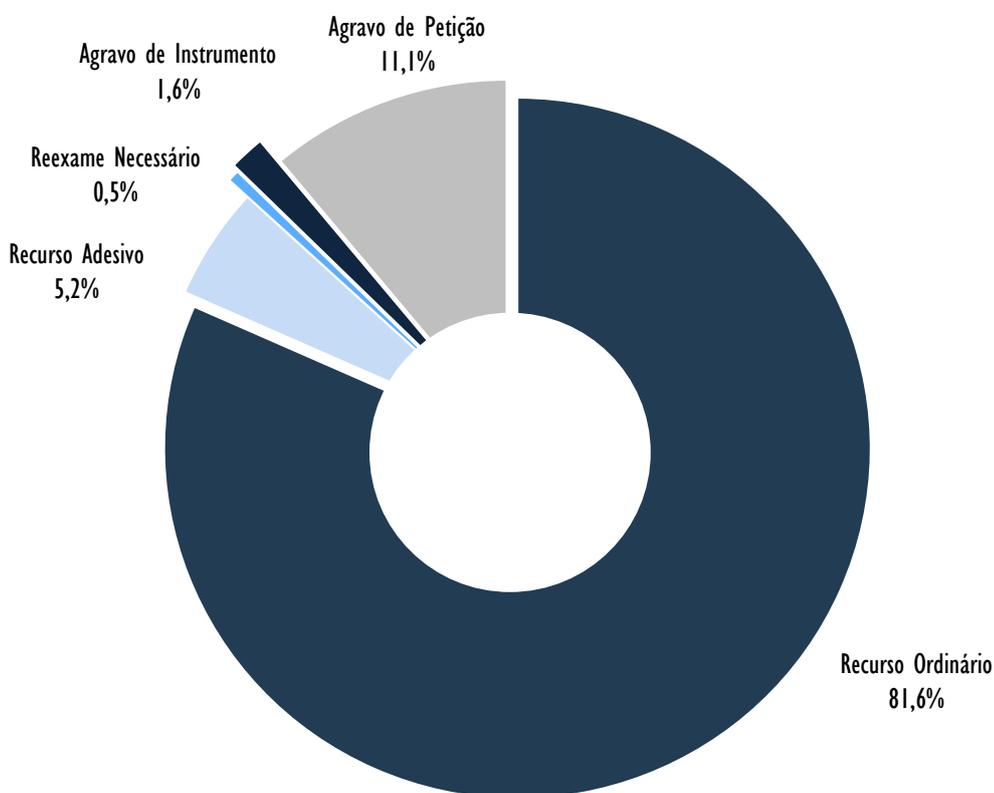


Tabela 4.27. Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2014-2016

Recursos	2014		2015		2016		Variação percentual (%)	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	2014-2015	2015-2016
Recurso Ordinário	513.311	74,7%	517.050	76,1%	621.096	81,6%	0,7%	20,1%
Recurso Adesivo	36.377	5,3%	38.036	5,6%	39.436	5,2%	4,6%	3,7%
Reexame Necessário	7.750	1,1%	5.463	0,8%	4.063	0,5%	-29,5%	-25,6%
Agravo de Instrumento	47.617	6,9%	45.507	6,7%	12.283	1,6%	-4,4%	-73,0%
Agravo de Petição	81.864	11,9%	73.790	10,9%	84.157	11,1%	-9,9%	14,0%
Total	686.919	100,0%	679.846	100,0%	761.035	100,0%	-1,0%	11,9%

Figura 4.37. Percentual dos Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2016.



4.9. Requisições de Pequeno Valor

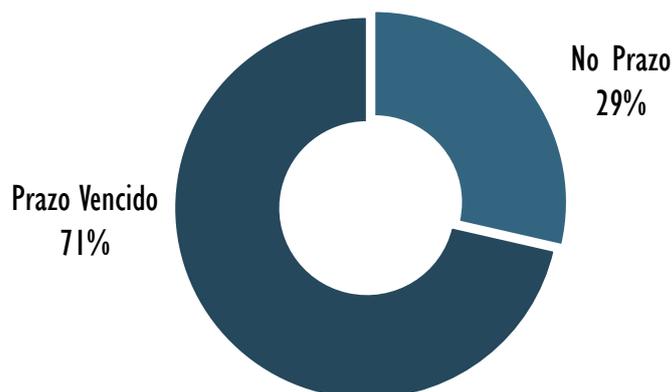
Tabela 4.28. Requisições de Pequenos Valores de Estados e Municípios. 2016.

Região Judiciária	Expedidas ao Órgão Devedor	Quitadas			Pendentes de Quitação em 31/12/16				
		Adm. Direta	Adm. Indireta	Total	Adm. Direta		Adm. Indireta		Total
					No prazo	Prazo vencido	No prazo	Prazo vencido	
1ª - RJ	2.168	171	71	242	375	129	353	101	958
2ª - SP	4.449	-	7	7	-	1	12	59	72
3ª - MG	1.219	884	101	985	128	2.410	19	353	2.910
4ª - RS	1.515	107	7	114	1.171	430	339	77	2.017
5ª - BA	2.105	2.220	13	2.233	294	4.909	4	32	5.239
6ª - PE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7ª - CE	790	645	7	652	54	1.819	1	30	1.904
8ª - PA e AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9ª - PR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10ª - DF e TO	43	-	-	-	7	172	1	14	194
11ª - AM e RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12ª - SC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13ª - PB	53	11	17	28	79	-	116	-	195
14ª - RO e AC	52	-	-	-	1	14	-	1	16
15ª - Campinas/SP	730	929	160	1.089	16	2.192	4	936	3.148
16ª - MA	592	376	-	376	712	-	-	-	712
17ª - ES	321	1	-	1	16	449	-	98	563
18ª - GO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19ª - AL	-	-	-	-	-	77	-	-	77
20ª - SE	24	7	7	14	-	-	-	-	-
21ª - RN	615	777	5	782	2.010	28	28	-	2.066
22ª - PI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
23ª - MT	48	-	-	-	-	-	-	-	-
24ª - MS	-	-	-	-	-	3	-	-	3
Total	14.724	6.128	395	6.523	4.863	12.633	877	1.701	20.074

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Figura 4.38. Requisições de Pequenos Valores de Estados e Municípios Pendentes de Quitação na 1ª Instância. 2016.



ÍNDICE REMISSIVO

Relatório Analítico

I. Estrutura Organizacional

Figura 1. Regiões Judiciárias da Justiça do Trabalho. 2016	13
Figura 1.2. Ministros do TST. 2016.	14
Figura 1.3. Desembargadores dos TRTs. 2016.	14
Figura 1.4. Juizes do Trabalho. 2016.	15
Figura 1.5. Cargos de Magistrados Providos e Vagos. 2016.	15
Figura 1.6. Quadro de Juizes das Varas do Trabalho. Cargos Existentes e Provimento. 2016.	16
Figura 1.7. Cargos do Quadro Permanente da Justiça do Trabalho. 2016.	17
Figura 1.8. Servidores em Atividade nos TST. 2016.	18
Figura 1.9. Servidores em Atividade nos TRTs. 2016.	18
Figura 1.10. Servidores em Atividade nas Varas do Trabalho. 2016.	19
Figura 1.11. Servidores da Justiça do Trabalho na Área Judiciária e Administrativa. 2016.	20
Figura 1.12. Força de Trabalho da JT. 2015-2016.	21
Figura 1.13. Produtividade da JT. 2015-2016.	21
Figura 1.14. Proporção entre Cargos e Funções Comissionadas e Cargos Efetivos. Justiça do Trabalho. 2016.	22
Figura 1.15. Cargos e Funções Comissionadas na Justiça do Trabalho. 2016.	23
Figura 1.16. Magistrados a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2005-2016.	24
Figura 1.17. Magistrados a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2016.	25
Figura 1.18. Servidores a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2005-2016.	26
Figura 1.19. Servidores a cada 100.000 Habitantes. Justiça do Trabalho. 2016.	27
Figura 1.20. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2005-2016.	28
Figura 1.21. Servidores do Quadro Permanente por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2016.	29
Figura 1.22. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2005-2016.	30
Figura 1.23. Servidores em Atividade na Área Judiciária por Magistrado. Justiça do Trabalho. 2016.	31
Tabela 1.1. Cargos de Desembargadores dos Tribunais Regionais do Trabalho. 2016.	14
Tabela 1.2. Cargos de Juizes do Trabalho. 2016.	15
Tabela 1.3. Quadro de Juizes das Varas do Trabalho. 2016.	16
Tabela 1.4. Cargos do Quadro Permanente da Justiça do Trabalho. 2016.	17
Tabela 1.5. Servidores em Atividade nos Tribunais Regionais do Trabalho. 2016.	18
Tabela 1.6. Servidores em Atividade nas Varas do Trabalho. 2016.	19
Tabela 1.7. Servidores em Atividade na Área Judiciária e Administrativa. 2016.	20
Tabela 1.8. Força de Trabalho nas Regiões Judiciárias. 2015-2016.	21
Tabela 1.9. Quadro de Funções Comissionadas Existentes na Justiça do Trabalho. 2016.	22

2. Despesas, Arrecadação e Pagamentos

Figura 2.1. Despesa da Justiça do Trabalho por Habitante (em Reais). 2006-2016.	33
Figura 2.2. Despesa da Justiça do Trabalho por Habitante (em Reais). 2016.	34
Figura 2.3. Despesa da Justiça do Trabalho por Caso Novo (em Reais). 2011-2016.	35
Figura 2.4. Despesa da Justiça do Trabalho por Caso Novo (em Reais). 2016.	36
Figura 2.5. Custas, Emolumentos e Tributos arrecadados na Justiça do Trabalho. 2016.	37
Figura 2.6. Arrecadação da Justiça do Trabalho por Região Judiciária (em Milhões de Reais). 2016	38
Figura 2.7. Valores Pagos aos Reclamantes. 2007-2016.	40
Figura 2.8. Valores Pagos aos Reclamantes (em Milhões de Reais).2007-2016.	40
Tabela 2.1. Orçamento e Despesas da Justiça do Trabalho (em Reais). 2016.	37
Tabela 2.2. Arrecadação da Justiça do Trabalho por Região Judiciária (em Reais). 2016.	38

3. Litigiosidade

Figura 3.1. Casos Novos na Justiça do Trabalho. 2016.	41
Figura 3.2. Varas do Trabalho que receberam mais de 1.500 Casos Novos. 2016.	42
Figura 3.3. Casos Novos por 100.000 Habitantes na Justiça do Trabalho. 2016.	43
Figura 3.4. Casos Novos por 100.000 Habitantes nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	43

Figura 3.5. Casos Novos por 100.000 Habitantes na Justiça do Trabalho. 2007-2016.	44
Figura 3.6. Casos Novos por 100.000 Habitantes no TST. 2007-2016.	44
Figura 3.7. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 2ª Instância. 2007-2016.	45
Figura 3.8. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 1ª Instância. 2007-2016.	45
Figura 3.9. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 2ª Instância. 2016.	46
Figura 3.10. Casos Novos por 100.000 Habitantes na 1ª Instância. 2016.	46
Figura 3.11. Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2016.	47
Figura 3.12. Casos Novos por Magistrado nas 3 Instâncias do Trabalho. 2016.	47
Figura 3.13. Casos Novos por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2007-2016.	48
Figura 3.14. Casos Novos por Magistrado no TST. 2007-2016.	48
Figura 3.15. Casos Novos por Magistrado na 2ª Instância. 2007-2016.	49
Figura 3.16. Casos Novos por Magistrado na 1ª Instância. 2007-2016.	49
Figura 3.17. Casos Novos por Magistrado na 2ª Instância. 2016.	50
Figura 3.18. Casos Novos por Magistrado na 1ª Instância. 2016.	50
Figura 3.19. Casos Novos por Servidor na Justiça do Trabalho. 2016.	51
Figura 3.20. Casos Novos por Servidor nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	51
Figura 3.21. Casos Novos por Servidor na Justiça do Trabalho. 2007-2016.	52
Figura 3.22. Casos Novos por Servidor no TST. 2007-2016.	52
Figura 3.23. Casos Novos por Servidor na 1ª e 2ª Instâncias. 2007-2016.	53
Figura 3.24. Casos Novos por Servidor na 1ª e 2ª Instâncias. 2016.	53
Figura 3.25. Casos Novos por Servidor em Atividade na Justiça do Trabalho. 2016.	54
Figura 3.26. Casos Novos por Servidor em Atividade nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2007-2016.	54
Figura 3.27. Casos Novos por Servidor em Atividade na Justiça do Trabalho. 2007-2016.	55
Figura 3.28. Casos Novos por Servidor em Atividade no TST. 2007-2016.	55
Figura 3.29. Casos Novos por Servidor em Atividade na 2ª Instância. 2007-2016.	56
Figura 3.30. Casos Novos por Servidor em Atividade na 1ª Instância. 2006-2016.	56
Figura 3.31. Casos Novos por Servidor em Atividade na 2ª Instância. 2016.	57
Figura 3.32. Casos Novos por Servidor em Atividade na 1ª Instância. 2016.	57
Figura 3.33. Ranking das 10 Atividades Econômicas mais Recorrentes na Justiça do Trabalho. 2016.	58
Figura 3.34-A. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes no TST. 2016.	59
Figura 3.34-B. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes na 2ª Instância. 2016.	59
Figura 3.34-C. As 3 Atividades Econômicas mais Recorrentes na 1ª Instância. 2016.	59
Figura 3.35. Ranking dos 20 Assuntos mais Recorrentes na Justiça do Trabalho. 2016.	60
Figura 3.36. Os 5 Assuntos mais Recorrentes no TST. 2016.	61
Figura 3.37. Os 5 Assuntos mais Recorrentes na 2ª Instância. 2016.	61
Figura 3.38. Os 5 Assuntos mais Recorrentes na 1ª Instância. 2016.	61
Figura 3.39. Total a Julgar nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	62
Figura 3.40. Total a Julgar por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2016.	63
Figura 3.41. Total a Julgar por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	63
Figura 3.42. Total a Julgar por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2007-2016.	64
Figura 3.43. Total a Julgar por Magistrado no TST. 2007-2016.	64
Figura 3.44. Total a Julgar por Magistrado na 2ª Instância. 2007-2016.	65
Figura 3.45. Total a Julgar por Magistrado na 1ª Instância. 2007-2016.	65
Figura 3.46. Total a Julgar por Magistrado na 2ª Instância. 2016.	66
Figura 3.47. Total a Julgar por Magistrado na 1ª Instância. 2016.	66
Figura 3.48. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho. 2016.	67
Figura 3.49. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	67
Figura 3.50. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na Justiça do Trabalho. 2007-2016.	68
Figura 3.51. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária no TST. 2007-2016.	68
Figura 3.52. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 2ª Instância. 2007-2016.	69
Figura 3.53. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2007-2016.	69
Figura 3.54. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 2ª Instância. 2016.	70
Figura 3.55. Total a Julgar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2016.	70
Figura 3.56. Produtividade na Justiça do Trabalho. 2016.	71
Figura 3.57. Média de Julgados por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	71
Figura 3.58. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar no TST. 2016.	72
Figura 3.59. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2016.	72
Figura 3.60. Processos Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância. 2016.	72
Figura 3.61. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2016.	73
Figura 3.62. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância (Fase de Conhecimento.) 2016.	74
Figura 3.63. Processos Julgados em Relação aos Recebidos na Justiça do Trabalho. 2016.	75
Figura 3.64. Processos Julgados em Relação aos Recebidos na 2ª Instância. 2016.	76

Figura 3.65. Processos Julgados em Relação aos Recebidos na 1ª Instância. 2016.	77
Figura 3.66. Percentual de Conciliação. 2016.	78
Figura 3.67. Percentual de Conciliações na 1ª Instância. 2007-2016.	78
Figura 3.68. Percentual de Conciliações por Região Judiciária na 1ª Instância. 2016.	79
Figura 3.69. Reforma de Recursos de Revista. 2016.	80
Figura 3.70. Taxa de Reforma da Decisão 2ª Instância. Recursos de Revista. 2016.	81
Figura 3.71. Taxa de Reforma da Decisão 2ª Instância. Recursos de Revista. 2014-2016.	81
Figura 3.72. Taxa de Reforma de Recursos Ordinários. 2016.	82
Figura 3.73. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2016.	83
Figura 3.74. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2016.	83
Figura 3.75. Taxa de Reforma de Recursos Ordinários das Varas. 2016.	84
Figura 3.76. Taxa de Reforma de Decisão. Recursos Ordinários. 1ª Instância. 2016.	85
Figura 3.77. Taxa de Reforma da Decisão. Recursos Ordinários. 1ª Instância. 2014-2016.	85
Figura 3.78. Processos de Execução. Movimentação Processual. 1ª Instância. 2016.	86
Figura 3.79. Total a Executar na 1ª Instância. 2016.	87
Figura 3.80. Total a Executar por Magistrado na 1ª Instância. 2007-2016.	88
Figura 3.81. Total a Executar por Magistrado na 1ª Instância. 2016.	88
Figura 3.82. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2007-2016.	89
Figura 3.83. Total a Executar por Servidor da Área Judiciária na 1ª Instância. 2016.	89
Figura 3.84. Execuções Encerradas em relação ao Total a Executar na 1ª Instância. 2016.	90
Figura 3.85. Execuções Encerradas em relação á Iniciadas na 1ª Instância. 2016.	91
Figura 3.86. Resíduo na Justiça do Trabalho. 2015-2016.	92
Figura 3.87. Resíduo por Magistrado da Justiça do Trabalho. 2016.	93
Figura 3.88. Resíduo por Magistrado nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	93
Figura 3.89. Resíduo por Magistrado na Justiça do Trabalho. 2007-2016.	94
Figura 3.90. Resíduo por Magistrado no TST. 2007-2016.	94
Figura 3.91. Resíduo por Magistrado na 2ª Instância. 2007-2016.	95
Figura 3.92. Resíduo por Magistrado na 1ª Instância (Fase Conhecimento). 2007-2016.	95
Figura 3.93. Resíduo por Magistrado na 1ª Instância (Fase de Execução). 2007-2016.	95
Figura 3.94. Resíduo por Magistrado nos TRTs. 2016.	96
Figura 3.95. Resíduo por Magistrado por Região Judiciária. 1ª Instância (Fase Conhecimento). 2016.	96
Figura 3.97. Prazo Médio de um processo (até a Baixa) nas 3 Instâncias da Justiça do Trabalho. 2016.	97
Figura 3.98. Recorribilidade Interna no TST. 2016.	98
Figura 3.99. Recorribilidade Interna na 2ª Instância. 2016.	98
Figura 3.100. Recorribilidade Interna na 1ª Instância. 2016.	98
Figura 3.101. Recorribilidade Externa na Justiça do Trabalho. 2016.	99
Figura 3.102. Precatórios na Justiça do Trabalho. 2016.	100
Figura 3.103. Precatórios Pendentes de Quitação na Justiça do Trabalho. 2016.	101
Figura 3.104. Dívida dos Precatórios Pendentes de Quitação na Justiça do Trabalho. 2016.	101
Figura 3.105. Requisições de Pequeno Valor na Justiça do Trabalho. 2016.	102
Figura 3.106. Requisições de Pequeno Valor na Justiça do Trabalho, por Instância. 2016.	102
Tabela 3.1. Distribuição das Varas de Acordo com o Intervalo em que se Enquadra o seu Quantitativo de Casos Novos. 2016.	42
Tabela 3.2. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 2ª Instância. 2016.	73
Tabela 3.3. Julgados em Relação ao Total a Julgar na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2016.	74
Tabela 3.4. Julgados em Relação aos Recebidos na 2ª Instância. 2016.	76
Tabela 3.5. Julgados em Relação aos Recebidos na 1ª Instância. 2016.	77
Tabela 3.6. Percentual de Conciliações por Região Judiciária na 1ª Instância. 2016.	79
Tabela 3.7. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos de Revista. 2017-2016.	80
Tabela 3.8. Taxa de Reforma da Decisão da 2ª Instância. Recursos Ordinários. 2017-2016.	82
Tabela 3.9. Taxa de Reforma da Decisão da 1ª Instância. Recursos Ordinários. 2017-2016.	84
Tabela 3.10. Movimentação Processual. Processos de Execução. 1ª Instância. 2016.	86
Tabela 3.11. Execuções Encerradas em Relação ao Total a Executar na 1ª Instância. 2016.	90
Tabela 3.12. Execuções Encerradas em relação às Iniciadas na 1ª Instância. 2016.	91
Tabela 3.13. Precatórios na Justiça do Trabalho. 2016.	100

Relatório Demonstrativo

I. Justiça do Trabalho

Figura 1.1. Recebidos e Julgados na Justiça do Trabalho (em Milhares de Processos). 1941-2016.	7
--	---

Figura 1.2. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2011-2016.	8
Figura 1.3. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2016.	9
Figura 1.4. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho (em Reais). 2016.	10
Figura 1.5. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho, por Instância (em Reais). 2016.	11
Figura 1.6. População Jurisdicionada pela Justiça do Trabalho. 2016.	12
Tabela 1.1. Recebidos e Julgados na Justiça do Trabalho. 1941-2016	7
Tabela 1.2. Movimentação Processual da Justiça do Trabalho. 2011-2016.	8
Tabela 1.3. Valores Arrecadados na Justiça do Trabalho (em Reais). 2016.	10

2. Tribunal Superior do Trabalho

Figura 2.1. Recebidos e Julgados no TST (em Milhares de Processos). 1941-2016.	15
Figura 2.2. Dissídios Coletivos Julgados no TST.	16
Figura 2.3. Casos Novos por Origem no TST. 2015-2016.	19
Figura 2.4. Processos Recebidos no TST, por Classe. 2015-2016.	20
Figura 2.5. Casos Novos por Atividade Econômica no TST. 2015-2016.	21
Figura 2.6. Ranking dos 20 Maiores Litigantes no TST. 2016.	22
Figura 2.7. Movimentação Processual do TST. 2016.	23
Figura 2.8. Sessões Realizadas no TST. 2016.	24
Figura 2.9. Média de Processos Julgados por Sessão no TST. 2016.	24
Figura 2.10. Processos Julgados no TST, por Classe. 2015-2016.	25
Figura 2.11. Processos Julgados no TST. 2016.	26
Figura 2.12. Processos Julgados no TST, por Classe. 2016.	26
Figura 2.13. Processos Julgados no TST, por Órgão Judicante. 2016.	27
Figura 2.14. Decisões dos Processos Julgados no TST. 2016.	28
Figura 2.15. Resíduo no TST. 2015-2016.	29
Figura 2.16. Resíduo no TST, por Órgão Judicante. 2016.	30
Figura 2.17. Tempo Médio de Tramitação Processual no TST. (Índice Acumulado). 2016.	31
Figura 2.19. Recursos Extraordinários Encaminhados ao STF. 2016.	32
Figura 2.20. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Distribuídos e Julgados no TST. 2016.	33
Figura 2.21. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Julgados no TST. Estudo das Decisões. 2016.	34
Figura 2.22. Casos Novos de Agravos de Instrumento em Recurso de Revista por Atividade Econômica no TST. 2016.	35
Figura 2.23. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2006-2016.	36
Figura 2.24. Recursos de Revista Distribuídos e Julgados no TST. 2016.	37
Figura 2.25. Recurso de Revista. Estudo das Decisões. TST. 2016.	38
Figura 2.26. Casos Novos de Recursos de Revista por Atividade Econômica no TST. 2016.	39
Figura 2.27. Recursos de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2006-2016.	40
Figura 2.28. Recursos Ordinários Distribuídos e Julgados no TST. 2016.	41
Figura 2.29. Recursos Ordinários Julgados no TST. Estudo das Decisões. 2016.	42
Figura 2.30. Casos Novos de Recursos Ordinários por Atividade Econômica no TST. 2016.	43
Figura 2.31. Recursos Ordinários Recebidos e Julgados no TST. 2007-2016.	44
Tabela 2.1. Recebidos e Julgados no TST. 1941-2016.	15
Tabela 2.2. Dissídios Coletivos Julgados no TST.	16
Tabela 2.3. Comparativo da Movimentação Processual no TST. 2015-2016.	17
Tabela 2.4. Processos Recebidos no TST, por Origem. 2015-2016.	18
Tabela 2.5. Processos Recebidos no TST, por Classe. 2015-2016.	20
Tabela 2.6. Casos Novos por Atividade Econômica no TST. 2015-2016.	21
Tabela 2.7. Total a Julgar no TST. 2016.	23
Tabela 2.8. Sessões Realizadas no TST. 2016.	24
Tabela 2.9. Processos Julgados por Classe no TST. 2015-2016.	25
Tabela 2.10. Processos Julgados por Órgão e Classe no TST. 2016.	26
Tabela 2.11. Decisões dos Processos Julgados, por Classe no TST. 2016.	28
Tabela 2.12. Resíduo no TST. 2015-2016.	29
Tabela 2.13. Resíduo nos Órgãos Judicantes do TST, por Classe. 2016.	30
Tabela 2.14. Recursos Extraordinários Interpostos no TST. Estudos das Decisões. 2015-2016.	32
Tabela 2.15. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista no TST. Movimentação Processual. 2016.	33
Tabela 2.16. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Julgados. Estudo das Decisões por TRT de Origem. 2016.	34
Tabela 2.17. Casos Novos de Agravos de Instrumento em Recurso de Revista por Atividade Econômica no TST. 2016.	35
Tabela 2.18. Agravos de Instrumento em Recurso de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2007-2016.	36
Tabela 2.19. Recurso de Revista. Movimentação Processual no TST. 2016.	37
Tabela 2.20. Recurso de Revista Julgados. Estudo das Decisões no TST. 2016.	38

Tabela 2.21. Casos Novos de Recursos de Revista por Atividade Econômica no TST. 2016.	39
Tabela 2.22. Recursos de Revista Recebidos e Julgados no TST. 2007-2016.	40
Tabela 2.23. Recursos Ordinários. Movimentação Processual no TST. 2016.	41
Tabela 2.24. Recursos Ordinários Julgado no TST. Estudo das Decisões. 2016.	42
Tabela 2.25. Casos Novos de Recursos Ordinários por Atividade Econômica no TST. 2016.	43
Tabela 2.26. Recursos Ordinários Recebidos e Julgados no TST. 2007-2016.	44

3. Tribunal Regional do Trabalho

Figura 3.1. Recebidos e Julgados na 2ª Instância (em Milhares de Processos).	47
Figura 3.2. Dissídios Coletivos Julgados na 2ª Instância.	48
Figura 3.3. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2016.	49
Figura 3.4. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2016.	50
Figura 3.5. Total a Julgar na 2ª Instância. 2016.	51
Figura 3.6. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2016.	52
Figura 3.7. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2016.	53
Figura 3.8. Resíduo na 2ª Instância. 2016.	54
Figura 3.9. Variação Percentual de Recebidos na 2ª Instância. 2014-2016.	56
Figura 3.10. Variação Percentual de Casos Novos na 2ª Instância. 2014-2016.	58
Figura 3.11. Variação Percentual de Julgados na 2ª Instância. 2014-2016.	60
Figura 3.12. Variação Percentual de Resíduo na 2ª Instância. 2014-2016.	62
Figura 3.13. Média Anual de Recebidos por Magistrado. 2016.	64
Figura 3.14. Média Anual de Julgados por Magistrado. 2016.	65
Figura 3.15. Média Anual de Resíduo por Magistrado. 2016.	65
Figura 3.16. Atividades Econômicas de Maior Incidência na 2ª Instância. 2016.	66
Figura 3.17. Percentual de Processos Distribuídos por Atividade Econômica. 2016.	67
Figura 3.18. Prazo Médio da Autuação até a Baixa (em Dias). 2016.	68
Figura 3.19. Percentual de Arrecadação na 2ª Instância. 2016.	69
Figura 3.20. Dissídios Coletivos Recebidos e Julgados na 2ª Instância. 2014-2016	70
Figura 3.21. Recursos Remetidos ao TST. 2016.	71
Figura 3.22. Percentual de Recursos de Revista Admitidos na 2ª Instância. 2016.	72
Figura 3.23. Agravos de Instrumento em Recursos de Revista Recebidos no TST. 2016.	73
Figura 3.24. Série Histórica de Recursos Recebidos no TST. 2007-2016.	74
Figura 3.25. Precatórios e Requisição de Pequeno Valor na 2ª Instância. 2016.	75
Figura 3.26. Precatórios e RPVs Recebidos na 2ª Instância. 2016.	76
Figura 3.27. Precatórios e RPVs Quitados na 2ª Instância. 2016.	77
Figura 3.28. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento na 2ª Instância. 2016.	78
Figura 3.29. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento na 2ª Instância (em Milhões de Reais). 2016.	79
Tabela 3.1. Recebidos e Julgados na 2ª Instância. 1941-2016.	47
Tabela 3.2. Dissídios Coletivos Julgados na 2ª Instância. 1941-2016.	48
Tabela 3.3. Movimentação Processual na 2ª Instância. 2016.	50
Tabela 3.4. Processos Recebidos na 2ª Instância. 2016.	52
Tabela 3.5. Resíduo na 2ª Instância. 2016.	54
Tabela 3.9. Variação Percentual de Recebidos na 2ª Instância. 2014-2016.	56
Tabela 3.10. Variação Percentual de Casos Novos na 2ª Instância. 2014-2016.	58
Tabela 3.11. Variação Percentual de Julgados na 2ª Instância. 2014-2016.	60
Tabela 3.12. Variação Percentual de Resíduo na 2ª Instância. 2014-2016.	62
Tabela 3.13. Média Anual de Recebidos, Julgados e Resíduos por Magistrado. 2016.	64
Tabela 3.14. Percentual de Processos Distribuídos por Atividade Econômica. 2016.	66
Tabela 3.15. Prazos Médios da Autuação até o Julgamento, até a Publicação do Acórdão e até a Baixa (em Dias). 2016.	68
Tabela 3.16. Arrecadação em Reais na 2ª Instância. 2016.	69
Tabela 3.17. Dissídios Coletivos na 2ª Instância. 2016.	70
Tabela 3.18. Recursos Remetidos ao TST. 2016.	71
Tabela 3.19. Despachos da Presidência em Recursos de Revista de Competência do TST. 2016.	72
Tabela 3.20. Agravos de Instrumento em Recursos de Revista interpostos ao TST. 2016.	73
Tabela 3.21. Precatórios e Requisição de Pequeno Valor na 2ª Instância. 2016.	75
Tabela 3.22. Precatórios e RPVs Recebidos na 2ª Instância. 2016.	76
Tabela 3.23. Precatórios e RPVs Quitados na 2ª Instância. 2016.	77
Tabela 3.24. Precatórios e RPVs Pendentes de Pagamento na 2ª Instância. 2016.	78

4. Varas do Trabalho

Figura 4.1. Quantidade de Varas do Trabalho Instaladas. Municípios-Sede de TRT x Demais Municípios-Sede de VT. 2016	83
Figura 4.2. Quantidade de Municípios no país. Municípios-Sede de Vara x Municípios Existentes. 2016.	84
Figura 4.3. Série Histórica de Processos de Conhecimento Recebidos e Julgados na 1ª Instância (em Milhares de Processos).	85
Figura 4.4. Movimentação Processual na 1ª Instância. 2016.	86
Figura 4.5. Movimentação Processual na 1ª Instância. 2016.	87
Figura 4.6. Total a Julgar na 2ª Instância. 2016.	88
Figura 4.7. Percentual de Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Região Geográfica. 2016.	89
Figura 4.8. Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Unidade da Federação. 2016.	90
Figura 4.9. Processos Recebidos na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2014-2016.	91
Figura 4.10. Casos Novos na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2014-2016.	93
Figura 4.11. Processos Julgados na 1ª Instância (Processos de Conhecimento). 2014-2016.	95
Figura 4.12. Resíduo na 1ª Instância (Fase de Conhecimento). 2014-2016.	97
Figura 4.13. Média Anual de Recebidos por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2016.	99
Figura 4.14. Média Anual de Julgados por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2016.	100
Figura 4.15. Média Anual de Resíduo por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2016.	100
Figura 4.16. Média Anual de Execuções Iniciadas, Encerradas e Pendentes por Magistrado. 2016.	102
Figura 4.17. Percentual de Casos Novos no Rito Sumaríssimo (Fase de Conhecimento) por Região Judiciária. 2016	104
Figura 4.18. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica e Ano. 2007-2016.	105
Figura 4.19. Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica. 2016.	106
Figura 4.20. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica. 2016.	107
Figura 4.21. Percentual de Decisões Proferidas por Ano (Fase de Conhecimento). 2007-2016.	108
Figura 4.22. Percentual das Decisões Proferidas (Fase de Conhecimento). 2016.	109
Figura 4.23. Decisões Proferidas Segundo o Rito (Fase de Conhecimento). 2016.	110
Figura 4.24. Percentual de Conciliações nas Regiões Judiciárias (Fase de Conhecimento). 2016.	111
Figura 4.25. Movimentação Processual de Processos de Execução. 2016.	112
Figura 4.26. Total a Julgar (Processos de Execução). 2016.	113
Figura 4.27. Audiências Realizadas. 2016	116
Figura 4.28. Prazos Médios do Ajuizamento da Ação até a Sentença na Fase de Conhecimento (em Dias). 2016.	117
Figura 4.29. Prazos Médios, em Dias, do Início até o Encerramento da Liquidação. 2016.	118
Figura 4.30. Prazos Médios do Início até o Encerramento da Execução (em Dias). 2016.	119
Figura 4.31. Prazos Médios até o Arquivamento (em Dias). 2016	120
Figura 4.32. Valores Pagos aos Reclamantes. 2016.	121
Figura 4.33. Valores Arrecadados por Região Judiciária (em Milhões de Reais). 2016	122
Figura 4.34. Valores Arrecadados. 2016	123
Figura 4.35. Série Histórica de Recursos Remetidos à 2ª Instância. 2007-2016.	124
Figura 4.36. Recursos Remetidos à 2ª Instância (em Milhares de Processos). 2016.	125
Figura 4.37. Percentual dos Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2016.	126
Figura 4.38. Requisições de Pequenos Valores Pendentes de Quitação na 1ª Instância. 2016.	127
Tabela 4.1. Série Histórica de Processos de Conhecimento Recebidos e Julgados na 1ª Instância.	85
Tabela 4.2. Processos Recebidos, Julgados e Resíduo (Fase de Conhecimento). 2016.	87
Tabela 4.3. Processos Recebidos e Julgados (Fase de Conhecimento), por Região Geográfica e Unidade da Federação. 2016.	89
Tabela 4.4. Processos Recebidos por Região Judiciária (Fase de Conhecimento). 2014-2016.	91
Tabela 4.5. Casos Novos por Região Judiciária (Fase de Conhecimento). 2014-2016.	93
Tabela 4.6. Processos Julgados por Região Judiciária (Processos de Conhecimento). 2014-2016.	95
Tabela 4.7. Resíduo por Região Judiciária (Fase de Conhecimento). 2014-2016.	97
Tabela 4.8. Média Anual de Recebidos, Julgados e Resíduos por Magistrado (Fase de Conhecimento). 2016.	99
Tabela 4.9. Média Anual de Execuções Iniciadas, Encerradas e Pendentes por Magistrado. 2016.	101
Tabela 4.10. Casos Novos no Rito Sumaríssimo (Fase de Conhecimento) por Região Judiciária. 2016.	103
Tabela 4.11. Percentual dos Casos Novos (Fase de Conhecimento) por Atividade Econômica. 2016.	106
Tabela 4.12. Decisões Proferidas por Ano (Fase de Conhecimento). 2007-2016.	108
Tabela 4.13. Decisões Proferidas Segundo o Rito (Fase de Conhecimento). 2016.	110
Tabela 4.14. Percentual de Conciliações por Rito (Fase de Conhecimento). 2016.	111
Tabela 4.15. Processos de Execução. Iniciados, Encerrados e Resíduo. 2016.	112
Tabela 4.16. Processos de Execução. Variação Anual. 2014-2016.	114
Tabela 4.17. Processos de Execução - Variação Percentual do Resíduo. 2014-2016.	114
Tabela 4.18. Audiências Realizadas. 2016.	116
Tabela 4.19. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Conhecimento. 2016.	117
Tabela 4.20. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Liquidação. 2016.	118
Tabela 4.21. Prazos Médios, em Dias, na Fase de Execução. 2016.	119
Tabela 4.22. Prazos Médios, em Dias, até o Arquivamento. 2016.	120

Tabela 4.23. Valores Pagos aos Reclamantes por Região Judiciária (em Reais). 2016.	121
Tabela 4.24. Valores Arrecadados por Região Judiciária (em Reais). 2016.	122
Tabela 4.25. Série Histórica de Recursos Remetidos à 2ª Instância. 2007-2016.	124
Tabela 4.26. Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2016.	125
Tabela 4.27. Recursos Remetidos à 2ª Instância por Tipo de Recurso. 2014-2016	126
Tabela 4.28. Requisições de Pequenos Valores de Estados e Municípios. 2016.	127

 **CESTP 2016**

Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Superior do Trabalho



Para mais informações, acesse
www.tst.jus.br/estatistica